



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

**PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE
INSTITUCIONAL PARA GESTÃO EM REGULAÇÃO – PRO-
REG**

**“VERSÃO FINAL DA REDE GOVERNAMENTAL DA
REGULAÇÃO” (PARCELA 3) DO CONTRATO Nº
113/2008 (PROCESSO Nº
00040.001022/2008-86) FIRMADO ENTRE A
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O CONSULTOR
HUMBERTO FALCÃO MARTINS**

Brasília, Maio de 2009



Resumo Executivo

O objeto deste documento é a concepção de desenho de uma rede governamental da regulação, uma solução baseada em TIC que permita a coleta, tratamento, armazenamento e disponibilização de dados e informações entre os agentes envolvidos na regulação, instrumento importante para alcançar a melhoria da coordenação e do alinhamento entre políticas setoriais e o processo regulatório. O desenvolvimento do projeto foi dividido em dois grandes blocos, o primeiro caracterizado pelo Desenho Lógico, a concepção da rede, e o segundo, realizado com base na primeira etapa, apresenta o Desenho Tecnológico, da solução de TI.

A elaboração deste trabalho foi realizado em 5 meses envolvendo os atores principais da regulação, bem como partes interessadas. Durante o estudo foram realizadas 26 reuniões, 5 oficinas de trabalho e 4 entrevistas para os levantamentos de necessidades e de informações.

Dentro da lógica definida para este estudo, observa-se que a rede regulatória é uma parte fundamentada em um processo maior de gestão do conhecimento, possuindo a missão de “promover um ambiente simples, colaborativo e integrado, assegurando a legitimidade, qualidade e transparência de informações do sistema regulatório e o aprendizado dos atores envolvidos”. Por conseguinte, a definição da missão e dos objetivos estratégicos da rede, constituiu-se uma proposta a cadeia de valor para a regulação, como um instrumento relevante para a identificação dos atores que compõem a rede, apresentando um resultado superior a 520 atores compondo a rede. A etapa de caracterização dos atores permitiu estabelecer grupamento das partes e possibilitou constituir um mapa institucional das partes interessadas diretamente relacionadas à regulação no Brasil e no exterior. A realização das oficinas e reuniões com as agências e em outros atores significativamente envolvidos coma regulação, permitiu a elaboração de uma matriz de informações e, por sua vez, um detalhamento do ambiente informacional com ênfase nas necessidades de informações por parte dos atores. Com estes elementos, foi possível explicitar uma proposição de topografia para a rede, com destaque aos fluxos básicos de informações entre os diversos atores envolvidos.

Em seguida, teceram-se análises sobre o as informações e necessidades coletadas, observando-se os fluxos básicos de informações dentro da



topografia. Assim, desenvolveu-se um modelo de funcionalidades de TI proposto para a rede estruturado em 4 partes:

- 1ª. Fase - Plataforma de Busca: plataforma de busca avançada e eficiente;
- 2ª. Fase - Padronização das Informações: 1ª etapa concebe uma “Política de Gestão da Informação e do Conhecimento Regulatório” que melhore o aproveitamento do conteúdo da regulação para os diversos atores e a sociedade.
- 3ª. Fase - Plataforma de Comunicação: estabelece canais de comunicação aberta inter e intraorganizacional, viabilizando um canal institucional de comunicação entre os atores.
- 4ª. Fase - Monitoramento e Avaliação Regulatória: análises de Impacto Regulatório (RIA) e Governança Corporativa, contendo índices que forneçam análise de eficiência, eficácia e efetividade da ação regulatória.

Na proposta, a solução de curto prazo visa melhorar o acesso ao vasto conteúdo existente no ambiente regulatório brasileiro. As soluções de médio prazo priorizam a qualidade da comunicação entre os envolvidos e a gestão estratégica da informação, estabelecendo uma Política de gestão da informação e instrumentos de monitoramento e avaliação para melhoraria regulatória. Em paralelo buscou-se fazer levantamento do ambiente tecnológico interno aos atores, identificando os sistemas de informações existentes, seu propósito e informações geradas e o parecer técnico sobre as necessidades de investimento em infraestrutura de TI dos atores que compõem os nós principais da rede. As propostas de solução estão baseadas em soluções existentes no mercado e, quando possível, apresentam os requisitos tecnológicos e as estimativas de investimentos. O investimento para reforço do parque tecnológico atores-chaves para suportar a rede da regulação foi estimado em aproximadamente de 1,3 milhão de reais, dentre os atores respondentes, e o investimento estimado para as fase 1 e 3 oscila entre 1,2, podendo chegar a 10,5 milhões de reais se for adotada uma das soluções apresentadas.

Conclui-se que as medidas sugeridas para a Rede da Regulação são voltadas para a melhoria da qualidade do ambiente informacional regulatório, consistindo uma proposta integrada de soluções que apóie a melhoria do processo regulatório, seus mecanismos de prestação de contas, monitoramento e da qualidade da regulação como um todo.



Sumário

1. ESCOPO DOS TRABALHOS E DO RELATÓRIO	6
2. A GESTÃO DO CONHECIMENTO E O PAPEL DA REDE DA REGULAÇÃO.....	11
2.1. A REDE REGULATÓRIA E O PROCESSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	11
2.2. MARCO ESTRATÉGICO DA REDE.....	13
3. A CADEIA DE VALOR DA REGULAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS	15
3.1. A CONCEPÇÃO DA CADEIA DE VALOR	15
3.2. MAPEAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	19
4. CONCEPÇÃO DO MAPA INSTITUCIONAL	21
4.1. A ABORDAGEM DAS REDES SOCIAIS.....	21
4.2. O MODELO DE <i>POLICY NETWORKS</i>	22
4.3. O MAPA INSTITUCIONAL.....	23
4.4. A MATRIZ DE INFORMAÇÕES	28
4.5. DETALHAMENTO DO LEVANTAMENTO INFORMACIONAL.....	31
5. A TOPOGRAFIA DA REDE, CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÃO DAS FUNCIONALIDADES	34
5.1. DEFINIÇÃO DA TOPOGRAFIA DA REDE E CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO	34
5.2. DESENHO TECNOLÓGICO: IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS E FASES DE IMPLEMENTAÇÃO.....	38
5.3. LEVANTAMENTO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO INTERNO	46
5.4. BANCO DE INFORMAÇÕES DA REDE	52
6. PLATAFORMA DE BUSCA.....	54
6.1. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO.....	54
6.2. OMNIFIND ENTERPRISE EDITION (IBM)	55
6.2.1. <i>Detalhamento da Solução</i>	55
6.2.2. <i>Requisitos Tecnológicos</i>	57
6.2.3. <i>Investimento</i>	57
6.3. GOOGLE SEARCH APPLIANCE (GOOGLE).....	58
6.3.1. <i>Detalhamento da Solução</i>	58
6.3.2. <i>Requisitos Tecnológicos</i>	59
6.3.3. <i>Investimento</i>	59
6.4. FAST ENTERPRISE SEARCH PLATAFORM (MICROSOFT)	60
6.4.1. <i>Detalhamento da Solução</i>	60
6.4.2. <i>Requisitos Tecnológicos</i>	61
6.4.3. <i>Investimento</i>	63
6.5. SECURE ENTERPRISE SEARCH (ORACLE).....	63



6.5.1.	<i>Detalhamento da Solução</i>	63
6.5.2.	<i>Requisitos Tecnológicos</i>	65
6.5.3.	<i>Investimento</i>	65
6.6.	SEGURANÇA	66
7.	PADRONIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	68
7.1.	COMPATIBILIDADE DOS SITES (1ª ETAPA)	68
7.2.	HARMONIZAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DADOS (2ª ETAPA)	69
8.	PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO	71
8.1.	DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO	71
8.2.	PROPOSTA DE SOLUÇÃO	72
8.2.1.	<i>Astor (Optmedia)</i>	72
8.2.2.	<i>AT&T Connect (Consist)</i>	74
8.2.3.	<i>Investimento</i>	75
9.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO REGULATÓRIA	76
9.1.	DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO	76
10.	QUADRO RESUMO DAS SOLUÇÕES	80
11.	GOVERNANÇA DA REDE E O PAPEL DA UNIDADE COORDENADORA	83
12.	CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA REDE	85
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
ANEXO 1. BANCO DE DADOS DE PARTES INTERESSADAS		96
ANEXO 2. MATRIZ DE INFORMAÇÕES		136
ANEXO 3. INSTRUMENTOS DE LEVANTAMENTO DE REQUISITOS INFORMACIONAIS, FUNCIONAIS E TECNOLÓGICOS		162
ANEXO 4. LEVANTAMENTO DE DEMANDAS INFORMACIONAIS		167
ANEXO 5. LEVANTAMENTO DE SISTEMAS INFORMACIONAIS EXISTENTES		198
ANEXO 6. LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA		268
ANEXO 7. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELOS WEBSITES DOS ATORES		272



Presidência da República

ANEXO 8. PESQUISA DE BENCHMARK DE SISTEMAS/WEBSITES CONGÊNERES	349
ANEXO 9. SLIDES DA APRESENTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA REDE GOVERNAMENTAL DA REGULAÇÃO	353



1. Escopo dos trabalhos e do Relatório

O presente documento constitui a “Versão final da Rede Governamental da Regulação” (parcela 3) do contrato nº 113/2008 (Processo nº 00040.001022/2008-86) firmado entre a Presidência da República e o consultor Humberto Falcão Martins, cujo objeto é a prestação de serviço de consultoria individual, nacional, para apresentação de desenho de uma rede governamental que inclui o desenvolvimento de um banco de dados e informações, bem como sua implementação, ferramenta importante para se alcançar a melhoria da coordenação e do alinhamento entre políticas setoriais e o processo regulatório, conforme especificação constante do Termo de Referência (TDR) nº 04/2008.

De acordo com essa proposta, o estudo está dividido em duas grandes fases: desenho lógico (concepção funcional da rede) e desenho tecnológico (solução de TI). Estas fases e seus desdobramentos em termos de subfases, atividades, produtos e prazos, cuja síntese esquemática encontra-se disposta no quadro 1 e cujo cronograma encontra-se disposto no quadro 2.



Quadro 1. Síntese esquemática do Plano de Trabalho

Etapa	Sub-etapa	Atividades/metodologia	Produto	Prazo
Desenho lógico: a concepção da rede	Definição da cadeia de valor de regulação contendo seus elementos básicos (entradas, macro-processos, produtos e impactos) e partes interessadas	Elaborar a cadeia de valor de cada instituição regulatória (assim definidas no âmbito do PROREG) e identificar partes interessadas com base em pesquisa documental (legislação, documentos institucionais, web Page); Consolidar as cadeias de valor das instituições regulatórias com identificação das partes interessadas, buscando-se construir uma ou mais cadeias de valor da regulação; Validação da(s) cadeia(s) de valor consolidada(s) com grupo focal das instituições regulatórias e equipe do PROREG (mediante entrevista ou oficina).	Diagrama(s) de cadeia de valor da regulação com indicação das partes interessadas	15 dias
	Mapa institucional das partes interessadas e suas necessidades e exigências de informação e informações efetivamente trocadas (enviada e recebida, especificando-se objetos, temporalidade, meios de envio/recebimento, forma de codificação etc.)	Realizar entrevistas com representantes das instituições regulatórias e outras partes interessadas para levantar necessidades e exigências de informação; Consolidar o mapa institucional sob a forma de uma matriz de informações e planilha de detalhamento; Validar o mapa institucional com grupo focal das instituições regulatórias e equipe do PROREG (mediante entrevista ou oficina).	Relação de partes interessadas da cadeia de valor da regulação e suas necessidades e exigências de informação	30 dias
	Definição da topografia da rede: partes interessadas, objetos e fluxos básicos de informação	Identificar e mapear os fluxos básicos de informações e os nós (pontos de conexão que recebem e ou enviam informação) da rede com base na análise do mapa institucional; Plotar os nós sob a forma de um diagrama de topografia de rede, visualizando-se os nós, fluxos e relação entre eles; Validar o diagrama de topografia de rede com grupo focal das instituições regulatórias e equipe do PROREG (mediante entrevista ou oficina).	Diagrama de topografia de rede com indicação de partes interessadas, objetos e nós relacionais	45 dias



Quadro 1. Síntese esquemática do Plano de Trabalho

Etapa	Sub-etapa	Atividades/metodologia	Produto	Prazo
Desenho Tecnológico: a solução de TI	Definição de requisitos funcionais (coleta e inserção da informação; a categorização e o armazenamento das informações; a compactação e formatação das informações; a disseminação das informações; o uso e a forma de apresentação das informações)	Realizar consultas e estudos técnicos para elaboração de proposta de requisitos funcionais; Realizar estudos de viabilidade para determinar se a proposta de requisitos funcionais é viável, exequível, do ponto de vista técnico, financeiro e organizacional; Pesquisar experiências congêneres e casos referenciais; Validar a relação de requisitos funcionais com equipe do PROREG (mediante entrevista ou oficina).	Relação de requisitos funcionais em forma de estágios, funcionalidades e ações estratégicas propostas	75 dias
	Definição de requisitos tecnológicos (hardware, software, rede, humanware etc.)	Realizar consultas e estudos técnicos para elaboração de proposta de requisitos tecnológicos; Realizar análise de viabilidade para determinar se a proposta de requisitos tecnológicos é exequível do ponto de vista técnico, financeiro e organizacional; Validar a relação de requisitos tecnológicos com equipe do PROREG (mediante entrevista ou oficina).	Relação de requisitos tecnológicos em forma de especificações técnicas	90 dias
	Identificação de soluções tecnológicas compatíveis com os requisitos funcionais e tecnológicos e com os atributos do TOR	Realizar consultas e estudos técnicos para identificação de soluções tecnológicas compatíveis; Validar o mapa comparativo de opções tecnológicas com equipe do PROREG (mediante entrevista ou oficina).	Mapa comparativo de opções tecnológicas com avaliação para cada quesito e ranqueamento	100 dias
	Indicação fundamentada de solução(ões) em ordem de atendimento às especificações e atributos	Realizar consultas e estudos técnicos para fundamentação da(s) solução(ões); Validar a fundamentação da(s) indicação(ões) com equipe do PROREG (mediante entrevista ou oficina).	Fundamentação da(s) indicação(ões)	120 dias



Quadro 2. Cronograma

Etapas do Trabalho	Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4				Mês 5			
	Definição da cadeia de valor de regulação	█	█																	
Mapa institucional das partes interessadas			█	█																
Definição da topografia da rede					█	█														
Definição de requisitos funcionais							█	█	█	█										
Definição de requisitos tecnológicos										█	█	█								
Identificação de soluções tecnológicas compatíveis													█	█	█					
Indicação fundamentada de solução(ões)															█	█				
Validação e ajustes para geração da versão final																	█	█	█	█



Este relatório final contempla:

- a rede regulatória fundamentada em um processo maior de gestão do conhecimento;
- o marco estratégico da rede, compreendendo sua missão e seus objetivos específicos;
- a apresentação de uma proposta de cadeia de valor da regulação, contendo seus elementos básicos (entradas, macro-processos, produtos e impactos) e a identificação das partes interessadas;
- o mapa institucional das partes interessadas, o banco de dados de atores identificados;
- a apresentação dos resultados do levantamento de informações geradas e demandadas (enviada e recebida) estruturadas em uma matriz de informações e detalhamento com ênfase nas necessidades informacionais;
- a proposição da topografia da rede, contendo as partes interessadas, objetos e fluxos básicos de informação;
- a apresentação dos requisitos macro funcionais de soluções propostas e fases de implementação da rede, compreendendo: plataforma de busca; padronização das informações; plataforma de comunicação; e monitoramento e avaliação regulatória;
- a apresentação dos resultados do levantamento de sistemas de informações existentes, seu propósito e informações geradas e o parecer técnico sobre as necessidades de investimento nos parques tecnológicos dos atores que compõem os nós principais da rede;
- a análise das soluções existentes no mercado, seus requisitos tecnológicos e estimativa de investimento;
- a proposição de um modelo de governança corporativa da rede;
- a realização de considerações finais sobre o desenvolvimento do estudo.



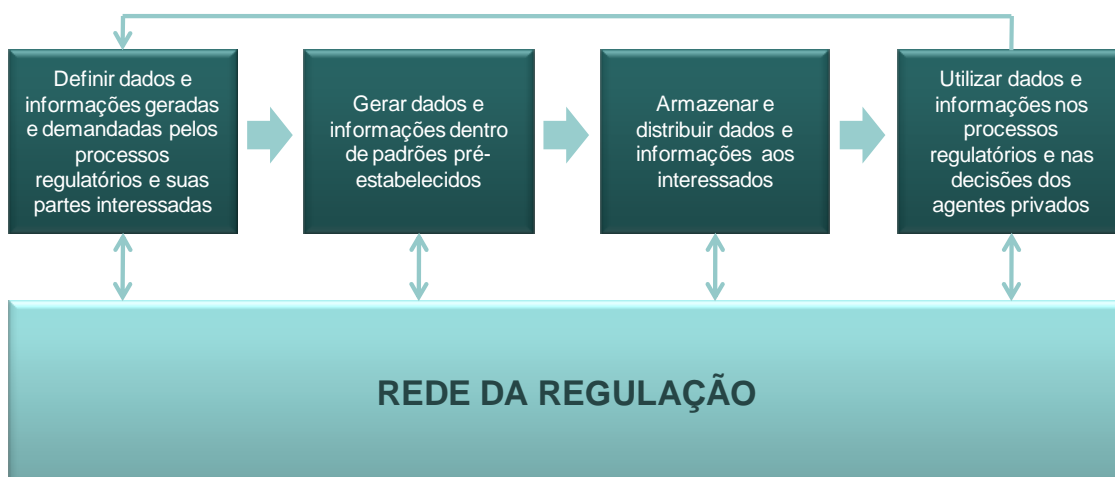
2. A Gestão do Conhecimento e o papel da Rede da Regulação

2.1. A rede regulatória e o processo de gestão do conhecimento

A concepção da rede governamental da regulação surge a partir do reconhecimento da gestão do conhecimento como um instrumento essencial para a melhoria do desempenho das organizações. O valor do conhecimento embutido nos quadros de colaboradores passa a figurar como um ativo intangível de grande relevância.

A gestão do conhecimento prima pela disseminação dos conhecimentos que compõe a organização e nesse processo envolve a incorporação de novas tecnologias e produtos, abrangendo pessoas, organizações e o seu ambiente. Sinteticamente, a gestão do conhecimento pode ser compreendida como resultado da oferta de serviços de acesso a base de dados de conhecimento (internos e externas) que guardam relação intrínseca com os processos operacionais e gerenciais das instituições. A figura 1 ilustra os principais processos da gestão do conhecimento e sua relação com a rede da regulação.

Figura 1. A rede como parte de um processo maior de gestão do conhecimento





Na esfera governamental, a gestão do conhecimento possibilita elevar a efetividade da ação pública ao propiciar o tratamento de temáticas relevantes para a sociedade de modo competente, eficiente e tempestivo, permitindo às organizações públicas gerarem aprendizado e tratarem desafios não esperados, rapidamente e adequadamente. Nesse sentido, busca-se criar bases para que as organizações públicas, organizações não governamentais, agentes do mercado, cidadãos e outros atores sociais atuem em parceria com o Estado na implementação de processos regulatórios, promovendo a mobilização social, a fortalecimento das condições de serviços a população, por meio da construção, manutenção e ampliação do capital social e do capital intelectual dos arranjos entre instituições e indivíduos.

Nesse contexto, o governo possui o papel relevante de disseminador de sua capacidade de produção de conhecimento para a sociedade, possibilitando, com maior qualidade possível, bens tangíveis e intangíveis e serviços aos públicos atendidos e suas partes interessadas. Sendo assim, torna-se fundamental que as entidades governamentais viabilizem sistematicamente, levantamentos e pesquisas segundo métodos e técnicas de gestão do conhecimento para melhor analisar demandas sociais e organizacionais (estatal ou não) e definir as melhores estratégias de compartilhamento de conhecimento, em prol de uma atuação regulatória efetiva.

O uso intensivo de soluções baseadas em TIC propicia, entre outros, a elevação da gestão do conhecimento como um dos desafios organizacionais e gerenciais mais significativos. Na sociedade onde o conhecimento passa a condição de um dos ativos intangíveis mais valiosos, tornando, assim, a gestão efetiva do conhecimento uma prioridade. É fato a necessidade de se inserir e manter na agenda pública o reconhecimento de que a informação e a comunicação desempenham um papel estratégico na cultura, na economia, na política e na sociedade.

Portanto, a rede da regulação propõe formas de apropriação de tecnologias de informação e comunicação para a contribuição a uma abordagem maior de gestão do conhecimento, de disseminação e uso de informação ampla e equilibrada, visando o desenvolvimento dos atores que compõem a rede regulatória.



2.2. Marco Estratégico da Rede

A proposta da Rede da Regulação é criar um ambiente favorável ao desenvolvimento no âmbito nacional, mediante a aplicação do potencial da tecnologia para a melhoria regulatória, identificando iniciativas em curso e trabalhando para aumentar a sinergia entre elas. Há que se identificar soluções de TI, como um instrumento, um meio para se promover o desenvolvimento das partes interessadas, garantindo bem-estar e melhorando o modelo de funcionamento da regulação como um todo, apoiando, assim, a gestão do conhecimento.

Para isso, a solução deverá propiciar a coleta, tratamento, armazenamento e disponibilização de dados e informações entre os agentes envolvidos na regulação, e ainda, primar por:

- integrar todos os atores envolvidos nas políticas regulatórias;
- utilizar linguagens e conceitos unificados;
- ser flexível em seu aspecto funcional e tecnológico;
- estruturar e facilitar, mas não esgotar a troca de informações entre as partes.

Gerir a informação na rede regulatória sugere, em alguma extensão, promover o *empowerment* das partes envolvidas na rede, propiciando o acesso à informação e a participação no processo de tomada de decisão da política pública. Nesse sentido, a importância da informação fidedigna e compartilhada nos processos de gestão de políticas, em particular, nos processos regulatórios, é inconteste, sendo essencial a constituição de um sistema de informações sobre o desempenho da regulação, para o aprendizado organizacional e para a gestão do conhecimento.

Não obstante, a principal questão crítica da adequação das soluções de tecnologia da informação é a definição de seus requisitos tecnológicos de forma alinhada com os requisitos lógicos (em termos de funcionalidade, utilidade e valor agregado) das instituições que das informações se beneficiarão. Dessa forma, apresenta-se uma proposição de missão e objetivos estratégicos ilustrados na figura 2, abrangendo as premissas supracitadas, informações levantadas em entrevistas e oficinas, e os aspectos direcionadores do termo de referência.



Figura 2. Marco Estratégico da Rede da Regulação

Missão	Promover um ambiente simples, colaborativo e integrado, assegurando a legitimidade, qualidade e transparência de informações do sistema regulatório e o aprendizado dos atores envolvidos	
Objetivos Estratégicos	Planejamento	Dotar os atores de informações de qualidade e confiabilidade em todo o sistema regulatório, a fim de satisfazer as necessidades informacionais das partes interessadas.
	Avaliação	Permitir o acompanhamento e a avaliação do sistema regulatório e melhorar a qualidade e a efetividade de seus serviços.
	Otimização de Processos	Promover a melhoria dos processos da regulação, por meio da tecnologia, compartilhamento de conhecimento e acessibilidade à informação, suportando a tomada de decisão e o trabalho cooperativo.
	Accountability e Controle Social	Aprimorar a transparência, o atendimento e a comunicação com e entre os públicos, visando minimizar a assimetria de informações.
	Privacidade e segurança	Garantir a confiabilidade da informação, a privacidade dos dados e a segurança dos processos de interação/integração entre os agentes.



3. A Cadeia de Valor da Regulação e a identificação das partes interessadas

3.1. A concepção da Cadeia de Valor

Com a finalidade de compreender a natureza e o papel da regulação no Brasil, optou-se pelo uso da cadeia de valor como um instrumento de facilitador da representação do universo de análise, permitindo, além de uma melhor compreensão do ambiente regulatório, a identificação as partes interessadas.

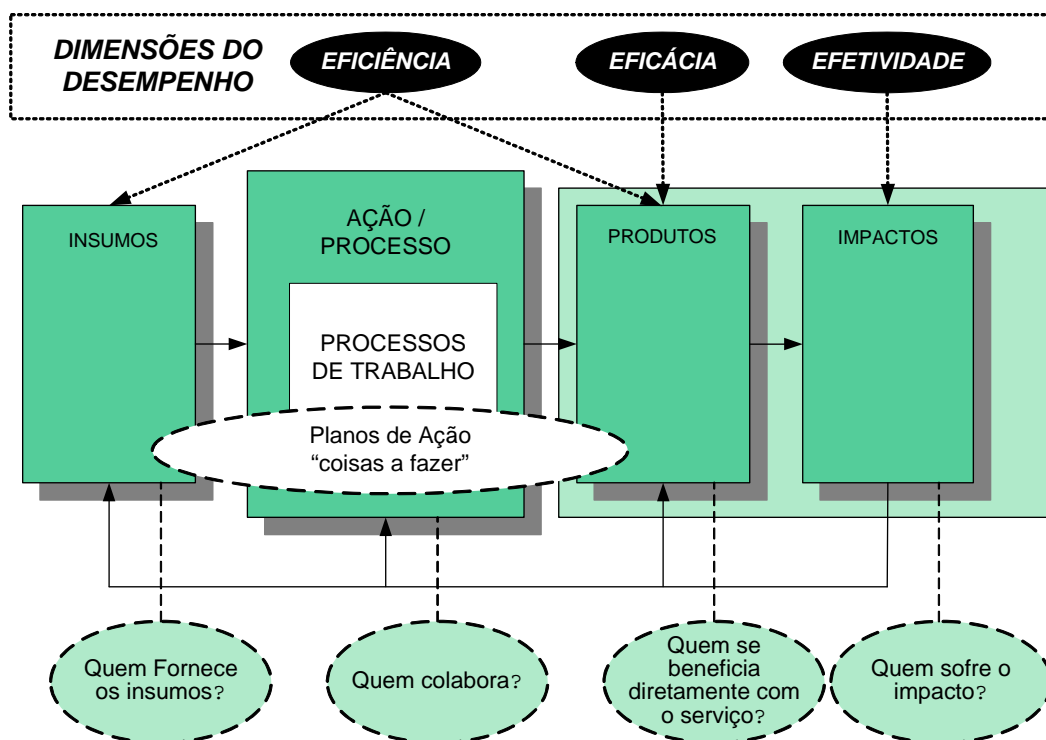
A cadeia de valor é definida como o levantamento das ações ou processos necessários para gerar e entregar produtos ou serviços a beneficiários. É uma tentativa de representação do processo regulatório e permite a visualização do valor ou do benefício agregado pelo processo. Por essa razão, a metodologia da cadeia de valor também apresenta utilidade na explicitação dos resultados e impactos da rede regulatória.

Os elementos essenciais da cadeia de valor são as entradas, ações transformadoras (macroprocessos), saídas e impactos que estão sujeitos a uma relação de causa e efeito. Ou seja, estabelece quais produtos ou serviços os macroprocessos entregam, define os impactos que os macroprocessos pretendem alcançar (quais os resultados pretendidos), quais são os macroprocessos necessários que geram os produtos ou serviços estabelecidos e quais insumos são necessários.

Este tipo de representação permite também que se identifiquem as partes interessadas que atuam ao longo da cadeia de valor de uma política pública ou de um conjunto de processos governamentais, tal como é o caso da regulação. A figura 3 abaixo busca ilustrar este conceito.



Figura 3. Representação esquemática da Cadeia de Valor



Com base em pesquisa documental (legislação, documentos institucionais, websites) foi elaborada uma proposição cadeia de valor da regulação. Por meio deste diagrama, foi possível listar os principais atores ou partes interessadas (pessoas, grupos claramente definidos ou entidades identificáveis) internos e externos que de alguma forma influenciam ou são influenciados pelos objetivos do objeto em questão (a regulação), alguns vínculos de atores podem ser observados pelas perspectivas:

- aqueles que influenciam (são influenciados) a (pela) atuação regulatória a partir dos inputs;
- aqueles que influenciam (são influenciados) a (pela) atuação regulatória a partir dos seus outputs;
- aqueles que influenciam (são influenciados) a (pela) atuação regulatória a partir de seus macroprocessos; e
- aqueles que influenciam (são influenciados) a (pela) atuação regulatória a partir de sua interação com o macroambiente.

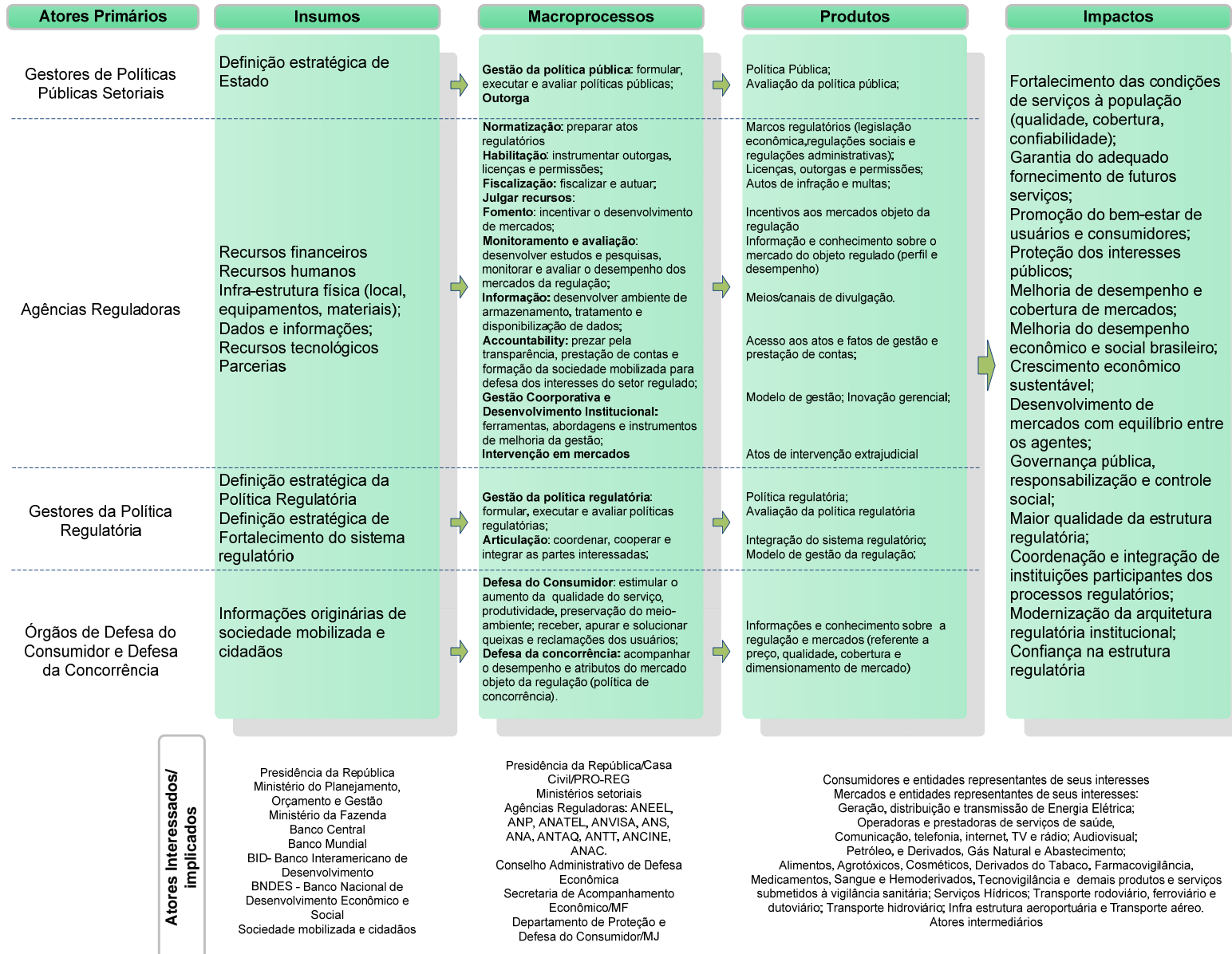


Presidência da República

A cadeia de valor proposta por este trabalho almeja fornecer uma visão ampla e global sobre os fatores relacionados às competências essenciais do processo regulatório e seus principais atores envolvidos, conforme ilustra a figura 4.



Figura 4. Cadeia de Valor da regulação e identificação de partes interessadas



Atores transversais: Poder Judiciário, Congresso Nacional, Ministério Público, Mídia, Comunidades Científicas, Organismos Internacionais, Entidades de Classe



3.2. Mapeamento das partes interessadas

O objetivo da primeira etapa do trabalho é, portanto, conceber um desenho lógico para a rede governamental regulatória e, para isso, é imprescindível a identificação de atores envolvidos sobre esta temática em foco e como eles interagem entre si. Diante da condição do ambiente de regulação no Brasil os agentes formam um quantitativo bastante amplo, tornando complexo o processo de identificação minuciosa dos atores envolvidos.

Nesse contexto, foi realizado o mapeamento das instituições interessadas em compor a rede, procurando levantar observações e arranjos de vinculação, para que seja viável conhecer e classificar a realidade de agentes para a efetiva constituição de uma rede cooperativa.

O mapeamento das partes interessadas foi baseado no levantamento documental, consultas à legislação e websites, e orientadas pelo diagrama da cadeia de valor. A partir deste levantamento preliminar, foi constituída uma base de dados contendo 539 instituições relacionadas à pauta da regulação. A lista extensa de entidades envolvidas é parcial e está apresentada no Anexo 1 deste relatório, demonstrando o volume de agentes compreendidos pela rede.

A figura 5, a seguir, ilustra a estrutura utilizada para o desenvolvimento do inventário de instituições da rede. Vale ressaltar que o banco de dados está em constante atualização e a tendência é o incremento do quantitativo de atores abrangidos pela rede.



Presidência da República

Figura 5. Estrutura do banco de dados de partes interessadas

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
1	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	Agência Reguladora	Setor de energia elétrica	Ministério de Minas e Energia
2	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP	Agência Reguladora	Setor de Petróleo	Ministério de Minas e Energia
3	Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	Agência Reguladora	Setor de Telecomunicações	Ministério das Comunicações
4	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	Agência Reguladora	Setor de Segurança sanitária sobre alimentos e medicamentos	Ministério da Saúde
5	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS	Agência Reguladora	Setor de Assistência Suplementar à Saúde	Ministério da Saúde
6	Agência Nacional de Águas – ANA	Agência Reguladora	Setor de Água	Ministério do Meio Ambiente
7	Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ	Agência Reguladora	Setor de Portos	Ministério dos Transportes
8	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	Agência Reguladora	Setor de Transportes Terrestres	Ministério dos Transportes
9	Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Agência Reguladora	Setor de Indústria Cinematográfica	Ministério da Cultura
10	Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC	Agência Reguladora	Setor de Aviação Civil	Ministério da Defesa
11	Presidência da República Federativa do Brasil / Casa Civil	Poder Executivo		
12	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Poder Executivo		Agência Nacional de Águas
13	Ministério da Ciência e Tecnologia	Poder Executivo		
14	Ministério da Cultura			
		Associações de Classe		ANEEL
530	APINE - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica	Associações de Classe		ANEEL
531	APMPE - Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica	Associações de Classe		ANEEL
532	ARIAE - Associação Iberoamericana de Entidades Reguladoras do Setor Elétrico	Associações de Classe		ANEEL
533	Comisión de Integración Energética Regional - CIER	Órgãos Internacionais		ANEEL
534	International Energy Agency - IEA	Órgãos Internacionais		ANEEL
535	Energy Information Administration - EIA	Órgãos Internacionais		ANEEL
536	Institute of Electrical and Electronics Engineers - IEEE	Órgãos Internacionais		ANEEL
537	Institution of Electrical Engineers - IEE	Órgãos Internacionais		ANEEL
538	International Electrotechnical Commission - IEC	Órgãos Internacionais		ANEEL
539	Organização Latino Americana de Energia - Olade	Órgãos Internacionais		ANEEL



4. Concepção do Mapa Institucional

4.1. A abordagem das redes sociais

O mapeamento das instituições tornou possível visualizar as relações e vínculos existentes entre as partes que compõem a rede da regulação. O termo rede adotado neste trabalho é visto não apenas sob o ponto de vista tecnológico, mas principalmente sob uma perspectiva analítica que acentua os aspectos das relações dos atores. Utiliza-se a nomenclatura “rede” como uma metáfora para definir e entender esta realidade interinstitucional e social. Esta abordagem é empregada, entre outros, na metodologia de análise de redes sociais e se baseia no fato de que a melhor maneira de entender qualquer ator é estabelecendo-o como um nó em uma rede de relações sociais. Dessa forma, emerge o desenho de rede quando são explicitadas as aproximações entre as partes estabelecendo suas relações de interesses que se desenvolvem e se modificam conforme a atuação de cada ator. Assim, as partes delineiam e expandem a rede conforme sua inserção no contexto regulatório.

Conceitualmente, as redes constituem a partir de quatro características:

- as redes são compostas de atores com capacidades de tomar decisões independentes, no sentido de que as partes desfrutam de certa autonomia;
- sobre a rede se utiliza a negociação e acordos mútuos para a tomada de decisões;
- a interação entre os membros da rede são iterativas, e os agentes mantêm relações estáveis e continuadas;
- as redes são formadas por atores que são interdependentes entre si e que dispõem de recursos que outras partes necessitam.

Portanto, as redes sociais formam uma miscelânea de atores que, em alguns modelos, primam pelo compartilhamento de informações, e em outros, há a busca para o alcance de objetivos comuns.

Uma das estratégias utilizadas para iniciar uma rede é pelo o compartilhamento da informação e do conhecimento, mediante as



relações entre atores que as integram. No âmbito das redes sociais, cada agente tem clara sua função e identidade. A relação com outros atores tende a constituir um todo coeso que representa a rede, possibilitando a formação de diversas configurações dinâmicas.

Em suma, as redes representam um conjunto de agentes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados. Pode-se entender que a rede é uma estrutura não-linear, descentralizada, flexível, sem limites definidos, estabelecendo-se por relações horizontais de cooperação.

Baseado em seu dinamismo, a rede, no ambiente regulatório, poderia funcionar como um espaço de compartilhamento de informação e do conhecimento. Espaços que podem ser presenciais e/ou virtuais, em que agentes com objetivos convergentes compartilham experiências, criando bases e gerando informações relevantes para o setor em que atuam.

Por conseguinte, é possível inferir que as redes são recursos importantes, em virtude de manterem canais e fluxos de informação, cuja confiança e o respeito entre atores os aproximam e os levam ao compartilhamento de informações que incide no conhecimento detido por eles, modificando-o ou ampliando-o. O direcionamento dos fluxos de informação pode fortalecer e delinear uma rede, propiciando sinergia às funções nela desdobradas. A informação, elemento estratégico essencial, mobiliza as redes e as torna um vetor estratégico importante.

A necessidade de informação é inerente às partes que formam a regulação. O caminho natural para buscá-la é o das redes, especialmente por meio dos pares mais próximos e ajustados. Mediante o uso da informação, a condição existente modifica-se, expandindo o conhecimento que vai fortalecer o fluxo da informação e respaldar os processos da regulação em esferas individuais e coletivas.

4.2. O modelo de *policy networks*

A rede de atores da regulação identificados é caracterizada pelas interdependências assimétricas, pela incerteza e pela complexidade das questões que demandam a regulação. Nesse sentido, vale explicitar os aspectos conceituais inerentes às *policy networks*. A rede



de políticas públicas (*policy network*) se caracteriza como uma cultura e um entendimento comum sobre a natureza dos problemas e do processo decisório dentro de um domínio de política setorial. A *policy network* apresenta relações relativamente estáveis, que são interdependentes e não hierárquicas, ligando entre si uma variedade de atores que compartilham interesses comuns acerca de uma política pública e que intercambiam recursos na busca da consecução desses interesses compartilhados, reconhecendo que o caminho da cooperação é o melhor modo de se atingir os objetivos comuns. A rede necessita de considerável regularidade e amadurecimento para que possa emergir a confiança entre seus entes e se estabelecer opiniões e valores cada vez mais convergentes. Com esse intuito, objetiva-se por promover uma estrutura horizontalizada de competências e com alta densidade comunicativa, inter-relacionado a um controle mútuo comparativo. A solução de TIC objetiva armazenar, tratar e disponibilizar dados e informações de forma a auxiliar a aproximação e o fortalecimento desses atores.

4.3. O Mapa Institucional

A etapa de identificação dos atores permitiu estabelecer grupamentos conforme as características semelhantes das partes interessadas. Em função do volume de agentes identificados, o grupamento das partes possibilita constituir um mapa institucional, visualizando as inter-relações entre os agrupamentos que compõe a rede da regulação.

Deste trabalho surgiram grandes blocos assim constituídos:

- Bloco 1 – Agentes privados: composto dos mercados, públicos consumidores, entidades de classe e outras entidades da sociedade civil. Estas entidades interagem entre si de maneira bem definida. Este bloco identifica as entidades que recebem diretamente a ação regulatória.
- Bloco 2 – Agentes públicos: composto das Agências Reguladoras, Ministérios Setoriais, Casa Civil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, e órgãos de defesa do consumidor e da competitividade. Este bloco identifica uma pluralidade de atores governamentais responsáveis pela formulação e



Presidência da República

execução da política setorial e do processo regulatório, bem como os órgãos de apoio à regulação.

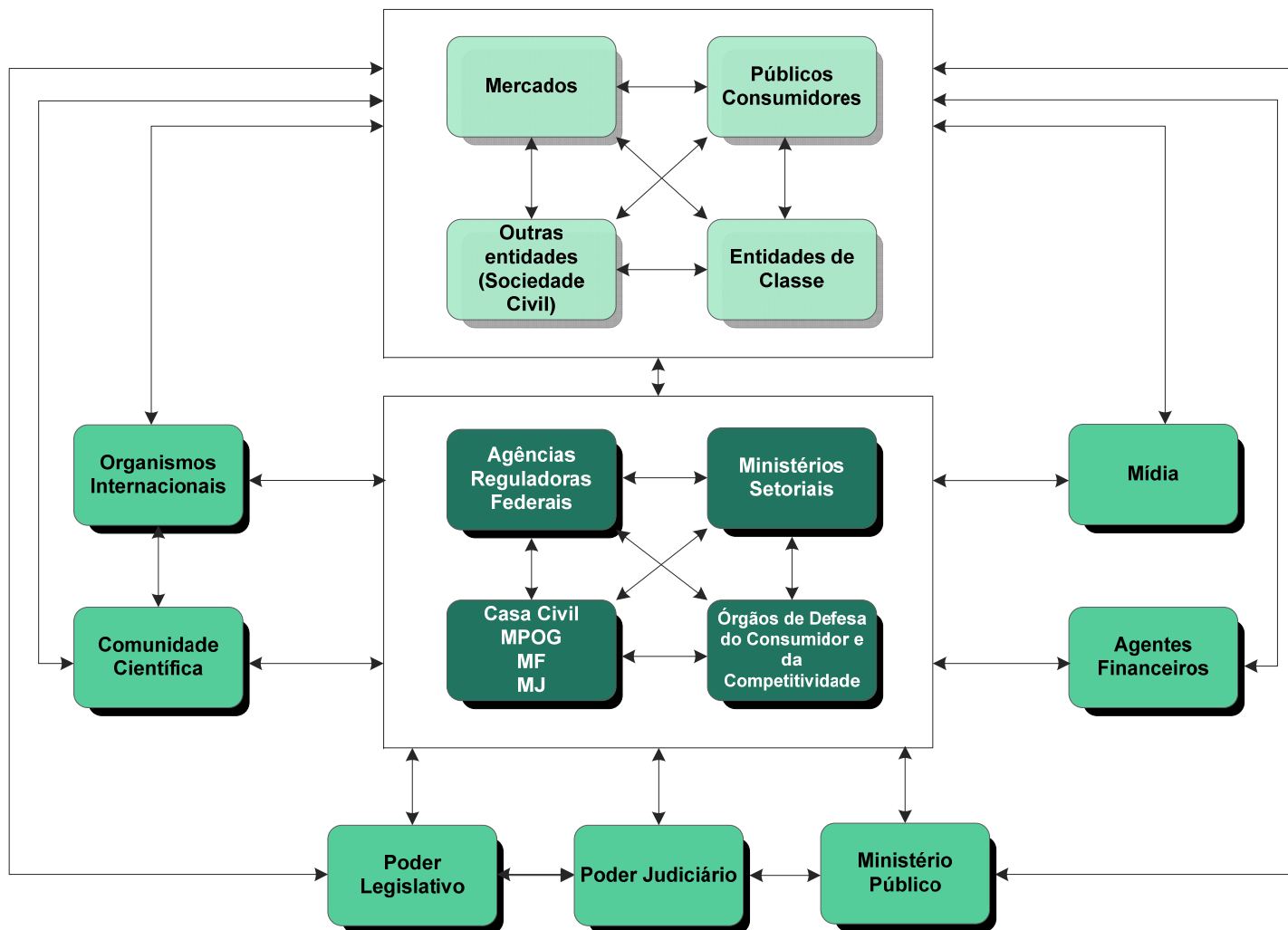
- Bloco 3 – Agentes transversais: constituído pelas entidades do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, que normatizam e fazem cumprir as leis do setor regulatório; e por entidades relacionadas à mídia, agentes financeiros, organismos internacionais e comunidade científica. Este bloco, não menos importante, é transversal aos demais agentes como implicado ou implicador no processo regulatório. Apresentam papéis significativos como divulgadores e promotores da regulação, em algumas situações também exercem a função de fiscalizadores da regulação e contribuem para o aperfeiçoamento e modernização do setor.

Em síntese, o Mapa de Institucional mostra como as partes agrupadas se ligam mutuamente. A figura 6 mostra um mapa de relacionamento dos blocos de atores que compõe a rede. Ressalta-se que por meio do diagrama do mapa institucional é observado que, em última análise, todos os grupos/blocos possuem interlocução entre si e com outros grupos/blocos de atores.



Presidência da República

Figura 6. Mapa Institucional





Presidência da República

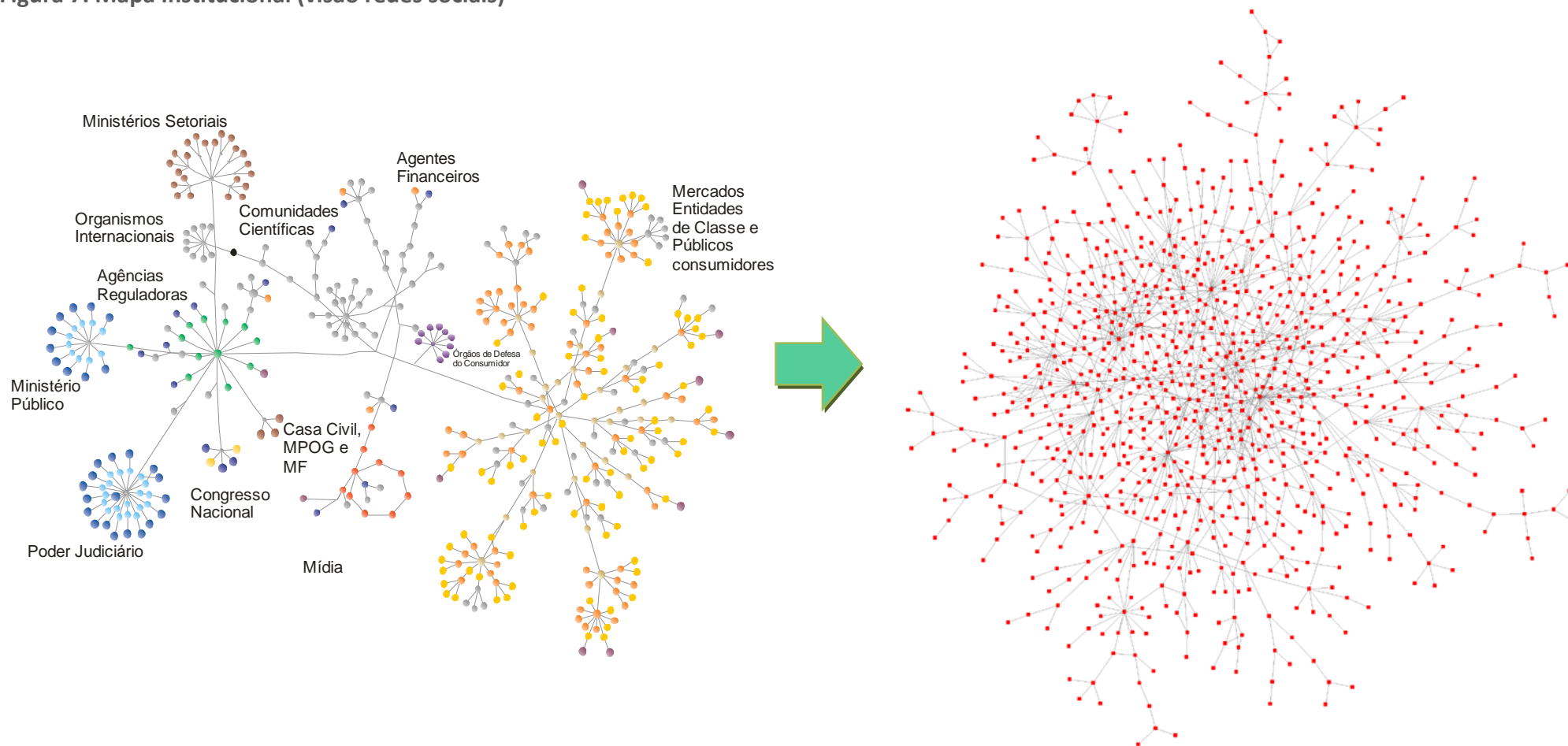
O mapa apresentado na figura 6 representa uma simplicidade lógica para a clara compreensão dos atores inter-relacionados em rede, que ao se aproximar de um desenho semelhante das representações de redes sociais, apresentará um delineamento mais orgânico, conforme ilustrado na figura 7.

A figura 7 é uma tentativa de ilustrar, à esquerda, os principais fluxos de relacionamentos entre os agentes da rede e, a sua direita, a tendência, segundo a proposição de viabilizar, a médio e longo prazo, a formação de novos fluxos, abrindo canais de comunicação que permita conexões entre grande parte dos atores da rede.



Presidência da República

Figura 7. Mapa Institucional (visão redes sociais)





4.4. A Matriz de Informações

Para a elaboração da matriz de informações da rede, foi realizado o primeiro esforço de levantamento de informações a partir de uma seqüência de entrevistas e oficinas com diversas entidades representativas dos blocos 1 e .2 definidos pelo mapa institucional (figura 6).

Com base no inventário dos atores da rede e na análise da cadeia de valor, permitiu-se delinear um primeiro esboço dos principais grupos de informações regulatórias, relacionadas a seguir:

- Política Setorial (diretrizes, resultados e ações);
- Gestão regulatória (resultados, ações, atos de gestão etc.);
- Mercados Regulados (características dos setores, resultados, ações, atos de gestão etc.);
- Marcos regulatórios (legislação e normas em vigor e em andamento);
- Instituições outorgadas, licenciadas ou autorizadas por mercado;
- Orçamento (Dotação, destinação, valores); Capacidade orçamentária e financeira;
- Aportes financeiros (Fontes e origem de recursos e destinações);
- Recursos arrecadados (originários de multas e infrações)
- Recursos Humanos (dados sobre o corpo funcional - cargo, função, carreira, formação);
- Estrutura física (bens patrimoniais, localização);
- Recursos tecnológicos (inventário de recursos tecnológicos, função e aplicação - ex.: equipamentos para atuação em mercados específicos);
- Registro de instituições parceiras/vinculadas (contatos, objetivo das parcerias);
- Ações em andamento sobre a defesa do consumidor: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e providências;



- Análises de Impacto Regulatório: estudos, pareceres técnicos etc.;
- Inovações regulatórias e gerenciais (modelos e melhores práticas);
- Atos oficiais e ações de coordenação, integração e fortalecimento dos atores da rede de regulação;
- Instituições autuadas e multadas por setor;
- Instituições sob a ação fiscalizatória por setor;
- Linhas de fomento aos mercados;
- Instituições beneficiadas com incentivos;
- Recursos investidos com incentivo/fomento aos mercados;
- Atos de intervenção extrajudicial em mercado;
- Andamento de processos judiciais;
- Andamento de propostas legislativas;
- Ações em andamento sobre a defesa da concorrência.

A Matriz apresenta suas colunas formadas pelos grupos de partes interessadas, as linhas por objetos (tipos de informação) e as células de preenchimento que são alimentadas quando relacionadas à(s) parte(s) interessada(s). Possuindo os elementos da estrutura da matriz de informações (grupo de atores e grupo de informações), foi realizado um conjunto de entrevistas e oficinas com o objetivo principal de identificação das informações que os atores geram ou necessitam e em que extensão estas informações deveriam/poderiam integrar a rede da regulação. O quadro 3 apresenta a lista de entrevistas e oficinas conduzidas para o levantamento de dados .

Quadro 3. Levantamento de informações

Datas	Entrevistas e Oficinas
03/03/09	Entrevista com entidade de classe do setor de Energia: Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel)
04/03/09	Entrevista com entidade de classe do setor de Transportes: Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (Abrati)



Datas	Entrevistas e Oficinas
04/03/09	Entrevista com entidade de classe do setor de Saúde: Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma)
04/03/09	Entrevista com instituição de defesa do consumidor: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)
05/03/09	Oficina com setorial de Energia (Aneel, ANP, MME e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)
05/03/09	Oficina com setorial de Cultura (Ancine, MinC e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)
06/03/09	Oficina com setorial de Transportes (Antt, Antaq, Anac, MT, MD e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)
06/03/09	Oficina com setorial de Comunicações (Anatel, MCom e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)
06/03/09	Oficina com setorial de Saúde (ANS, Anvisa, MS e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)

O mapa institucional, ilustrado na figura 6, é constituído pelos fluxos de informações coletadas em oficinas que permeiam a rede regulatória. A Matriz de Informações é o instrumento utilizado para o mapeamento e ordenação de informações, permitindo o seu detalhamento, segundo as necessidades e efetivas trocas entre as partes na rede. A matriz de informações, além de ser um banco de informações relevantes para a concepção do desenho lógico da rede, propicia dois tipos de análise:

- análises horizontais, a partir dos objetos, buscando-se identificar fluxos de informações dentre diversas partes interessadas;
- análises verticais, a partir das partes interessadas, buscando-se identificar fluxos de informações dentre objetos.

Em suma, a matriz de informações é parte integrante do mapa institucional e auxilia a identificar as ligações entre demandas e ofertas informacionais pelos grupos de atores e grupos de informações. A figura 8. Ilustra um extrato da matriz de informações. A íntegra do levantamento de dados preliminar consolidado na matriz de informações está detalhada no Anexo 2 deste documento.



Figura 8. Estrutura da Matriz de Informação - dados e informações gerados e demandados

Tipo de Informação	Grupos de Partes Interessadas													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados	Públicos Consumidores	Entidades de Classe e Profissionais	Congresso Nacional	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
1 Política Setorial (diretrizes, resultados e ações)	PPA (PAC) - SIGPLAN	Decretos, portarias (telecomunicações, radiodifusão) (Mcom) Atos do CONAC (MD) Plano Decenal Plano Nacional de Energia Plano de Desenvolvimento do Biodiesel Política de segurança energética (MME) Programas de Outorgas na área de infra-estrutura; Modelagem para as outorgas (MT) Regulamentos e atos sobre radiodifusão (MC)	Plano de Geologia e geofísica Programa de licitações de blocos e biodiesel (ANP) Programa Mais Saúde (PlamSus) (ANVISA E ANS) Política de Qualificação da Saúde Suplementar (ANS) Atos formais das Diretorias colegiadas (resoluções, deliberações, planos de trabalho, relatórios de atividades, acordãos) (ANAC, ANTAQ e ANTT)	Programa de Defesa do consumidor no âmbito do PPA; Ações e resultados dos regulamentos de defesa do consumidor										
2 Gestão regulatória (resultados, ações, atos de gestão etc.)	avaliação do impacto regulatório	Ações de transparência em radiodifusão (titulares das concessões, prazos, abrangência da concessão etc.) (MC) Indicadores de progresso (físico/financeiro) dos programas (SIGPLAN), no âmbito da regulação (M dos Transportes (MT)	Contratos de gestão; Relatórios de Gestão; Contas Públicas; Atas da Diretoria Colegiada; (ANS) Ações de transparência em telecomunicações (prestadores, prazos, abrangência da concessão etc.) (ANATEL) Relatórios consolidados do PAC e suas implicações no mercado de transportes. Medidas legislativas e resoluções regulatórias para o setor; Inspecções realizadas; TACs firmados; metas contratuais; índices de produtividade e de segurança; produção realizada; Quantidades, tipos de ações e resultados (ANTT)	Monitoramento dos regulamentos em defesa do consumidor										

4.5. Detalhamento do levantamento informacional

Após a análise da Matriz de Informações, identificou-se que o primeiro esforço de levantamento proporcionou a compreensão das principais transferências de informações com proeminência, até então, nas informações disseminadas pelos atores. Nesse sentido, foi identificada a necessidade de uma segunda etapa de levantamento, propiciando o aprofundamento especificamente nas demandas informacionais por parte dos atores que constituem a rede

Esta etapa de levantamento foi estruturada em modelo de reuniões nas organizações, visando obter maior aprofundamento na coleta de dados. Nesse sentido, foi elaborada uma agenda de reuniões e realizou-se 18 reuniões com órgãos e entidades, e estabelecido um



roteiro de levantamento de requisitos informacionais, funcionais e tecnológicos, ilustrado no Anexo 3.

Nas reuniões, participaram pessoas com visão global da instituição e responsáveis pela área de TI, apresentando-lhes ao instrumento de levantamento. As organizações visitadas, bem como suas datas de realizações estão detalhadas no quadro 4 abaixo.

Quadro 4. Levantamento detalhado de informações

Datas	Reuniões com Órgãos e Entidades
07/04/09	ANTAQ
08/04/09	DPDC/MJ
09/04/09	ANATEL
13/04/09	CADE
14/04/09	ANS
15/04/09	ANAC
15/04/09	ANTT
16/04 /09	ANEEL
16/04/09	ANVISA
17/04/09	DPDC/MJ
17/04/09	ANTAQ
20/04/09	ANCINE
24/04/09	ANA
30/04/09	ANVISA
05/05/09	IDEC
07/05/09	ANP
08/05/09	ANATEL
11/05/09	IDEC

O aprofundamento necessário ao levantamento das demandas informacionais foi constituído de modo a agregar valor aos atores envolvidos na rede. A prioridade está na identificação das necessidades de informações, ou seja, em especificar as demandas informacionais que gerem valor aos atores vinculados à rede. Por sua vez, a ênfase no mapeamento das demandas reforça a preocupação com o atendimento às questões relevantes das partes interessadas, partindo da premissa de ser indispensável conhecer as necessidades dos atores, para se então, direcionar o desenvolvimento da rede para a resolução de necessidades.



As reuniões de segunda etapa priorizaram os atores do Bloco 1 (Figura 6. Mapa Institucional), cujos objetivos foram além do levantamento, pois se buscou constituir aproximações, estabelecer parcerias e formar alianças dos atores com a Rede da Regulação, promovendo uma abertura para reflexão e identificação de oportunidades para cada órgão ou entidade visualize na rede regulatória.

A figura 9, abaixo, apresenta um extrato de informações apresentadas pelos atores consultados, sobre quais tipos de informações podem gerar valor para a melhoria de eficiência do trabalho, subsidiado pelo acesso a estas informações via rede. O quadro completo é apresentado no Anexo 4. Levantamento de Demandas Informacionais.

Figura 9. Estrutura Detalhamento das informações com ênfase nas demandas por órgão

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confidencialidade
Antaq	Legislação, normativos diversos e programas de fomento inerentes ao subssetor portuário	MT e SEP-PR; CONIT; BNDES	Não
Antaq	Deliberações/decisões/acórdãos de interesse para o subssetor portuário	ANTT, ANP, Anvisa, MT, SEP-PR, TCU, RFB, Marinha do Brasil, órgãos de defesa da concorrência (CADE, SDE/MJ e SEAE/MF); BACEN, SUSEP, CVM. Siscomex-MF	Não, exceto, em casos específicos, órgãos de defesa da concorrência, Siscomex, SUSEP, CVM.
Antaq	Produção realizada e produtividades auferidas; investimentos em obras civis e equipamentos realizados/projetados; estatísticas de movimentação realizada; tarifas e preços praticados, etc.	ABTP, ABRATEC, ABEPH, Comissão Portos	Não
Antaq	Deliberações/decisões/acórdãos/portarias de interesse para o subssetor portuário	ANTT, ANP, Anvisa, MT, SEP-PR, MMA, CONIT, CONAMA, Ibama, TCU, RFB, Marinha do Brasil, órgãos de defesa da concorrência (CADE, SDE/MJ e SEAE/MF)	Não



5. A topografia da rede, considerações e proposição das funcionalidades

5.1. Definição da topografia da rede e considerações sobre o contexto

A definição da topografia da rede (partes interessadas, objetos e fluxos básicos de informação) foi determinada por meio do levantamento e avaliação de informações das entrevistas, oficinas e reuniões com diversos atores representativos, propiciando a identificação de um conjunto seletivo de grupos de informações regulatórias que poderiam/deveriam ser ressaltadas na proposta de desenho da rede, a saber:

- Política Setorial (diretrizes, resultados e ações);
- Gestão regulatória (resultados, ações, atos de gestão etc.);
- Mercados Regulados (características dos setores, resultados, ações, atos de gestão etc.);
- Marcos regulatórios (legislação e normas em vigor e em andamento);
- Instituições outorgadas, licenciadas ou autorizadas por mercado;
- Recursos Humanos (dados sobre o corpo funcional - cargo, função, carreira, formação);
- Estrutura física (bens patrimoniais, localização);
- Ações em andamento sobre a defesa do consumidor: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e providências;
- Análises de Impacto Regulatório: estudos, pareceres técnicos etc.;
- Ações em andamento sobre a defesa da concorrência.

Além disso, o diagnóstico dos elementos em análise assinalou questões sobre o contexto maior em que a rede da regulação está situada, com destaque aos seguintes itens, a saber:



- existência de um grande volume de dados e de sistemas internos às agências, constituindo um universo de elevada complexidade;
- distanciamento entre os diversos atores da rede, mesmo tratando-se da atuação de agentes restritamente à esfera governamental; refere-se as agências que há médio/baixo compartilhamento de dados entre elas e também com seus ministérios setoriais; necessidade de desenvolver medidas efetivas que promovam a integração horizontal;
- distintos modelos/estilos de disponibilização de informações congêneres pelos websites das agências, segundo as especificidades de cada agência; há necessidade de homogeneização das interfaces de disseminação das informações;
- destaque aos atores do bloco 2 – Atores Públicos (Figura 6 - Mapa Institucional); este bloco de atores, constituídos em maioria por entidades do governo, possui um envolvimento, em primeiro plano, com o processo regulatório juntamente com os órgãos de defesa do consumidor (SNDC e IDEC) que representam os agentes fiscalizadores, tanto da sociedade consumidora como do mercado regulado.

Com base nessas considerações, foram definidos os nós de provedores/beneficiários de informação a integrarem a proposta inicial de implementação da rede:

- **Agências reguladoras** – Aneel, ANP, Anatel, Anvisa, Ans, ANA, Antaq, Antt, Anac e Ancine;
- **Setores regulados** – energia, comunicações, saúde, águas, transportes e cultura;
- **Poder legislativo** - Senado Federal, Câmara Federal e Tribunal de Contas da União
- Órgão de defesa da concorrência – CADE/MJ
- **Órgão de defesa do consumidor** – Dpdc/MJ, Sndc/MJ, Idec E Procons
- **Ministérios setoriais** – MME, MC, MS, MMA, MT, MinC, MD.

Dessa forma, os demais grupos de atores comporão a rede como beneficiários, como:



- Públicos consumidores, Ministério Público, Organismos Internacionais, Comunidade Científica, Mídia, Agentes Financeiros, Poder Judiciário e Mídia.

Neste contexto, observou-se com maior clareza a interação entre os diversos grupos de atores que compõem a rede e os fluxos de informações que ocorrem entre eles.

Ainda assim, os fluxos informacionais entre todos os entes envolvidos no processo regulatório estabelecem a necessidade de quatro linhas de ações descritas abaixo:

- padronização de apresentações de dados entre os diversos participantes/atores – fornecedores de informação;
- tratamento de segurança do acesso à informação dividindo-se o público entre interno e externo ao ambiente da regulação;
- controle de confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações trafegadas.
- definição de necessidades de replicações de dados importantes e das políticas de armazenamento/backup;

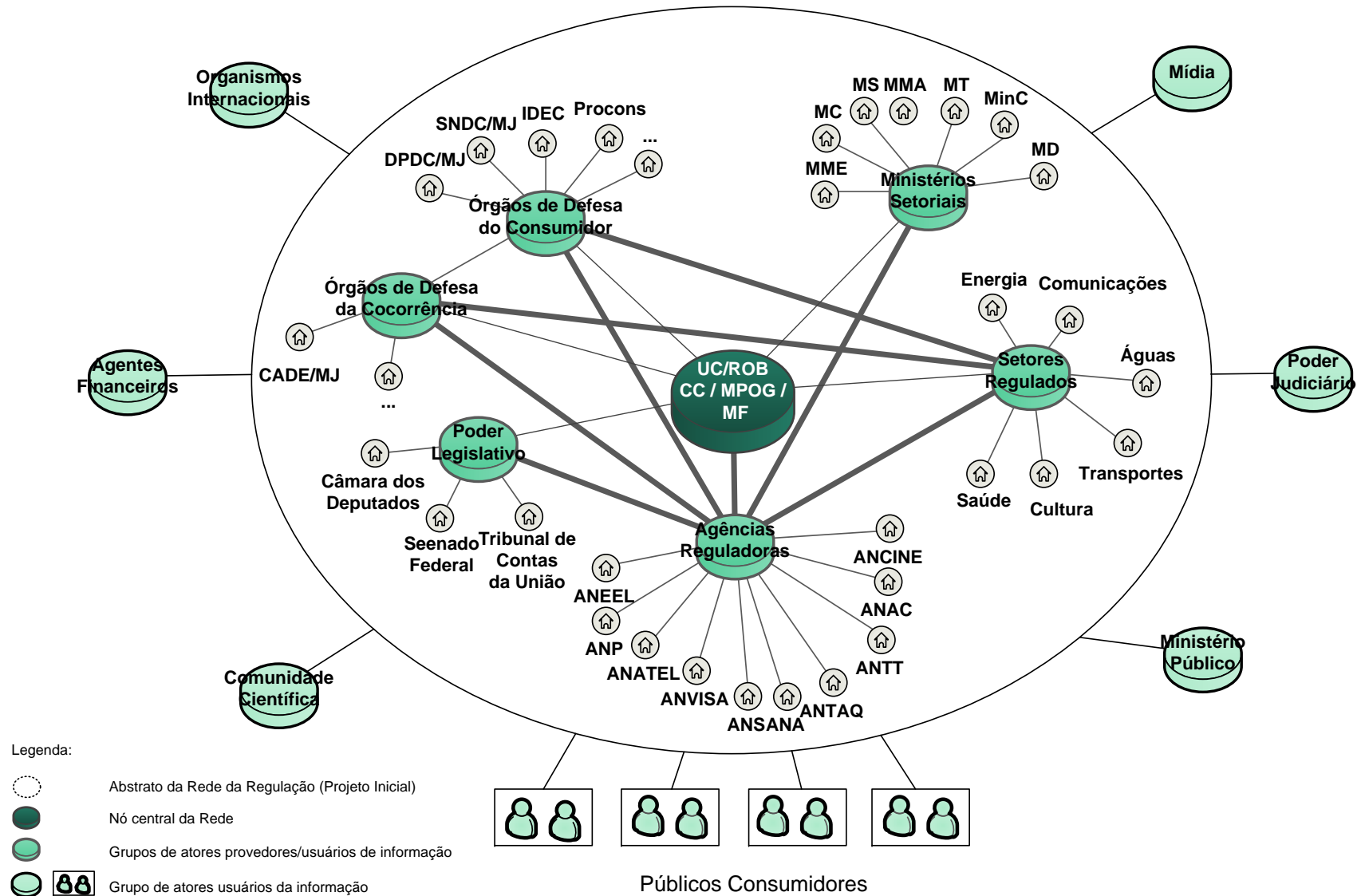
O diagrama ou mapa topográfico de rede, ilustrado na figura 9, pode ser representado graficamente, constituído de um conjunto de nós (pontos de conexão que recebem e ou enviam informação), sua forma de relacionamento (sua posição mais central ou periférica), e os tipos ou fluxos de informações entre eles (linhas mais grossas para fluxos mais intensos e centrais) e incluindo as proposições supracitadas.

A figura 10 revela um nó central, para o qual convergem os fluxos de informação, ilustrando a cabeça de rede, uma entidade nucleadora e organizadora, gestora da rede de informações, responsável pela coordenação, coleta, armazenamento e disseminação de informações dentre os demais nós.



Presidência da República

Figura 10. Diagrama topográfico de rede (proposição da rede).





5.2. Desenho tecnológico: identificação dos requisitos funcionais e fases de implementação

O objetivo da segunda etapa deste trabalho, a concepção do Desenho Tecnológico. Essa etapa é composta pela análise de requisitos de funcionais e tecnológicos, visando assegurar que a(s) proposta(s) de solução (ões) de TIC, os banco de dados e as redes possam ser integradas para dar apoio às necessidades identificadas na etapa 1 (Desenho Lógico da Rede).

Como condicionante deste trabalho, o desenho das funcionalidades tecnológicas foi previsto a partir de modelagens em fases graduais de implementação. A primeira fase, de curto prazo, preza pela existência da rede, com o intuito de assegurar o atendimento amplo de necessidades críticas e imediatas para a geração de resultados rápidos. Por outro lado, as fases subseqüentes, de médio e longo prazo, são pautadas pelo direcionamento da concepção de uma configuração de soluções de TI robusta, que integre funcionalidades amplas e avançadas, promovendo o atendimento vasto às demandas informacionais/tecnológicas da rede da regulação.

Para isso, foi estabelecida uma modelagem tecnológica baseada nos princípios de modularidade e de escalabilidade. A modularidade recomenda que a proposta tecnológica seja implantada em módulos concisos, que permitam resultados intermediários no curto prazo. E, ao mesmo tempo, deva ser escalável, de forma que a proposta tecnológica cresça com a rede governamental, ou seja, é possível começar com investimento inicial reduzido e posteriormente, à medida que a rede se expanda e ganhe complexidade, a tecnologia acompanhe com novos requisitos sem que seja necessária a troca da ferramenta e começo de um novo projeto de implementação tecnológico.

Concomitante a abordagem escalar e modular, a visão tecnológica considera aspectos fundamentais para a tomada de decisão em relação ao modelo de funcionalidades de TI que foram adotados. Ao considerar o horizonte de 5 anos, não se visualiza outro meio (canal) de disseminação da informação diferente da Internet. Há um entendimento geral de que os investimentos em infraestrutura deverão ser realizados para suportar o crescente aumento de uso e de melhoria da qualidade por meio da ampliação de links e bandas.



Outro aspecto considerado é a procura, no mercado, por soluções que atendam aos requisitos pré-estabelecidos para cada necessidade. A indústria do software já pode ser considerada, em alguma extensão, suficientemente madura ao oferecer produtos de qualidade, já testados em algumas organizações, que, a partir de trabalhos de customização, sejam adequados às necessidades estabelecidas. Dessa forma, partilham-se idéias, minimizando o custo, reduzindo o tempo de implantação e garantindo a evolução continuada do produto. Uma terceira visão adotada, não menos importante, é de não compreender a TIC como um fim, mas como um meio de apoio aos processos de melhoria organizacional, podendo ou não ser conjugado com outras propostas de desenvolvimento institucional em rede, considerando primeiramente a necessidade de se avaliar com detalhes as demandas da rede antes da definição da solução tecnológica a ser adotada.

O desenho tecnológico consiste em compreender as demandas de informações e seus fatores de aferição de desempenho, qualidade e conformidade, e, por sua vez, especificar os requisitos de funcionalidade do sistema para atender às demandas elencadas na etapa anterior. Nesta etapa há o detalhamento das funcionalidades do sistema e, por conseguinte, a proposta de plano de ações para implementação da função sugerida.

Tendo fixado o modelo lógico da rede, partiu-se para a análise dos dados que trafegam nos diversos fluxos previstos no modelo. Foi observado que as agências reguladoras são a origem de onde parte o maior volume de fluxo de dados, ou seja, é de onde deve vir os principais dados e informações requeridos na rede. O segundo ator em maior participação nesta troca de informações corresponde aos mercados regulados. Foi identificado que as agências possuem bancos de dados sistematicamente atualizados, com informações abrangentes sobre os setores regulados. Os órgãos de defesa do consumidor e defesa da concorrência, com os seus fluxos de informações, complementam a importância da geração e da busca de dados.

Por fim, verifica-se que a sociedade é a grande beneficiária da rede da regulação, requerendo dos atores os mais diversos tipos de informações em volume crescente (quantidade) e qualidade.

Na atual “sociedade em rede” e “sociedade da informação” o canal de comunicação eficiente disponível é a Internet que faz da



informação um bem geral, disponível a todos. Ela permeia por todos os meios de comunicações como o computador, o telefone celular, a televisão. Uns em estágio mais avançado e outros ainda em evolução, eles permitem acessos rápidos e fáceis a dados que há pouco tempo eram inacessíveis para a maioria da sociedade.

A análise dos dados disponibilizados na Internet pelos atores primários da rede demonstra uma grande massa de informações agrupadas de maneiras variadas e com as características de cada setor regulado. Uma tentativa de organizá-las em grupos apontou a inviabilidade da intenção, segundo os principais conteúdos coletados nos websites das agências reguladoras e apresentada no anexo 7.

O mesmo acontece com os mercados objetos da regulação, onde cada empresa exhibe as suas informações importantes da maneira que melhor lhe parecer, sem nenhuma tentativa de padronização.

A diversidade tanto de exibição quanto de conteúdo das informações fornecidas, associada à necessidade de tempo cada vez mais reduzido na busca dessas informações e da análise baseada nas pesquisas de benchmarks (Anexo 8), nos remete a uma proposição de solução inicial de uma plataforma de busca eficiente para o modelo lógico proposto. A plataforma (website), com busca restrita às bases de dados e sites dos atores envolvidos no modelo lógico, manteria todas as informações disponíveis com as mais variadas formas de indexação permitindo que a sociedade obtenha sempre um direcionamento de onde está disponível a informação requerida. Cabe ao usuário a escolha de onde a informação requerida se encontra da melhor maneira para satisfazer as suas necessidades.

Processamentos periódicos nestas bases de dados e sites poderão manter a indexação das informações atualizadas.

Por outro lado surge a necessidade da governança tanto da rede de informações da regulação como do próprio mercado regulado. Embora o setor regulador ainda não tenha claros os indicadores que permitam a medição da sua eficiência, eficácia e efetividade, o modelo exige que se preveja a existência deles num futuro próximo.

Faz-se necessário também que seja previsto a possibilidade de armazenamento de todos os dados necessários à governança corporativa da rede como usuários com amplo acesso, restrições de acessos, agrupamentos de usuários, entre outros.



Em síntese, o modelo de funcionalidades de TI proposto para a rede está estruturado em 4 partes:

1ª. Fase: Plataforma de Busca

- Plataforma de busca avançada e eficiente entre a totalidade de atores que compõem a rede para integrar as informações sobre a temática da regulação.

2ª. Fase: Padronização das Informações

- 1ª Etapa: Tornar os sites das agências compatíveis dentro de um modelo a ser definido pelos órgãos gestores para melhor adequá-los às especificidades.
- 2ª Etapa: Estabelecer harmonização da apresentação dos dados dos diferentes sistemas existentes dentro de um padrão único de exibição e em múltiplos idiomas.

Propõe-se, nesta fase, conceber uma “Política de Gestão da Informação e do Conhecimento Regulatório” que defina, controle, promova e melhore o aproveitamento do conteúdo da regulação para os diversos atores e a sociedade.

3ª. Fase: Plataforma de Comunicação

- Estabelecer canais de comunicação aberta inter e intraorganizacional sob acesso restrito/aberto, estabelecendo previamente os contatos de canais de comunicação de maneira eficiente, bem como viabilizando um canal institucional de comunicação aberta entre os atores.

4ª. Fase: Monitoramento e Avaliação Regulatória

- Análises de Impacto Regulatório (RIA) e Governança Corporativa: índices que forneçam análise de eficiência, eficácia e efetividade da ação regulatória.

A proposição de implementação da rede, representado pelo conjunto de funcionalidades supracitadas, é ilustrado pela seqüência figuras 11, 12, 13 e 14 apresentadas a seguir.



Figura 11. Proposição de requisitos funcionais: 1ª Fase (Plataforma de busca)

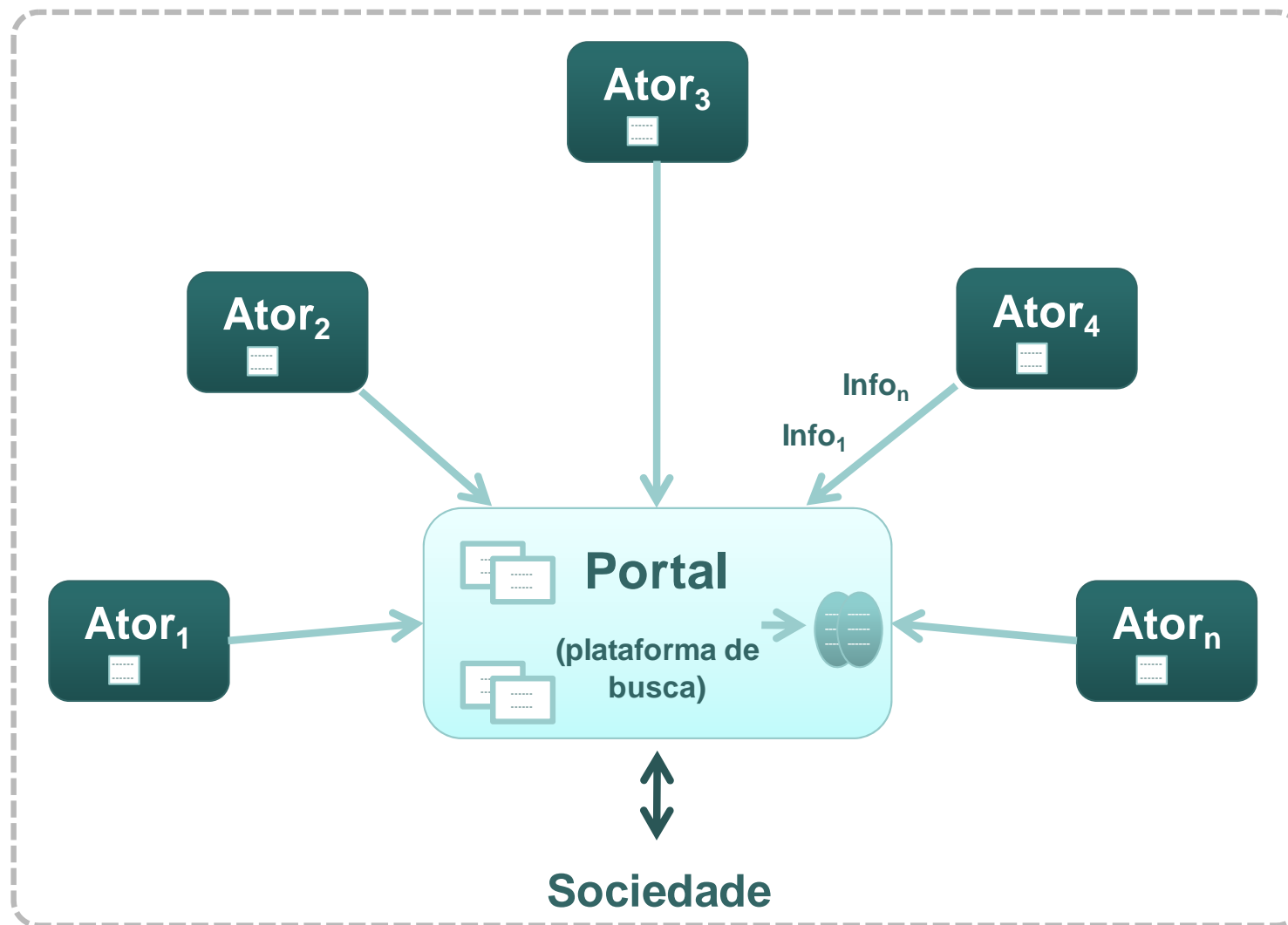




Figura 12. Proposição de requisitos funcionais: 2ª Fase (Padronização da Informação)

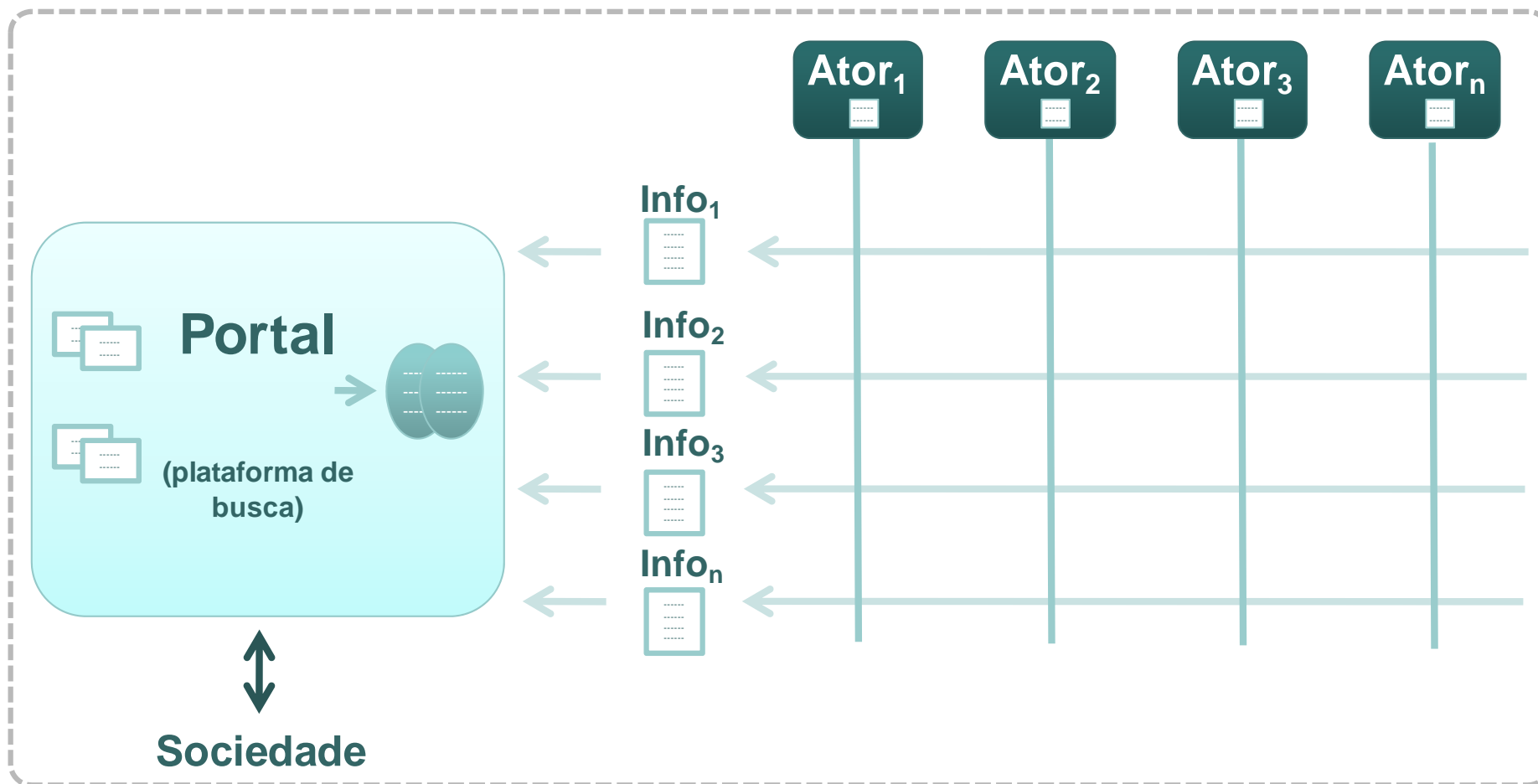




Figura 13. Proposição de requisitos funcionais: 3ª Fase (Plataforma de comunicação)

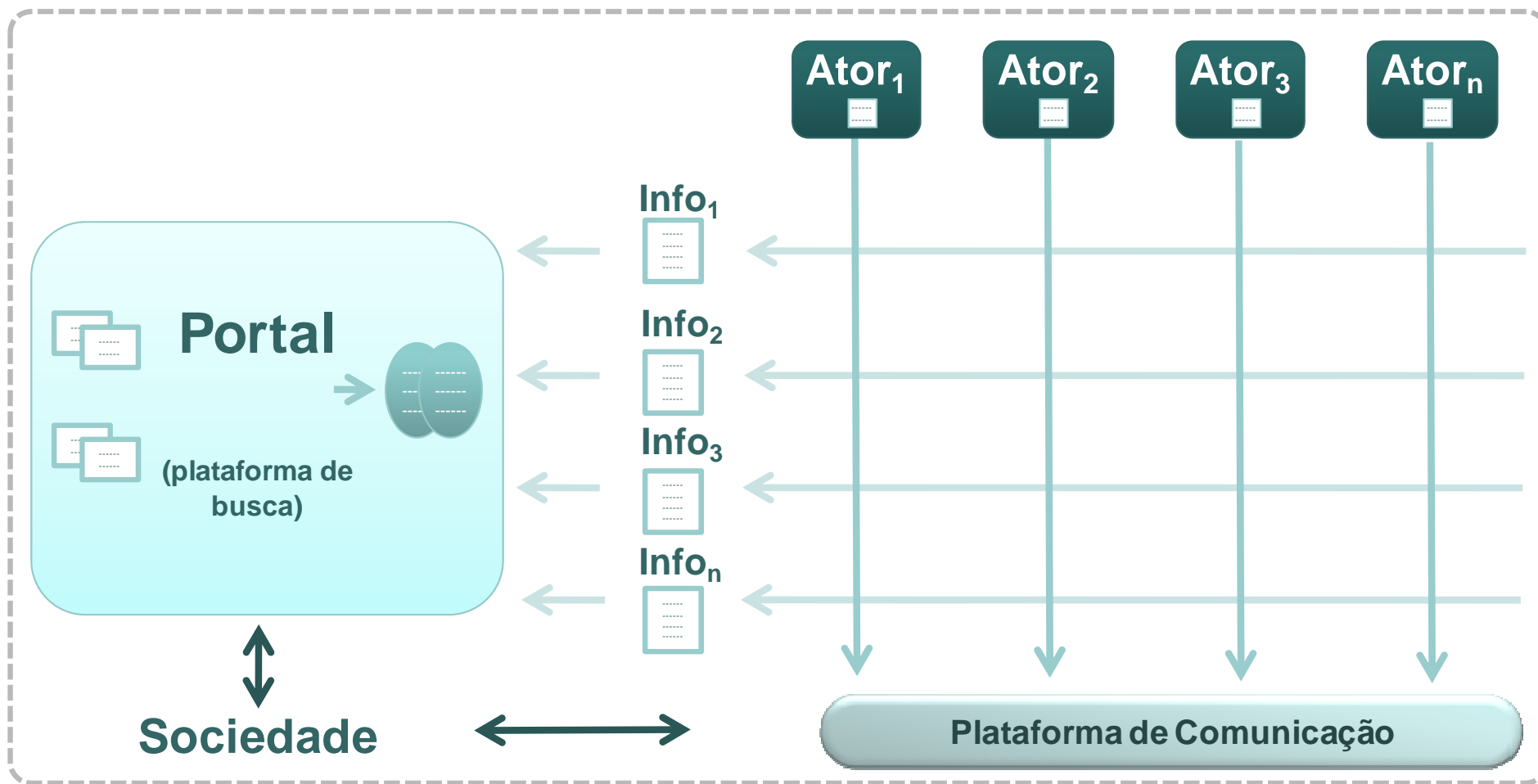
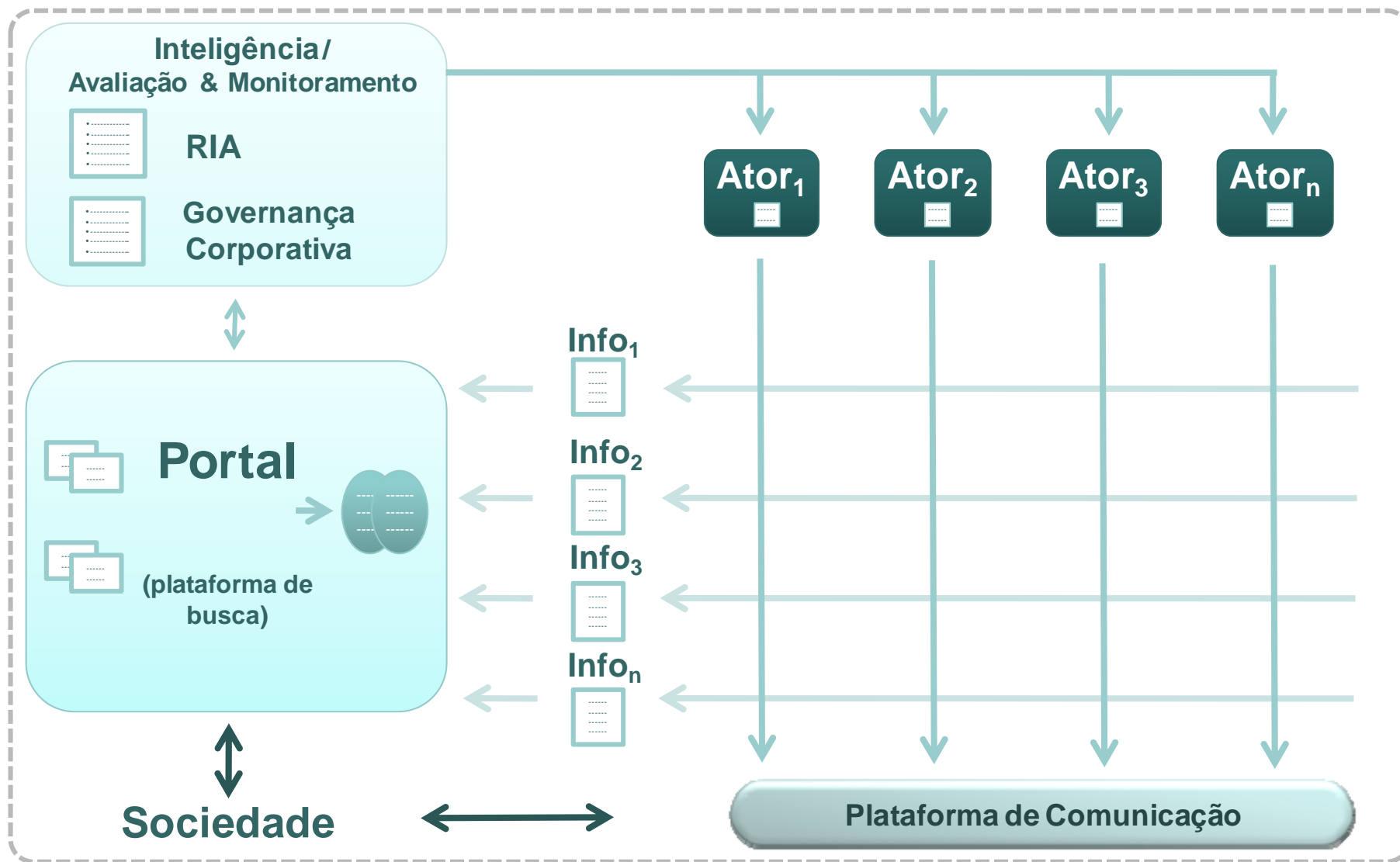




Figura 14. Proposição de requisitos funcionais: 4ª Fase (Monitoramento e Avaliação Regulatória)





Vale ressaltar que foram realizadas 8 reuniões de levantamento e análise técnica de soluções tecnológicas existentes no mercado, segundo as indicações de cada fase supracitada. O quadro 6, abaixo, apresenta a lista de reuniões com instituições, desenvolvedoras ou comercializadoras de Tecnologia da Informação, contatadas para avaliação das propostas de soluções de TI.

Quadro 6. Levantamento de soluções de mercado

Datas	Reuniões com Instituições
24/04	SERPRO
28/04	IBM
05/05	Optimidia
05/05	Google
06/05	Oracle
11/05	Consist
12/05	Microsoft
15/05	SERPRO

5.3. Levantamento do Ambiente Tecnológico Interno

O acervo de informações da regulação não é composto somente de informações de domínio público, mas de um arcabouço de todas as informações que são utilizadas pela regulação. Existem informações próprias de cada ator, informações confidenciais e informações que podem ser compartilhadas no ambiente da regulação sem serem consideradas públicas.

Nesse sentido, fez-se o detalhamento dos sistemas internos de cada ator considerado relevante para a rede destacando-se os produtos gerados por cada um deles. Abre-se assim a possibilidade de troca de informações, na rede, antes desconhecidas pelos atores. Os sistemas estão relacionados conforme exemplificado na Figura 15. Estrutura do Detalhamento dos Sistemas Informacionais Existentes. O documento complementar sobre o levantamento de sistemas informacionais existentes é apresentado no Anexo 5 deste documento.



Figura15. Estrutura do Detalhamento dos sistemas informacionais existentes

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA RESENHA TELEVISIVA	Este sistema permite a alimentação, a catalogação e a disponibilização de clippings televisivos do setor elétrico para os colaboradores da ANEEL.	Clippings televisivos.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA FAQ OUVIORIA	Este sistema permite a publicação dos textos padrões e arquivos, referentes a perguntas e respostas mais frequentes sobre o setor elétrico, utilizados pela Central de Teletendimento da ANEEL - CTA.	Perguntas e respostas mais frequentes sobre o setor elétrico.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA DE GESTÃO DE OUIDORIA	Este sistema permite o registro das solicitações de informações, reclamações e denúncias de consumidores de forma a controlar e gerenciar procedimentos para avaliação, auditoria e intermediação entre usuários e concessionárias.	Ouidoria; sistema de gestão da ouvidoria; fale conosco; ANEEL; concessionárias; Agências Reguladoras Estaduais; consumidores, reclamações, denúncias, solicitações de informações.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Estes mesmos atores já disponibilizam, através dos seus sites, as informações de domínio público. Com a proposta de melhorar a busca a estas informações e a não replicação em outros ambientes, é de se prever um aumento de consultas a estes sites. Prevendo-se este novo cenário, pesquisou-se junto aos atores as conseqüências de um aumento aproximado de 20% na quantidade de acessos. Os atores que se pronunciaram com as necessidades de investimentos na infraestrutura para suportar a proposta de implementação da Rede e estão relacionados no Quadro 5. A realização destes investimentos junto com os investimentos para execução da fase 1 – Busca – deverá ser priorizada, evitando-se que haja sobrecarga em algum site e insucesso na implantação do projeto. A lista ampliada com as necessidades de investimentos em infraestrutura de TI encontra-se no Anexo 6.



Presidência da República

Quadro 7. Descrição sintética da exigência de investimento na infraestrutura tecnológica para suportar a proposta de implementação da Rede.

Órgão ou Entidade	Descrição da necessidade de investimento em infraestrutura de TI	Estimativa de valor da necessidade de investimento
Aneel	A expansão da infraestrutura está projetada para atender as necessidades atuais somadas ao aumento previsto para os próximos doze meses. A Infovia, link para a internet contratado junto ao SERPRO, atende à demanda atual e é possível, caso necessário, o aumento da velocidade hoje contratada. A expansão da capacidade de armazenamento está em fase de implantação e o aumento da capacidade de processamento (aquisição de novos servidores da tecnologia Blade), se encontra na fase de elaboração do edital.	--
Ancine	O aumento de 20% de acesso ao sítio da Ancine previsto com a implantação da Rede de Regulação irá requerer a ampliação do Link de acesso da Ancine à Internet em pelo menos 2 MB.	Esta ampliação da banda de acesso terá um custo adicional de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por ano.
Anvisa	A infra-estrutura de TI da ANVISA suportará um incremento em torno de 30% no quantitativo de acessos aos seus sistemas, até o final do ano quando sua rede estará recomposta.	--



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Descrição da necessidade de investimento em infraestrutura de TI	Estimativa de valor da necessidade de investimento
Anatel	<p>A infra-estrutura de TI atual da Anatel não suporta um incremento no quantitativo de acessos. É necessária a realização de investimentos para adequar o poder computacional da Anatel às necessidades atuais e futuras da Agência, o que está inclusive previsto no Plano Diretor de TI (PDTI) 2009-2010, encaminhado para aprovação pelo Conselho Diretor da Anatel e está em fase de elaboração de projeto básico.</p> <p>O problema poderá ser contornado com a aquisição de 57 novos equipamentos servidores, cujas características técnicas variam de 8 a 16 núcleos de processamento, acompanhados, em alguns casos, de licenças de softwares aplicativos. Estes equipamentos deverão ser instalados na sede da Anatel e também nos ERs e UOs em substituição aos atuais e defasados computadores.</p> <p>A estimativa da ordem de investimento necessário está em torno do valor de R\$ 3,5 milhões de reais.</p> <p>É importante destacar que o detalhamento acima não considera o incremento no quantitativo de acessos decorrente da criação de uma rede de regulação. Caso esta se concretize, certamente haverá a necessidade de se promover outros investimentos em equipamentos servidores de aplicação e de banco de dados, além de ampliar a capacidade de interconexão de dados com outros órgãos governamentais.</p>	<p>Como ainda não há informações mais detalhadas a respeito da ordem em que se daria o citado incremento, estima-se inicialmente que ele represente um aumento em torno de 20% em relação às necessidades de investimento detalhadas anteriormente, representando aproximadamente R\$ 700 mil reais.</p>
ANS	<p>A infra-estrutura atual de tecnologia de informação (TI) da ANS é considerada adequada à demanda de acessos. Não há necessidade imediata de novos investimentos, uma vez que desde 2005 vem sendo possível a implementação de muitas melhorias em termos tecnológicos.</p>	--



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Descrição da necessidade de investimento em infraestrutura de TI	Estimativa de valor da necessidade de investimento
DPDC	<p>A infra-estrutura atual suporta 10.000 acessos/ dia. Já houve aplicações que atingiram 300 usuários concorrentes. De outro lado, vale dizer que o ambiente é corporativo, sendo que o impacto no Portal de acesso às aplicações implicaria em redução de desempenho. Para evitar isso seria necessário a aquisição de mais servidores e hardware dedicados ao balanceamento de aplicações.</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none">- servidores do tipo blade, com alto desempenho e disponibilidade - R\$ 300.000,00;- balanceamento de aplicações - R\$ 200.000,00	Estimativa Total: R\$ 500.000,00
CADE	<p>A infra-estrutura de TI do CADE, baseia-se numa rede local, operando a 100Mb/s, com um link com a internet de 8Mb/s. Em dias normais o tráfego real (Throughput) é inferior a 4Mb/s, e em dias de pico, que são os dias de sessão plenária com transmissão ao vivo do áudio da sessão, o tráfego sobe para cerca de 6Mb/s. Existem picos de utilização tanto em dias normais como em dias de sessão onde chega-se a 8Mb/s, mas por poucos instantes. A partir desta informação, concluímos que não há necessidade de aumento da largura de banda, a menos que a utilização da rede de Regulação gere um impacto superior a 25% da situação atual.</p>	--



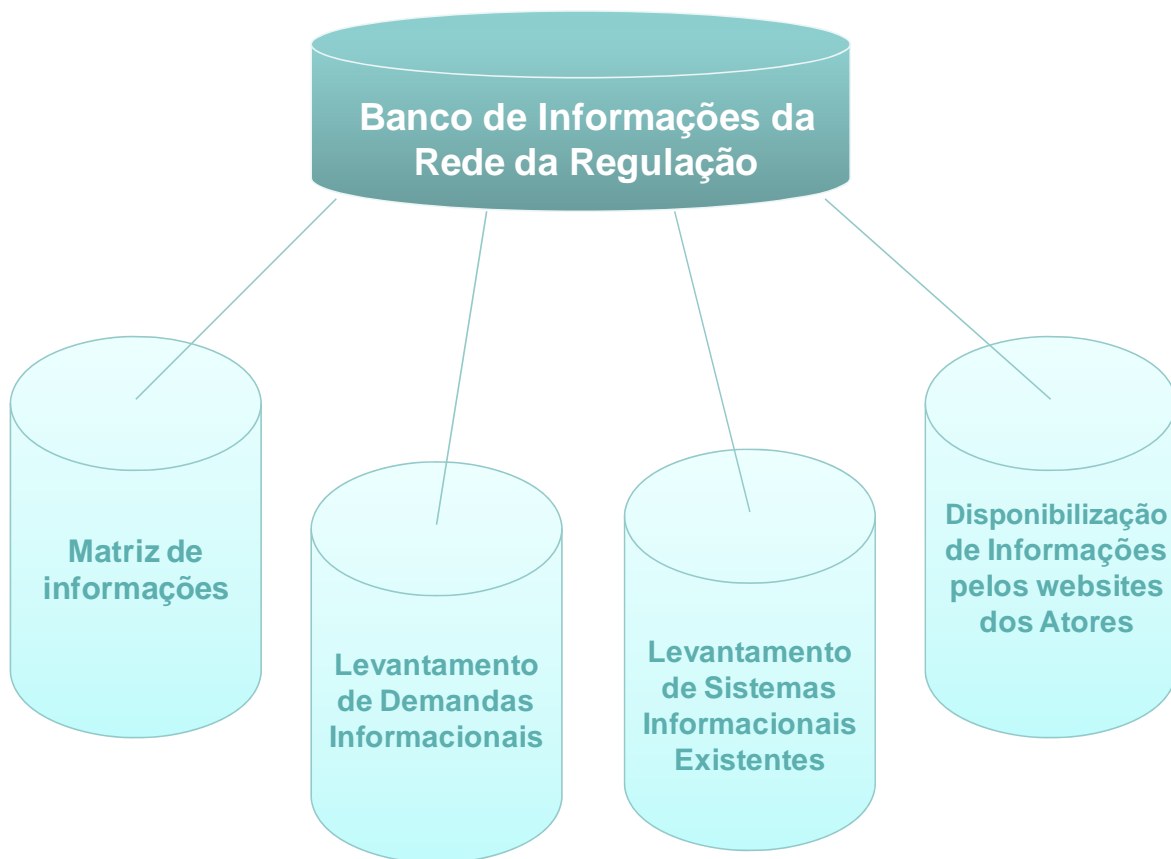
5.4. Banco de Informações da Rede

O banco de informações da rede da regulação foi formado inicialmente pela Matriz de Informações (Anexo 2), elaborada nos levantamentos realizados em oficinas de trabalho com as agências, ministérios centrais e setoriais e órgãos envolvidos com a regulação. Definidos os atores mais significativos da rede e os relacionamentos entre eles, passou-se a tratar as informações hoje disponibilizadas por meio de seus sites (informações públicas), relacionadas no anexo 7 – Disponibilização de Informações pelos websites dos Atores – como parte integrante e importante do banco de informações. Estas informações são ricas em conteúdo e compõem o acervo da regulação no Brasil. Além das informações disponibilizadas nos websites da regulação deve-se agregar a este acervo os sistemas informacionais existentes de atores seletos (anexo 5). Estes sistemas, com alguma duplicidade, produzem informações próprias de cada ator da rede podendo alguns deles serem utilizados por outros atores. Em um primeiro momento, as informações geradas por estes sistemas não irão integrar a rede da regulação, pois requerem um tratamento específico e classificação da informação que exigirá um esforço considerável. Por fim, em reuniões de levantamento com estes atores significativos, buscou-se levantar as informações que são importantes para a melhoria do desempenho de cada um deles. Estas informações, por sua vez, estão relacionadas no anexo 4 – Levantamento de Demandas informacionais e constituem um passivo a ser atendido pela implantação plena da Rede de informação da Regulação.

A figura 16 a seguir, ilustra a relação dos conteúdos identificados integrando a base de informações da rede.



Figura 16. Composição do Banco de Informações da Rede





6. Plataforma de Busca

6.1. Detalhamento da solução

O mercado de busca de informações na Internet sofreu uma grande evolução com o advento da sistemática de indexação dos softwares de busca na WEB. Até hoje como referência em busca na Internet os novos processos de indexação desenvolvidos tornaram-se padrões e popularizaram as maneiras de buscar dados disponíveis na Internet. O conhecimento mundial passou a fazer parte e acessível por um desktop ou notebook, eliminando as fronteiras e barreiras de transferência de conhecimento entre as nações. As informações internas aos sites, muitas vezes de difícil acesso ou mesmo inacessíveis para a maioria, foram disponibilizados para consulta sem que os usuários percebessem o alcance dos novos processos de busca.

O lado negativo destes processos e da universalização destas buscas é o grande volume de acessos que são requeridos para descobrir a informações que realmente se necessita. Páginas e páginas são exibidas com centenas ou milhares de links de acesso levando a uma maior morosidade para se obter a informação.

Reduzir o numero de links focando-os exclusivamente nos sites envolvidos com o ambiente oficial da regulação aumentará a velocidade de acesso, propiciando uma fidelização dos usuários da rede.

Dentro deste objetivo de criar uma plataforma de busca própria para a regulação foram especificados os seguintes requisitos:

- Algoritmo completo de indexação com velocidade na criação dos índices;
- Sistema de pesquisa amplo compreendendo acessos às páginas WEB,
- Sistema de pesquisa em bancos de dados mais usuais como DB2, Informix, SQL Server, My SQL, Oracle, entre outros;
- Sistema de pesquisa em arquivos nos formatos de texto, PDF, e-mails, etc.;



- Sistema de pesquisa customizável tanto no que diz respeito a quais sites / arquivos devem ser acessados e periodicidade do acesso;
- Sistemática de segurança de acesso em mais de um nível;
- Uso de filtros tanto na pesquisa nas fontes de informações quanto nas buscas das informações selecionadas;
- Tratamento de metadados;
- Manutenção de estatística de ranqueamento com priorização de apresentação;
- Opcionalmente, apresentar sugestões de buscas dentro das mais utilizadas na rede.

Para atender a necessidade de implementação da plataforma de busca, verificou-se no mercado quatro principais soluções apresentadas a seguir: Omnifind Enterprise Edition (IBM); Google Search Appliance (Google); Fast Enterprise Search Platform (Microsoft); Secure Enterprise Search (Oracle).

6.2. Omnifind Enterprise Edition (IBM)

6.2.1. Detalhamento da Solução

A solução comercializada pela IBM permite a exploração de diversos recursos, a saber:

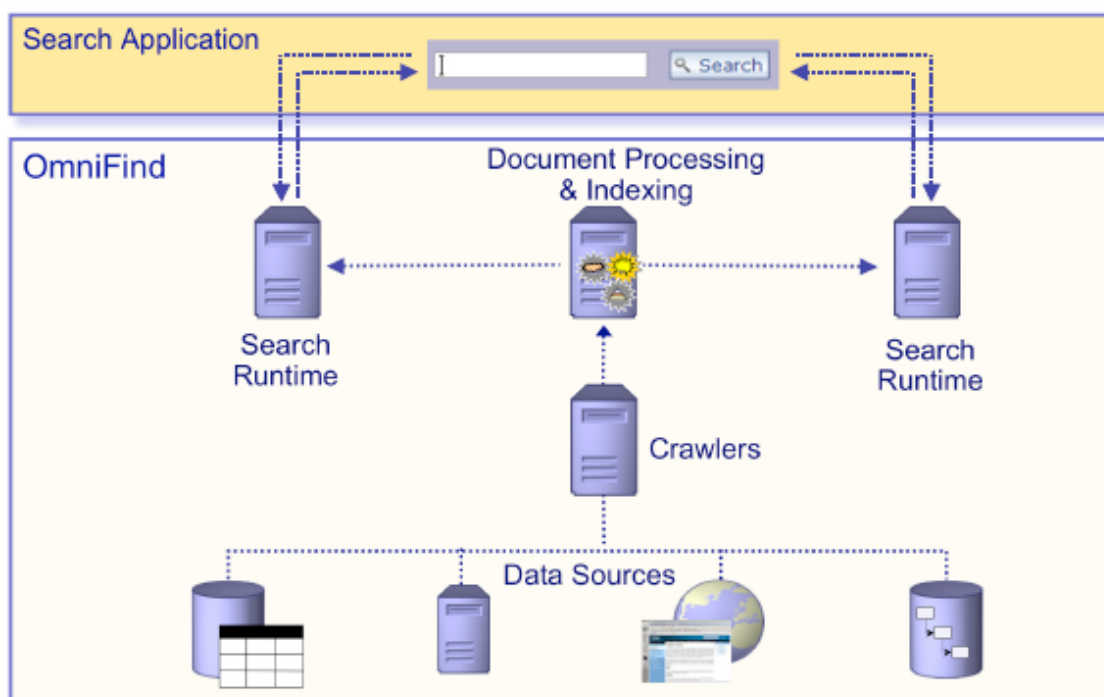
- Corresponde a um apurado sistema de robôs (crawlers) de pesquisa, permitindo a escalabilidade na WEB, pesquisas em bancos de dados com envio de conteúdos (push);
- Permite a customização na identificação dos sites de acesso bem como nos arquivos / bases de dados de onde serão obtidas as informações;
- Realiza a análise gramatical em HTML / XML permitindo mais de 200 filtros de seleção com uma lingüística avançada;
- Permite categorização com Taxonomia baseada em regras;
- Realiza indexação através de análise global com manutenção de estatística de ranqueamento e um poderoso poder de armazenamento;



- Permite anotação com análise textual e a utilização de módulo plug-in;
- As buscas podem ser feitas por:
 - i) Por informação;
 - ii) Parametrizada;
 - iii) Sumário dinâmico;
 - iv) Ranqueamento dinâmico;
 - v) Verificação de digitação.

A Figura 17 abaixo permite uma visualização do produto com destaque para as suas características maiores como o robô de pesquisa e indexação (crawler) e o sistema de buscas das informações pelo usuário.

Figura 17. Arquitetura de aplicação do OmniFind





6.2.2. Requisitos Tecnológicos

Para atender a implementação da plataforma de busca, verificou-se a especificação necessária de infraestrutura de TI para o cenário de 1.000.000 documentos, representando no quadro 8 abaixo.

Quadro 8. Requisitos Tecnológicos do Omnifind Enterprise Edition.

OMNIFIND ENTERPRISE EDITION	
Sistemas operacionais	32-bit Red Hat Enterprise Linux Version 4, Update 3
	32-bit Windows XP SP2
	32-bit Windows 2003 Server SP1
Browsers	Microsoft Internet Explorer 7
	Mozilla Firefox 1.5 ou superior (necessário para instalação Linux)
Processadores, memória, e espaço em disco	2 dual core processors com 3 GHz ou mais
	4 GB of RAM
	1 terabyte de espaço em disco com espelhamento
Sistema de backup	Tivoli
Numero de servidores	2

6.2.3. Investimento

O quadro 9 apresenta uma estimativa de investimentos necessários para o processamento de 1.000.000 de documentos.

Quadro 9. Estimativa de investimento.

OMNIFIND ENTERPRISE EDITION	
Software	R\$ 376.000,00
Harware	Numero servidores = 2
	R\$ 100.000,00
Sistema de backup	R\$ 160.000,00
Customização	Total de horas = 500
	R\$ 120.000,00
CUSTO TOTAL	R\$ 756.000,00



6.3. Google Search Appliance (Google)

6.3.1. Detalhamento da Solução

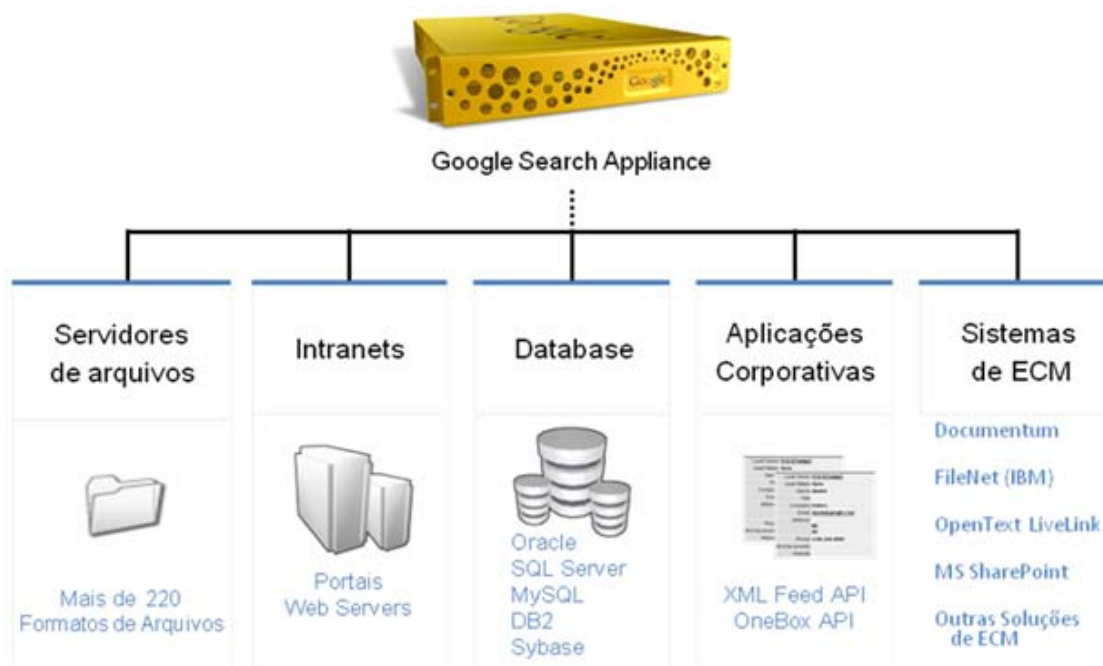
A solução é comercializada e produzida pela empresa Google e permite a exploração de diversos recursos como:

- Pesquisa de até 30.000.000 de documentos;
- Segurança de utilização usando o sistema de segurança da organização com LDAP, HTTP Basic and autenticação NTLM
- Acesso a dados disponibilizados na intranet da organização;
- Fácil administração e instalação do software;
- Permite ao administrador ajustar os resultados das pesquisas a diferentes grupos de usuários baseados nas funções ou nos departamentos;
- Utiliza de algoritmos que fazem o ranqueamento das pesquisas e definem a melhor colocação das informações para facilitar as buscas;
- .Executa sofisticado sistema de busca com até 10 termos incluindo operadores “E” e “OU”
- Acesso aos mais populares bancos de dados relacionais como IBM DB2, Microsoft SQLServer, MySQL, Oracle e Sybase;
- Pesquisa mais de 220 tipos de arquivos incluindo HTML, Microsoft Office, PDF, PostScript, WordPerfect e muitos outros;
- O software é fornecido pré-instalado no hardware. Ambos são fornecidos pela Google.

A Figura 18 abaixo permite uma visualização do produto com destaque para as distintas fontes de informações capturadas pelo sistema de busca.



Figura 18. Arquitetura de fontes de insumos do Google Search Appliance



6.3.2. Requisitos Tecnológicos

Para atender a implementação da plataforma de busca, verificou-se a especificação necessária de infraestrutura de TI para o cenário de 1.000.000 documentos, representando no quadro 10 abaixo.

Quadro 10. Requisitos Tecnológicos do Google Search Appliance.

GOOGLE SEARCH APPLIANCE	
Sistemas operacionais	Pré-instalado no hardware
Browsers	Microsoft Internet Explorer 7
	Mozilla Firefox 1.5 ou superior (necessário para instalação Linux)
Processadores, memória, e espaço em disco	Pré-instalado no hardware
Sistema de backup	Tivoli
Numero de servidores	1 em cada ator envolvido na rede

6.3.3. Investimento

O quadro 11 apresenta uma estimativa de investimentos necessários para o processamento de 1.000.000 de documentos.



Quadro 11. Estimativa de investimento.

GOOGLE SEARCH APPLIANCE	
Hardware/ Software	Numero servidores = 28
	R\$ 10.183.600,00
Sistema de backup	R\$ 160.000,00
Customização	Total de horas = 500
	R\$ 170.000,00
Custo total	R\$ 10.513.600,00

6.4. Fast Enterprise Search Platform (Microsoft)

6.4.1. Detalhamento da Solução

A solução é comercializada pela Microsoft e permite a exploração de diversos recursos como:

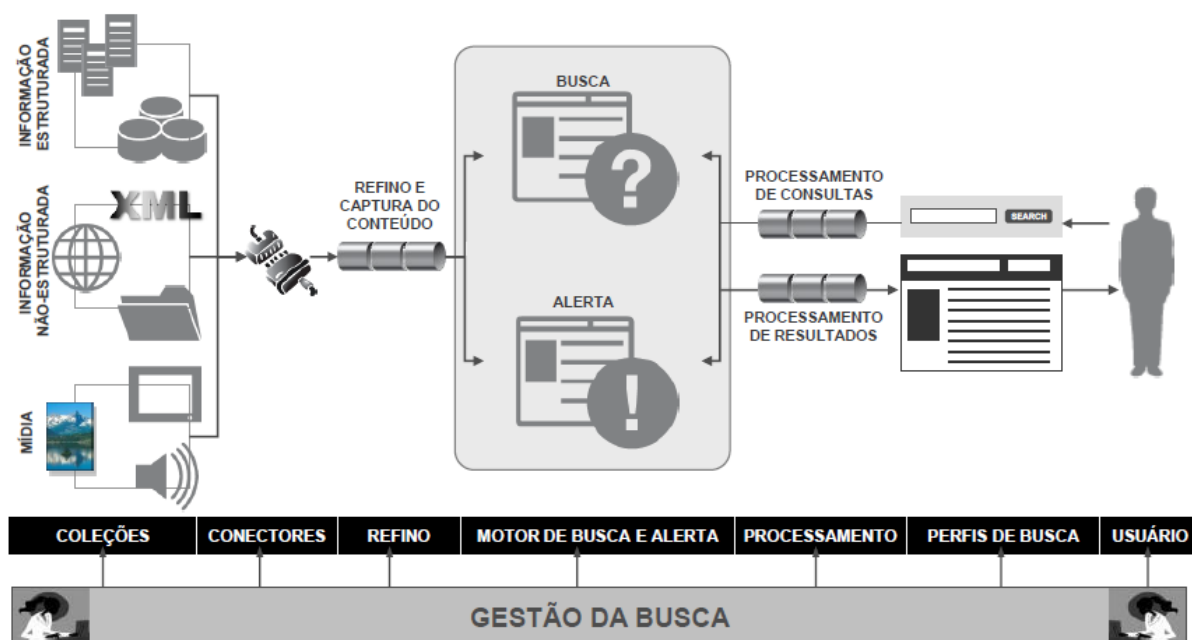
- Conteúdos obtidos de várias fontes diferentes (bancos de dados, Internet, ERPs, PDF, arquivos do Microsoft Office.);
- Linguística avançada: dicionários, sinônimos, lematização, 84 idiomas;
- Busca contextualizada;
- Reconhecimento automático de nomes de pessoas, nomes de empresas, datas, siglas, assuntos etc.;
- Ranking de resultados customizado;
- Possibilidade de destacar ou bloquear um documento específico;
- Detecção da linguagem natural do usuário na hora da busca;
- Fácil administração;
- Escalonável;
- Alta performance;
- Referência cruzada para assuntos como “pessoas que leram esse documento, também leram...”;
- Otimização dos navegadores através de melhorias das buscas;



- Permite a customização na identificação dos sites de acesso bem como nos arquivos / bases de dados de onde serão obtidas as informações;
- Filtro de buscas nas seleções inicialmente feitas pelo processamento das consultas;
- Necessita do desenvolvimento do front end.

A Figura 19 abaixo permite uma visualização do produto com destaque para as etapas que compõem o processo de gestão da busca.

Figura 19. Arquitetura do FAST ESP.



6.4.2. Requisitos Tecnológicos

Para atender a implementação da plataforma de busca, verificou-se a especificação necessária de infraestrutura de TI para o cenário de 1.000.000 documentos, representando no quadro 12 abaixo.



Quadro 12. Requisitos Tecnológicos do Fast Enterprise Search Platform.

FAST ENTERPRISE SEARCH PLATFORM (ESP)	
Sistemas operacionais	Red Hat Enterprise Linux (RHEL) OS and version OS requirements and tested patch level Red Hat Enterprise Linux 4 Service pack/patch level: Update 6 CPU architecture: x86 Service pack/patch level: Update 6-7 CPU architecture: x86-64 Red Hat Enterprise Linux 5 CPU architecture: x86 CPU architecture: x86-64
	SuSE OS and version OS requirements and patch level SuSE Linux Enterprise Server 10 Service pack/patch level: SUSE LINUX 10.1 (i586) CPU architecture: x86
	Sun Solaris OS and version OS requirements and patch level Sun Solaris 10 Service pack/patch level: Release 5.10 CPU architecture: x86 Kernel version: SunOS 5.10 Generic_118855-36 SUNWgccruntime
	Microsoft Windows Server OS and version OS requirements and patch level Microsoft Windows Server 2003 Service pack: 2 CPU architecture: x86 Service pack: 2 CPU architecture: x86-64
Browsers	N/A
Processadores	2x CPU Intel Dual-Core ou equivalente, mínimo de 4 core.
Memória	8 Gb Memória RAM (DDR2-667)
Espaço em disco	Raid-5 com pelo menos 250Gb de espaço disponível
Sistema de backup	N/A
Numero de servidores	2 servidores para conteúdo 1 servidor para consultas O dobro de servidores para uma arquitetura fault-tolerance Total: 6 servidores com fault-tolerance



6.4.3. Investimento

O quadro 13 apresenta uma estimativa de investimentos necessários para o processamento de 1.000.000 de documentos.

Quadro 13. Estimativa de investimento.

FAST ENTERPRISE SEARCH PLATAFORM (ESP)	
SOFTWARE ⁽¹⁾	R\$ 982.200,00
HARWARE	Numero servidores = 2
	R\$ 100.000,00
SISTEMA DE BACKUP	R\$ 160.000,00
CUSTOMIZAÇÃO	Total de horas = 500
	R\$ 189.000,00
CUSTO TOTAL	R\$ 1.431.200,00

(1) Dólar cotado a R\$2,10

6.5. Secure Enterprise Search (Oracle)

6.5.1. Detalhamento da Solução

Solução comercializada pela Oracle e permite a exploração de diversos recursos como:

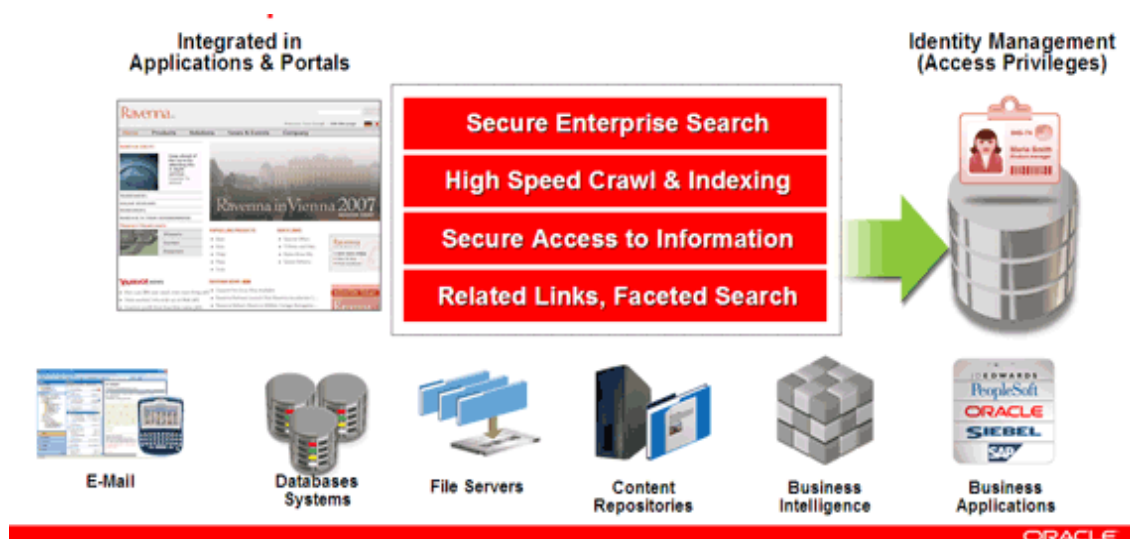
- Fácil localização de diversos tipos de documentos e/ou fontes de informação armazenados em diversas fontes de dados existentes no ambiente corporativo e também na web;
- Oferece interface única, exclusivamente web e amigável ao usuário, de modo que este facilmente possa informar seus critérios de pesquisa e verificar os resultados apresentados;
- Compatibilidade web e browsers comuns de mercado, tais como Firefox Mozilla e Internet Explorer;
- Oferece capacidade de customização das páginas de buscas e de resultados;
- Oferece mecanismo de busca através da passagem de parâmetros (strings);
- Oferece mecanismo de pesquisa aderente ao conceito “sub-second query performance” (pesquisa e apresentação dos resultados no tempo máximo de 1 segundo);



- Permite busca “simples” (através de string ou palavra única), além do uso de operadores booleanos (AND, OR, NOT) e ainda buscas dos tipos “frase”;
- Possibilita ao usuário refinar sua pesquisa original;
- Provê acesso seguro ao conteúdo do documento (ou fonte de dados) selecionado na página-resultado da busca; acesso seguro é o acesso aos documentos e/ou fontes de informação públicos (sem necessidade de autenticação) e também a documentos e/ou fontes de informação privados (que requerem autenticação);
- Realiza indexação automática das fontes de dados, com monitoração e ferramenta para controlar o nível de integridade destes índices;
- Permite configuração das fontes de dados desejadas - web crawlers para sítios internet, bancos de dados, sistemas de arquivos locais e em servidores, sistemas de email e “mailing lists”, sistemas de gerenciamento de documentos, servidores de aplicação e portais.

A Figura 20 abaixo permite uma visualização do produto com destaque para a relação do sistema de busca com demais aplicativos existentes.

Figura 20. Arquitetura de acesso a informação do Secure Enterprise Search





6.5.2. Requisitos Tecnológicos

Para atender a implementação da plataforma de busca, verificou-se a especificação necessária de infraestrutura de TI para o cenário de 1.000.000 documentos, representando no quadro 14 abaixo.

Quadro 14. Requisitos Tecnológicos do Secure Interprise Search.

SECURE INTERPRISE SEARCH (SES)	
Sistemas operacionais	32-bit Red Hat Enterprise Linux Version 4, Update 3
	32-bit Windows XP SP2
	32-bit Windows 2003 Server SP1
Browsers	Microsoft Internet Explorer 7
	Mozilla Firefox 1.5 ou superior (necessário para instalação Linux)
Processadores, memória, e espaço em disco	2x CPU Intel Dual-Core ou equivalente, mínimo de 4 core. Espaço em disco – 2 TB por CPU
Memória	16 GB
Sistema de backup	Tivoli
Numero de servidores	2

6.5.3. Investimento

O quadro 15 apresenta uma estimativa de investimentos necessários para o processamento de 1.000.000 de documentos.

Quadro 15. Estimativa de investimento.

SECURE ENTERPRISE SEARCH (SES)	
Software	R\$ 467.200,00
Harware	Numero servidores = 2
	R\$ 140.000,00
Sistema de backup	R\$ 160.000,00
Customização	Total de horas = 500
	R\$ 121,720,00
Custo total	R\$ 888.920,00



6.6. Segurança

O elemento “segurança da informação” é essencial ser abordado ao se tratar de uma rede da regulação envolvendo diferentes níveis de acesso para públicos diferenciados, existindo informações sensíveis. Na regulação, por força de lei ou por necessidade temporária de sigilo, existem níveis de confidencialidade a serem mantidos. Como o público a ser atingido é muito variado e volumoso, exige-se uma grande dose de criatividade para estabelecer os níveis de acesso às informações.

Por outro lado a manutenção destes níveis de acesso exige a intervenção de pessoas que administrem os usuários da rede associados aos diversos níveis de acesso possíveis.

Podemos classificar estes níveis de acesso nos seguintes grupos:

- Acesso livre – informações sem restrições de acesso disponível para todo usuário que acessar a rede. Não será exigido cadastramento prévio nem a utilização de senha de acesso;
- Informações restritas às agências – informações compartilhadas pelas agências reguladoras com nível de confidencialidade para os demais integrantes da rede e do público em geral;
- Informações restritas à rede da regulação – são informações compartilhadas pelos usuários dos atores diretamente ligados à rede da regulação (agências reguladoras, setores regulados, ministérios setoriais, órgãos de defesa do consumidor, órgãos de defesa da concorrência, poder legislativo, Casa Civil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda);
- Informações restritas à gestão da rede – são informações de acesso restritas à gestão da rede (ROB), Casa Civil e a agência geradora da informação;
- Outros níveis de acesso poderão ser exigidos à medida que novas informações forem sendo agregadas à rede.

A sistemática a ser usada para gerenciar estes níveis de acesso deverá ser suficientemente flexível e automatizada evitando-se que o



Presidência da República

usuário fique impedido de acessar a rede ou fique muito tempo esperando pela liberação do acesso.

Novos usuários vinculados aos órgãos mantenedores da rede deverão ter os seus acessos automaticamente concedidos nos mesmos níveis dos concedidos ao órgão vinculante.



7. Padronização das Informações

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, item XXXIII apresenta que “todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do estado”. Foi identificada, nesse estudo, a dimensão do alto volume de informações existente e disponíveis no ambiente regulatório. Dessa forma, o texto da Constituição retrata a máxima importância no tratamento dessas informações como fonte de geração de conhecimento para a sociedade, sendo de responsabilidade do poder público prezar pela divulgação destes conteúdos informacionais. Considerando tal importância, a disponibilização das informações deve ser cada vez mais discutida e aprimorada, a fim de que a informação não só exista, mas seja facilmente acessível. Para tanto, propõe-se que a informação a ser disponibilizada na rede deva ser em algum momento estruturada e, em alguma extensão, possuir alguns padrões de ordenação e categorização, visando à efetividade da plataforma de busca e da própria acessibilidade dentro das diversas fontes de informações. Nesse sentido, se propõe o desenvolvimento de um esforço em duas etapas: compatibilidade dos sites e harmonização da apresentação dos dados.

7.1. Compatibilidade dos Sites (1ª Etapa)

Uma característica perceptível aos diversos ambientes web das agências reguladoras são suas distintas estruturas de categorização e disseminação da informação. Os sites das agências possuem considerável volume de informações disponíveis, sendo alguns grupos de informações congêneres como, por exemplo, informações sobre consultas públicas que são tratadas de modo distinto por cada agência. Nesse contexto, cada agência possui uma estrutura de web site individual e rege seus ambientes virtuais conforme suas próprias demandas, não considerando as inter-relações lógicas na disposição das informações harmonizáveis entre as demais agências reguladoras. A proposta é respeitar as especificidades de cada setor regulado, no esforço de compatibilizar as características comuns afetas as funções regulatórias. Dessa forma, pretende-se simplificar o



acesso aos sites disponíveis na internet e aos públicos interessados na regulação, sendo um fator maximizador da compreensão e envolvimento ativo nos processos regulatórios. Com isso, gera um conforto aos seus diversos usuários, que, por sua vez, tendem a utilizar a informações, pois estas estão cada vez mais explícitas e sem complicações em sua busca, paralelamente, desenvolvendo o conteúdo para ser claro e de simples acesso.

A diretriz para implementação inicia-se pelo interesse dos gestores em estabelecer uma política normatizadora para o desenvolvimento/manutenção dos sites das agências reguladoras, definindo estrutura do site, mapeamento do site, interface mais amigável.

A concepção de interfaces amigáveis, de fácil navegação pelos diversos grupos de usuários, propiciará o aumento do número de acessos, respondendo assim diretamente à demanda de publicação das informações geradas pelas agências. Por consequência, há o fortalecimento da imagem das instituições frente à sociedade, com transparência e participação social. Enfim, todas as ações sugeridas têm por finalidade a otimização na disponibilidade de informações para os diversos públicos interessados.

7.2. Harmonização da apresentação dos dados (2ª Etapa)

A segunda etapa pressupõe a formulação de diretrizes para gerir e normatizar a informação de modo que esta seja gerada por um sistema aberto e interativo, suportado por uma rede de processos articulados, segundo níveis de acessibilidade e por diversos canais de comunicação. A efetividade do uso adequado da informação para estabelecer entendimento é permeado pela importância de reconhecimento, acesso e utilização do conteúdo disponível. Reconhecendo esse contexto, é de suma importância o estabelecimento de nomenclaturas e terminologias comuns para a disposição de informações a um determinado grupo de interesse.

Esta etapa apresenta uma proposta diretamente ligada à solução de Plataforma de Busca, pois, por meio da ordenação, classificação e padronização da forma de armazenamento, tratamento e disponibilização dos dados nos diversos sistemas existentes, com a adoção de formatos de exibição comuns, permitirá a diminuição do



tempo de busca e ampliação dos benefícios junto à plataforma de busca.

Além disso, o contexto internacional que se integra à temática da regulação requer que a disponibilidade dos conteúdos seja em vários idiomas possibilitando aos públicos interessados de todo o mundo acesso a tais informações, permitindo com que promova o destaque internacional para os órgãos provedores desses conteúdos.

Inerente à harmonização dos dados, o estabelecimento de uma ordenação taxonômica da informação é fundamental, considerando que o volume de informação no ambiente regulatório encontra-se em amplo crescimento. Este cenário se torna mais complexo pelas dificuldades como o armazenamento inadequado, falta de padrões para posterior recuperação e transmissão destas informações.

Nesse sentido, é necessário a implementação de uma série de classificação para melhor gerenciar os conteúdos informacionais, possibilitar o acesso rápido e a recuperação precisa da informação.

Em suma, recomenda-se conceber uma “Política de Gestão da Informação e do Conhecimento Regulatório” que defina normas e modelos para formatação dos conteúdos disponíveis na rede (internet e intranet), integre um padrão único para utilização na plataforma de busca por todos os atores relacionados; classifique hierarquicamente os conteúdos, simplifique e facilite a gestão e a busca das informações. Ainda assim, compõe o estabelecimento de uma unidade gestora responsável por formular e fazer cumprir a política de gestão do conteúdo da regulação, que controle a segurança da informação e promova o aproveitamento do conteúdo disponível nos sistemas existentes para os diversos atores e para a sociedade, facilitando a análise das informações para uso e tomada de decisão.



8. Plataforma de Comunicação

8.1. Detalhamento da Solução

O advento da Internet juntamente com a evolução e a expansão das telecomunicações no Brasil fez com que as facilidades de comunicações fossem sendo absorvidas e exigidas pela sociedade. Os produtos de mensageria instantânea e Voip (voz sobre IP) cuidaram de popularizar esta nova forma de comunicação. Soluções de audioconferências e videoconferências passaram a ser utilizadas pelas organizações como forma de superação de distâncias que separam seus colaboradores. Foi também uma forma de redução de custo, de melhor aproveitamento do tempo e melhoria da produtividade. O advento da telefonia sob IP trouxe mais facilidade a este ambiente com grande redução de custos no uso do telefone. Contudo as audioconferências e as videoconferências exigem ambientes e instalações especiais o que não minimiza o custo e ainda exige o deslocamento até estas instalações para realização dos encontros.

Esta situação se aplica à rede da regulação com os atores em distintos edifícios dentro de Brasília e em outras localidades do país. Nem todos os atores possuem as salas instaladas ou os recursos para realização das reuniões / conferências à distância. As audiências públicas, solução disponibilizada para participação da sociedade no processo de regulação, também pede uma solução de mais fácil acesso e de menor custo para a sociedade.

Diante deste quadro buscamos no mercado algumas soluções que pudesse contemplar os seguintes requisitos:

- Não exija a montagem de uma infraestrutura especial para realização de reuniões ou conferências;
- Seja acessível para a maioria dos integrantes da rede sem exigências além das disponibilizadas atualmente pela nossa estrutura de comunicação vigente;
- Utilize os desktops e notebooks existentes no mercado;
- Permita a visualização dos participantes das reuniões e do palestrante nas conferências;



- Registre e grave o evento como forma de disseminá-lo;
- Permita a participação efetiva dos envolvidos durante a reunião / conferência;
- Permita a seleção dos participantes das reuniões e das videoconferências;
- Permita conferências abertas ao público em geral, sem restrição de participantes;
- Exija um mínimo de instalação nos equipamentos para utilização do sistema;
- Permita o agendamento prévio das reuniões.

A grande maioria dos softwares disponíveis no mercado corresponde a aplicativos de chat, sem utilização de imagens dos participantes. Existem softwares que já utilizam imagens, mas não atendem a maioria dos requisitos elencados acima.

Não é nossa pretensão esgotar as opções existentes no mercado, mas demonstrar que já existem soluções que podem ser utilizadas hoje a preço acessível, agregando à rede da regulação um papel importante na comunicação entre os diversos atores.

Vale ressaltar que, em um futuro próximo, com a disseminação da TV Digital juntamente com a troca dos aparelhos adaptados por outros com a tecnologia digital, permitirão à rede da regulação atingir melhor a sociedade em geral através dela. Convocações para as audiências públicas, divulgação de indicadores e outras comunicações poderão ser feitas através de janelas nos aparelhos sem interferir diretamente nas cenas exibidas.

8.2. Proposta de Solução

Foram avaliadas as seguintes soluções que se enquadraram nos requisitos supracitados: Astor (Optmedia) e AT&T Connect (Consist).

8.2.1. Astor (Optmedia)

A plataforma Astor é licenciada pela Optimedia Ltda., empresa incubada no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT), da Universidade de Brasília. Apresenta as seguintes características básicas:



- Uso direto através de qualquer browser com instalação de um plugin na estação de trabalho;
- Permite o uso de módulo executável com sinalizador de chamada;
- Possui módulo de administração de usuários e de eventos;
- Possui “instant messenger” corporativo com integração com o MS Exchange, permitindo a criação de comunidades;
- Permite a gravação de todos os eventos que utilizam o sistema;
- Possui ambiente de reunião com as seguintes características:
 - i) Todos os envolvidos participam de todos os recursos;
 - ii) Exibe a imagem de todos os participantes da reunião (máximo recomendável de 8 participantes por limitações de link);
 - iii) Permite a convocação de pessoas que estão offline;
 - iv) Permite uma segunda câmera para exibir documentos em papel;
 - v) Permite o compartilhamento do editor de texto pelos participantes da reunião;
 - vi) Exibe medidor de banda utilizado por estação;
- Possui ambiente de conferência com as seguintes características:
 - i) Permite um numero ilimitado de participantes – o limitador é a banda de transmissão;
 - ii) Permite eventos totalmente públicos (audiências);
 - iii) Conferencia pode ser classificada como publica ou privada atendendo a públicos diversos;
 - iv) Permite o congelamento de imagem;
 - v) Whiteboard compartilhado que pode estar integrada com smartboard;



- vi) Permite conversa particular entre dois integrantes;
 - vii) Permite o envio de arquivo;
 - viii) Permite compartilhamento do editor de texto;
- Determinados tipos de eventos podem ter o acesso protegido por senha.

8.2.2. AT&T Connect (Consist)

O software representado pela Consist apresenta as seguintes características:

- Escalabilidade, confiabilidade e desempenho;
- Eficiência de largura de banda;
- Segurança;
- Opções flexíveis de implantação;
- Integração avançada;
- Whiteboard compartilhado;
- Ativa modo silencioso, desativa modo silencioso, conta participantes, bloquear/desbloquear evento, solicita a palavra;
- A plataforma permite interação rápida, organizada e simultânea entre quaisquer locais do mundo, e sem limite de participantes;
- Permite a participação ativa dos integrantes da reunião;
- Oferece uma baixa utilização de banda de rede e/ou Internet, toda comunicação é feita com alta definição de som e visualização e voz sobre IP;
- Solução 100% WEB que possibilita interação de Áudio, Vídeo, Compartilhamento de documentos e aplicações em tempo real;
- Permite reuniões on-line colaborativas de até 100 participantes, treinamentos virtuais com até 300 participantes, Webcasts, transmissões e gravações;



- Integra com diversas aplicações: E-mail, CRM / ERP, Portais ERP;
- Permite fórum de até 100 participantes;
- Permite seminários e palestras com até 1.500 participantes;
- Permite grandes eventos com até 10.000 participantes;
- Permite gravação das reuniões e treinamentos;
- Acesso protegidos por senha quando necessário.

8.2.3. Investimento

Os quadros 15 e 16 apresentam estimativas de investimentos necessários avaliados para os cenários de aquisição de licenças para 500 e 1000 participantes.

Quadro 15. Estimativa de investimento do Astor.

ASTOR		
USUÁRIOS	500	1000
USO MENSAL	R\$ 7.500,00	R\$ 13.000,00
TREINAMENTO	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00
TOTAL	R\$ 32.500,00	R\$ 48.000,00
CESSÃO DOS FONTES	R\$ 120.000,00	

Quadro 16. Estimativa de investimento do AT&T Connect.

AT&T CONNECT		
USUÁRIOS	500	1000
USO MENSAL	R\$ 8.746,36	R\$ 17.492,72
TREINAMENTO	R\$ 28.520,00	R\$ 55.160,00
TOTAL	R\$ 37.266,36	R\$ 72.652,72
CESSÃO DOS FONTES	--	



9. Monitoramento e Avaliação Regulatória

9.1. Detalhamento da Solução

Os sistemas de monitoramento e avaliação, em perspectiva ampla, contemplam os aspectos – como confiabilidade, relevância, flexibilidade, seletividade, poder explicativo, velocidade, tempestividade, custo, comunicação – de forma encadeadas de requisitos e múltiplos critérios condicionantes. Com base na observação e apreensão da realidade. É realizada a coleta e mensuração dos elementos essenciais, segundo conceitos, regras e necessidades previamente definidos. Este processo resulta na apresentação do elemento observando as demandas dos atores a quem se destina a informação. Logo em seguida, ela é disseminada de forma explicativa ou sinalizada para que o gestor, por sua vez, a adote como um suporte ao processo de tomada de decisões.

Não obstante o fornecimento de informações úteis seja uma preocupação constante dos profissionais da informação, que tenham a responsabilidade de disponibilizá-las nas organizações, faz-se necessário saber se a variedade e a diversidade de informações geradas são suficientes para que os dirigentes definam, executem e avaliem as estratégias, viabilizando o alcance de resultados das organizações, sob sua gestão, em um determinado período de vigência.

Uma das principais soluções de Tecnologia da Informação para apoio do Monitoramento e Avaliação são os Painéis de Indicadores (Dashboards). Nessa perspectiva, a dimensão desempenho passa a ser relevante e prioridade nas instituições. Os dirigentes das organizações responsáveis pela regulação podem identificar e articular claramente seus objetivos, passando a dominar o desenvolvimento e a comunicação de suas diretrizes da estratégia, ampliado pelo incremento de capacidade para executar seus diversos componentes regulatórios.

Para dotar a rede de meios para operacionalizar e mensurar a atuação recorrendo aos painéis de indicadores de acompanhamento do desempenho regulatório, dessa forma, os gestores podem monitorar a eficácia de suas estratégias. Ou seja, para se executar os objetivos estratégicos, os dirigentes públicos devem avaliar e



administrar o desempenho de maneira oportuna, exata e coordenada. Além disso, há a comunicação dessas informações com um formato compreensível e interativo aos públicos interessados. Os painéis de monitoramento e avaliação capacitam às partes interessadas a analisar as informações relevantes, compreendê-las, e tomar ação imediata para corrigir problemas ou cumprir metas. Por conseguinte, os sistemas de monitoramento e avaliação propiciam a obtenção das informações certas para as organizações e entidades certas na hora certa. Dessa maneira, elimina-se a necessidade de relatórios e permite aos atores visualizem dados e informações por meio de uma interface única e visualmente abundante. Quando combinadas com um programa analítico de dados, os painéis de indicadores oferecem uma solução de fácil e rápida utilização, evitando que a rede de regulação se veja sobrecarregada em meio às informações.

Em suma, a rede da regulação deverá contemplar as ferramentas necessárias para que os sistemas de monitoramento e avaliação possam ser exercidos no ambiente da regulação brasileiro. As Análises de Impacto Regulatório deverão criar índices que forneçam análise de eficiência, eficácia e efetividade da ação regulatória, envolvendo os principais resultados regulatórios esperados.

Algumas Agências Reguladoras, já utilizam índices de forma regular, por exemplo, a Aneel que apresenta alguns índices, a saber:

- Geração
 - i) Empreendimentos em operação – por tipo;
 - ii) Agentes de maior capacidade instalada – 10 maiores;
 - iii) Acréscimo anual da geração;
 - iv) Potencia hidroelétrica por bacia hidrográfica;
 - v) Capacidade instalada em KW por estado;
 - vi) Outorgas por modalidade e ano;
- Distribuição
 - i) Indicadores de qualidade DEC e FEC (médias anuais);
- Transmissão



- i) Linhas de transmissões concedidas por ano e por situação;
- ii) Acréscimos anuais em km de linhas de transmissão;
- Pesquisa e Desenvolvimento
 - i) Investimentos realizados por biênio;
- Tarifas
 - i) Tarifas médias no mês (as 10 maiores);
 - ii) Tarifas médias por classe de consumo e por região;
 - iii) Eficiência energética por biênio.

Alguns deles poderão ser cruzados com dados e índices disponibilizados pelos órgãos de defesa dos consumidores permitindo a apuração da análise de eficiência, eficácia e efetividade da ação regulatória.

No âmbito do Pro-Reg, paralelamente a realização deste trabalho, está em curso dois projetos sobre as Análises de Impacto Regulatório (RIA). Onde estão sendo desenvolvidos estudos de RIA e, também estão sendo estabelecidos indicadores que compõem e apóiam esses estudos.

Considerando a proposta de criação desses indicadores, podem-se encontrar duas situações: i) os indicadores já são preparados nos diversos atores da rede; ii) os indicadores serão elaborados de acordo a necessidade da RIA.

No caso de se utilizar indicadores existentes, pode-se implementar sistemas que disponibilizem painéis de indicadores, como forma monitorar alcance de metas, avaliar resultados e divulgar informações aos públicos interessados. Ferramentas que propiciam painéis de controle de fácil visualização podem vir a atender a essas necessidades. Há uma variedade de produtos com essas funcionalidades no mercado, podendo citar, como exemplo, o sistema Matricialnet.

No segundo caso, a rede de informação da regulação poderá ser dotada de sistema de BI (Business Intelligence) que são capazes de tratar e realizar os cruzamentos necessários das informações para obtenção dos índices necessários.



A escolha deste software só deverá ser feita depois de determinados os diversos índices que se quer obter e através de que cruzamentos deverão ser gerados. A definição do hardware que deverá hospedá-lo também será feita neste momento.

As soluções de BI hoje são divididas em ferramentas de ETL, Data Warehouse e OLAP. Como ferramentas de ETL predominantes temos o IBM DataStage e o PowerCenter da Informática que são soluções sólidas, poderosas e agressivas com bases de dados de terabytes de tamanho, e por consequência com altíssimo custo de aquisição e implementação. O IBM Cognos e o SAP Business Objects são soluções intermediárias de ETL.

Para Data Warehouse, existem as principais soluções de SGDB já conhecidas no mercado, pois todas elas suportam a modelagem multidimensional.

Para OLAP temos uma grande variedade de ferramentas disponíveis. Em maior evidência temos:

- a MicroStrategy com as funções de ROLAP, MOLAP, HOLAP e DOLAP e com integração completa para WEB Reporting;
- O IBM Cognos que também pode desempenhar ETL e trabalha com MOLAP e WEB Reporting;
- Oracle Hyperion;
- SAP Business Objects que desempenha Data Quality, ETL, MOLAP e DOLAP e WEB Reporting.

Vale citar a existência do Pentaho aparece como solução de software livre, que pode desempenhar o papel de ETL, OLAP e Data Mining e WEB Reporting.



10. Quadro Resumo das Soluções

O quadro 18 apresenta a síntese das propostas de soluções de busca e comunicação, seus diferenciais e estimativas de investimentos. Essa tabela facilita a comparabilidade das soluções propostas.

Quadro 18. Proposição de requisitos funcionais: 2ª Fase (Padronização da Informação)

Sistema	Investimento total	Diferencial
Sistemas de Busca		
Omnifind Enterprise Edition	R\$ 756.000,00	Atende aos requisitos com menor investimento
Google Search Appliance	R\$ 10.513.600,00	Necessidade de utilização de um sistema/hardware em cada ator da rede. Investimento elevado
Fast Enterprise Search Plataforma	R\$ 1.431.200,00	Atende aos requisitos não possui front-end padrão
Secure Enterprise Search	R\$ 888.920,00	Atende aos requisitos
Sistemas de Comunicação		
Astor	R\$ 32.500,00 para 500 usuários e R\$ 48.000,00 para 1000 usuários	Atende aos requisitos. Sistema desenvolvido em Brasília com facilidade de customização. Já em uso pelo governo federal
AT&T Connect	R\$ 37.266,36 para 500 usuários e R\$ 72.652,72 para 1000 usuários	Atende aos requisitos. Permite edição colaborativa de documentos.

É importante destacar que o investimento previsto para as opções do sistema de busca não contempla os custos de locação mensal dos



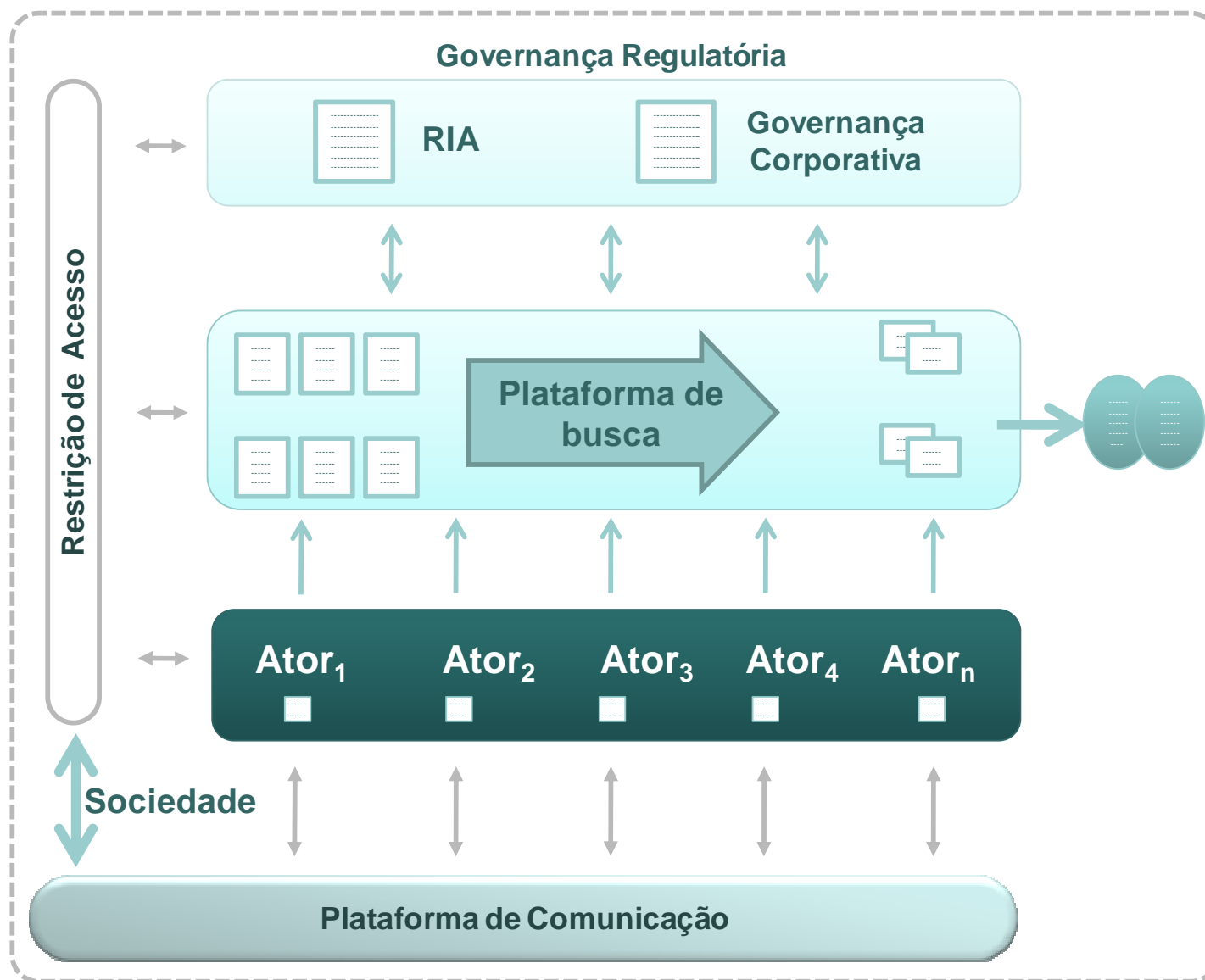
Presidência da República

dispositivos de comunicação (link) e de hospedagem para os servidores. Os valores foram solicitados ao SERPRO, porém não foi possível obter os orçamentos correspondentes em tempo hábil que permitisse sua inclusão neste documento

A figura 21 ilustra a proposição completa para a rede abrangendo e integrado todas as fases e soluções propostas para o desenvolvimento da rede regulatória.



Figura 21. Proposição Global





11. Governança da Rede e o papel da Unidade Coordenadora

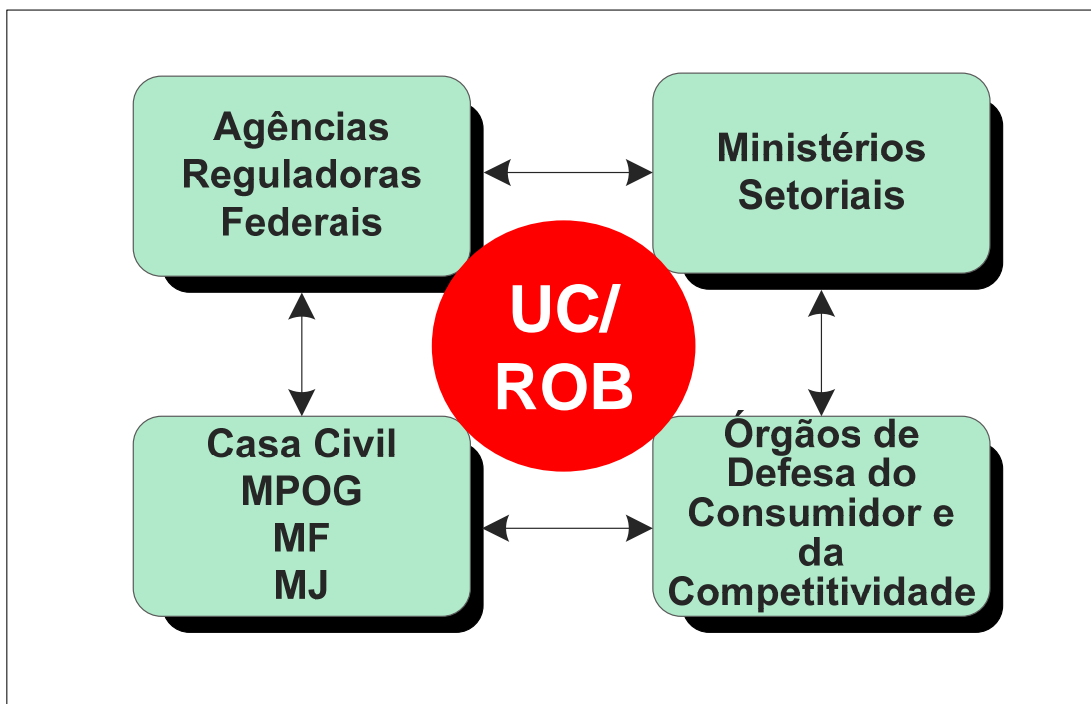
O entendimento do modelo de governança visa responder a uma importante pergunta: quem coordena e anima a rede da regulação? Nesse sentido, a figura 22 ilustra uma central de governança da rede. Nele podem ser observadas instâncias consultivas, e de controle. Ressalta-se não se pode transparecer a idéia de hierarquia, e sim um arranjo multi-organizacional de atores, visando valorizar as características do modelo radial e horizontal, constituído por órgãos, arranjos e conjunto em prol da melhoria regulatória.

O nó central da rede possui como papel de:

- Gerir a política de informação regulatória;
- Integrar (“animar”) o conjunto de atores da rede;
- Promover fóruns e estímulos à cooperação;
- Facilitar a interlocução entre os atores;
- Atender/antecipar demandas solicitadas e emergentes;
- Unificar conceitos, processos e terminologias da rede;
- Assegurar a contínua disponibilização/atualização das informações;
- Garantir a legitimidade/confiabilidade dos dados e informações.
- Promover o interesse público da rede;
- Gerir os recursos de TIC que sustentam o funcionamento da Rede.



Figura 22. Identificação de Requisitos Funcionais (projeto inicial)





12. Cronograma de Implementação da Rede

A proposta da Rede da Regulação requer o desenvolvimento de uma proposição implementadora que defina, minimamente, o desenvolvimento de estratégia e das ações de implantação.

A implantação de um modelo que promova a atuação em rede não acontece apenas pela normatização/regulamentação. Embora isso permita a visualização de um novo horizonte de trabalho, faz-se necessário construir um plano de implantação com forte atuação na mudança de cultura das diversas instituições envolvidas, visando à adequação dos atores a expandir as oportunidades fornecidas pela rede. Nesse sentido, é necessário ter em conta o estabelecimento de marcos de acompanhamento, tendo em vista que a implementação de uma concepção estrutural não é instantânea, à base do estabelecimento da regra (regimento) ou do comando e controle. Trata-se de uma transição rumo a um modelo que se dá, necessariamente, em etapas de implementação, cujos pontos de controle (marcos de acompanhamento) são peças fundamentais.

Por conseguinte, propõe-se um conjunto de ações para a implantação da rede, e que a coordenação e evolução da mesma seja estabelecida pela Casa Civil em conjunto com a Unidade Coordenadora. Para o alcance dos resultados propostos, faz-se necessária a implementação de um conjunto de ações prioritárias e estratégicas, entre as quais se destacam:

- **Consolidar o desenho da Proposta de da Rede da Regulação**
 - i) Realizar oficinas de trabalho com os atores significativos da rede para apresentação, ajustes e validação do modelo;
 - ii) Promover oficinas de trabalho com os responsáveis pela rede para estabelecer e validar as normas e regulamentos propostos.
 - iii) realizar a apresentação final da estrutura lógica e tecnológica da Rede;
 - iv) publicar normas/resoluções a fim de regulamentar a operação da rede;



- **Implantar a sistemática de busca avançada (Fase 1)**
 - i) Selecionar a solução apropriada de plataforma de busca dentre as alternativas apresentadas;
 - ii) Licitar a plataforma selecionada;
 - iii) Instituir equipes de responsáveis pela implantação e segurança da rede;
 - iv) implantar a primeira fase da rede – plataforma de busca;
 - v) Inserir link para o sistema de busca nos websites da Presidência da República;
 - vi) avaliar o funcionamento da fase 1 da rede e realização dos ajustes necessários.
- **Realizar ações de divulgação da Rede**
 - i) Realizar ações de divulgação da rede para públicos interessados
 - ii) Realizar eventos de lançamentos junto aos atores da regulação;
 - iii) Realizar análise da efetividade das ações de divulgação realizadas;
 - iv) Ajustar plano/estratégia de comunicação da rede, se necessário.
- **Desenvolver a compatibilização dos websites (Fase 2 – 1ª Parte)**
 - i) Realizar oficinas de análise dos ambientes web dos atores envolvidos;
 - ii) Definir uma estrutura de site compatível e harmônica entre atores;
 - iii) Elaborar e validar modelos de websites;
 - iv) Licitar o desenvolvimento dos websites;
 - v) Realizar o desenvolvimento e implantação dos websites em conformidade com o modelo de estrutura definida;



- **Harmonizar a apresentação de dados e informações na rede (Fase 2 – 2ª Parte)**
 - i) Formular uma Política de Gestão da Informação e do Conhecimento Regulatório;
 - ii) Implementar a Política da Informação e do Conhecimento Regulatório, estabelecendo a sistemática de funcionamento, regras/procedimentos e gestão do conteúdo da regulação;
- **Implantar a sistemática de comunicação (Fase 3)**
 - i) Selecionar a solução apropriada de ferramental de comunicação dentre as alternativas apresentadas e outras existentes;
 - ii) Licitar o ferramental selecionado;
 - iii) Instituir equipes de responsáveis pela implantação e capacitação no ferramental;
 - iv) implantar a terceira fase da rede – plataforma de comunicação;
 - v) Identificar pessoas chaves e realizar os treinamentos necessários;
 - vi) avaliar do funcionamento da fase 3 da rede e realização dos ajustes necessários.
- **Implantar a sistemática de monitoramento e avaliação regulatória (Fase 4)**
 - i) Definir e implementar um ambiente para disponibilização de estudos de Análises de Impacto Regulatório (RIA);
 - ii) Elaborar um banco de indicadores que componha e apóie os estudos de RIA existentes;
 - iii) Conceber e validar uma base de índices da regulação que possa suportar novos estudos de RIA;



- iv) Definir a solução adequada de ferramenta de monitoramento e avaliação dentre as alternativas apresentadas e outras existentes;
 - v) Licitar a ferramenta selecionada;
 - vi) Instituir equipes de responsáveis pela implantação e capacitação na ferramenta;
 - vii) implantar a quarta fase da rede – monitoramento e avaliação regulatória;
 - viii) Identificar pessoas chaves e realizar os treinamentos necessários;
 - ix) avaliar do funcionamento da fase 4 da rede e realização dos ajustes necessários.
- **Monitorar e avaliar a estrutura de funcionamento da Rede da Regulação**
- i) Instituir uma sistemática de monitoramento e avaliação da Rede da Regulação;
 - ii) Ajustar/desenvolver a sistemática de monitoramento e avaliação ao funcionamento da rede da regulação;
 - iii) Constituir grupo técnico de apoio para acompanhamento e avaliação dos resultados das implementações da rede;
 - iv) Realizar ajustes e evolução no modelo da rede da regulação, se necessário.

O quadro 7, a seguir, apresenta uma proposta de cronograma de implementação que possibilita a operação em tempo reduzido até a consolidação da rede. Porém, vale destacar que, dependendo de outras variáveis e questões emergentes, algumas ações poderão exigir um aditamento de prazos.



▪ **Quadro 7. Proposta de cronograma de Implantação da Rede da Regulação**

Etapas e ações para implementação da rede	Mês															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1) Consolidar o desenho da Proposta de da Rede da Regulação																
Realizar oficinas de trabalho com os atores significativos da rede para apresentação, ajustes e validação do modelo;																
Promover oficinas de trabalho com os responsáveis pela rede para estabelecer e validar as normas e regulamentos propostos.																
Realizar a apresentação final da estrutura lógica e tecnológica da Rede;																
Publicar normas/resoluções a fim de regulamentar a operação da rede;																
2) Implantar a sistemática de busca avançada (Fase 1)																
Selecionar a solução apropriada de plataforma de busca dentre as alternativas apresentadas;																
Licitatar a plataforma selecionada;																
Instituir equipes de responsáveis pela implantação e segurança da rede;																
implantar a primeira fase da rede – plataforma de busca;																



Etapas e ações para implementação da rede	Mês															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Inserir link para o sistema de busca nos websites da Presidência da República;																
Avaliar do funcionamento da fase 1 da rede e realização dos ajustes necessários.																
3) Realizar ações de divulgação da Rede																
Realizar ações de divulgação da rede para públicos interessados																
Realizar eventos de lançamentos junto aos atores da regulação;																
Realizar análise da efetividade das ações de divulgação realizadas;																
Ajustar plano/estratégia de comunicação da rede, se necessário.																
4) Desenvolver a compatibilização dos websites (Fase 2 – 1ª Parte)																
Realizar oficinas de análise dos ambientes web dos atores envolvidos;																
Definir uma estrutura de site compatível e harmônica entre atores;																
Elaborar e validar modelos de websites;																
Licitatar o desenvolvimento dos websites;																



Etapas e ações para implementação da rede	Mês															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Realizar o desenvolvimento e implantação dos websites em conformidade com o modelo de estrutura definida;																
5) Harmonizar a apresentação de dados e informações na rede (Fase 2 – 2ª Parte)																
Formular uma Política de Gestão da Informação e do Conhecimento Regulatório;																
Implementar a Política da Informação e do Conhecimento Regulatório, estabelecendo a sistemática de funcionamento, regras/procedimentos e gestão do conteúdo da regulação;																
6) Implantar a sistemática de comunicação (Fase 3)																
Selecionar a solução apropriada de ferramental de comunicação dentre as alternativas apresentadas e outras existentes;																
Licitatar o ferramental selecionado;																
Instituir equipes de responsáveis pela implantação e capacitação no ferramental;																
Implantar a terceira fase da rede – plataforma de comunicação;																



Etapas e ações para implementação da rede	Mês															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Identificar pessoas chaves e realizar os treinamentos necessários;																
Avaliar do funcionamento da fase 3 da rede e realização dos ajustes necessários.																
7) Implantar a sistemática de monitoramento e avaliação regulatória (Fase 4)																
Definir e implementar um ambiente para disponibilização de estudos de Análises de Impacto Regulatório (RIA);																
Elaborar um banco de indicadores que componha e apóie os estudos de RIA existentes;																
Conceber e validar uma base de índices da regulação que possa suportar novos estudos de RIA;																
Definir a solução adequada de ferramenta de monitoramento e avaliação dentre as alternativas apresentadas e outras existentes;																
Licitara ferramenta selecionada;																
Instituir equipes de responsáveis pela implantação e capacitação na ferramenta;																
Implantar a quarta fase da rede – monitoramento e avaliação regulatória;																



Etapas e ações para implementação da rede	Mês															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
Identificar pessoas chaves e realizar os treinamentos necessários;																
Avaliar do funcionamento da fase 4 da rede e realização dos ajustes necessários.																
8) Monitorar e avaliar a estrutura de funcionamento da Rede da Regulação																
Instituir uma sistemática de monitoramento e avaliação da Rede da Regulação;																
Desenvolver a sistemática de monitoramento e avaliação ao funcionamento da rede da regulação;																
Constituir grupo técnico de apoio para acompanhamento e avaliação dos resultados das implementações da rede;																
Realizar ajustes e evolução no modelo da rede da regulação, se necessário.																



13. Considerações finais

O presente relatório representa a versão final dos trabalhos desenvolvidos para a concepção dos desenhos lógico e tecnológico da rede governamental da regulação, tendo em vista a melhoria regulatória nacional.

As propostas apresentadas neste relatório permitem enxergar um conjunto de informações e funcionalidades que compõem a rede. A etapa de levantamento permitiu identificar o ambiente informacional e seus sistemas/funções existentes, sendo base para uma proposta consolidada do modelo da rede, corroborando com a indicação de tecnologias capazes de estabelecer a interação entre as diversas instituições envolvidas, com a finalidade de contribuir com o avanço da regulação e da gestão do sistema regulatório.

A concepção de rede da regulação destaca-se por ser uma proposta orientada à agregação de valor para as partes interessadas, pois é dotada de pragmatismo em suas considerações informacionais, funcionais e tecnológicos ao tecer recomendações fundamentadas para cada solução baseada em TIC apresentada, bem como avaliado sua infraestrutura de TI.

Além disso, a proposta levou em consideração as principais inovações no campo tecnológico, sem decair no risco da captura por evoluções e panacéias que compõem o universo de soluções de TI, podendo ser conduzida a uma proposta de atendimento parcial ou mínimo e, por fim, após a implementação e uso da solução, a mesma é descontinuada, sendo considerados desnecessárias e/ou obsoletas.

Nesse sentido, definiram-se recomendações precisamente com base nas necessidades, na viabilidade de execução e na geração de valor, alinhando com as inovações existentes e já testadas em distintos ambientes organizacionais e interorganizacionais, com vistas a melhorar a qualidade da gestão dessas instituições.

Conclui-se que as medidas sugeridas para a Rede da Regulação têm o foco não na TI, mas na melhoria da qualidade das informações do ambiente regulatório e na busca da efetividade do acesso às informações, consistindo, em sua totalidade, uma proposta integrada de soluções que apóie a melhoria do processo regulatório, seus



Presidência da República

mecanismos de prestação de contas, monitoramento por parte da sociedade e da qualidade da regulação como um todo.



Anexo 1. Banco de dados de partes interessadas

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
1	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	Agência Reguladora	Setor de energia elétrica	Ministério de Minas e Energia
2	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP	Agência Reguladora	Setor de Petróleo	Ministério de Minas e Energia
3	Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	Agência Reguladora	Setor de Telecomunicações	Ministério das Comunicações
4	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	Agência Reguladora	Setor de Segurança sanitária sobre alimentos e medicamentos	Ministério da Saúde
5	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS	Agência Reguladora	Setor de Assistência Suplementar à Saúde	Ministério da Saúde
6	Agência Nacional de Águas – ANA	Agência Reguladora	Setor de Água	Ministério do Meio Ambiente
7	Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ	Agência Reguladora	Setor de Portos	Ministério dos Transportes
8	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	Agência Reguladora	Setor de Transportes Terrestres	Ministério dos Transportes
9	Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Agência Reguladora	Setor de Indústria Cinematográfica	Ministério da Cultura
10	Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC	Agência Reguladora	Setor de Aviação Civil	Ministério da Defesa
11	Presidência da República Federativa do Brasil / Casa Civil	Poder Executivo		
12	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Poder Executivo		Agência Nacional de Águas
13	Ministério da Ciência e Tecnologia	Poder Executivo		Agência Espacial Brasileira



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
14	Ministério da Cultura	Poder Executivo		Agência Nacional do Cinema
15	Ministério da Fazenda	Poder Executivo		
16	Ministério da Defesa	Poder Executivo		Agência Nacional de Aviação Civil
17	Ministério da Saúde	Poder Executivo		Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
18	Ministério das Comunicações	Poder Executivo		Agência Nacional de Telecomunicações
19	Ministério das Relações Exteriores	Poder Executivo		
20	Ministério de Minas e Energia	Poder Executivo		Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional do Petróleo
21	Ministério dos Transportes	Poder Executivo		Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Transportes Terrestres
22	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Poder Executivo		
23	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Poder Executivo		
24	Ministério das Cidades	Poder Executivo		
25	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Poder Executivo		



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
26	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Poder Executivo		
27	Ministério da Educação	Poder Executivo		
28	Ministério do Esporte	Poder Executivo		
29	Ministério da Integração Nacional	Poder Executivo		
30	Ministério da Justiça	Poder Executivo		
31	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Poder Executivo		
32	Ministério da Previdência Social	Poder Executivo		
33	Ministério do Trabalho e Emprego	Poder Executivo		
34	Ministério do Turismo	Poder Executivo		
35	Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – Agergs/RS	Agência Reguladora		
36	Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro – Arsep/RJ	Agência Reguladora		
37	Comissão de Serviços Públicos de Energia (São Paulo) – CSPE/SP	Agência Reguladora		
38	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – Arce/CE	Agência Reguladora		
39	Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – Arcon/PA	Agência Reguladora		
40	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba/BA	Agência Reguladora		



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
41	Agência Reguladora de Serviços Concedidos do Estado de Sergipe – Ases/SE	Agência Reguladora		
42	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Minas Gerais – Arse/ES	Agência Reguladora		
43	Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Mato Grosso – Ager/MT	Agência Reguladora		
44	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte – Arsep/RN	Agência Reguladora		
45	Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR/GO	Agência Reguladora		
46	Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – Arsam/AM	Agência Reguladora		
47	Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Pernambuco – Arpe/PE	Agência Reguladora		
48	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas – Arsal/AL	Agência Reguladora		
49	Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – Agepan/MS	Agência Reguladora		
50	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – Artesp/SP	Agência Reguladora		
51	Agência Estadual de Vigilância Sanitária da Paraíba – Agevisa/PB	Agência Reguladora		
52	Agência Estadual de Energia da Paraíba – Ageel/PB	Agência Reguladora		



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
53	Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenersa/RJ	Agência Reguladora		
54	Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – Agetransp/RJ	Agência Reguladora		
55	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – Aesa/PB	Agência Reguladora		
56	Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Saneamento de Cachoeiro de Itapemirim – Agersa/ES	Agência Reguladora		
57	Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgotos de Joinville – Amae/SC	Agência Reguladora		
58	Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR)			
59	Advocacia-Geral da União (AGU)			
60	Controladoria-Geral da União (CGU)			
61	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)			
62	Tribunal de Contas da União – TCU	Poder Legislativo		
63	Supremo Tribunal Federal – STF	Poder Judiciário		
64	Superior Tribunal de Justiça	Poder Judiciário		
65	Trubunal Superior do Trabalho	Poder Judiciário		
66	Trubunal Superior Eleitoral	Poder Judiciário		
67	Trubunal Superior Militar	Poder Judiciário		
68	Tribunal Regional Federal	Poder Judiciário		



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
69	Trubunal Regional Eleitoral	Poder Judiciário		
70	Trubunal Regional do Trabalho	Poder Judiciário		
71	Trubunal Regional do Militar	Poder Judiciário		
72	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)			
73	Senado Federal	Poder Legislativo		
74	Câmara dos deputados	Poder Legislativo		
75	Banco Central (BACEN)	Agentes Financeiros		
76	Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)			
77	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)			
78	Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA)	Mercado Financeiro		
79	Ordem dos Advogados de Brasil (OAB)			
80	Associação Nacional de Bancos de Investimento (ANBID)	Mercado Financeiro		
81	Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)	Mercado Financeiro		
82	Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR)	Publicidade Comercial		
83	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Organização Internacional		
84	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)	Organização Internacional		
85	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)			
86	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)			
87	Universidades Federais			



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
88	Confederação Nacional da Indústria (CNI)			
89	Confederação Nacional dos Transportes (CNT)	Entidades de Classe		ANTT, ANTAQ
90	Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC)			
91	IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia			ANA
92	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Comunidades Científicas		ANA, ANEEL, ANTAQ
93	BCDAM - Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia			ANA
94	PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente	Sociedade Civil Organizada (ONG)		ANA
95	AGEVAP – Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.	Entidades de Classe		ANA
96	CBHSF - Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	Entidades de Classe		ANA
97	PCJ - Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivarí e Jundiá	Entidades de Classe		ANA
98	ABAS - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas	Entidades de Classe		ANA
99	COGERH - Companhia de Gestão de Recursos Hídricos	Entidades de Classe		ANA
100	OEA - Organização dos Estados Americanos	Organização Internacional		
101	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	Agentes Financeiros		



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
102	GEF - Global Environment Facility	Agentes Financeiros		
103	Aladi - Asociación Latinoamericana de Integración	Organismos Internacionais		ANTAQ
104	Biblioteca Virtual de Transportes	Organismos Internacionais		ANTAQ
105	Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional	Organismos Internacionais		ANTAQ
106	Guia del Mercosur - Informações Gerais	Organismos Internacionais		ANTAQ
107	Iniciativa de Transportes do Hemisfério Ocidental – ITHO	Organismos Internacionais		ANTAQ
108	Instituto Mexicano del Transporte	Organismos Internacionais		ANTAQ
109	International Maritime Organization	Organismos Internacionais		ANTAQ
110	International Road Federacion (IRF)	Organismos Internacionais		ANTAQ
111	ITS America	Organismos Internacionais		ANTAQ
112	MARAD	Organismos Internacionais		ANTAQ
113	Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement	Organismos Internacionais		ANTAQ



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
114	Nações Unidas - CEPAL	Organismos Internacionais		ANTAQ
115	Transportation Research Board (TRB)	Organismos Internacionais		ANTAQ
116	UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development	Organismos Internacionais		ANTAQ
117	Universidade da Califórnia - Berkeley	Organismos Internacionais		ANTAQ
118	Universidade de Princeton	Organismos Internacionais		ANTAQ
119	US Dept. of Transportation	Organismos Internacionais		ANTAQ
120	MERCOSUL - Mercado Comum do Sul	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ, ANTT
121	ALCA - Área de livre comércio das Américas	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
122	República Federal da Alemanha	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
123	Governo da República Argelina Democrática e Popular	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
124	Argentina - Empresas Credenciadas	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
125	Governo da República Popular da Bulgária	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
126	República do Chile	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ, ANTT
127	Governo da República Popular da China	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
128	Governo da República Francesa	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
129	Governo da República Popular da Polônia	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
130	Governo da República Portuguesa	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
131	República Socialista da Romênia	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
132	Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
133	Governo da República Oriental do Uruguai	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ, ANTT
134	ISPS Code - Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias	Acordo Comercial Internacional		ANTAQ
135	Porto de Manaus		Setor Portuário	ANTAQ
136	CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro		Setor Portuário	ANTAQ
137	CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia		Setor Portuário	ANTAQ



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
138	CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo		Setor Portuário	ANTAQ
139	CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte		Setor Portuário	ANTAQ
140	CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo		Setor Portuário	ANTAQ
141	CDP - Companhia Docas do Pará		Setor Portuário	ANTAQ
142	CDC - Companhia Docas do Ceará		Setor Portuário	ANTAQ
143	CODOMAR/AHIMOC - Companhia Docas do Maranhão/Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental		Setor Hidroviário Interior	ANTAQ
144	CDP/AHIMOR - Companhia Docas do Pará/Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental		Setor Hidroviário Interior	ANTAQ
145	CDP/AHITAR - Companhia Docas do Pará/Administração das Hidrovias do Tocantins-Araguaia		Setor Hidroviário Interior	ANTAQ
146	CODESP/AHIPAR - Companhia Docas do Estado de São Paulo/Administração da Hidrovia do Paraguai		Setor Hidroviário Interior	ANTAQ
147	CODESP/AHRANA - Companhia Docas do Estado de São Paulo/Administração da Hidrovia do Paraná		Setor Hidroviário Interior	ANTAQ
148	CODEBA/AHSFRA - Companhia das Docas do Estado da Bahia/Administração da Hidrovia do São Francisco		Setor Hidroviário Interior	ANTAQ
149	Porto de Itajaí		Concessionárias de Portos	ANTAQ
150	Portos de Paranaguá e Antonina		Concessionárias de Portos	ANTAQ
151	Porto do Rio Grande		Concessionárias de Portos	ANTAQ
152	FENAMAR - Federação Nacional das Agências de		Sindicatos e Federações	ANTAQ



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
	Navegação			
153	ABTI - Associação Brasileira de Transportadores Internacionais	Entidades de Classe		ANTAQ
154	IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Instituições Públicas		ANTAQ
155	INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Instituições Públicas		ANTAQ, ANEEL
156	Rede Governo (Sites do Governo e SiapeNet)	Instituições Públicas		ANTAQ, ANTT
157	SICT / ANPET - Sistema de Informação Científica em Transportes	Instituições Públicas		ANTAQ
158	FENAMAR - Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima	Sindicatos		ANTAQ
159	BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento			ANTAQ
160	ONU - Organização das Nações Unidas	Organização Internacional		ANCINE, ANTAQ
161	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Organização Internacional		ANTAQ
162	República da Guiana	Acordos Bilaterais Internacionais		ANTT
163	República Argentina	Acordos Bilaterais Internacionais		ANTT
164	República do Paraguai	Acordos Bilaterais Internacionais		ANTT
165	República da Bolívia	Acordos Bilaterais Internacionais		ANTT



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
166	República do Peru	Acordos Bilaterais Internacionais		ANTT
167	República Bolivariana da Venezuela	Acordos Bilaterais Internacionais		ANTT
168	Associação Nacional dos usuários de transporte de Carga - ANUT	Sociedade Civil Organizada (ONG)		ANTT
169	ONGs de proteção ambiental	Sociedade Civil Organizada (ONG)		ANTT
170	CORDE	Sociedade Civil Organizada (ONG)		ANTT
171	CONADE	Sociedade Civil Organizada (ONG)		ANTT
172	CNDI e outros	Sociedade Civil Organizada (ONG)		ANTT
173	ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias	Entidades de Classe		ANTT
174	ANTF - Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários	Entidades de Classe		ANTT
175	ABRATI - Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros	Entidades de Classe		ANTT
176	ANUT - Assoc.Nac.Usuários de Transporte	Entidades de Classe		ANTT
177	Entidades representativas de empresas reguladas	Entidades de Classe		ANTT
178	Entidades representativas de usuários	Entidades de Classe		ANTT
179	Associações de moradores	Entidades de Classe		ANTT
180	NTC logística	Entidades de Classe		ANTT



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
181	Federações e Sindicatos de classe	Entidades de Classe		ANTT
182	ABCAM - Associação Brasileira dos Caminhoneiros	Entidades de Classe		ANTT
183	Movimento União Brasil Caminhoneiro	Entidades de Classe		ANTT
184	FECAM- Federação dos caminhoneiros autônomos dos estados do RS e SC.	Entidades de Classe		ANTT
185	OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras	Entidades de Classe		ANTT
186	COBRASCAM - Cooperativa Brasileira dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens Ltda	Entidades de Classe		ANTT
187	SETECESP-SP - Sindicatos de empresas de transporte de carga de São Paulo e Região	Entidades de Classe		ANTT
188	SETCEPAR-PR - Sindicato das empresas de transporte de cargas no Estado do Paraná	Entidades de Classe		ANTT
189	RJ - SINDICARGA -Sindicato das empresas do transporte rodoviário de cargas e logística	Entidades de Classe		ANTT
190	CNTT	Entidades de Classe		ANTT
191	ANTTUR - ABAV e outras estaduais /regionais	Entidades de Classe		ANTT
192	FRA - Federal Railway Administration	Organismos Internacionais		ANTT
193	TTCI - Transportation Technology Center of AAR	Organismos Internacionais		ANTT
194	ABTI -. Associação Brasileira de Transportadores Internacionais	Organismos Internacionais		ANTT
195	AGETICH - Asociacion Gremial Chilena de Empresarios Del Transporte Internacional de Cargas por Carretera	Organismos Internacionais		ANTT
196	ATACI - Asociacion de Transportistas Argentinos de	Organismos		ANTT



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
	Carga Internacional	Internacionais		
197	Exército	Comunidades Científicas		ANTT
198	Empresas de Consultoria	Comunidades Científicas		ANTT
199	Empresa Brasileira de Pesquisa - EBP	Comunidades Científicas		ANTT
200	FIPE	Comunidades Científicas		ANTT
201	CEFTRU/UNB	Comunidades Científicas		ANTT
202	USP/FDTE	Comunidades Científicas		ANTT
203	UFSC	Comunidades Científicas		ANTT
204	Canal NTC cidadania	Mídia		ANTT
205	Revista O carreteiro	Mídia		ANTT
206	Gazeta Mercantil	Mídia		ANTT
207	Transporte em Revista	Mídia		ANTT
208	Guia do Transportador Rodoviário de Cargas	Mídia		ANTT
209	Centro de Estudos em Logística	Mídia		ANTT
210	Radiobras	Mídia		ANTT
211	NOVADUTRA		Concessionárias	ANTT
212	PONTE S.A.		Concessionárias	ANTT



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
213	CONCER		Concessionárias	ANTT
214	CRT		Concessionárias	ANTT
215	CONCEPA		Concessionárias	ANTT
216	ECOSUL		Concessionárias	ANTT
217	AUTOPISTA PLANALTO SUL		Concessionárias	ANTT
218	AUTOPISTA LITORAL SUL		Concessionárias	ANTT
219	AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT		Concessionárias	ANTT
220	AUTOPISTA FERNÃO DIAS		Concessionárias	ANTT
221	AUTOPISTA FLUMINENSE		Concessionárias	ANTT
222	TRANSBRASILIANA		Concessionárias	ANTT
223	RODOVIA DO AÇO		Concessionárias	ANTT
224	NOVOESTE – Ferrovia Novoeste S. A.		Concessionárias	ANTT
225	FCA – Ferrovia Centro-Atlântica S. A.		Concessionárias	ANTT
226	MRS – MRS Logística S.A.		Concessionárias	ANTT
227	FTC – Ferrovia Tereza Cristina S.A.		Concessionárias	ANTT
228	ALL – América Latina Logística do Brasil S.A.		Concessionárias	ANTT
229	FERROESTE		Concessionárias	ANTT
230	EFVM – Estrada de Ferro Vitória a Minas		Concessionárias	ANTT
231	EFC – Estrada de Ferro Carajás		Concessionárias	ANTT
232	CFN – Companhia Ferroviária do Nordeste S.A.		Concessionárias	ANTT
233	FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes S.A.		Concessionárias	ANTT
234	FERRONORTE – Ferrovias Norte do Brasil S.A.		Concessionárias	ANTT
235	VALEC / S.A.		Concessionárias	ANTT



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
236	ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação			
237	DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte			ANTT
238	DPRF - Departamento de Polícia Rodoviária Federal			ANTT
239	BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social			ANTT
240	ABRATI - Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros			ANTT
241	CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias			ANTT
242	CONUT - Confederação Nacional dos Usuários dos Transportes Coletivo Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aeroviário			ANTT
243	FRESP - Federação das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo			ANTT
244	FENASEG - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização			ANTT
245	IRB - Instituto de Resseguros do Brasil			ANTT
246	AEB - Associação de Exportadores do Brasil			ANTT
247	ABTC - Associação Brasileira de Transportadores de Carga			ANTT
248	ABTI - Associação Brasileira de Transportes Internacionais			ANTT



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
249	ABDER - Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem			ANTT
250	ANTF - Associação Nacional de Transporte Ferroviário			ANTT
251	CBTF - Câmara Brasileira de Transporte Ferroviário			ANTT
252	NTC - Associação Nacional do Transporte de Cargas			ANTT
253	AENFER - Associação de Engenheiros Ferroviários			ANTT
254	ABCR - Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias			ANTT
255	ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens			ANTT
256	ASLOG - Associação Brasileira de Logística			ANTT
257	ABTLP - Associação Brasileira de Transporte e Logística de Produtos Perigosos			ANTT
258	ABPV - Associação Brasileira de Pavimentação			ANTT
259	Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)			ANS
260	Unesco			ANS
261	Organização Mundial de Saúde (OMS)			ANS
262	PROCON - Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor			ANS
263	Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PROTESTE			ANS, ANCINE
264	Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde - ADUSEPS			ANS
265	Associação Franco Basaglia - AFB			ANS



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
266	Associação Médica Brasileira - AMB			ANS
267	Central Única dos Trabalhadores - CUT			ANS
268	Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB			ANS
269	Confederação Nacional das Cooperativas Médicas - UNIMED DO BRASIL			ANS
270	Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços - CNS			ANS
271	Confederação Nacional do Comércio - CNC			ANS
272	Conselho Federal de Enfermagem - COFEN			ANS
273	Conselho Federal de Medicina - CFM			ANS
274	Conselho Federal de Odontologia - CFO			ANS
275	Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS			ANS
276	Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS			ANS
277	Cooperativa de Serviços Odontológicos - UNIODONTO			ANS
278	Federação Brasileira de Hospitais - FBH			ANS
279	Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil - FARBRA			ANS
280	Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG			ANS



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
281	SinSaudeSP - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviço de Saúde em São Paulo			ANS
282	Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo - SINAMGE			ANS
283	Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo - SINOGE			ANS
284	Social Democracia Sindical - SDS			ANS
285	União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS			ANS
286	Indústrias farmacêutica			ANVISA
287	Indústria de cosméticos			ANVISA
288	Farmácias e drogarias			ANVISA
289	Hospitais			ANVISA
290	Hospitais Universitários			ANVISA
291	Faculdade de Ciências Médicas			ANVISA
292	Universidades Federal			ANVISA, ANTT
293	Confederação Nacional da Agricultura - CNA		Câmara Setorial de Toxicologia	ANVISA
294	Sindicato das Indústrias de Defensivos Agrícolas - SINDAG	Sindicatos	Câmara Setorial de Toxicologia	ANVISA
295	Associação Brasileira de Defensivos Agrícolas - AENDA	Entidades de Classe		ANVISA
296	Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM	Entidades de Classe		ANVISA
297	Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF	Entidades de Classe	Câmara Setorial de Toxicologia	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
298	Sociedade Brasileira de Toxicologia	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Toxicologia	ANVISA
299	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA	Entidades de Classe	Câmara Setorial de Toxicologia	ANVISA
300	Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG	Entidades de Classe	Câmara Setorial de Toxicologia	ANVISA
301	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Comunidades Científicas	Câmara Setorial de Toxicologia	ANVISA
302	Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos (SBCTA)	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Alimentos	ANVISA
303	Conselho Federal de Nutricionista (CFN)	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
304	Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
305	Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA)	Entidades de Classe		ANVISA
306	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos Dietéticos (ABIAD)	Entidades de Classe		ANVISA
307	Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE)	Entidades de Classe	Câmara Setorial de Alimentos	ANVISA
308	Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)	Entidades de Classe	Câmara Setorial de Alimentos	ANVISA
309	Associação Brasileira de Embalagens (ABRE)	Entidades de Classe	Câmara Setorial de Alimentos	ANVISA
310	Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FNHRBS).	Entidades de Classe	Câmara Setorial de Alimentos	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
311	Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI)	Entidades de Classe	Câmara Setorial de Alimentos	ANVISA
312	Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS)	Órgãos do Governo	Câmara Setorial de Alimentos	ANVISA
313	Associação Brasileira de Cosmetologia - ABC		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
314	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Essenciais, Produtos Químicos, Aromáticos, Fragrâncias, Aromas e Afins - ABIFRA		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
315	Associação dos Distribuidores e Importadores de Perfumes, Cosméticos e Similares - ADIPEC		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
316	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades - ABIFINA		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
317	Confederação Nacional da Indústria - CNI		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
318	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC			ANVISA
319	Movimento Popular de Saúde - MOPS		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
320	Conselho Federal de Farmácia - CFF	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
321	Conselho Federal de Medicina - CFM	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
322	Conselho Federal de Química - CFQ			ANVISA
323	Sociedade Brasileira de Dermatologia		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
324	Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia - ASBAI		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
325	Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica - SBPPC		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
326	Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva -- ABRASCO		Câmara Setorial de Cosméticos e Medicamentos	ANVISA
327	Associação Brasileira de Odontologia - ABO		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
328	Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
329	Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - PROTESTE		Câmara Setorial de Cosméticos	ANVISA
330	Federação Nacional dos Farmacêuticos - FENAFAR		Câmara Setorial de Cosméticos e Medicamentos	ANVISA
331	Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Isentos de Prescrição - ABIMIP		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
332	Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica - ABIQUIF		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
333	Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde - ABIFISA		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
334	Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico - ABAFARMA		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
335	Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico - ABCFARMA		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
336	Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil - ALFOB		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
337	Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais - ANFARMAG		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
338	Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica - FEBRAFARMA			ANVISA
339	Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - Pró-genéricos		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
340	Associação Brasileira dos Revendedores e Importadores de Insumos Farmacêuticos - ABRIFAR		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
341	Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias - ABRAFARMA		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
342	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades - ABIFINA		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
343	Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais - ALANAC		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
344	Confederação Nacional da Indústria - CNI		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
345	Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - INTERFARMA		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
346	ABRASP - Associação Brasileira dos Produtores de Soluções Parenterais		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
347	Associação Médica Brasileira - AMB			ANVISA
348	Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas - ABFH		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
349	Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos - SOBRAVIME		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
350	SBRAFH - Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar		Câmara Setorial de Medicamentos	ANVISA
351	Associação Nacional de Jornais - ANJ	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
352	Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão - ABERT	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
353	Associação Nacional de Editores de Revistas - ANER	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
354	Conselho de Auto-Regulação Publicitária - CONAR	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
355	Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica - FEBRAFARMA	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
356	Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABIHPEC	Setor Regulado		ANVISA
357	Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratório - ABIMO	Setor Regulado		ANVISA
358				ANVISA
359	Associação Brasileira dos Importadores de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares - ABIMED	Setor Regulado		ANVISA
360	Departamento Americano de Energia - DOE	Organismos Internacionais	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA, ANEEL
361	Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins - ABIPLA	Setor Regulado		ANVISA
362	Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Isentos de Prescrição - ABIMIP	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
363	Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - INTERFARMA	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
364	Agência Brasileira de Anunciantes - ABA	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
365	Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais - ANFARMAG	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
366	Associação Brasileira de Agências de Publicidade - ABAP	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
367	Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial - CBDL	Setor Regulado		ANVISA
368	Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - Pró-genéricos	Setor Regulado	Câmara Setorial de Propaganda e Publicidade de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária	ANVISA
369	Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, Aéreos e Fluviais (CONTTMAF)	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	ANVISA
370	Federação Nacional de Operadores Portuários (FENOP)	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
371	Sindicato Nacional das Empresas de Navegação (SYNDARMA)		Câmara Setorial de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	ANVISA
372	Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV)		Câmara Setorial de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	ANVISA
373	Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA)		Câmara Setorial de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	ANVISA
374	Associação Brasileira de Empresas de Transporte Rodoviário (ABRATI)		Câmara Setorial de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	ANVISA
375	Sociedade Brasileira de Patologia Clínica - SBPC	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
376	Sociedade Brasileira de Análises Clínicas - SBAC	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
377	Conselho Federal de Odontologia - CFO	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
378	Conselho Federal de Enfermagem - COFEN	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
379	Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica - SBEB	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
380	Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica - SBPPC	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
381	Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO	Sociedade Civil Organizada		ANVISA
382	Centro de Engenharia Biomédica da Universidade de Campinas	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
383	Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar - SBRAFH	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
384	Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes - ABRAIDI	Setor Regulado	Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
385	Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB	Setor Regulado		ANVISA
386	Federação Brasileira de Hospitais - FBH	Setor Regulado		ANVISA
387	Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios - ASSIBRAL	Setor Regulado	Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
388	Associação de Laboratórios Clínicos - ALAC	Setor Regulado	Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
389	Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/ MRE)		Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
390	Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS)		Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
391	Centro para el Control Estatal de la Calidad de los Medicamentos (Cuba)		Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
392	Comisión Federal para la Protección contra Riesgos Sanitarios (México)		Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
393	Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (Portugal)		Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
394	Dirección Nacional de Vigilancia Sanitaria - Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (Paraguai)		Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
395	Dirección de Productos de Salud - Ministerio de Salud Pública (Uruguai)		Câmara Setorial de Produtos para Saúde	ANVISA
396	Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD)	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Saneantes	ANVISA
397	Associação Brasileira das Indústrias Saboeiras (ABISA)	Setor Regulado	Câmara Setorial de Saneantes	ANVISA
398	Associação Brasileira de Aerossóis e Saneantes (ABAS)	Setor Regulado		ANVISA
399	Associação Brasileira do Mercado de Limpeza Institucional (ABRALIMP)	Setor Regulado	Câmara Setorial de Saneantes	ANVISA
400	Associação das Empresas Controladoras de Pragas do Estado de São Paulo (ADESP)	Setor Regulado	Câmara Setorial de Saneantes	ANVISA
401	Associação Brasileira de Profissionais em Controle de Infecção e Epidemiologia Hospitalar - ABIH	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Serviços de Saúde	ANVISA
402	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Serviços de Saúde	ANVISA
403	Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Serviços de Saúde	ANVISA



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
404	Conselho Federal de Psicologia - CFP	Sociedade Civil Organizada	Câmara Setorial de Serviços de Saúde	ANVISA
405	Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino - ABRAHUE	Setor Regulado	Câmara Setorial de Serviços de Saúde	ANVISA
406	Associação Brasileira de Medicina de Grupo - ABRAMGE	Setor Regulado	Câmara Setorial de Serviços de Saúde	ANVISA
407	União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS	Setor Regulado	Câmara Setorial de Serviços de Saúde	ANVISA
408	Sistema Único de Saúde (SUS)			ANS, ANVISA
409	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)			ANS, ANVISA
410	Conselho Nacional de Saúde (CNS)			ANS, ANVISA
411	Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS)			ANS, ANVISA
412	Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS)			ANS, ANVISA
413	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)			ANS, ANVISA
414	Fundo Nacional de Saúde (FNS)			ANS, ANVISA
415	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)			ANS, ANVISA
416	IMESP - Imprensa Oficial do Estado S/A	Mídia		ANEEL
417	DOU - Diário Oficial da União - Imprensa Nacional	Mídia		ANEEL, ANATEL, ANA, ANTAQ, ANTT
418	Radiobrás	Mídia		ANEEL, ANTT
419	Rede Brasil	Mídia		ANEEL



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
420	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)			
421	Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs)	Comissões		ANATEL
422	SET - Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão	Sociedade Civil Organizada		ANATEL
423	SETA - Sindicato Nacional das Empr. Operadoras de Sistemas de TV por Assinatura	Sindicatos		ANATEL
424	ABECORTEL - Associação Bras. das Empres. de Serviços de Eng. de Telecomunicações	Entidades de Classe		ANATEL
425	ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão	Entidades de Classe		ANATEL
426	ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica	Entidades de Classe		ANATEL
427	ABRAFORTE - Associação Brasileira dos Fornecedores de Rede	Entidades de Classe		ANATEL
428	ABRANET - Associação Brasileira de Provedores de Acesso	Entidades de Classe		ANATEL
429	ABTA - Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura	Entidades de Classe		ANATEL
430	ACEL - Associação Nacional das Operadoras de Celular	Entidades de Classe		ANATEL
431	AESP - Associação das Emissoras de Rádio e Televisão	Entidades de Classe		ANATEL
432	SUCESU-SP - Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações SP	Entidades de Classe		ANATEL
433	TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações	Entidades de Classe		ANATEL



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
434	TELECOM - Associação Brasileira de Telecomunicações	Entidades de Classe		ANATEL
435	CNI - Confederação Nacional da Indústria	Entidades de Classe		ANATEL
436	AICEP - Ass. dos Operadores de Correios e Telec. dos Países de Língua Portuguesa	Organismos Internacionais		ANATEL
437	CITEL - Comissão Interamericana de Telecomunicações	Organismos Internacionais		ANATEL
438	CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	Organismos Internacionais		ANATEL
439	ERO - Escritório Europeu de Radiocomunicações	Organismos Internacionais		ANATEL
440	ETNO - Associação dos Operadores Europeus de Redes Públicas de Telecomunicação	Organismos Internacionais		ANATEL
441	ETO- Escritório Europeu de Telecomunicações	Organismos Internacionais		ANATEL
442	ETSI - Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações	Organismos Internacionais		ANATEL
443	Eutelsat - (consórcio europeu de telecomunicações via satélite)	Organismos Internacionais		ANATEL
444	I*M Europe - Informações sobre a multimídia Européia	Organismos Internacionais		ANATEL
445	OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico	Organismos Internacionais		ANATEL



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
446	UE - União Européia	Organismos Internacionais		ANATEL
447	REGULATEL - Fórum Latino Americano de entidades Reguladoras de Telecomunicações	Organismos Internacionais		ANATEL
448	UIT - União Internacional de Telecomunicações	Organismos Internacionais		ANATEL
449	Operador Nacional do Sistema (ONS)			ANEEL
450	Empresa de Pesquisa Energética - EPE			ANP, ANEEL
451	Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A			ANEEL, ANP
452	Agência Internacional de Energia (AIE)			ANEEL
453	Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A			ANEEL
454	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL)			Eletrobrás, ANEEL
455	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE			Eletrobrás, ANEEL
456	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)			Eletrobrás, ANEEL
457	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A			Eletrobrás, ANEEL
458	Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL
459	Companhia Energética do Amazonas (Ceam)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL
460	Centrais Elétricas do Pará (Celpa)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL
461	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL
462	Companhia Energética do Maranhão (Cemar)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL
463	Centrais Elétricas Matogrossenses (Cemat)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
464	Companhia Energética de Roraima (Cer)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL
465	Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL
466	Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre)			Eletronorte, Eletrobrás, ANEEL
467	Eletronuclear (Eletrobrás Termonuclear S/A)			Eletrobrás, ANEEL
468	Eletrosul Centrais Elétricas S.A			Eletrobrás, ANEEL
469	FURNAS Centrais Elétricas S.A			Eletrobrás, ANEEL
470	Empresa de Pesquisa Energética (EPE)			ANEEL
471	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)			ANEEL, ANA
472	FNQ - Fundação Nacional da Qualidade	Sociedade Civil Organizada		ANEEL
473	GREENPEACE	Sociedade Civil Organizada		ANEEL
474	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)	Sociedade Civil Organizada		ANEEL
475	Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais	Sociedade Civil Organizada		ANEEL
476	WWF	Sociedade Civil Organizada		ANEEL
477	Escola Federal de Engenharia de Itajubá	Comunidades Científicas		ANEEL
478	Universidade de Brasília	Comunidades Científicas		ANEEL
479	Universidade de Campinas - UNICAMP	Comunidades Científicas		ANEEL
480	Universidade de São Paulo	Comunidades		ANEEL



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
		Científicas		
481	Universidade Estadual Paulista - UNESP	Comunidades Científicas		ANEEL
482	Universidade Federal do Paraná	Comunidades Científicas		ANEEL
483	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Comunidades Científicas		ANEEL, ANTT
484	Regulação à Concorrência do Instituto de Economia da UFRJ	Comunidades Científicas		ANEEL
485	CEPEL - Centro de Pesquisa de Energia Elétrica	Comunidades Científicas		ANEEL
486	Citenel - Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica	Comunidades Científicas		ANEEL
487	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Comunidades Científicas		ANEEL, ANTAQ
488	CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	Comunidades Científicas		ANEEL
489	EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Comunidades Científicas		ANEEL
490	Escola Superior de Agricultura - Luiz de Queiróz	Comunidades Científicas		ANEEL
491	FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	Comunidades Científicas		ANEEL
492	FGV - Fundação Getúlio Vargas	Comunidades Científicas		ANEEL, ANTT



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
493	FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	Comunidades Científicas		ANEEL, ANTAQ
494	Fundo Setorial de Energia Elétrica	Comunidades Científicas		ANEEL
495	IEE/USP - Instituto de Eletrotécnica e Energia	Comunidades Científicas		ANEEL
496	INEE - Instituto Nacional de Eficiência Energética	Comunidades Científicas		ANEEL
497	INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Comunidades Científicas		ANEEL
498	IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Comunidades Científicas		ANEEL, ANTAQ
499	IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	Comunidades Científicas		ANEEL
500	LabPlan - Laboratório de Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica da UFSC	Comunidades Científicas		ANEEL
501	LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Comunidades Científicas		ANEEL
502	Museus USP - com links para vários outros museus	Comunidades Científicas		ANEEL
503	Provedor de Informações Econômico-Financeiras das Empresas de Energia Elétrica/ Eletrobrás	Comunidades Científicas		ANEEL
504	RNP-DF - Rede Nacional de Pesquisa	Comunidades Científicas		ANEEL
505	Cigrè	Comunidades		ANEEL



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
		Científicas		
506	Edison Electric Institute - EEI	Comunidades Científicas		ANEEL
507	Electric Power Research Institute - EPRI	Comunidades Científicas		ANEEL
508	Institut de Recherche pour le Développement	Comunidades Científicas		ANEEL
509	The National Regulatory Research Institute	Comunidades Científicas		ANEEL
510	The Utility Connection	Comunidades Científicas		ANEEL
511	Transmission System Information Networks	Comunidades Científicas		ANEEL
512	U.S Geological Survey - Water Resources of the United States	Comunidades Científicas		ANEEL
513	UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization	Comunidades Científicas		ANEEL, ANA
514	Banco Mundial	Organismos Internacionais		ANEEL, ANTAQ, ANTT
515	BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Agentes Financeiros		ANEEL, ANTT
516	ABAR - Associação Brasileira de Agências Reguladoras	Associações de Classe		ANEEL
517	ABCE - Associação Brasileira dos Concessionários de Energia Elétrica	Associações de Classe		ANEEL



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
518	ABDIB - Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base	Associações de Classe		ANEEL
519	ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente	Associações de Classe		ANEEL
520	ABEN - Associação Brasileira de Energia Nuclear	Associações de Classe		ANEEL
521	ABILUX - Associação Brasileira da Indústria de Iluminação	Associações de Classe		ANEEL
522	ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica	Associações de Classe		ANEEL
523	ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Associações de Classe		ANEEL, ANATEL, ANTAQ
524	ABPEE - Associação Brasileira dos Produtores de Energia Emergencial	Associações de Classe		ANEEL
525	ABRACE - Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia	Associações de Classe		ANEEL
526	ABRACEEL - Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica	Associações de Classe		ANEEL
527	ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica	Associações de Classe		ANEEL
528	ABRAGE - Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica.	Associações de Classe		ANEEL
529	ABRATE - Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica	Associações de Classe		ANEEL



Presidência da República

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
530	APINE - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica	Associações de Classe		ANEEL
531	APMPE - Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica	Associações de Classe		ANEEL
532	ARIAE - Associação Iberoamericana de Entidades Reguladoras do Setor Elétrico	Associações de Classe		ANEEL
533	Comisión de Integración Energética Regional - CIER	Órgãos Internacionais		ANEEL
534	International Energy Agency - IEA	Órgãos Internacionais		ANEEL
535	Energy Information Administration - EIA	Órgãos Internacionais		ANEEL
536	Institute of Electrical and Eletronics Engineers - IEEE	Órgãos Internacionais		ANEEL
537	Institution of Electrical Engineers - IEE	Órgãos Internacionais		ANEEL
538	International Electrotechnical Comission - IEC	Órgãos Internacionais		ANEEL
539	Organização Latino Americana de Energia - Olade	Órgãos Internacionais		ANEEL



Anexo 2. Matriz de Informações

Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
1	Política Setorial (diretrizes, resultados e ações)	PPA (PAC) - SIGPLAN	<p>Decretos, portarias (telecomunicações, radiodifusão) (MC)</p> <p>Atos do CONAC (MD)</p> <p>Plano Decenal</p> <p>Plano Nacional de Energia</p> <p>Plano de Desenvolvimento do Biodiesel</p> <p>Política de segurança energética (MME)</p> <p>Programas de Outorgas na área de infra-estrutura; Modelagem para as outorgas (MT)</p> <p>Regulamentos e atos sobre radiodifusão (MC)</p>	<p>Plano de Geologia e geofísica</p> <p>Programa de licitações de blocos e biodiesel (ANP)</p> <p>Programa Mais Saúde (PlamSus) (ANVISA E ANS)</p> <p>Política de Qualificação da Saúde Suplementar (ANS)</p> <p>Atos formais das Diretorias colegiadas (resoluções, deliberações, planos de trabalho, relatórios de atividades, acórdãos) (ANAC, ANTAQ e ANTT)</p>	<p>Programa de Defesa do consumidor no âmbito do PPA;</p> <p>Ações e resultados dos regulamentos de defesa do consumidor</p>										



Tipo de Informação	Grupos de Atores													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
2 Gestão regulatória (resultados, ações, atos de gestão etc.)	Avaliação do impacto regulatório	Ações de transparência em radiodifusão (titulares das concessões, prazos, abrangência da concessão etc.) (MC) Indicadores de progresso (físico/financeiro) dos programas (SIGPLAN), no âmbito da regulação (M dos Transportes (MT) Risco de déficit de energia (MME)	Contratos de gestão; Relatórios de Gestão; Contas Públicas; Atas da Diretoria Colegiada; (ANS) Ações de transparência em telecomunicações (prestadores, prazos, abrangência da concessão etc.) (ANATEL) Relatórios consolidados do PAC e suas implicações no mercado de transportes. Medidas legislativas e resoluções regulatórias para o setor; Inspeções realizadas; TACs firmados; metas contratuais; índices de produtividade e de segurança; produção realizada; Quantidades, tipos de ações e resultados (ANTT) IASC (Avaliação de satisfação do consumidor DIC e FIC (ANEEL) Reservas de óleo e gás (incremento da Produção, da Conformidade e da Qualidade dos combustíveis (AN(P) Sistema de indicadores e metas de qualidade (ANATEL) Contrato de Gestão (ANVISA) Contrato de Gestão (PlamSus) (ANS) Programa de Qualificação Pesquisa de Imagem (ANS) Integração com o SUS (GGSUS) Caderno de Informações em Saúde (ANS) Pesquisa de satisfação de usuários	Monitoramento dos regulamentos em defesa do consumidor; Procon integrado ao SINDEC; Horas de capacitação da escola nacional										



Presidência da República

Tipo de Informação	Grupos de Atores													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
			(pela Ouvidoria) (ANTT); Auditoria Interna; Relatórios dos Contratos de gestão; Câmara de Saúde Suplementar (ANS) Divulgação social antecipada das metas estabelecidas e posterior divulgação periódica (bimestral) da evolução do cumprimento das metas para a sociedade. Relatórios Internos Acórdãos e pareceres do TCU (ANTT)											



Tipo de Informação	Grupos de Atores													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
3 Mercados Regulados (características do setores, resultados, ações, atos de gestão etc.)	Cadastro CNPJ e cadastro de CPF (Ministério da Fazenda)		Leilões de Energia Contratos dos agentes em operação (ANEEL) Blocos exploratórios concedidos Investimentos no setor OGB Contratos de entrega de biodiesel (ANP) Informação protegida. O que é disponível: número de acessos, etc. (ANATEL) Monitoramento do ambiente concorrencial: Atlas e Anuário da Saúde Suplementar Anuário de produtos Caderno de Informações em Saúde Suplementar Índice de Reclamações por Operadora Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS); Distribuição de beneficiários entre as operadoras; Taxa de cobertura; (ANS) Instituições, frota, contatos, etc. (ANAC) Outorgados, situação atual, volume de carga, estrutura-física, linhas etc. (ANTAQ) Quantidade de participantes do	Informações dos equilíbrios dos agentes (avaliação da simetria de mercados) (CADE)										



Presidência da República

Tipo de Informação	Grupos de Atores													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
			<p>mercado (local, tipo de transportador), sua frota (idade, tipo), quantidade de motoristas, além de algumas informações sobre área de atuação (para o transporte internacional);</p> <p>Quantidade viagens (prevista e realizada) e passageiros , consulta empresas, veículos e motoristas cadastrados;</p> <p>Concessionárias, transportados etc.</p> <p>Contratos de Concessão e Arrendamento; malha concedida; desempenho operacional; técnico-econômico; mercado</p> <p>Tipo e quantidade de transportador; níveis de concentração por UF;</p> <p>Dados da produção dos serviços das operadoras. (ANTT)</p> <p>Recursos financeiros da Indústria cinematográfica e videofonográfica nacional (ANCINE);</p> <p>Informações sobre o equilíbrios dos agentes (ANEEL e ANP)</p> <p>indicadores e metas de</p>											



Presidência da República

Tipo de Informação	Grupos de Atores													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
			desempenho dos regulados; Ranking dos prestadores (ANATEL) Programa de Qualificação da Saúde Suplementar (componente Operadoras) Acreditação de Operadoras e Prestadores (Programa Mais Saúde- PlamSus) - (em implantação); Valores de eventos em saúde: internação, consulta, terapia e exames*; Beneficiários por grupos de cobertura assistencial*; *Informações sigilosas (ANS) Metas contratuais de produção e segurança; realizado (ANTT)											



Tipo de Informação	Grupos de Atores													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
4 Marcos regulatórios (legislação e normas em vigor e em andamento)		Marcos regulatórios (legislação e normas em vigor e em andamento) > informações disponíveis nos portais (MC)	Regulamentação do setor; (ANEEL e ANP) Marcos regulatórios (legislação e normas em vigor e em andamento) > informações disponíveis nos portais (ANATEL) Visalegis (ANVISA) ANS (normas em vigor, andamento, consultas públicas) Normas editadas e em andamento; (ANS) Leis de concessões, de criação das Agências, suas resoluções e normas administrativas e constitucionais e os contratos das outorgas (ANAC, ANTAQ) Normas editadas e em andamento; Leis de concessões, de criação das Agências, suas resoluções e normas administrativas e constitucionais e os contratos das outorgas; Leis e resoluções que regem as concessões rodoviárias; Decretos, normas, portarias, resoluções regulatórias, instruções normativas, acordos, atas de reunião; editais, contratos, deliberações e leis	Audiências e consultas públicas que envolvam temas regulados				Legislações (as leis do setor)						



Presidência da República

Tipo de Informação	Grupos de Atores													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
			correlatas; Por tipo, vigência, aplicação, interpretação da legislação (ANTT); Audiências e Consultas Públicas - disponibilizar essa informação de maneira mais "simples"(ANATEL)											



Presidência da República

Tipo de Informação		Grupos de Atores												
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros
6	Orçamento (Dotação, destinação, valores); Capacidade orçamentária e financeira	Desdobramento do orçamento por macroitens de gastos (MPOG/CGU) - SIAFI e SIDOR; Avaliação da capacidade orçamentária	Avaliação de compatibilidade - Orçamento X Metas e ações (MME)	Avaliação de compatibilidade - Orçamento X Metas e ações (ANEEL e ANP) Comparativo: PPA/Executado/Contingenciado (ANVISA e ANS)										



Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
7	Aportes financeiros (Fontes e origem de recursos e destinações)	Desdobramento do orçamento por macroitens de gastos (MPOG)		Relatórios dos Contratos de Gestão (SIAFI - Execução Orçamentária) (ANS) Fontes de financiamento das Agências (percentual, valores anuais e aplicações); (ANAC, ANTAQ e ANTT) Contratos de financiamentos e emissão de títulos e valores mobiliários (ANTT)											



Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
8	Recursos arrecadados (originários de multas e infrações)	Avaliação se as agências estão habilitadas nas dimensões: administrativa, financeira, orçamentária etc.	<p>Recursos arrecadados (originários de multas e infrações, taxas de fiscalização e outras fontes) (ANATEL)</p> <p>Relatórios dos Contratos de Gestão;</p> <p>SIAR - Recebimento de receitas realizadas com fontes de recursos próprios (taxas, multas aplicadas e recebidas) (ANS)</p> <p>Valores, tipos, causas; Quantidade de multas aplicadas e recebidas; estimativa e recebimento de valores; data de pagamento, Demonstrativos contábeis (ANTT)</p> <p>Montante de arrecadação das multas aplicadas nos mercados objeto da regulação (ANCINE)</p>	Montante de arrecadação das multas aplicadas nos mercados objeto da regulação											



Tipo de Informação		Grupos de Atores												
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros
10	Estrutura física (bens patrimoniais, localização)		Sede e escritórios regionais (MC)	Sede e escritórios regionais (ANATEL) Distribuição espacial (localidades) (distribuição de pessoas por localidades (ANAC, ANTAQ e ANTT)										
11	Recursos tecnológicos (inventário de recursos tecnológicos, função e aplicação - ex.: equipamentos para atuação em mercados específicos)		Recursos de acesso à informação (portais, etc.) (MC)	Recursos de acesso à informação (portais, sistemas especializados de fiscalização etc.) (ANATEL) PRJ Sistema de controle de projetos (ANS)										



Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
14	Inovações regulatórias e gerenciais (modelos e melhores práticas)	Sistemática do processo de regulação		Guia de boas práticas regulatórias (ANVISA) Programa de Qualificação Suplementar; Relatório sobre Reforma Regulatória (OECD) (ANS) As características das modelagens das 3 etapas de concessões que a ANTT já outorgou (ANTT)											



Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
16	Inovações gerenciais (modelos e melhores práticas)			<p>Qualificação Institucional</p> <p>Gestão integrada;</p> <p>Implementação do Data Warehouse (ANS)</p> <p>Relatório de melhores práticas regulatórias por empresas do setor.</p> <p>Criação de padrão de qualidade dos serviços. Divulgação de ranking da empresas por quesitos de qualidade.</p> <p>Manuais de procedimentos gerenciais e relatórios gerenciais. (ANTT)</p>											



Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
17	Atos oficiais e ações de coordenação, integração e fortalecimento dos atores da rede de regulação			Fórum Nacional Permanente dos Trabalhadores sobre Saúde Suplementar (Centrais Sindicais, DIEESE e DIESAT); Encontros ANS com Operadoras e Prestadoras; Câmaras Técnicas; Câmara de Saúde Suplementar; Encontros com Procons e Centrais Sindicais; (ANS)	O DPDC como coordenador da política nacional de defesa do consumidor e do SNDC informará os atos oficiais das ações articuladas pertinentes aos setores regulados										



Tipo de Informação		Grupos de Atores														
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia	
18	Instituições atuadas e multadas por setor			<p>Instituições atuadas e multadas por setor (ANATEL)</p> <p>Número de Fiscalizações que resultaram em sanção(ANVISA)</p> <p>SIF (Sistema de Informações da Fiscalização)</p> <p>SIAR - Sistema de Arrecadação de Multas e Taxas/SIAFI (arrecadação);</p> <p>Decisões de processos das Diretorias da ANS(ANS)</p> <p>Quantidade de multas aplicadas e recebidas; estimativa e recebimento de valores; data de pagamento; nome do atuado; fase do processo(ANTT)</p>	<p>Processos administrativos instaurados e decisões administrativas de aplicação de multas</p>											



Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
20	Linhas de fomento aos mercados		Divulgação das linhas existentes (MC)	BNDES, CEF - Apoio à Acreditação de Prestadores (ANS) Localização geográfica da destinação dos recursos para a produção audiovisual; Resultados de aplicação do Fundo Setorial do Audiovisual(ANCINE)											
21	Instituições beneficiadas com incentivos		Fundos setoriais (Funttel e Fust) (MC)	Fundo setorial (Fust)(ANATEL)											
22	Recursos investidos com incentivo/fomento aos mercados		Fundos setoriais (Funttel e Fust) (MC)	fundo setorial (Fust)(ANATEL) Acreditação de Prestadores(ANS) Valores e/ou benefícios tarifários(ANTT)											



Presidência da República

Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
23	Atos de intervenção extrajudicial em mercado			Liquidação Extrajudicial (SISLIQ) (Apresenta as operadora que estão com decretação de liquidação extrajudicial)(ANS) Tipos de intervenção e o ente regulado envolvido(ANTT)	Atos de intervenção extrajudicial em mercado										
24	Andamento de processos judiciais			Tipos de processos, interessados, juízo, objeto, advogados, manifestações(ANTT)						Andamento de processos judiciais	Andamento de processos judiciais				



Presidência da República

Tipo de Informação	Grupos de Atores													
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
25	Andamento de propostas legislativas		Posicionamento das agências sobre os PL em andamento (ANVISA e ANS)					Andamento de propostas legislativas (consolidação da legislação, acompanhamento dos projetos de lei em tramitação por segmento)						



Presidência da República

Tipo de Informação		Grupos de Atores													
		Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores	Entidades de Classe	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
26	Ações em andamento sobre a defesa da concorrência			Acordos firmados para estudos (Diretoria de Produtos) Acordo de cooperação técnica SEAE/ANS (o Beneficiários por grupos de cobertura assistencial o Valores dos eventos em saúde: internação, consulta, terapia e exames o Plano de contas - SIGILO)(ANS)	Ações em andamento sobre a defesa da concorrência (CADE)										



Anexo 3. Instrumentos de Levantamento de Requisitos Informacionais, Funcionais e Tecnológicos

Roteiro de Levantamento

1. Que informações a organização deseja receber da rede e qual (is) ator(es) poderiam provê-las? Há confidencialidade nessa informação (nível de acesso)?

Essas informações fazem parte de algum dos grupos de informações abaixo:

- Política setorial (diretrizes, resultados e ações);
- Gestão regulatória (resultados, ações, atos de gestão etc.);
- Mercados regulados (características dos setores, resultados, ações, atos de gestão etc.);
- Marcos regulatórios (legislação e normas em vigor e em andamento);
- Instituições outorgadas, licenciadas ou autorizadas por mercado;
- Registro de Instituições Parceiras/Vinculadas (contatos, objetivo das parcerias);
- Recursos Humanos (dados sobre o corpo funcional - cargo, função, carreira, formação);
- Estrutura física (localização);
- Inovações regulatórias e gerenciais (modelos e melhores práticas)
- Ações em andamento sobre a defesa do consumidor: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e providências;
- Análises de Impacto Regulatório: estudos, pareceres técnicos etc.;
- Ações em andamento sobre a defesa da concorrência;
- Andamento de propostas legislativas.

Essas informações podem ser fornecidas por algum dos grupos de atores abaixo:

- Agências Reguladoras Federais;
- Ministérios Setoriais;
- Setores regulados.
- Casa Civil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça;
- Órgãos e entidades de defesa do consumidor (Dpdc/MJ, Sndc/MJ, Idec e Procons);
- Órgão de defesa da concorrência (CADE);
- Poder Legislativo.

Os demais grupos de atores que compõem a rede, no primeiro momento, não serão provedores de informação, mas principalmente beneficiários desta, a saber:

- Entidades do Poder Judiciário;
- Entidades relacionadas à Mídia;
- Agentes financeiros;
- Organismos internacionais; e
- Comunidade científica.

2. Quais os sistemas existentes na instituição, seu propósito e informações armazenadas?



Presidência da República

3. Que informações, existentes nos sistemas internos (intranets) e não disponibilizadas no website, poderiam ser disseminadas na rede? E qual o grau de confidencialidade dessa informação (nível de acesso)?
4. Há necessidade de adequações técnicas (em software) para permitir o fornecimento de tais informações?

Diagnóstico sucinto do parque tecnológico (infra-estrutura de TI):

5. A infra-estrutura de TI atual suporta um incremento no quantitativo de acessos? É necessário realizar investimentos? Caso necessite, descrever necessidades, características e estimativas de custos.



Presidência da República

Roteiro de Levantamento de Demandas Informacionais

Grupos de Informações		Informações que a instituição deseja receber da rede	Que ator que compõe a rede poderia fornecer a informação?	Existe grau de confidencialidade para essa informação (nível de acesso)?
1	Política setorial (diretrizes, resultados e ações);			
2	Gestão regulatória (resultados, ações, atos de gestão etc.);			
3	Mercados regulados (características do setores, resultados, ações, atos de gestão etc.);			
4	Marcos regulatórios (legislação e normas em vigor e em andamento);			
5	Instituições outorgadas, licenciadas ou autorizadas por mercado;			
6	Recursos Humanos (dados sobre o corpo funcional - cargo, função, carreira, formação);			
7	Estrutura física (localização);			
8	Inovações regulatórias e gerenciais (modelos e melhores práticas)			
9	Ações em andamento sobre a defesa do consumidor: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e providências;			
10	Análises de Impacto Regulatório: estudos, pareceres técnicos etc.;			
11	Ações em andamento sobre a defesa da concorrência			
12	Andamento de propostas legislativas.			
13	Outros tipos de informações			



Presidência da República

Roteiro de Levantamento de Sistemas Informacionais

Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	Que informações existentes nos sistemas internos (intranets) e não disponibilizadas no website poderiam ser disseminadas na rede?	Qual é o grau de confidencialidade dessa informação (nível de acesso)?	Há necessidade de adequações técnicas (em software) para permitir o fornecimento de tais informações?



Presidência da República

Roteiro de Levantamento de Requisitos de Infraestrutura Tecnológica

A infra-estrutura de TI atual suporta um incremento no quantitativo de acessos? É necessário realizar investimentos? Caso necessite, descrever necessidades, características e estimativas de custos.



Anexo 4. Levantamento de Demandas Informacionais

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	Legislação, normativos diversos e programas de fomento inerentes ao subssetor portuário	MT e SEP-PR; CONIT; BNDES	Não
Antaq	Deliberações/decisões/acórdãos de interesse para o subssetor portuário	ANTT, ANP, Anvisa, MT, SEP-PR, TCU, RFB, Marinha do Brasil, órgãos de defesa da concorrência (CADE, SDE/MJ e SEAE/MF); BACEN, SUSEP, CVM. Siscomex-MF	Não, exceto, em casos específicos, órgãos de defesa da concorrência, Siscomex, SUSEP, CVM.
Antaq	Produção realizada e produtividades auferidas; investimentos em obras civis e equipamentos realizados/projetados; estatísticas de movimentação realizada; tarifas e preços praticados, etc.	ABTP, ABRATEC, ABEPH, Comissão Portos	Não
Antaq	Deliberações/decisões/acórdãos/portarias de interesse para o subssetor portuário	ANTT, ANP, Anvisa, MT, SEP-PR, MMA, CONIT, CONAMA, Ibama, TCU, RFB, Marinha do Brasil, órgãos de defesa da concorrência (CADE, SDE/MJ e SEAE/MF)	Não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	Produção realizada e produtividades auferidas; investimentos em obras civis e equipamentos realizados/projetados; estatísticas de movimentação realizada; tarifas e preços praticados, balanços contábeis para avaliação da situação econômico-financeira, composição societária, etc.	Empresas vinculadas às entidades ABTP, ABRATEC, ABEPH, ABTL etc; Comissão Portos	Não
Antaq	Estrutura, capacitação e outras que permitam o intercâmbio de informações no âmbito do Estado e a transparência sob o ponto de vista da sociedade em sentido amplo	MPOG e Agências Reguladoras	Parcialmente, talvez
Antaq	Endereço completo, telefones; Mapa de localização; Estrutura organizacional com endereços eletrônicos/telefones para contato etc.	Todos	Não
Antaq	Estudos e trabalhos de interesse para a regulação do subsector portuário, desenvolvidos por centros de excelência em ensino e pesquisa e órgãos de fomento.	Universidades, FGV, BNDES, IPEA, CENTRAN, ENAP; BIRD e demais organismos da ONU, BID, OCDE, etc.	Não
Antaq	Nível de satisfação dos usuários dos serviços portuários	ANUT, CNI, CNA, SYNDARMA; sistema de defesa do consumidor; Comissão Portos (acesso à informação)	Não
Antaq	Estudos, pareceres técnicos, metodologias, “estado da arte” sobre regulação, AIR etc.	BNDES, IPEA, BIRD, OCDE, Agências Reguladoras, Universidades e Instituições de Ensino e Pesquisa.	Não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	Pareceres e estudos relacionados a atos de concentração, práticas anticoncorrenciais e abuso de poder de mercado, voltados para o subssetor portuário	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC (CADE, SDE/MJ e SEAE/MF)	Sim, a depender do caso em questão
Antaq	Projetos de Lei, MPs, Decretos etc., de interesse direto para o subssetor portuário.	Casa Civil da Presidência da República e Congresso Nacional	Não
Antaq	políticas de transporte aquaviário, seus resultados e novas diretrizes	Ministério dos Transportes, CONIT	Não
Antaq	políticas de apoio à indústria de construção naval, seus resultados e novas diretrizes		
Antaq	resultados, ações e atos de gestão promovidos por outros órgãos reguladores e ministérios, relacionados com a atividade econômica de prestação de serviços de transporte marítimo e de apoio, tais como: transferências financeiras resultantes dos afretamentos de embarcações estrangeiras, boletins econômicos/financeiros do setor, seguros de embarcações, composição societária das empresas e grupos econômicos formados no setor, empresas de navegação autorizadas pela ANP a realizar transporte de petróleo e derivados, procedimentos e resultados de ações de controle sanitário em embarcações executados pela ANVISA	Ministério da Fazenda, BACEN, SUSEP, CADE, SDE, SEAE, CVM, ANP, ANVISA	Possivelmente



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	escalas por navio, por viagem, por empresa de navegação, por agência de navegação, por tipo de navegação, com a respectivas datas de atracação e desatracação em cada escala, liberação de cargas prescritas	Secretaria da Receita Federal e Ministério dos Transportes, SEP	Sim
Antaq	mercadorias movimentadas por NCM, por período, por tipo de carga, por navio, por viagem, por tipo de navegação, por tipo de tráfego, por empresa de navegação, por agência de navegação, por consignatário, por sentido (imp./exp.), por país, por porto de origem e destino, discriminando o valor do frete básico, CAF, BAF, capatazia, demais taxas e peso da mercadoria		
Antaq	total do frete gerado no longo curso, por período, discriminando parcela incidente, não incidente, de isenção e de suspensão de AFRMM		
Antaq	total do frete gerado na cabotagem, por período, discriminando parcela incidente e não incidente de AFRMM		



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	linhas de apoio financeiro e programas do governo federal à marinha mercante e construção naval, financiamentos de projeto concedidos e pretendidos ou sob análise, investimentos realizados e à realizar por empresa de navegação e demais dados correlatos	Ministério dos Transportes, BNDES e outros Agentes Financeiros	Parcial
Antaq	informações relativas às posições de derrota, atracação/desatracação, fundeio de embarcações, por viagem, por proprietário da embarcação, por armador, por afretador, por bandeira, por IRIN, por nº IMO, por período, por tipo de embarcação, respectiva ficha técnica e descrição da mercadorias transportadas	Marinha do Brasil	Não
Antaq	informações relativas às ocorrências de acidentes de navegação, embarcações fora de serviço à pedido, abandonadas e/ou aguardando reparos, solicitações de busca e salvamento		
Antaq	características do setor de prestação de serviços de transporte marítimo e de apoio, pesquisas e efeitos de ações de regulatórias no respectivo segmento	Entidades de Classe e Outras Entidades, tais como: CNI,CNT, CNA, SYNDARMA, CENTRONAVE, ABEAM, SINDIPORTO, FENAMAR, AEB, CONTTMAF, SINAVAL	Não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	alterações de legislação pertinentes aos marcos regulatórios da ANTAQ, tais como: leis nº 8.630/93, nº 9.432/97 e nº 10.233/01	Congresso Nacional, Poder Judiciário, Casa Civil, MPOG, Agências Reguladoras, Marinha do Brasil	Não
Antaq	demais legislações e normas correlatas com a esfera de prestação de serviços de transporte marítimo e de apoio		
Antaq	jurisprudência, audiências/consultas públicas de assuntos relacionados com o transporte marítimo e de apoio, convenções e resoluções internacionais da IMO adotadas pelo Brasil		
Antaq	compartilhamento de informações cadastrais dos regulados de demais agências reguladoras sobre as respectivas outorgas emitidas	Agências Reguladoras	Parcial
Antaq	capacitação realizada ou a realizar sobre conteúdos comuns a todos reguladores e compartilhamento de dados funcionais dos servidores de órgãos reguladores, tais como: nome, cargo/função, tempo no cargo ou função e formação	MPOG e Agências Reguladoras	Parcial
Antaq	endereço das sedes e regionais dos órgãos reguladores	Presidência da República, Órgãos Reguladores	Não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	modelos e melhores práticas de inovações regulatórias e gerenciais aplicáveis ao transporte aquaviário	Órgãos Reguladores, Comunidade Científica e Organismos Internacionais, tais como: Universidades, OCDE, UNCTAD	Não
Antaq	acompanhamento de processos e decisões sobre ações que envolvam empresas de navegação marítima e de apoio, contendo informações tais como: tipo de ação, assunto, órgão da ação, nº do processo, datas, tramitação e despachos	PROCON, IDEC, Ouvidorias da agência s reguladoras, Juizados Especiais Cíveis	Parcial
Antaq	estudos, pesquisas e pareceres técnicos relacionados com aspectos técnicos/jurídicos/econômicos/financeiros sobre regulação e transporte marítimo e de apoio	Universidades, OCDE, BID, Marinha do Brasil, BNDES, IPEA, UNCTAD	Não
Antaq	acompanhamento de processos e decisões dos órgãos de defesa da concorrência sobre assuntos que envolvam empresas de navegação marítima e de apoio	CADE, SDE, SEAE	Parcial
Antaq	acompanhamento de propostas legislativas em tramitação que envolvam assuntos afetos ao transporte marítimo e de apoio	Congresso Nacional e Casa Civil	Não
Antaq	atos e legislação internacional vigentes e em andamento referentes ao transporte marítimo e ao comércio exterior Internacionais	MRE, MDIC, Marinha do Brasil	Não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	acordos bilaterais e multilaterais sobre transporte marítimo vigentes e em negociação, bem como propostas de acordo/cooperação técnica	MRE	Parcial
Antaq	programas, planos e diretrizes relacionadas à navegação interior; programas, planos e diretrizes relacionadas ao afretamento de embarcações estrangeiras; programas, planos e diretrizes relacionadas aos recursos hídricos, uso múltiplo das águas e meio ambiente; programas, planos e diretrizes relacionadas à Marinha Mercante; programas, planos e diretrizes relacionadas à INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES; Diretrizes para a elaboração do Plano Geral de Outorgas da navegação interior;	CONIT; MT; MMA, MME; Marinha do Brasil; ANA, ANEEL, ANVISA; M. AGRICULTURA;	não
Antaq	transferências financeiras resultantes do afretamento de embarcações estrangeiras; controle de entrada e saída de embarcações e da movimentação de mercadorias nos portos do País; acompanhamento da movimentação de cargas, passageiros e veículos; acompanhamento da situação econômica das	MF; RFB (SISCARGA); MT (MERCANTE); Marinha do Brasil; BACEN; M. AGRICULTURA; AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS E ESTADUAIS;	não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
	empresas; Marinha do Brasil; acompanhamento da evolução da frota das empresas;		
Antaq	Caracterização, desempenho, resultados dos mercados e dos atores regulados;	Entidades de Classe (CNA, CNI, CNT, FENAVEGA), RFB, Empresas Reguladas; ANA, ANEEL, ANTT, ANP, ANVISA; AG. REGULADORAS ESTADUAIS; BIRD, BID, OCDE; BNDES, IPEA.	não
Antaq	Leis, decretos, instruções normativas etc. relacionados à regulação, à navegação interior, aos recursos hídricos, ao meio ambiente e aos direitos dos consumidores; Jurisprudência relacionada à regulação e a navegação interior; Normas relacionadas ao tráfego na navegação interior, à requisitos de segurança, ...	CN, MT, CONIT, MMA, MME, ANA, ANTT, ANP, ANEEL; Poder Judiciário; Marinha do Brasil; AGU, CGU, TCU; AG. Reguladores Estaduais;	não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	relação dos outorgados, local de atuação e serviços autorizados;	ANTT, ANA, ANP, Marinha do Brasil, Agências Reguladoras Estaduais. ANEEL	não
Antaq	Quantidade, lotação e especialidade de servidores envolvidos nas atividades de regulação; Informação sobre a capacitação de servidores; Informação sobre cursos de excelência sobre navegação interior disponíveis (nacionais e internacionais);	ANTT, ANA, ANP, Marinha do Brasil, Agências reguladoras Estaduais; MPOG, ENAP, FGV, Universidades; Organismos internacionais.	não
Antaq	localização e estrutura física (inclusive disponibilidade de equipamentos, pertinentes às atividades de regulação) dos órgãos e entidades envolvidos com as atividades de regulação;	ANTT, ANA, ANP, ANVISA, RFB, Polícia Federal, Marinha do Brasil, Agências reguladoras Estaduais; MPOG	não
Antaq	estudos e pesquisas relativos à regulação de serviços de transporte;	IPEA, FGV, Universidades, BID, Banco Mundial, CENTRAM, OCDE, Organismos Internacionais, etc...;	não
Antaq	pesquisas sobre o nível de satisfação dos usuários dos serviços de transporte; relatórios sobre a incidência e os tipos de reclamações dos usuários;	DPDC (SDE), SAE, Ouvidorias das Agências Reguladoras Federais e Estaduais, Marinha do Brasil; PROCONs	não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Antaq	decisões, pareceres e estudos relacionados ao impacto das ações regulatórias;	MT, MPOG, SAE, BNDS, IPEA, Banco Mundial, BID, Entidades de Classe (CNA, CNI, CNT, FENAVEGA); ANA, ANTT, ANP, Agências Reguladoras Estaduais; IBGE, BNDES;	não
Antaq	decisões, pareceres e estudos relacionados à defesa da concorrência, à práticas anticoncorrenciais, ao abuso de poder econômico no setor de transportes;	SDE, CADE, SEAE, Agências Reguladoras Federais e Estaduais;	Sim, a depender do caso em questão
Antaq	propostas legislativas relacionadas à regulação, à navegação interior, aos recursos hídricos, à geração de energia elétrica e ao meio ambiente;	Congresso Nacional e assessorias parlamentares de outras Agências Reguladoras; MMA; Marinha do Brasil; Entidades de Classe (CNA, CNI, CNT, FENAVEGA)	não
Ancine	Exposição e análises das políticas para o Setor de Telecomunicações e Audiovisual	Min. Das comunicações / ANATEL / Comunidade Científica / Organismos Internacionais	Não
Ancine	Atos regulatórios referentes a regulação do setor de telecomunicação	Min. Das comunicações / ANATEL	Não
Ancine	Análises do mercado de telecomunicações e audiovisual e indicadores econômicos atuais e históricos	Min. Das Comunicações / Min. Da Ciencia e Tecnologia / ANATEL / IBGE / Counidade Científica / Organismos Internacionais	Não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ancine	Legislação setor de telecomunicações e audiovisual	Min. Das comunicações / ANATEL / Organismos Internacionais	Não
Ancine	relação de empresas e instituições do setor de telecomunicações e sua regularidade frente a agência reguladora	Min. Das comunicações / ANATEL	Não
Ancine	Apresentação de modelos regulatórios e gerenciais inovadores e análises destes modelos	Agências Regulatórias / comunidade científica / organismos internacionais	-
Ancine	Modelos de Análise de indicadores de impacto regulatório	Agências Regulatórias / comunidade científica / organismos internacionais	-
Ancine	Informação atualizada periodicamente de ações em andamento relativas aos setores de Telecomunicações e audiovisual	CADE / organismos internacionais	-
Ancine	Informação atualizada periodicamente de propostas legislativas referentes aos setores de telecomunicação e audiovisual	Congresso Nacional	Não
Aneel	Assuntos, temas e estudos relacionados ao setor elétrico	Organismos e Comunidade científica internacionais	Sim
Anvisa	Sim-Saúde, meio ambiente, agricultura, educação	Presidência da República/Casa Civil/MPOG/MF e Ministérios Setoriais	não
Anvisa	Resultados, ações, atos de gestão sobre a Gestão regulatória	Agências reguladoras	não



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Anvisa	características do setores, resultados, ações, atos de gestão dos mercados regulados	ANA, ANP, ANS	não
Anvisa	legislação e normas em vigor e em andamento	Agências reguladoras	não
Anvisa	Instituições outorgadas ou licenciadas por mercados	CNEN, ANS	não
Anvisa	dados sobre o corpo funcional: cargo, função, carreira, formação etc.	MPOG/Agências reguladoras	não
Anvisa	endereço das unidades físicas e contatos	Agências reguladoras	não
Anvisa	modelos e melhores práticas sobre inovações regulatórias	Casa Civil/MPOG/Agências reguladoras/Órgão reguladores internacionais	não
Anvisa	reclamações, denúncias, sugestões, elogios e providências sobre a defesa do consumidor	IDEC, DPDC	--
Anvisa	estudos, pareceres técnicos sobre as Análises de Impacto Regulatório	Agências reguladoras	não
Anvisa	dados sobre ações sobre a defesa da competitividade em mercados	CADE	não
Anvisa	acompanhamento sobre as propostas legislativas relativos a vigilância sanitária	Congresso Nacional/Presidência da República/Ministérios Setoriais	não
ANS	Políticas e Metodologias utilizadas no Financiamento, Reajuste e Revisões Tarifárias dos setores regulados	ANEEL, ANVISA, ANP, ANATEL, ANAC e ANTT , BNDES	--
ANS	Cursos em formação gerencial e desenvolvimento de projetos.	Ministério do Planejamento - ENAP	Parcialmente, talvez



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
ANS	Estudos de avaliação econômica de tecnologias em saúde - DECIT ; Análises Setoriais com ênfase em aspectos macro e microeconômicos	Ministério da Saúde - DECIT; Ministério do Planejamento - IPEA	Sim
ANS	Pareceres de atos de concentração e condutas infrativas no âmbito da Lei 8.884/94	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE - Secretaria de Direito Econômico - SDE e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	Identificação da(s) requerente(s) envolvida(s)
ANS	Minutas de Projetos de Lei alterando e ou incluindo artigos e ou parágrafos na legislação da saúde suplementar com ênfase na Lei 9.656/98	Câmara dos Deputados e Senado Federal da República	--
ANS	dados disponíveis no Banco Multidimensional de Estatísticas - BME; cadastros utilizados para a realização de pesquisas, bases cartográficas; estudos demográficos.	IBGE	Parcialmente
ANS	dados e estudos sócio-econômicos	IPEA	Parcialmente
ANS	dados de saúde pública	Fiocruz	Parcialmente
ANS	cadastros	Sistema S, CNI, CNC	Sim
ANS	dados sobre operadoras (CNPJ) e administradores (CPF) com títulos protestados ou em falência	Serasa	Sim
ANS	ficha criminal e pública de administradores (CPF) de operadoras de planos privados de saúde	Ministério da Justiça	Sim
ANS	posição de tributos	Receita Federal/Estadual/Municipal	Sim



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
ANS	base de dados dos consultórios	Conselhos profissionais	
ANS	Cadastro CNPJ e Cadastro CPF	Ministério da Fazenda	
ANS	Cadastro de CEP	Correios	Não
ANS	Cadastro CNIS	Ministério da Previdência Social	Sim
ANS	RAIS, CAT	Ministério do Trabalho	Sim
ANS	Observatório de Recursos Humanos, Sala de Situação, CNES, CIH, AIH, SIM	Ministério da Saúde	Sim
ANS	SINAIS (infecção hospitalar), NOTVISA (farmacovigilância, hemovigilância, tecnovigilância)	ANVISA	Sim
ANS	programa GESPUBLICA e relatórios da OCDE	Casa Civil, MPOG	Parcialmente
ANP	Registros de preços e outras questões administrativas	Outras Agências Reguladoras	Restrito aos órgãos envolvidos
ANP	Notas fiscais de vendas de produtos de petróleo	Secretarias de Fazenda Estaduais	Restrito aos órgãos envolvidos
ANP	Compartilhamento de gastos de viagem	Outras Agências Reguladoras	Restrito aos órgãos envolvidos
ANP	Liberação de poços abertos como fornecedores de água	DNPM	Restrito aos órgãos envolvidos
ANP	Normas técnicas (regulamentações) e regulação econômica	Organismos Internacionais que publicam normas técnicas na áreas de Produção de Petróleo e Gás	
ANATEL	Estudos preliminares à definição de política setorial	MC	sim e restrito



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
ANATEL	Análise de impacto regulatório, indicadores de desempenho	Agências Reguladoras	sim e restrito
ANATEL	características gerais, taxa de crescimento, %PIB, etc.	Agências Reguladoras	não
ANATEL	Normas internas comuns (administrativas e operacionais)	MC, Agências Reguladoras, órgãos de controle externo	não
ANATEL	Procedimentos de outorga e licenciamento	Agências Reguladoras	sim e restrito
ANATEL	Normas de capacitação, benefícios, composição de quadros	Agências Reguladoras	não
ANATEL	Melhores práticas de regulamentação, outorga e fiscalização. Metodologia de multas e sanções	Agências Reguladoras	sim e restrito
ANATEL	Práticas de relacionamento com órgãos de defesa do consumidor, formas de atuação, etc	Agências Reguladoras, órgãos de defesa do consumidor, MP	não
ANATEL	Desenvolvimento de estudos, pareceres, análises, treinamento, etc	Agências Reguladoras e Ministérios	sim e restrito
ANATEL	Normas e procedimentos internos	Agências Reguladoras, SBDC (CADE, SEAE, SDE)	sim e restrito
ANATEL	Estudos preliminares e propostas	Congresso Nacional	sim e restrito
ANATEL	Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento (contratos, objetivos, etc.)	Agências Reguladoras e Ministérios	não
ANATEL	Formas de atuação de supervisão ministerial, conselho consultivo, e de órgãos de controle.	Agências Reguladoras, Ministérios, TCU, CGU, MP	sim e restrito



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
ANATEL	Procedimentos, normas e indicadores de atividades de apoio como licitação, capacitação, serviços terceirizados, etc.	Agências Reguladoras	sim e restrito
DPDC	Lista de programas e ações sob responsabilidade do órgão regulador; Valor disponível para execução dos programas e ações (por exercício); Metas associadas à melhoria de qualidade e acesso aos serviços prestados pelo setor regulado. Agenda regulatória (prioridades dentro da política setorial)	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	Relatório Anual de Gestão Avaliação de ações concluídas Lista de ações implementadas Dados sobre o cumprimento de metas estabelecidas.	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	Participação no mercado (nacional e por região) de cada entidade regulada; Grupos econômicos a que pertencem os participantes do mercado; Informações sobre fusões, aquisições e incorporações nos últimos 5 anos;	Instituições outorgadas, licenciadas ou autorizadas por mercado	NÃO



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
DPDC	Consultas/audiências públicas (concluídas e em andamento)	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	CNPJ das empresas do setor com indicação de seus respectivos grupos controladores; Número de entidades reguladas; Endereço das instituições; Email e telefone para contato institucional e público; Nome de dirigente para contato institucional; Sanções aplicadas pelo órgão regulador para cada instituição (detalhadas por localização, data e valor).	Órgão regulador e ministério setorial - a, b, f Instituições outorgadas, licenciadas ou autorizadas por mercado - c, d, e	
DPDC	Número de funcionários por setor, cargos e carreiras.	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC			
DPDC	Unidades pertencentes ao órgão regulador, localização e formas de contato.	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	modelos e melhores práticas sobre inovações regulatórias e gerenciais	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	Número de reclamações, denúncias e elogios referentes às entidades reguladas. Em caso de fusões e aquisições, informar números anteriores e posteriores ao processo.	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	estudos, pareceres técnicos sobre Análises de Impacto Regulatório	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
DPDC	Ações em andamento sobre a defesa da concorrência	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	Andamento de propostas legislativas.	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	Registro de Instituições Parceiras/Vinculadas (contatos, objetivo das parcerias)	Órgão regulador e ministério setorial	NÃO
DPDC	SANÇÕES APLICADAS PELO ÓRGÃO REGULADOR, DETALHADAS POR TIPO DE CONDUTA, LOCALIZAÇÃO, DATA E VALOR. MULTAS APLICADAS MULTAS RECOLHIDAS PROCESSOS INSTAURADOS PROCESSOS FINALIZADOS DADOS SOBRE A ATUAÇÃO DA OUVIDORIA DO ÓRGÃO REGULADOR (RELATÓRIOS DIVULGADOS); INFORMAÇÕES SOBRE A EFETIVIDADE DAS AÇÕES DA OUVIDORIA (PROVIDÊNCIAS TOMADAS, RESULTADOS ALCANÇADOS).		



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
CADE	Diretrizes anuais para os órgãos. Metas existentes para períodos estimados. Resultados esperados para períodos estimados. Ações gerais para os órgãos.	Agências Reguladoras. Ministérios Setoriais, Fazenda, Justiça. Casa Civil. MPOG. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Informações Gerais para diretrizes e planejamento regulatório são públicas. Eventualmente estão disponíveis nos sítios dos órgãos.
CADE	Resultados específicos esperados para anos específicos. Atos específicos a serem implementados em determinados períodos.	Agências Reguladoras. Ministérios Setoriais, Fazenda, Justiça. Casa Civil. MPOG. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Informações gerais podem ser públicas. Específicas podem exigir diferentes graus de confidencialidade.
CADE	Estatísticas/Dados para o Mercado e Empresas. Exemplos: Estatísticas Macro para o Setor Regulado (Tamanho, Dimensão, Volume de Vendas, Faturamento, Empresas presentes no setor). Estatísticas Micro/Dados específicos para as empresas atuantes no setor (Faturamento, Volume de Vendas, Participação de Mercado, Clientes, Subsídios/Isenções recebidos, Área de atuação, Avaliação qualitativa de sua atuação). Evolução de instrumentos/normas atualizadas por empresa do setor. Estrutura societária das empresas/setor.	Dados fornecidos pelo setores regulados. Podem ser compilados por diversos órgãos, inclusive o CADE.	Confidencialidade depende da empresa. Grande parte pode ser confidencial. Acesso apenas aos órgãos de governo.



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
CADE	Listagem completa das Leis, Normas, Regulamentos, Resoluções, Instrumentos Normativos Internos, Propostas de alteração, Normas em consulta pública. Banco de dados com decisões sobre processos/procedimentos administrativos.	Agências Reguladoras. Ministérios Setoriais, Fazenda, Justiça. Casa Civil. MPOG. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Normas vigentes são públicas. Propostas de modificação e alguns documentos internos podem ser confidenciais para órgãos do governo.
CADE	Listagem completa das empresas atuantes no setor (concessionárias, autorizadas, permissionárias, outorgadas). Lista com informações de contato das empresas (endereço, telefone, email).	Agências Reguladoras.	Parte das informações de contato das empresas pode ser confidencial.
CADE	Abrir de um organograma geral para dados específicos dos servidores/funcionários dos órgãos. Dados sobre o corpo funcional (quantitativo, estrutura do órgão, nome, cargo/função, carreira, formação, descrição sucinta de atividades/atribuições exercidas no órgão. Dados de contato (email, telefone)	Agências Reguladoras. Ministérios Setoriais, Fazenda, Justiça. Casa Civil. MPOG. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Dados muito específicos de organização do órgão e dos funcionários é confidencial.
CADE	Endereço, Telefone, Email de contato geral para o órgão.	Agências Reguladoras. Ministérios Setoriais, Fazenda, Justiça. Casa Civil. MPOG. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Informação pública.



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
CADE	Relatórios Anuais de Gestão. Análise de Processo/Procedimentos realizados pelo órgão. Avaliação de práticas (pode ser anual). Cartilhas com diretrizes.	Agências Reguladoras. Ministérios Setoriais, Fazenda, Justiça. Casa Civil. MPOG. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Informações públicas.
CADE	Estatísticas/Dados sobre reclamações, denúncias, processos, qualidade de atendimento, por empresa e para o setor.	Agências Reguladoras. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Informações públicas.
CADE	Todos estudos técnicos que estiverem disponíveis sobre o tópico. Estudos técnicos e didáticos sobre organização e atuação do setor.	Agências Reguladoras. Ministérios Setoriais, Fazenda, Justiça. Casa Civil. MPOG. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Informações públicas.
CADE	Decisões de casos julgados. Pareceres dos órgãos instrutórios. Pareceres técnicos. Casos em tramitação.	Agências Reguladoras. Órgãos de Defesa da Concorrência.	Partes dos casos julgados e em tramitação é confidencial.
CADE	Projetos de lei, proposta legislativas.	Agências Reguladoras. Ministérios Setoriais, Fazenda, Justiça. Casa Civil. MPOG. Órgãos de Defesa do Consumidor e da Concorrência.	Informações públicas.



Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/ SAC	Operações de voos regulares e não-regulares (charter e fretamento), domésticos e internacionais; Quilômetros voados; Movimentos de aeronaves; Horas voadas; Passageiros transportados; Toneladas de carga transportadas; Passageiros-quilômetros transportados; Assentos-quilômetros ofertados; Índice de ocupação de assentos (pax.km transp./ass.km of); Toneladas-quilômetros transportadas; Toneladas-quilômetros ofertadas; Índice de ocupação de carga (ton.km transp/ton.km of); Quantidade de passageiros, carga e mala postal transportados entre pares de aeroportos; Quantidade de voos cancelados ou atrasados (por faixa de atrasos), para cada aeroporto; Motivos para cancelamento ou atraso de voos; Quantidade Quantidade de passageiros com embarque recusado por motivo de “overbooking” e passageiros que não se apresentam para embarque (“no-show”); Preço médio de passagens aéreas (por aeroporto de origem)	ANAC	Sim



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/ SAC	Frota de aeronaves por empresa; Quantidade de aeronaves (com dados sobre fabricante e modelo) no começo do ano; Quantidade de aeronaves adquiridas e retiradas de operação durante o ano; Quantidade de aeronaves ao final do ano; Tamanho das aeronaves (quantidade de assentos, capacidade de carga Fabricante e modelos; Peso máximo de decolagem das aeronaves; Utilização da aeronave durante o ano (quantidade de decolagens, horas e quilômetros voados por tipo de voo – regular ou não-regular; quantidade de dias de utilização)	ANAC	Sim



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/ SAC	Pessoal das empresas: Quantidade de pilotos, co-pilotos e demais profissionais de voo; Quantidade de comissário e demais profissionais de cabine; Quantidade de profissionais de manutenção e revisão (com tipo de certificados que possuem); Quantidade de profissionais de serviços em solo (check-in, vendas, etc) Outros profissionais; Gastos com cada tipo de categoria profissional;	ANAC	Sim



Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/ SAC	<p>Dados financeiros das empresas:</p> <p>Receita operacional total de voos regulares e não-regulares (dividida em “passageiros”, “excesso de bagagem”, “carga” e “mala postal”);</p> <p>Outras receitas operacionais;</p> <p>Despesa operacional total;</p> <p>Despesas operacionais de voos, como: salários de profissionais (por categoria); combustíveis; seguros; aluguel de equipamentos; outras despesas.</p> <p>Despesas operacionais com manutenção e revisão de equipamentos de voo;</p> <p>Depreciação e amortização de equipamentos de voo e de solo;</p> <p>Despesas com tarifas aeroportuárias e aeronáuticas;</p> <p>Despesas operacionais resultantes de vendas (comissões e outras);</p> <p>Despesas operacionais relacionadas a atividades administrativas;</p> <p>Outras despesas operacionais;</p> <p>Receitas e despesas não-operacionais (despesas com juros; ganhos de capital; etc);</p> <p>Ativos e passivos das empresas;</p>	ANAC	Sim



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/ SAC	Aeronaves no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB): Quantidade de aeronaves registradas no RAB; Quantidade de aeronaves por tipo de operador (comercial, não-comercial e outros); Quantidade de aeronaves por tipo de asas (fixas ou rotativas); por tipo de motor (pistão, turbojato e turboélice); por quantidade de motores; por peso (abaixo ou acima de 9.000 kg); por quantidade de assentos; etc.	ANAC	Sim



Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/SAC	<p>Dados de infraestrutura aeroportuária:</p> <p>Movimentos (pousos+decolagens) de aeronaves por tipo de voo (doméstico ou internacional; regular ou doméstico; de passageiros, carga ou misto), por aeroporto;</p> <p>Quantidade de passageiros, carga e mala postal embarcados e desembarcados (no caso de passageiros, contar também aqueles em conexão), por aeroporto;</p> <p>Capacidade aeroportuária total, por aeroporto (incluindo capacidade de terminal, pátios, pista, estacionamento, etc).</p> <p>Códigos OACI e IATA por aeroporto (ex.: Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos-Gov. André Franco Montoro: Código OACI = SBGR; Código IATA = GRU);</p> <p>Localização (latitude e longitude);</p> <p>Distância entre aeroportos;</p> <p>Dados de pista (quantidade, designativo de cabeceiras, dimensões, tipo e resistência de pavimento, resistência do subleito, pressão máxima admissível de pneus);</p> <p>Fornecimento de combustível no aeródromo;</p> <p>Quantidade de hangares por aeroporto;</p> <p>Equipamentos de auxílio à aproximação;</p> <p>Equipamentos de proteção;</p> <p>Previsão de demanda de aeroportos (para 5, 10 e 20 anos).</p>	ANAC	Sim



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/ SAC	Dados financeiros de aeroportos: Receitas de operação de navegação aérea; Receitas de serviços auxiliares de transporte aéreo (“ground handling”) Receitas de concessões de áreas aeroportuárias (por tipo de área); Receitas de alugueis; Subsídios; Outras receitas; Despesas de operação e manutenção (pessoal, serviços, insumos, etc); Despesas em segurança operacional e contra atos ilícitos; Despesas administrativas; Depreciação e amortizações; Pagamento de juros; Outros custos de capital; Outras despesas; Investimentos em áreas de movimento de aeronaves, em terminais, equipamentos, veículos, terreno e outras instalações.	ANAC	Sim



Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/SAC	Dados financeiros de navegação aérea: Receitas de navegação aérea em rota (por tipo de voo); Receitas de navegação aérea em área de controle terminal e no aeródromo; Subsídios; Outras receitas; Despesas de operação e manutenção; Despesas administrativas; Depreciação e amortizações; Juros; Outras despesas; Despesas por tipo de serviço (ATM – gerenciamento de tráfego aéreo; CNS – comunicação, navegação e vigilância; MET – serviços meteorológicos; SAR – serviços de busca e resgate; AIS – serviços de informação aeronáutica); Investimentos por tipo de serviço (ATM, CNS, MET, SAR, AIS).	ANAC	Sim



Presidência da República

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confiabilidade
Ministério da Defesa/ SAC	Dados de navegação aérea: Quantidade de voos civis domésticos e internacionais por região de informação de voo (FIR – Flight Information Region). Quantidade de equipamentos de controle de tráfego aéreo, por tipo; Localização dos equipamentos de controle de tráfego aéreo.	ANAC	Sim



Anexo 5. Levantamento de Sistemas Informacionais Existentes

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA RESENHA TELEVISIVA	Este sistema permite a alimentação, a catalogação e a disponibilização de clippings televisivos do setor elétrico para os colaboradores da ANEEL.	Clippings televisivos.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA FAQ OUVIORIA	Este sistema permite a publicação dos textos padrões e arquivos, referentes a perguntas e respostas mais freqüentes sobre o setor elétrico, utilizados pela Central de Teletendimento da ANEEL - CTA.	Perguntas e respostas mais freqüentes sobre o setor elétrico.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA DE GESTÃO DE OUVIDORIA	Este sistema permite o registro das solicitações de informações, reclamações e denúncias de consumidores de forma a controlar e gerenciar procedimentos para avaliação, auditoria e intermediação entre usuários e concessionárias.	Ouvidoria; sistema de gestão da ouvidoria; fale conosco; ANEEL; concessionárias; Agências Reguladoras Estaduais; consumidores, reclamações, denúncias, solicitações de informações.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA RESOLUÇÃO 382	Este sistema permite que as Concessionárias forneçam os dados referentes à Resolução 382, de forma a serem armazenados na base de dados da ANEEL.	Tipo de reclamação; Mês de referência das reclamações recebidas; Ano de referência das reclamações recebidas; Quantidade de reclamações;	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel			Quantidade de reclamações solucionadas; Prazo médio para soluções das reclamações; Reclamações recebidas improcedentes; Quantidade de reclamações.		
Aneel			Índice percentual de reclamações procedentes, Índice percentual de reclamações improcedentes.		



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA DIFERENÇA MENSAL DE RECEITA	Este sistema permite a captação de dados de faturamento das distribuidoras referentes a classe residencial, conforme definido na Resolução 89/2004, possibilitando a análise e homologação dos valores a serem compensados às Concessionárias a título de subsídios governamentais concedidos à população de baixa renda.	Faturamento das Concessionárias com a classe residencial e baixa renda.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA UNIVERSALIZAÇÃO	Este sistema permite a busca a informações sobre as metas de universalização no Brasil (Programas Anuais de Expansão do Atendimento), indicando valores, índices e percentuais de domicílios com iluminação.	Informativo sobre universalização; Metas e Índices de universalização; Modelos de elaboração de planos.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA CÁLCULO DAS TARIFAS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	Este sistema permite a integração das rotinas de aquisição de dados, construção de tipologias, cálculo dos custos marginais de capacidade e a passagem destes às tarifas, proporcionando assim maior agilidade no cálculo da TUSD e facilitando a realização de análises de sensibilidades.	Na base de dados deste sistema, encontram-se dados referentes ao mercado faturado da empresa, curvas de carga e diagrama unifilar de fluxo de carga.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA BAIXA RENDA	Este sistema permite o controle do Programa Baixa Renda e disponibilidade do conteúdo aos envolvidos no referido programa: Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade- SRC, as Agências Estaduais, as Concessionárias, outros setores da ANEEL, e o Consumidor.	Informativo sobre Baixa Renda (Cadastro de Beneficiários do Sistema Baixa Renda por concessionária) Controle e validação de informações recebidas	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	Este sistema permite o cálculo do Índice de Reajuste Tarifário das concessionárias de distribuição e cria os documentos necessários à atualização das Tarifas de Suprimento de Energia e de Suprimento de Demanda.	Índice de Reajuste Tarifário das concessionárias de distribuição.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	Este sistema permite a análise dos níveis de participação acionária dos agentes econômicos do setor de energia elétrica no mercado de geração e distribuição. Estes níveis de participação destes agentes são publicados trimestralmente na página Internet da ANEEL.	Participação acionária, ação ordinária, fator de ponderação, geração, distribuição, acionistas, agentes econômicos, mercado.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA ACOMPANHAMENTO DE MERCADO P/ REGULAÇÃO ECONÔMICA	Este sistema permite a atualização, captação, análise, divulgação, administração e controle das informações referentes ao mercado de energia elétrica das concessionárias e permissionárias. Também disponibiliza relatórios para o apoio às atividades de apuração dos índices de reajustes tarifários e sobre a evolução da tarifa de referência.	Mercado de energia, energia comprada para revenda, suprimento de energia elétrica, fornecimento faturado de energia, geração bruta de energia, consumo de combustível, consumo por classe, demanda por classe, número de consumidores por classe, tarifa média, residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública, serviço público, consumo próprio, tarifa média total, emissão de certificações, recibos, avisos eletrônicos, identificação do usuário, pacotes de informações, modalidades de mercado.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA DE PLANEJAMENTO	Este sistema permite o acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Plano de Trabalho da ANEEL. Desenvolvido pelo Ministério do Planejamento integra as	Informações dos documentos do SIAFI emitidos pela SAF e SLC;	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel		informações da Base do SISPLAN com as informações do Plano de Trabalho da ANEEL.	Saldos Orçamentários e Financeiros dos Planos Internos relacionados às atividades do Plano de Trabalho da ANEEL.		
Aneel	SISTEMA DE GESTÃO DE CRÉDITOS	Este sistema permite a padronização e a racionalização dos serviços que envolvem a arrecadação e o controle da inadimplência das receitas e dos recolhimentos sob a responsabilidade da ANEEL.	Taxas de Fiscalização; Compensação Financeira; Multas de Fiscalização.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEORREFERENCIADAS DO SETOR ELÉTRICO	Este sistema permite a coleta e disponibilização de informações consistentes, relativas às atividades fins do Setor Elétrico Nacional em um único local na Internet.	Imagens de reservatórios das UHEs e de aproveitamentos hidrelétricos;	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.
Aneel			Camadas georreferenciadas de sub-estações, usinas, linhas de transmissão, reservatórios, etc.		



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA GERENCIAMENTO DE CONTRATOS	Sistema que permite o registro, acompanhamento, controle e divulgação dos marcos e atividades da execução dos contratos firmados entre a ANEEL e Fornecedores/Empresas.	Marcos, datas, responsáveis, vencimentos e documentos dos contratos firmados entre a ANEEL e Fornecedores/Empresas.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA DE APOIO A DECISÃO	Este sistema permite o acesso a informações relevantes para elaboração de análises tabulares e gráficas, por meio de combinação e comparação dos dados acessados, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões.	Informações sob o setor elétrico.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA TAXA DE FISCALIZAÇÃO	Este sistema permite o controle da arrecadação e inadimplência dos pagamentos referentes a taxa de fiscalização, realizados pelos concessionários do serviço público, autoprodutores e produtores independentes.	Relação dos valores anuais da taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica fixado para os agentes; Guia de Recolhimento da União para recolhimento da parcela mensal da taxa.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SÍTIO DA ANEEL EM 03 IDIOMAS	Portal da ANEEL com informações referentes ao Setor Elétrico.	Informações do Setor Elétrico Nacional.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	Este sistema permite a gestão integrada da elaboração do planejamento básico e orçamentário do programa de trabalho da ANEEL, e o acompanhamento físico das atividades na etapa de execução do programa.	Informações sobre o planejamento e acompanhamento físico e orçamentário das atividades do programa de trabalho da ANEEL.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DO RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	Este sistema permite o acompanhamento das demandas, dos públicos institucionais à ANEEL, formais e informais; além de possibilitar a emissão de relatórios gerenciais para embasar as estratégias estabelecidas para cada segmento, resultando no aprimoramento da tomada de decisão.	Instituições, Contatos, Demandas Informais, Reuniões, Ações de Relacionamento, Análise de Mídia, Mala Direta.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA PLANO PLURIANUAL	Este sistema permite o registro e a gestão do plano plurianual que engloba programas, ações, atividades, sub-atividades e contratos de cada Unidade Organizacional.	Plano plurianual, atividades, programas, ações, contratos, eventos, agenda, produtos, cronograma físico, orçamento, processo orçamentário, convênios.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA CADASTRO DE AGENTES	Este sistema permite o cadastro dos Agentes do Setor de Energia Elétrica com seus respectivos contatos nas Empresas.	Cadastro de concessionários, comercializadores, produtores independentes e auto produtores.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA BIBLIOTECA VIRTUAL	Este sistema permite a disponibilização de acervos técnicos, legislativos e bibliográficos sobre energia elétrica e recursos hídricos, proporcionando qualidade e rapidez na informação prestada aos usuários.	Acervo técnico, biblioteca, legislação, recursos hídricos, energia elétrica, centro de documentação, acervo bibliográfico, acervo cartográfico, livros, periódicos, fitas cassete, vídeos, mapas e cd's	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO	Este sistema permite o acompanhamento do andamento de projetos de lei, pronunciamentos, perfil de parlamentares e pleitos legislativos de interesse da ANEEL, em trâmite no Congresso Nacional.	Projetos de lei, acompanhamento parlamentar, propostas, situação projeto, projetos aprovados, reprovados perfis de parlamentares, pleitos legislativos, pronunciamentos.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA GESTÃO DA TRANSMISSÃO	Este sistema permite o apoio ao processo de outorga e autorização para ampliação, reforço ou melhoria do sistema de transmissão de energia elétrica, o acompanhamento de obras de novas instalações e o cálculo do reajuste da Receita Anual Permitida.	Informações de outorga e autorização, obras de novas instalações e cálculo do Reajuste da Receita Anual Permitida.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA GESTÃO DAS OUTORGAS E OBRAS DE GERAÇÃO	Este sistema permite o acompanhamento das etapas de construção e operação das usinas, inclusive, das ações conduzidas durante as atividades de inspeção. Permite o registro e a administração de determinadas informações constantes dos Atos de Outorgas de Geração e dos Atos Administrativos emitidos pela ANEEL viabilizando melhor acompanhamento gerencial dos resultados obtidos das concorrências e leilões realizados.	Etapas de construção e operação das usinas; Informações sobre Atos de Outorgas de Geração e Atos Administrativos.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA GESTÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E ROYALTIES	Este sistema permite o calculo da Compensação Financeira aos Municípios possuidores de áreas alagadas, referentes à construção de usinas hidrelétricas.	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, áreas atingidas, coeficientes de participação, royalties, valores pagos, municípios beneficiários.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA COLETA DE DADOS DAS USINAS HIDRELÉTRICAS	Este sistema permite a captação de dados, via Internet, junto a concessionários pagadores de compensação financeira referente a áreas alagadas por empreendimentos hidrelétricos.	Usinas hidrelétricas, reservatórios, área alagada, municípios atingidos, compensação financeira, nível operacional.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA BANCO DE INFORMAÇÕES SOBRE GERAÇÃO	Este sistema permite a disponibilização de informações sobre as usinas regularizadas em operação, construção e as outorgadas desde 1998. Também permite acompanhar o processo de habilitação de interessados na exploração de energia elétrica, bem como o controle da publicação dos eventos legais relacionados a esta habilitação, além de fornecer ao procedimento de cobrança da taxa de fiscalização, informações sobre empreendedores, empreendimentos e potência instalada dos empreendimentos em operação.	A base de dados deste sistema possui um histórico com mais de cinco anos de informações tais como: Agente de distribuição, agente de geração, anteprojeto de usina hidrelétrica, projeto básico, concessão, outorga, etc.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA RESOLUÇÃO 396	Este sistema permite registrar, gerir e disponibilizar informações coletadas com base na Resolução 396/1998 da ANEEL, a qual determina às concessionárias de aproveitamento da energia hidráulica para geração de energia elétrica, a instalação de equipamentos hidrométricos na área do empreendimento, objetivando ações de regulação, fiscalização e mediação, bem como o uso múltiplo dos recursos hídricos, a serem homologados pela ANEEL.	A base de dados deste sistema possui um histórico de quatro anos de informações tais como: concessionária, usina, operação, estação, fluviométrica, pluviométrica, telemétrica, aproveitamento hidrelétrico, medição vazão, cheia, curva de descarga, séries históricas.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	Este sistema permite a elaboração, submissão, distribuição, avaliação e acompanhamento dos programas referentes a Pesquisa e Desenvolvimento; desenvolvidos pelas concessionárias do setor elétrico brasileiro.	Aprovação de programas, Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico Brasileiro – 2001, procedimentos para elaboração, apresentação, acompanhamento, fiscalização, recolhimento, contribuição.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA CADASTRO DE INADIMPLENTES	Este sistema permite o registro das inadimplências dos agentes do setor elétrico para com a ANEEL, conforme obrigações definidas pela legislação vigente. Além de emitir o Certificado de Adimplemento com validade de 30 dias, aos agentes cujas obrigações estão em dia.	Agentes inadimplentes.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO	Este sistema permite o planejamento e o registro das fiscalizações realizadas pela ANEEL. Nele são anotados e controlados documentos referentes ao procedimento de fiscalização, tais como: constatações, não conformidades, determinações, recomendações, termo de notificação, termo de arquivamento, auto de infração e termo de encerramento.	A base de dados deste sistema possui um histórico com mais de quatro anos de informações tais como: fiscalizações realizadas, fiscalizados, fiscalizadores, auto de infração, multas, penalidades, termo de notificação, etc.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA DOSIMETRIA	Este sistema permite o registro de penalidades aplicadas nas concessionárias por violação dos indicadores de continuidade (DEC e FEC). Também emite Relatórios de Transgressões dos indicadores de continuidade (DEC e FEC), compreendendo o Relatório Geral de Transgressões - RGT e o Relatório Sintético de Transgressões - RST (incluindo a incidência em ano anterior ao de referência).	Faturamento Total da Empresa Seleccionada; Total de Conjuntos que foram violados no período selecionado de acordo com o Indicador (DEC e/ou FEC) selecionado; Cálculo do Valor da Multa para cada Conjunto da Empresa e cada Indicador.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA INDICADORES DE QUALIDADE	Este sistema permite acompanhar a qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica através da apuração de indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).	A base de dados deste sistema possui um histórico com mais de oito anos de informações tais como: Índices de Qualidade DEC e FEC, conjuntos (áreas de apuração de indicadores), desempenho de distribuidoras de energia, indicadores fora de limite.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA BALANCETE MENSAL PADRONIZADO	Este sistema permite captar, junto a empresas de energia elétrica, informações contábeis que suportam o processo de fiscalização da Agência. Estas informações permitem o acompanhamento da situação econômica e financeira destas empresas, através dos balancetes padronizados que são mensalmente encaminhados à Agência, conforme estabelecido e determinado em Plano de Contas previamente publicado pela ANEEL.	A base de dados deste sistema possui um histórico com mais de cinco anos de informações tais como: balancete, concessionárias, receitas, despesas, ativo, passivo, patrimônio, contabilidade.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.
Antaq	Acompanhamento de Preços Portuários	Registrar e acompanhar os valores praticados pelas autoridades portuárias referentes as despesas portuárias, manuseios de carga e custos básicos e adicionais	Dados de acompanhamento de taxas e tarifas praticadas pelas autoridades portuárias referentes às despesas portuárias, manuseios de carga e custos básicos e adicionais		



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antaq	Arrendamento Portuário	Controlar os contratos de arrendamentos celebrados entre as autoridades portuárias e os arrendatários	Informações dos contratos, aditivos e planos de investimentos nos terminais arrendados.		
Antaq	Assessoria Parlamentar	Registrar e acompanhar as proposições relacionadas a Agência que tramitam na Câmara dos Deputados, Senado Federal e demais órgãos intervenientes	Dados das ações e atividades parlamentares ligadas ao transporte aquaviário.		
Antaq	Corporativo	Centralização das informações utilizadas pelas diversas Gerências, oferecendo uma estrutura única para o armazenamento dos dados corporativos de Portos e Navegação além de possibilitar um gerenciamento mais eficiente dessas informações.	Dados técnicos, das áreas fim, dados de outorga e autorizações emitidas pela Agência.		



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antaq	Sistema de Desempenho Portuário	Destinado a prover informações que venham a servir como base de referência para o cálculo de indicadores operacionais de desempenho e estatística portuária.	Dados de atracções e movimentação de cargas nos portos e terminais de uso privativo.		
Antaq	Sistema de Informações Gerenciais	Propiciar aos gestores da Agência as facilidades de uma ferramenta OLAP - <i>On-Line Analytical Processing</i> , que proporciona uma manipulação multidimensional dos dados. Estas estruturas permitem que os dados sejam apresentados e analisados sob a ótica do gestor para a tomada de decisão, facilitando a sua análise através de sumarizações, em qualquer intervalo de tempo.	Informações corporativas para geração de dados gerenciais a partir dos sistemas transacionais da Agência		



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antaq	Dar suporte à promoção da gestão ambiental do subsetor portuário e a gestão da segurança contra atos ilícitos de modo a se obter uma atividade sustentável.	Dados dos levantamentos de infra-estrutura e condições para promoção da política de meio-ambiente nos portos e terminais.		
Ancine	Gestão de Projetos e Sistemas da Informação - SITI	Controle das demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas	Mantém dados relativos às Ordem de Serviços emitidas pela Gerência de Tecnologia da Informação para as empresas prestadoras de serviços de TI.	Informações internas da Ancine	Dados confidenciais
Ancine	Consulta Pública	Registro e Acompanhamento de consultas públicas	Mantém dados das consultas públicas feitas pela Ancine junto ao público e mercado regulado.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Ouvidoria - OMD	Sistema de workflow da ouvidoria	Mantém dados relativos às demandas e sugestões públicas feitas junto à Ouvidoria da Ancine	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Controle de Exibição - SCE	Controle das exibições de filmes	Mantém dados relativos à exibição de filmes nas salas de cinemas do Brasil – dados fornecidos pelos exibidores.	Dados já disponibilidade da web	-



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Ancine	Sistema de Acompanhamento de Distribuidores - SADIS	Controle da distribuição de filmes por salas de cinema	Mantém dados relativos aos filmes distribuídos para as salas de cinema – dados fornecidos pelos distribuidores.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Acompanhamento de Vídeo - SAVI	Controle de venda de vídeos	Mantém informações da venda de vídeos no mercado brasileiro.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Cota de Tela	Controle da exibição de filmes brasileiros	Mantém dados da exibição de filmes brasileiros em atendimento à cota anual estabelecida pela legislação.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Fiscalização	Fiscalização do mercado de cinema	Mantém dados de contribuintes inadimplentes ou que atrasaram o pagamento da condecine.	Dados não disponibilizados NA WEB	Dados confidenciais
Ancine	Sistema Interativo do Cinema e Audiovisual - SICA	Controle do Cinema e Audiovisual	Mantém dados de produção de cinema e audiovisual que concorrem ao PAR (Premio Adicional de Renda) e ao PAQ (Programa de Incentivo à qualidade).	Dados já disponibilidade da web	-



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Ancine	Sistema de Acompanhamento das Leis de Incentivo do Cinema - SALIC	Controle de Incentivo do Cinema	Mantém dados dos projetos de produção de cinema que se utilizam de recursos provenientes das leis de incentivo ao cinema.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Arrecadação	Controle da Arrecadação	Mantém dados relativos à aplicação de recursos decorrentes dos incentivos fiscais para produção de cinema.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Registro de Empresas	Cadastro de Empresas do setor de cinema	Mantém dados cadastrais das empresas que operam no mercado de cinema e audiovisual.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Emissão de CPB	Sistema de emissão de Certificados Produto Brasileiro	Mantém dados relativos aos certificados de produtos brasileiros emitidos pela Ancine.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Sistema de Registro de Títulos	Cadastro de títulos de obras cinematográficas	Mantém dados cadastrais das obras publicitárias e não-publicitárias veiculadas no Brasil.	Dados já disponibilidade da web	-



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Ancine	Sistema de Protocolo - CPROD	Controle do recebimento e tramitação de processos e documentação	Mantém dados relativos aos documentos e processos em tramitação na Ancine.	Dados já disponibilidade da web	-
Ancine	Observatório do Cinema e do Audiovisual - OCA	Disponibiliza informações do mercado audiovisual	Contem dados estatísticos e financeiros do mercado audiovisual.	Dados já disponibilidade da web	-
Antt	Sistema de Gestão de Multas	Com base na necessidade da área financeira da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em controlar os fluxos de emissão, transmissão e recebimento das informações financeiras referentes às notificações de autuação e multas, geradas oriundas do poder fiscalizador e regulador da agência, foi desenvolvido o Sistema de Gestão de Multas – Arrecadação. O sistema é responsável pelo controle de todos os tipos de documentos destinados a arrecadação financeira.	Dados dos Autos de Infração das Empresas; Tipos de documentos (Autos); Quantidade de Autos Pagos; Informações de controle Bancário; Informações de controle de Fluxo de Entrega pelos Correios.		INTERNO



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Controle de Dados dos Serviços de Transportes Rodoviário de Passageiros	O Sistema de Controle de Dados Serviços de Transportes Rodoviários de Passageiros - SISDAP é responsável pela geração dos relatórios estatísticos e analíticos que são projetados utilizando como insumo os dados cadastrados pelas Empresas Permissionárias no módulo SISDAP Coleta. Os relatórios dos sistemas são utilizados como ferramentas gerenciamento, demonstram indicadores de controle que são utilizados pelos usuários para fiscalização das Permissionárias.	Dados das Empresas Permissionárias; Movimento Linha/Seção; Movimento Total de Passageiros; Movimento Interestadual; Movimento Internacional; Movimento de Gratuidade (Idosos).	Disponível em Website	OSTENSIVO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema para Gerenciamento da Fiscalização	O SIGEF proporcionar a sistematização de dados demonstrativos do desempenho técnico-operacional das empresas permissionárias dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. É responsável pelos dados cadastrais enviados pelas empresas autorizatárias e permissionárias em relação aos acidentes e assaltos ocorridos nas viagens. Possui relatórios gerenciais analíticos e consolidados por empresa e por localização do Acidente/Assalto.	Dados das Empresas; Permissionárias/Autorizatárias/ Clandestinas; Quantitativo de Acidentes por Empresa/Estado/Cidade; Quantitativo de Assaltos por Empresa/Estado/Cidade.		INTERNO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Controle de Fretamento Contínuo e Eventual ou Turístico	O sistema foi desenvolvido para atender a demanda de controle das empresas Autorizatórias, tem por objetivo o acompanhamento e o controle dos registros cadastrais das empresas transportadoras de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob o regime de fretamento contínuo e eventual ou turístico. O sistema possui a funcionalidade de geração do Certificado de Registro de Fretamento - CRF documento de uso obrigatório das autorizatórias em serviço.	Dados das Empresas Autorizatórias; Emissão do Certificado de Registro de Fretamento; Controle de Medidas Judiciais das Empresas.		INTERNO



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Autorização de Viagens de Fretamento Eventual ou Turístico pela Internet	O Autorização de Viagem é responsável pelo cadastro das solicitações de viagens realizadas pelas empresas Autorizatórias da ANTT, possui interface transparente com o SISFRET utiliza o cadastro da empresa e frota deste. O Autorização de Viagem possui todas as informações da viagem e dos respectivos passageiros, que a empresa estará realizando. Seu controle de acesso é realizado utilizando o Certificado de Registro de Fretamento – CRF. O sistema está integrado diretamente com os sistemas: Cadastro de Motoristas – SISMOT e Sistema de Controle de Fretamento Contínuo e Eventual ou Turístico – SISFRET.	Cadastro de Solicitações de Viagens; Autorizações de Viagem Especiais; - Diferentes Meios de Transporte. - Mesma Origem e Mesmo Destino. - Translado de Estações de Embarque e Desembarque. - Transporte de Trabalhadores. Quantitativo de Viagens Realizadas por Empresa; Listagem de Passageiros Transportados pelas empresas; Cadastro de Motoristas.	Disponível em Website	OSTENSIVO



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Gerenciamento de Permissões	O sistema é responsável pelo processamento das informações relativas ao serviço permissionado de transporte interestadual e internacional de passageiros. O negócio compreende cerca de 240 empresas permissionárias, aproximadamente 173 terminais rodoviários e uma malha rodoviária de aproximadamente 1.725.000 km, por onde circulam os ônibus de empresas permissionárias que prestam serviço regular de transporte de passageiros interestaduais e internacionais. Abrange a área funcional de realização de estudo de viabilidade de implantação de novas linhas e seções em uma linha existente, com o intuito de verificar se é viável ou não a inclusão de uma nova linha em um determinado local.	Cadastro das Empresas Permissionárias; Cadastro das Linhas; Cadastro das Seções; Mapeamento dimensional das distâncias das Linhas/Seções; Estudo da Viabilidade de Linhas e Seções.	Disponível em Website	OSTENSIVO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema Cadastro de Frota de Veículos	O Sistema de Cadastro de Frota de Veículos – SISFROTA é responsável pelo cadastro da frota das empresas permissionárias rodoviárias interestaduais e internacionais de passageiros. O sistema emite relatórios estatísticos e analíticos que espelham as informações da frota, tais como: idade, quantidade, categoria entre outras.	Cadastro de Frota das Empresas. - Dados do Veículo e Situação do Veículo por Empresa. Cadastro de Motoristas.		INTERNO



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Multas	Sistema corporativo de multas da ANTT. Controlar a legislação aplicável, o processo de emissão de multas e ciclo de vida das multas. Suporta o processo das multas de Transporte Rodoviário de Passageiros, RNTRC – Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga, Infrações de Antecipação de Vale-Pedágio e TRIC - Transporte Rodoviário Internacional de Cargas	Controle do Fluxo entre as fases das notificações; Visualização das Situações e Históricos das Notificações; Dados referentes aos Cadastros e Manutenção de: - Notificações e dados relevantes ao Auto; - Moeda; - Superintendências; - Tipos de Documento; - Legislação Aplicável; - Superintendências; - Grupo de Infração; - Coeficiente Tarifário; - Feriados (Comuns e Bancários); - Órgão Conveniado; - Tipo Fiscalização; -Autos de Infração; Geração de Documento(Arrecadação).	Disponível em Website	INTERNO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Multas DNER	Permite o gerenciamento e controle das multas aplicadas pelo DNER.	Gerenciamento das fases das notificações do DNER; Visualização das Situações e Históricos das Notificações Emitidas pelo DNER; Dados referentes aos Cadastros e Manutenção de: Linhas; Descrição; Coeficiente Tarifário; Empresas; Feriados; Unidades; Lotações; Tipos de Fiscal; Fiscais; Legislação; Talonários; Órgãos; Multas; Operadores; Fusão de Emrpesas.		INTERNO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Registro Nacional de Transporte de Carga	Sistema de Controle do Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC é responsável por Manter o cadastro dos transportadores de carga no âmbito nacional, veículos habilitados e a fiscalização de acordo com a legislação vigente. Também por controlar, gerenciar e emitir a habilitação do Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga.	Dados referentes aos Transportadores Nacionais de Carga; Dados referentes a frota dos Transportadores Nacionais; Dados de Registro Nacional de Transportadores (Data de Validade) Historico e Situação do Registro.	Disponível em Website	OSTENSIVO



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Acompanhamento e Fiscalização Ferroviária	Sistema de Acompanhamento e Fiscalização Ferroviária – SAFF foi desenvolvido devido à necessidade da ANTT de manter o Cadastro de ativos ferroviários, o desempenho e o acompanhamento das concessões ferroviárias. Atualmente o sistema é dividido em três módulos, o CAFEN é responsável por manter o Cadastro dos Ativos Ferroviários, o SIADE é responsável por manter os dados operacionais das concessionárias ferroviárias e um terceiro modulo responsável pelas informações geográficas baseadas GIS – Geographic Information Systems.	Dados referentes às Ferrovias Federais Concedidas; Informações das Concessionárias Ferroviárias; Informações sobre as Concessão Ferroviárias; Informações sobre o Contrato Operacional Específico; Informações sobre as Metas; Contratuais das Concessionárias; Dados sobre Material Rodante; Informações sobre Vagão, dormente, lastro e perfil do trilho; Informações sobre as Causa de Acidente; Dados sobre a Natureza do Acidente; Dados dos Ativos Ferroviário: Estação, Malha Ferroviária, Linha, Infra Estrutura e Superestrutura.		INTERNO



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Dutovias do Brasil	Sistema de Dutovias do Brasil – SISDUT visa manter um cadastro literal/geográfico dos dados e suas interferências com rodovias e ferrovias por meio de consultas via interface geográfica amigável. Possibilita o acesso direto com recursos de geoprocessamento disponível através do software ArcGis.	Dados das Dutovias brasileiras; Dados referentes aos Gasodutos, Mineroduto e Oleoduto; Informações sobre os Cruzamentos de Via sobre as Rodovias e Ferrovias; Dados dos Trecho de Oleoduto e Gasoduto; Informações sobre Terminal Oleoduto; Dados das Estações de Gasoduto e Mineroduto; Informações sobre os Pontos Carregamento; Dados dos Minerodutos Brasileiros Informações sobre o Transporte de Cargas de Oleo, Gas e Minério; Listagem de Interferências nas Rodovias e Ferrovia; Dados da Movimentação dos Produtos.		INTERNO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Gerenciamento de Tráfego das Concessionárias Rodoviárias	Para suprir a necessidade de gestão e regulação das concessionárias rodoviárias, foi desenvolvido o Sistema de Gerenciamento de Tráfego das Concessionárias Rodoviárias – TRAF que tem por objetivo gerenciar o fluxo de veículos nas praças de pedágio das Concessionárias Rodoviárias e emitir relatórios do gerenciamento de tráfego e das arrecadações para comparativo com o relatório encaminhado pelas empresas.	Dados das Concessões Rodoviárias; Informações sobre as Praças de Pedágio e Cabines; Inofrmações sobre o Gerenciamento do Tráfego; Registro da Arrecadação; Consolidada das Praças de pedágio da Concessionária Rodoviária; Informações sobre a Arrecadação por um Período; Detalhamento das Anomalias ocorridas nas Praças de Pedágio.		INTERNO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Gerenciamento do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas	Sistema de Gerenciamento do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – TRIC tem por objetivo manter controle do gerenciamento das empresas de transporte internacional de carga, bem como da frota de veículos com permissão para o transporte internacional de cargas.	Dados referentes aos Transportadores Internacionais de Carga; Dados da Frota do Transportadores Internacionais Dados dos Contratos de Arrendamento; Dados do requerimento Licença Originária; Dados do Requerimento Licença Complementar; Dados do Requerimento Veículo Freteiro; Dados dos Representantes Legais.	Disponível em Website	OSTENSIVO



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Gestão de Fiscalização das Rodovias Concedidas	Sistema de Gestão da Fiscalização das Rodovias Concedidas – SIGFIS tem como objetivo a automatização dos processos de gestão da fiscalização das concessões de rodovias federais no Brasil a cargo da ANTT.	Dados das Concessões Rodoviárias; Informações sobre as Revisões e Adequações Contratuais; Cronograma Físico-Financeiro das Concessionárias; Índices de Reajuste de Tarifas de Pedágio; Dados das Unidade Regionais e Postos Fiscalização; Programa de Fiscalização ANTT. Dados do Termo de Registro de Ocorrência - TRO - Fiscalização; Plano de Exploração da Rodovia (Ponte) -PER/PEP; Dados Gerenciais para o HDM; Planejamento Anual das Concessionárias Rodoviárias; Programação Mensal das Concessionárias Rodoviárias; Acompanhamento Físico Financeiro das Concessionárias Rodoviárias pela ANTT.	Disponível em Website	OSTENSIVO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Informações de Produtos Perigosos	Sistema de Informações de Produtos Perigosos – SIPP visa manter o controle e a disponibilização para o público em geral e interessados da legislação e documentos sobre transporte de produtos perigosos nas rodovias federais no Brasil.	Informações sobre os Produtos Perigosos; Regulamento de Transporte de Produtos Perigosos.		INTERNO
Antt	Sistema de Gestão de Documentos	Gerar número de protocolo para os documentos gerados ou protocolizados na Agência, manter documentos e processos, bem como controlar o fluxo de documentos e processos no âmbito da ANTT.	Dados de Documentos; Dados de Processos; Dados da Autuação de Processos; Dados da tramitação de Documentos e Processos;		INTERNO



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Antt	Sistema de Apoio a Fiscalização	controlar, através do cadastro e controle de ordens de serviço, ocorrências, denúncias e processos de fiscalização, as várias formas de fiscalização de transporte de passageiros e gerar estatísticas destas fiscalizações.	Dados de Fiscalização de rotina e de comando; Publicação de instrução de Serviço; Acompanhamento da fiscalização; Emissão de Ordem de Serviço; Dados de Atribuição de Custos.		INTERNO
Antt	Sistema de Informações para a Regulação Econômica e Fiscalização Financeira	controle das informações econômicas e financeiras das Concessionárias Rodoviárias e Ferroviárias, foi desenvolvido o Sistema de Informações para a Regulação Econômica e Fiscalização Financeira – SIREFF, o qual tem por objetivo manter cadastro dessas informações para fins de acompanhamento.	Cadastro de indicadores econômicos; Cadastro do plano de contas; Cadastro de fatos relevantes; Dados sobre a composição societária das empresas fiscalizadas.		INTERNO



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	SIB - Sistema de Informações de Beneficiários	O Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (SIB/ANS) tem como objetivo coletar os dados cadastrais dos beneficiários das operadoras de planos privados de assistência à saúde, de que tratam os artigos 20 e 32 da Lei 9.656/98. Um beneficiário pode possuir mais de um plano e assim constar no sistema tantas vezes quantos forem os vínculos que possuir com planos privados de assistência à saúde.	<ol style="list-style-type: none">1. Identificação de beneficiários: código de identificação do beneficiário na operadora, nome, data de nascimento, sexo, nome da mãe, CPF, PIS/PASEP ou NIS (Número de Identificação Social), CNS (Cartão Nacional de Saúde), carteira de Identidade.2. Identificação de planos posteriores à Lei n.º 9.656/98: número do código do plano na ANS, indicação de existência de Cobertura Parcial Temporária.3. Identificação de planos anteriores à Lei n.º 9.656/98: número do código do plano na operadora, segmentação assistencial da cobertura do plano, abrangência geográfica da cobertura do plano, tipo de contratação do plano, data de adaptação ou migração.	Para o público externo as informações são divulgadas de forma consolidada, como por exemplo na publicação do Caderno de Informação da Saúde Suplementar e no ANS Tabnet, que estão disponíveis no link: http://www.ans.gov.br/portal/site/informacoess/informacoess.asp . Já as operadoras de planos privados de assistência à saúde têm completo acesso aos seus dados. O acesso se dá via página da ANS e através do aplicativo do SIB, que possibilita fazer o download de um arquivo de conferência de sua base de dados. A troca de informações individualizadas pode ser feita para a rede sem a identificação de dados pessoais.	Os dados consolidados são de acesso público. Os dados pessoais dos beneficiários são confidenciais.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS			<p>4. Campos comuns utilizados para planos posteriores e anteriores à Lei n.º 9.656/98: data de adesão ao plano, vínculo do beneficiário, código de identificação do beneficiário titular na operadora para o caso de beneficiário dependente, data de cancelamento / suspensão do contrato, data de re-inclusão, motivos de cancelamento ou de suspensão ou de adaptação ou de migração ou de mudança do contrato, indicação de existência de co-participação ou franquia nas despesas de atendimento, CNPJ da empresa contratante.</p> <p>5. Campos de localização do beneficiário: logradouro, número do endereço de residência, complemento do endereço de residência, bairro do endereço residencial, CEP - Código de endereçamento postal, município, Unidade da federação.</p>		



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	CADOP - Sistema de Cadastro de Operadoras	O Sistema de Cadastro de Operadoras tem como objetivo consolidar informações cadastrais das operadoras de planos de saúde e seus representantes.	Dados básicos da operadora: registro, CNPJ, razão social, data registro ANS, nome fantasia, endereço, natureza jurídica das operadoras, classificação, modalidade, operação odontológica . Dados sobre o registro comercial da operadora: local, registro, data, cidade, UF. Dados sobre descredenciamento das operadoras: data, motivo. Dados sobre representante da operadora: CPF, cargo, endereço. Dados sobre administrador da operadora: CPF, cargo, início, fim. Dados sobre composição do capital da operadora: nome do componente, tipo de documento, CNPJ / CPF, participação (%).	Todas as informações são disponibilizadas para o público externo, no site da ANS, no link: http://www.ans.gov.br/portal/site/d_oper/Dados_Operadoras.asp?arq=.xls .	Acesso público.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	DIOPS - Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde	O Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Saúde visa apoiar o monitoramento da situação econômico-financeira e cadastral das operadoras. Todas as operadoras devem enviar os dados pelo DIOPS, inclusive as sociedades seguradoras especializadas em saúde.	Balanço Patrimonial Trimestral. Demonstrativo de Resultados do Exercício Trimestral. Quadro com detalhamento das Receitas e Despesas. Quadro com detalhamento da composição das Provisões Técnicas.	Todas as informações são disponibilizadas para o público externo, no site da ANS, no link: http://www.ans.gov.br/portal/site/informacoess/demonstracoes_contab eis.asp	Acesso público.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	RPS - Sistema de Registro de Produtos	O Sistema de Registro de Produtos objetiva monitorar a solicitação, habilitação e manutenção da autorização de comercialização do plano privado de assistência à saúde. A partir do ano de 2007, o RPS contém dados do Sistema de Cadastro de Planos Antigos (SCPA).	CNPJ da Operadora. CNPJ da operadora que comercializa o produto. Código do produto comercializado pela operadora. Número da apólice do produto comercializado pela operadora. Nome do produto comercializado pela operadora. Nome do titular da apólice do produto comercializado pela operadora. CNPJ do contratante do produto. Participação da empresa como patrocinadora. Número de beneficiários cobertos pela apólice que sofreu o pedido de reajuste. Data de início da aplicação do reajuste. Data de fim da aplicação do reajuste. CNPJ do contratante do produto. Razão social do contratante do produto. Número da apólice do produto contratado. Código da faixa financeira. Valor do reajuste.	Para o público externo as informações são divulgadas de forma consolidada no Caderno de Informação da Saúde Suplementar que está disponível no link: http://www.ans.gov.br/portal/site/informacoess/informacoess.asp .	Os dados consolidados são de acesso público. Os dados sobre planos individuais por operadora são de acesso público via Guia ANS de Planos de Saúde, disponível no sítio da ANS: http://www.ans.gov.br .



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	SIP - Sistema de Informações de Produtos	O Sistema de Informações de Produtos objetiva monitorar a prestação de serviços aos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.	Nome da Operadora. Razão social. Código da operadora. CNPJ da operadora. Tipo de operadora (médica-hospitalar ou odontológica). Valor total da Operadora com despesas administrativas e outras não-assistenciais. Número de expostos. Total de despesas do grupo. Frequência média (evento/exposto). Custo médio (despesa/evento). Número de eventos por tipos. Tipos de eventos. Quantidade média de expostos no ano (anualizado). Valor total de despesas assistenciais. Valor de recuperação co-participação. Valor de recuperação por seguro, resseguro, cosseguro. Dados sobre a rede prestadora de serviços.	Para o público externo as informações são divulgadas de forma consolidada, como por exemplo na publicação do Caderno de Informação da Saúde Suplementar e no sítio da ANS, que estão disponíveis no link: http://www.ans.gov.br/portal/site/informacoess/informacoess.asp .	Os dados consolidados são de acesso público. Os dados por operadora são confidenciais.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	FIP - Formulário de Informações Periódicas	O Formulário de Informações Periódicas visa consolidar os quadros dos demonstrativos encaminhados à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pelas Sociedades Seguradoras Especializadas em Saúde referentes à situação econômico-financeira, aos dados cadastrais e a informações operacionais. A partir de 2007, os dados dessas empresas passaram a ser informados por meio do DIOPS. Contudo, os dados referentes a essa modalidade de operadoras de planos privados de saúde antes de 2007 ainda são provenientes do FIP.	Balanço Patrimonial Mensal. Demonstrativo de Resultados do Exercício Mensal. Quadro com detalhamento das Receitas e Despesas. Quadro com detalhamento da composição das Provisões Técnicas.	Todas as informações são disponibilizadas para o público externo, no site da ANS, no link: http://www.ans.gov.br/portal/site/informacoesss/demonstracoes_contab eis.asp .	Acesso público.



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	SIF - Sistema Integrado de Fiscalização	O Sistema Integrado de Fiscalização tem como objetivo monitorar todas as etapas dos processos e demandas relativas à fiscalização do mercado de planos privados de assistência à saúde.	Dados de atendimento do call center. Dados sobre demandas. Dados sobre processos. Dados sobre diligências realizadas. Autos de Infração. Tipificações. Decisões em Primeira e Segunda Instância: publicação, recurso, ajuste de conduta, arquivamentos. Documentos elaborados e juntados. Situação, localização e eventos de um processo.	O total de reclamações por operadoras é disponibilizado para o público externo, no site da ANS, no link: http://www.ans.gov.br/portal/site/indicedereclamacoes/indicedereclamacoes.asp . Os processos de fiscalização de primeira e segunda instância, bem como os termos de compromisso e de compromisso de ajuste de conduta também estão no site da ANS, no link http://www.ans.gov.br/portal/site/consultas/consultas.asp .	Os dados consolidados são de acesso público. Os dados individuais sobre processos são confidenciais.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	SIAR - Sistema Integrado de Controle de Arrecadação	O Sistema Integrado de Controle de Arrecadação é responsável pelo registro e controle do pagamento de todas as taxas cobradas pela ANS, devidas pelas operadoras.	Fatos geradores de receitas da ANS ou por ela controlada. Recebimentos. Débitos pendentes da taxa anual (TPS). Créditos e débitos avultos. Isenções e situações especiais de contencioso. Parcelamentos de débitos, débitos residuais e em mora (processos e cobranças). Histórico financeiros das operadoras. Informes operacionais e gerenciais para suporte à gestão das receitas. Fato gerador da GRU, suas datas de emissão e pagamento, seus valores originais de principal, multa e juros, seu emissor, seus valores pagos, indicadores de substituição ou pendência.	A gestão orçamentária da ANS está disponível nos Relatórios de Gestão da ANS publicados no site da agência no link http://www.ans.gov.br/portal/site/transparencia/transparencia_contratos_relatorios_gestao.asp .	Acesso público.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
ANS	Ressarcimento (composto pelos sistemas SGR - Sistema de Gestão de Ressarcimento e SCI - Sistema de Controle de Impugnações e Cobrança de Ressarcimento)	Os sistemas objetivam monitorar o processo de ressarcimento, pelas operadoras, dos serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos, prestados a seus beneficiários e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do SUS.	Quantidade e valores dos ABIs (Aviso de Beneficiário Identificado) das operadoras. Procedimentos identificados para ressarcimento. Situação dos processos. Situação da cobrança. Valores pagos por GRU/AIH. Valores partilhados por UPS (Unidade Prestadora de Serviço). Principais motivos de impugnação.	As informações sobre o processo de ressarcimento estão disponíveis no site da agência no link http://www.ans.gov.br/portal/site/informacoess/informacoesss.asp .	Os dados consolidados são de acesso público. Os dados por operadora são confidenciais.
Anvisa				Não foram identificadas informações da intranet com disponibilidade externa.	



Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
DPDC	SINDEC - O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor	Sistema informatizado que permite: a) o registro de todas as demandas individuais de consumidores levadas aos Procons integrados; b) a gestão do fluxo dos processos administrativos abertos a partir dessas demandas; c) a organização de todas as informações registradas em bancos de dados estaduais, que são diariamente consolidados numa base nacional; d) a disponibilização dessas informações para consulta pelos Procons integrados, por meio do próprio Sistema, ou por toda a sociedade, por meio de um sítio na Internet; e) a elaboração dos Cadastros de Reclamações Fundamentadas.	O perfil do consumidor; O objeto da demanda do consumidor; O fornecedor demandado; Classificação da área, assunto e problema da demanda do consumidor; Os procedimentos realizados pelo Procon; Resultado da demanda apresentada ao Procon; Informações sobre os processos administrativos de Reclamações Fundamentadas.	Fornecedores mais demandados nos Procons (ordenados por assunto, problema, classe de consumo (informações sobre classe de consumo foram armazenadas até 2007)); Principais demandas dos consumidores (ordenados por, área, assunto, unidade da federação, faixa etária, sexo, fornecedor, classe de consumo (informações sobre classe de consumo foram armazenadas até 2007)); Ranking dos fornecedores mais demandados (ordenados por área, assunto, problema, proporção de reclamações não-atendidas).	Sigilo à respeito dos dados pessoais dos consumidores atendidos pelos Procons. Sigilo à respeito do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas para divulgação pública até a data de sua publicação pelo DPDC.



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
CADE	O CADE dispõe de uma intranet, bastante limitada	Arquivar documentos internos e externos, possibilitar consultas e trocas de informações mais rápidas	Votos, acórdãos, despachos, notas técnicas, estudos.	Votos, acórdãos, despachos, notas técnicas, estudos em versões confidenciais, com acesso apenas aos órgãos de governo.	Todos esses documentos, mesmo os confidenciais, possuem versões públicas, disponibilizadas no sítio do CADE. As versões confidenciais podem ser de acesso apenas aos órgãos de governo. Os trabalhos em andamento devem ser inacessíveis.
Anatel	ADT - ATESTO DE DESPESA TELEFÔNICA				
Anatel	ADT - ATESTO DE DESPESA TELEFÔNICA (0800)				
Anatel	ANATEL DATA				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	ANTLCPM - CONVERSÃO PULSO/MINUTO				
Anatel	AREAAREA - TARIFAÇÃO ÁREA- ÁREA				
Anatel	BENSREVERSIVEIS - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS				
Anatel	BOLETO - SISTEMA DE CONSULTA DÉBITOS DE FISTEL				
Anatel	CONVERSAOMINUT O - SISTEMA DE ACOMPANHAMENT O DA CONVERSÃO PULSO/MINUTOS				
Anatel	DM_ARU - DATA MART DA ARU				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	DM_PADO - DATA MART DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS POR DESCOMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS (PADO)				
Anatel	DM_SPB - DATA MART DA SUPERINTENDENCIA DE SERVIÇOS PUBLICOS				
Anatel	DM_SRF - DATA MART DA SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZAÇÃO				
Anatel	DW - DATA WAREHOUSE ANATEL				
Anatel	E_DOC - DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	EASP - ENTIDADES AUTORIZADAS DOS SERVIÇOS PRIVADOS				
Anatel	FATORX - SISTEMA DE CONTROLE E CÁLCULO DO FATOR X				
Anatel	FOCUS - SUPORTE DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS				
Anatel	FUST - ACOMPANHAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DE PROJETOS DO FUST				
Anatel	INFOGERENCIAIS - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS				
Anatel	INTERCONEXAO - SISTEMA DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE INTERCONEXÃO				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	IST - ÍNDICE DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES				
Anatel	MOODLE - SISTEMA DE ENSINO À DISTÂNCIA				
Anatel	NORTE - NORMAS INTERNAS				
Anatel	ORÇAMENTO - SISTEMA DE ORÇAMENTO DA ANATEL				
Anatel	PDFF - PLANO DE DESTINAÇÃO DE FAIXAS DE FREQUÊNCIA				
Anatel	PORTAL - PORTAL DA ANATEL				
Anatel	PROCURADORIA - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS DA PROCURADORIA				
Anatel	PUBLICAR - GERENCIAMENTO				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
	DE PUBLICAÇÕES				
Anatel	RADAR - SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO				
Anatel	RENAF - REDE NACIONAL DE FIBRAS ÓPTICAS				
Anatel	SAAF - SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO				
Anatel	SAAI - SISTEMA DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA				
Anatel	SABI - SISTEMA DE GESTÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO				
Anatel	SACI - ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE INDICADORES DO STFC				
Anatel	SACP - ACOMPANHAMENTO				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
	O DE CONSULTA PÚBLICA				
Anatel	SAE - SISTEMA DE AQUISIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EDITAL				
Anatel	SAPL - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO				
Anatel	SAPN - ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE NUMERAÇÃO				
Anatel	SARD - ARQUIVAMENTO E RECUPERAÇÃO DE DOCUMENTOS				
Anatel	SARH - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS				
Anatel	SASC - ATENDIMENTO NA SALA DO CIDADÃO				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	SATVA - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES DAS PRESTADORAS DE TV POR ASSINATURA				
Anatel	SAU - SISTEMA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO				
Anatel	SAV - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE VEÍCULOS				
Anatel	SAVAM - AQUISIÇÃO VERIFICAÇÃO ARMAZ. MANIPULAÇÃO DE DADOS				
Anatel	SCAC - SISTEMA DE CONTROLE DE AJUDA DE CUSTO				
Anatel	SCIF - SISTEMA DE CONTROLE DE INSTRUMENTOS DA FISCALIZAÇÃO				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	SCMA - SISTEMA DE CONTROLE DO SERVIÇO MÓVEL AERONÁUTICO				
Anatel	SCMM - SISTEMA DE CONTROLE DO SERVIÇO MÓVEL MARÍTIMO				
Anatel	SCOP - SISTEMA DE CONTROLE DE PROJETOS				
Anatel	SCPD - SISTEMA DE CONTROLE DE PASSAGENS E DIÁRIAS				
Anatel	SCPX - CONTROLE DO SERVIÇO DE RADIO DO CIDADÃO				
Anatel	SCRA - SISTEMA DE CONTROLE DO SERVIÇO RADIOAMADOR				
Anatel	SCRS - SISTEMA DE CIRCULARES DE REDES DE SATÉLITES				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	SDCD - DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DIRETOR				
Anatel	SDSAC - DOCUMENTO DE SEPARAÇÃO E ALOCAÇÃO DE CONTAS				
Anatel	SDTA - SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS DA ANATEL				
Anatel	SEC - SISTEMA DE EMISSÃO DE CERTIFICADO DE RADIOOPERADOR				
Anatel	SFUST - SISTEMA DE ACOLHIMENTO DA DECLARAÇÃO DO FUST				
Anatel	SGAD - GESTÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA ANATEL				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	SGAL - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ÁREA LOCAL				
Anatel	SGAP - GERÊNCIA E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS				
Anatel	SGCH - SISTEMA DE GESTÃO DE CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO				
Anatel	SGCOR - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA CORREGEDORIA				
Anatel	SGF - SISTEMAS DE GESTÃO FINANCEIRA				
Anatel	SGIQ - GERENCIAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE				
Anatel	SGMU - SISTEMA DE GESTÃO DAS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO				
Anatel	SGMU_SOAP -				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
	SGMU_SOAP				
Anatel	SGOU - GESTÃO DAS OBRIGAÇÕES DE UNIVERSALIZAÇÃO				
Anatel	SGPS - SISTEMA DE GESTÃO DE PLANOS DE SERVIÇO				
Anatel	SIACCO - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE CONTROLE SOCIETÁRIO				
Anatel	SIAL - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO				
Anatel	SIAM - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS				
Anatel	SICAC - CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS				
Anatel	SICAP - CONTROLE DE RASTREAMENTO DE DOCUMENTOS E				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
	PROCESSOS				
Anatel	SICI - SISTEMA DE COLETA DE INFORMAÇÕES				
Anatel	SICOU - SISTEMA DE CONSULTAS DE OUTORGAS				
Anatel	SIGA - SISTEMA DE GESTÃO DA ANATEL				
Anatel	SIGANATEL - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS				
Anatel	SIGEC - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS DA ANATEL				
Anatel	SIGP - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	SIPAC - SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E CADUCIDADE				
Anatel	SIPT - INFORMAÇÕES DE PREÇOS E TARIFAS				
Anatel	SIRMMDS - SISTEMA DE CÁLCULO DE INTERFERÊNCIA EM RADIODIFUSÃO MMDS				
Anatel	SIS - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA				
Anatel	SISCOM - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA				
Anatel	SISI - INFORMAÇÕES SOBRE INTERRUPÇÕES				
Anatel	SMMDS - SISTEMA DE CONTROLE DE ESTAÇÕES DO				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
	SERVIÇO MMDS				
Anatel	SMP - CONTROLE DE ACESSOS DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL				
Anatel	SOA - SISTEMA DE OUVIDORIA DA ANATEL				
Anatel	SPADO - SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROCESSOS PADO				
Anatel	SPAF - SISTEMA DE PLANEJAMENTO ANUAL DA FISCALIZAÇÃO				
Anatel	SPDT - SISTEMA DE POSTOS DE TRABALHO E TREINAMENTO				
Anatel	SQP - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	SRC - SISTEMA DE RESERVA DE CANAIS				
Anatel	SRD - SISTEMA DE CONTROLE DE RADIODIFUSÃO				
Anatel	SRT - REAJUSTE DE TARIFAS DO STFC				
Anatel	SSE - SISTEMA DE CONTROLE DE SERVIÇOS ESPECIAIS				
Anatel	SSG - SERVIÇOS GERAIS				
Anatel	SSI - SISTEMA DE SUPORTE À INTEGRAÇÃO				
Anatel	STEL - SISTEMA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES				
Anatel	STVC - SISTEMA DE CONTROLE DE TV A CABO				
Anatel	TEIA - TELEJORNAL INTERNO ANATEL				



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Anatel	VETOR - SISTEMA DE INDICADORES DA ANATEL				
Anatel	VISAO - SISTEMA DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI				



Anexo 6. Levantamento de Necessidades de Investimentos de Infraestrutura Tecnológica

Órgão ou Entidade	Descrição da necessidade de investimento em infraestrutura de TI	Estimativa de valor da necessidade de investimento
Aneel	A expansão da infraestrutura está projetada para atender as necessidades atuais somadas ao aumento previsto para os próximos doze meses. A Infovia, link para a internet contratado junto ao SERPRO, atende à demanda atual e é possível, caso necessário, o aumento da velocidade hoje contratada. A expansão da capacidade de armazenamento está em fase de implantação e o aumento da capacidade de processamento (aquisição de novos servidores da tecnologia Blade), se encontra na fase de elaboração do edital. A dificuldade, atual, é que houve corte na Ação - Ações de Informática, sendo que o maior impacto foi o corte de 100% (cem por cento) para investimentos, o que está atrasando a implementação das ações anteriormente citadas.	--
Ancine	O aumento de 20% de acesso ao sítio da Ancine previsto com a implantação da Rede de Regulação irá requerer a ampliação do Link de acesso da Ancine à Internet em pelo menos 2 MB.	Esta ampliação da banda de acesso terá um custo adicional de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por ano.
Anvisa	A infra-estrutura de TI da ANVISA suportará um incremento em torno de 30% no quantitativo de acessos aos seus sistemas, até o final do ano quando sua rede estará recomposta.	--



Órgão ou Entidade	Descrição da necessidade de investimento em infraestrutura de TI	Estimativa de valor da necessidade de investimento
Anatel	<p>A infra-estrutura de TI atual da Anatel não suporta um incremento no quantitativo de acessos. É necessária a realização de investimentos para adequar o poder computacional da Anatel às necessidades atuais e futuras da Agência, o que está inclusive previsto no Plano Diretor de TI (PDTI) 2009-2010, que foi encaminhado para aprovação pelo Conselho Diretor da Anatel, e que estabelece como uma de suas metas “Modernizar o parque tecnológico de servidores” da Agência e está em fase de elaboração de projeto básico. O atual parque tecnológico de servidores da Anatel possui uma grande quantidade de equipamentos adquiridos entre os anos de 2002 e 2004 e que se encontram tecnologicamente defasados, dispondo de pouco mais de 140 GBytes de espaço em disco para armazenamento de dados e não mais que 4 GB de memória RAM. Outro problema representado pelos equipamentos servidores ultrapassados diz respeito à assistência técnica. Uma vez que estes equipamentos já estão fora de linha, contratar-se assistência técnica para sua manutenção e substituição de peças torna-se uma tarefa progressivamente árdua e até mesmo inviável em alguns casos. Outra evidência do descompasso entre o atual parque de servidores da Anatel e o volume de serviços prestados ou utilizados pela Área de Tecnologia da Informação se evidencia através da utilização de equipamentos desktops atuando como equipamentos servidores. O problema poderá ser contornado com a aquisição de 57 novos equipamentos servidores, cujas características técnicas variam de 8 a 16 núcleos de processamento, acompanhados, em alguns casos, de licenças de softwares aplicativos. Estes equipamentos deverão ser instalados na sede da Anatel e também nos ERs e UOs em substituição aos atuais e defasados computadores. A estimativa da ordem de investimento necessário está em torno do valor de R\$ 3,5 milhões de reais. É importante destacar que o detalhamento acima não considera o incremento no quantitativo de acessos decorrente da criação de uma rede de regulação. Caso esta se concretize, certamente haverá a necessidade de se promover outros investimentos em equipamentos servidores de aplicação e de banco de dados, além de ampliar a capacidade de interconexão de dados com outros órgãos governamentais. Como ainda não há informações mais detalhadas a respeito da ordem em que se daria o citado incremento, estima-se inicialmente que ele represente um aumento em torno de 20% em relação às necessidades de investimento detalhadas anteriormente.</p>	<p>Como ainda não há informações mais detalhadas a respeito da ordem em que se daria o citado incremento, estima-se inicialmente que ele represente um aumento em torno de 20% em relação às necessidades de investimento detalhadas anteriormente, representando aproximadamente R\$ 700 mil reais.</p>



Presidência da República

Órgão ou Entidade	Descrição da necessidade de investimento em infraestrutura de TI	Estimativa de valor da necessidade de investimento
ANS	<p>A infra-estrutura atual de tecnologia de informação (TI) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é considerada adequada à demanda de acessos. Não há necessidade imediata de novos investimentos, uma vez que desde 2005 vem sendo possível a implementação de muitas melhorias em termos tecnológicos.</p> <p>Mais recentemente, podem ser apontados como avanços importantes a instalação de novos servidores e de uma sala cofre, bem como o funcionamento de link adequado. Em relação aos Núcleos Regionais de Fiscalização da ANS (NURAFs), está em curso a ação de dobrar os links, o que permitirá ampliar a integração da ANS como um todo.</p> <p>Contudo, entende-se que a expansão da infra-estrutura que permite o acesso à informação é um processo contínuo, que deve ser permanente reavaliado à medida da inclusão de novos atores demandantes e da consequente expansão da quantidade de acessos.</p>	--
DPDC	<p>A infra-estrutura atual suporta 10.000 acessos/ dia. Já houve aplicações que atingiram 300 usuários concorrentes. De outro lado, vale dizer que o ambiente é corporativo, sendo que o impacto no Portal de acesso às aplicações implicaria em redução de desempenho. Para evitar isso seria necessário a aquisição de mais servidores e hardware dedicados ao balanceamento de aplicações.</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none">- servidores do tipo blade, com alto desempenho e disponibilidade - R\$ 300.000,00;- balanceamento de aplicações - R\$ 200.000,00	Estimativa Total: R\$ 500.000,00



Órgão ou Entidade	Descrição da necessidade de investimento em infraestrutura de TI	Estimativa de valor da necessidade de investimento
CADE	<p>A infra-estrutura de TI do CADE, baseia-se numa rede local, operando a 100Mb/s, com um link com a internet de 8Mb/s. Em dias normais o tráfego real (Throughput) é inferior a 4Mb/s, e em dias de pico, que são os dias de sessão plenária com transmissão ao vivo do áudio da sessão, o tráfego sobe para cerca de 6Mb/s. Existem picos de utilização tanto em dias normais como em dias de sessão onde chega-se a 8Mb/s, mas por poucos instantes. A partir desta informação, concluímos que não há necessidade de aumento da largura de banda, a menos que a utilização da rede de Regulação gere um impacto superior a 25% da situação atual. Do ponto de vista de Servidores de Rede, o CADE fez um recente investimento em novos equipamentos que estão com grande margem para crescimento o que também significa dizer que não há necessidade de novos investimentos em Servidores. Do ponto de vista da rede propriamente dita, ou seja, os ativos de rede como switch, access point, roteadores e equipamentos de segurança como firewall e anti-spam, estamos com uma atualização prevista para o switch principal do CADE. Trata-se de um CISCO 6500 no qual faremos a atualização do módulo Supervisor, adicionaremos um módulo ethernet 1Gb/s e outro módulo para fibras óticas. O Firewall precisa ser ampliado para uma situação que suporte maior tráfego e um número maior de usuários. Esta situação já está sendo resolvida com a renovação do firewall.</p>	--



Anexo 7. Disponibilização de informações pelos websites dos atores

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
CONHEÇA A ANEEL	AUDIÊNCIAS / CONSULTAS / FÓRUM	Audiências públicas
		Consultas públicas
		Fórum forte integração
		Contas públicas
		Estrutura organizacional
		Eventos
		Gestão de documentos de arquivo
		Gestão por processos
	LEGISLAÇÃO	Legislação básica
		Normas de organização
		Pesquisa legislativa
		Resoluções normativas
		Lei de criação / regimento interno
		Licitações administrativas
		Memória
		Prêmios recebidos
	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PCA	Prestação de contas - 1998 a 2007
	REUNIÕES PÚBLICAS DA DIRETORIA	Atas
		Calendário
		Distribuição de processos
		Memórias
		Pautas
		Sustentação oral e preferência



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Transmissão
	CENTRAL DE NOTÍCIAS	Assessoria de comunicação e imprensa
		Boletim energia
		Cadastre-se
		Últimas notícias
	LEGISLAÇÃO	Legislação básica
		Normas de organização
		Pesquisa legislativa
		Resoluções normativas
EDUCAÇÃO / PESQUISA / DESENVOLVIMENTO	EDUCAÇÃO	Atlas de energia elétrica do Brasil
		Cadernos temáticos
		Cartilha perguntas e respostas
		Tarifas das distribuidoras de energia elétrica
		Cartilha sobre compensação financeira
		Cartilhas energia do dia-a-dia
		Cartilhas sobre tarifas
		Estudos acadêmicos
		Relatório anual
		Textos para discussão
		Eficiência energética
	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	Arquivos e formulários eletrônicos
		Eventos
		Regulamentação
		Sistema de gestão
		Temas para investimentos em P&D
ESPAÇO DO CONSUMIDOR	AUDIÊNCIAS / CONSULTAS / FÓRUM	Audiências públicas
		Consultas públicas



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Fórum forte integração
		Código de defesa do consumidor
		Conheça a sua conta de luz
		Conselho dos consumidores
	DEFESA DA CONCORRÊNCIA	Convênios
		Pareceres técnicos
	IASC	Evolução índice IASC
		Prêmio IASC
		IASC Brasil
		Maior crescimento anual
		Regulamento IASC
		Região centro-oeste - acima de 30 mil consumidores residenciais
		Região nordeste
		Região norte
		Região sudeste - acima de 400 mil consumidores residenciais
		Região sul - acima de 400 mil consumidores residenciais
		Região sul/sudeste - acima de 30 mil e até 400 mil consumidores
		Região sul/sudeste/centro-oeste - até 30 mil consumidores residenciais
		Relatório específico 2001 a 2008
		Medição eletrônica
		Perdas técnicas na distribuição
		Procedimentos de distribuição
		Qualidade do serviço
		Eficiência energética
	OUVIDORIA	Agências estaduais



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Composição
		Consulte sua solicitação
		Dados estatísticos
		Estrutura
		Fale com a sua concessionária
		Fale conosco
		Formas de contato
		História
		Objetivos
		Ouvidoria na Aneel
		Satisfação do consumidor
	TARIFAS - CONSUMIDORES FINAIS	Conceituação
		Cooperativas de eletrificação rural
		Encargos setoriais
		Reajuste tarifário anual
		Recomposição tarifária extraordinária
		Revisão tarifária extraordinária
		Revisão tarifária periódica
		Entenda a revisão das tarifária periódica
		Revisão tarifária periódica - últimas notícias
		Tarifas médias de fornecimento por região
		Tarifas residenciais
ESPAÇO DO EMPREENDEDOR	AGENTES NO MERCADO	
	AUDIÊNCIAS / CONSULTAS / FÓRUM	Audiências públicas
		Considerações gerais
		Consultas públicas



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Fórum forte integração
		Cadernos temáticos
		Editais de geração
		Editais de transmissão
		Importação e exportação de energia elétrica
	LEGISLAÇÃO	Legislação básica
		Normas de organização
		Pesquisa legislativa
		Resoluções normativas
		Prêmio energia cidadã
		Programas de geração
		Programas de transmissão
	RESULTADO DE HABILITAÇÃO E REGISTROS - ENERGIA NOVA	Despachos 2005
		Despachos 2006
		Despachos 2007
	RESULTADOS DAS LICITAÇÕES	Termos de ratificação
	REUNIÕES PÚBLICAS DA DIRETORIA	Atas
		Calendário
		Distribuição de processos
		Memórias
		Pautas
		Transmissão
		Ajuda
	TARIFAS - AGENTES DO SETOR ELÉTRICO	Conceituação
		Cooperativas de eletrificação rural
		Credenciamento base



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		remuneração
		Relação das empresas avaliadoras credenciadas
		Programa nodal
		Esclarecimento ao solicitante
		Tarifas de uso do sistema de distribuição
		Tarifas de uso do sistema de transmissão
		Valor normativo
	TARIFAS - CONSUMIDORES FINAIS	Conceituação
		Encargos setoriais
		Reajuste tarifário anual
		Recomposição tarifária extraordinária
		Revisão tarifária extraordinária
		Revisão tarifária periódica
		Entenda a revisão
		Últimas notícias
		Tarifas médias de fornecimento por região
		Tarifas residenciais
INFORMAÇÕES TÉCNICAS	AGENTES NO MERCADO	
	AUDIÊNCIAS / CONSULTAS / FÓRUM	Audiências públicas
		Considerações gerais
		Consultas públicas
		Fórum forte integração
		Autorizações e registros
		Banco de informações de geração



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Cadastro dos agentes
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	Algumas questões
		Arrecadação e distribuição
		Aspectos legais
		Critérios para rateio
		Diplomas legais
		Processo de arrecadação
		Processo de distribuição
		Relatórios
		Contratos de concessão/permissão
		Distribuição de energia elétrica
	FISCALIZAÇÃO	Econômico-financeira
		Geração
		Monitoramento da qualidade
		Multas
		Serviços de eletricidade
		Estrutura da SFE
		Relatório de acompanhamento da fiscalização
	GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS	Acompanhamento de estudos e projetos
		Bacias hidrográficas no Brasil
		Informações gerais (acervo técnico) informações gerenciais
		Legislação pertinente
		Informações georreferenciadas
	MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DAS USINAS	Estações hidrométricas
		Informações resolução 396/98
		Instruções para atendimento



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	TARIFAS - AGENTES DO SETOR ELÉTRICO	Credenciamento base remuneração valor normativo
		Relação das empresas avaliadoras credenciadas
		Programa nodal
		Esclarecimento ao solicitante
		Tarifas de uso do sistema de distribuição
		Tarifas de uso do sistema de transmissão
	TARIFAS - CONSUMIDORES FINAIS	Cartilha perguntas e respostas
	TARIFAS DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA	Conceituação
		Reajuste tarifário anual
		Recomposição tarifária extraordinária
		Encargos setoriais
		Revisão tarifária extraordinária
	REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA	Entenda a revisão
		Últimas notícias
		Tarifas médias de fornecimento por região
		Tarifas residenciais
	UNIVERSALIZAÇÃO	Metas de universalização
		Modelos de elaboração dos planos
		Planos 2004
		Planos 2005-2008
		Projeções de domicílios
		Revisão dos planos 2005/2008



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis		
ESPAÇO DO CIDADÃO	INFORMAÇÕES E CONSULTAS	Localizar telefones públicos		
		Consultar produtos certificados		
		Ranking		
		Códigos de área		
		Código de seleção de prestadoras		
		Telefones de utilidade pública		
		Números do setor		
		Consultas públicas		
		INTERNET	SERVIÇOS DE VOZ SOBRE IP (VOIP)	Serviços de voz sobre IP (VOIP)
				Dúvidas frequentes sobre internet
Uso de radiofrequência				
ONDAS DE RÁDIO	RADIÇÃO DAS ANTENAS	Radiação das antenas		
		Direitos e deveres		
TELEFONIA FIXA	TELEFONIA FIXA	Aparelhos certificados		
		Mapa da telefonia fixa		
		Código de seleção de prestadoras		
		Códigos de área		
		Consultar preços de ligações (SIPT)		
		Consultar prestadoras de serviço		
		Ranking		
		Telefones públicos		
		Universalização		
		Tarifação por minuto		
Portabilidade				
		Conselho de usuários do STFC		
		Alteração dos contratos do STFC		



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		para 2011-2015
	TELEFONIA MÓVEL	Aparelhos certificados
		Dúvidas freqüentes
		Código de seleção de prestadoras
		Baterias de celulares cuidados básicos
		Como realizar chamadas a partir do celular
		Códigos de área
		Planos de serviço
		Prestadoras de serviço
		Clonagem de telefone celular
		Ranking
		Portabilidade
	TV POR ASSINATURA	TV a cabo
		MMDS
		DTH
		Especial de TV por assinatura (TVA)
		Estudos e pesquisas
		Informações sobre o mercado
	COMUNICAÇÕES VIA RÁDIO	Consultar rádios certificados
		Lista de autorizados
		Radioamador
		Rádio do cidadão
		Radiotelegrafista e radiotelefonista
		Serviço móvel aeronáutico
		Serviço móvel marítimo
		Radiotáxi
	INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE	Processos de contas anuais



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Agenda executiva
		Consultas à sociedade
		Reuniões
		Comissões / CBCS
		Licitações
		Cadastro de informações dos municípios
INFORMAÇÕES TÉCNICAS	TELEFONIA FIXA	Regulamentação
		Outorga
		Código de seleção de prestadoras
		Prestadores de serviço
		Áreas de prestação
		Indicadores STFC
		Tarifas e preços
		Pesquisa de satisfação
		Ranking
		Separação e alocação de contas
		Índice de serviços de telecomunicações - IST
	TELEFONIA MÓVEL	Formulários
		Outorga
		Regulamentação
		Estações radiobase
		Dados do smp
		Dados do sme
		Planos de serviço
		Prestadoras
		Indicadores SMP
		Ranking
		Separação e alocação de contas
		Licenciamento



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Dúvidas freqüentes
	COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA	Como obter autorização
		Modelos de documentos e formulários
		Autocadastramento de estações
		Empresas autorizadas
		Regulamentação
		Dúvidas freqüentes
	COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO	Serviço de radiotáxi
		Rádio do cidadão
		Radioamador
		Radiotelegrafista e radiotelefonista
		Serviço móvel aeronáutico
		Serviço móvel marítimo
		Serviço móvel global por satélite (SMGS)
		Serviço de rede e circuito especializado
		Serviço de rede de transporte de telecomunicações
		Serviço limitado
	SATÉLITE	Regulamentação
		Outorga
		Termos de compromisso
		Acordos bilaterais e do mercosul
		Satélites autorizados
		Licenciamento de estações terrenas
		Dúvidas freqüentes
	TV POR ASSINATURA	Vistoria e exploração do serviço
		Outorga



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Regulamentação
		Licitação
		Pesquisa de satisfação
		Estudos e pesquisas
		Panorama dos serviços de TV por assinatura
	RADIODIFUSÃO	Serviços de radiodifusão
		Regulamentos técnicos
		Planos básicos
		Televisão digital
		Rádio digital
		Palestras
	INTERCONEXÃO	Regulamentação
		Outorga
		Ofertas públicas de interconexão
	UNIVERSALIZAÇÃO	Regulamentação
		Receitas FUST
		Indicadores
		Relatório de universalização
	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	Regulamentação
		Requisitos e regulamentação em elaboração
		Organismos de certificação designados (OCDS)
		Laboratórios credenciados
		Fórum de certificação
		Orientações
		Requisitos técnicos para certificação
		Baterias dispensadas de certificação
	FISCALIZAÇÃO	Regulamentação



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Resultados da fiscalização
	RADIOFREQUÊNCIA	Regulamentação
		Atribuição, destinação e distribuição de faixas
		Uso temporário de radiofrequência
		Limitação da exposição a campos eletromagnéticos
CONHEÇA A ANATEL	SOBRE A ANATEL	Missão, atribuições e características
		Base legal
		Endereços da ANATEL
		Organograma
		Quem é quem
		Sobre o conselho diretor
		Sobre o conselho consultivo
		Sobre a ouvidoria
		Histórico
	INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE	Agenda executiva
		Consultas à sociedade
		Reuniões
		Licitações
		Cadastro de informações dos municípios
		Acervo documental
		Acervo bibliográfico
	COMISSÕES BRASILEIRAS DE COMUNICAÇÕES (CBCS)	Estrutura
		Introdução
		GC - CBC
		CBC 1



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		CBC 2
		CBC 3
		CBC 4
		Como participar
		Instrumentos decisórios
	COMITÊS	Infra-estrutura nacional de informações
		Defesa da ordem econômica
		Uso do espectro e de órbita
		Universalização dos serviços de telecomunicações
		Defesa dos usuários de serviços de telecomunicações
SERVIÇOS	FALE CONOSCO	
	LINKS ÚTEIS	
	PESQUISA AVANÇADA	



Presidência da República

AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA – ANCINE

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
A ANCINE	Apresentação	
	Áreas de Atuação	
	Diretoria Colegiada	
	Estrutura Organizacional	
	Identidade Visual	
	Prestação de Contas Anuais	
	Sumário Executivo	
	Regimento Interno	
LEGISLAÇÃO	Acordos Internacionais de Cinema	
	Atos Conjuntos	
	Atos de Outros Órgãos	
	Decretos	
	Deliberações da ANCINE	
	Instruções Normativas Consolidadas	
	Legislação de Outros Países	
	Leis	
	Medidas Provisórias	
	Outras Legislações de Interesse	
	Portarias	
	Resoluções da Diretoria	
	Súmula	
EDITAIS E APOIOS	Agenda de Licitações	
	Cinema Brasileiro no Exterior	
	Editais de Fomento	
	IBERMEDIA	
	Prêmio Adicional de Renda	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	Programa de Incentivo à Qualidade	
BIBLIOTECA	Artigos	
	CPB	
	Dados de Mercado	
	Destaques	
	Manual Filmar no Brasil	
	Manual do Produtor	
	Manual de Solicitação de CPB	
	Mostras e Festivais	
	Relatório de Gestão	
	Sumário Executivo	
ESPAÇO DO USUÁRIO	Assessoria de Comunicação	
	Consulta de Projetos	
	Consulta Pública	
	Mostras e Festivais	
	Ouvidoria	
	Perguntas Frequentes	
LINKS	Cinema	
	Ensino e Pesquisa	
	Governo	
	Mercado Audiovisual	



Presidência da República

AGÊNCIA NACIONAL DO PETROLEO – ANP

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
DIRETORIA	DIRETORIA DA ANP	
	REUNIÕES DE DIRETORIA	
	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	
	CONCURSO PÚBLICO ANP	
	EDITAIS	
	LICITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	
	ORGANOGRAMA	
	NOTÍCIAS	
	EVENTOS	
	PUBLICIDADE	
PUBLICAÇÕES ANP	APRESENTAÇÃO	
	RELATÓRIO ANUAL	
	ANUÁRIO ESTATÍSTICO	
	INFORME CONJUNTURA & INFORMAÇÃO	
	BOLETIM DA QUALIDADE	
	BOLETIM MENSAL DO GÁS NATURAL	
	NOTAS TÉCNICAS ANP	
	PALESTRAS	
	BOLETIM ABASTECIMENTO EM NÚMEROS	
	LIVROS	
	OUTROS	
		Relatório de Gestão
		Endereços ANP
		Contas Públicas



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
PETROLEO E DERIVADOS	PETRÓLEO NO BRASIL	
	DEFINIÇÃO DE BLOCOS	Estudos de Geofísica e Geologia
		Legislação
	RODADAS DE LICITAÇÕES	
	EXPLORAÇÃO	Descobertas
		Declarações de Comercialidade
		Lista de Concessões
		Catálogo de E & P 2008
		Legislação
		Situação Mensal de Poços (últimos 3 meses)
		Indícios de Hidrocarbonetos Constatados
	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO	Regulamentação
		Campos em Desenvolvimento
		Campos em Produção
		Planos de Desenvolvimento
		Reservas
	PRODUÇÃO	Cessão de Campos de Rentabilidade Marginal
		Campos sem Concessão
		Investigação de Acidentes
		Legislação
	IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	Dados Estatísticos
		Legislação
		Autorizações
		Estudos de Importação e Exportação
	OLEODUTOS E TERMINAIS	Autorizações



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Legislação
	REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL	Apresentação
		Autorizações
		Esquema de Produção
		Dados Estatísticos
		Legislação
		Capacidade Autorizada de Plantas
	ABASTECIMENTO	Revendedores
		Dados Estatísticos
		Fiscalização
		Legislação
		Consulta de Postos
		Distribuidoras
ÁLCOOL	QUALIDADE	Boletim da Qualidade
		Programa de Monitoramento
		Registro de Produtos
		Laboratório de Referência
		Legislação
		Qualidade do Gás Natural
		Análise de Preços
LUBRIFICANTES	DADOS TÉCNICOS	BDEP
		Dados Não-Exclusivos
		Padrões Técnicos
		Legislação
BIODIESEL	TRANSPORTES	
GÁS NATURAL	REGULAMENTAÇÃO DO LIVRE ACESSO	
	ACORDOS DE COOPERAÇÃO	
	CONCURSO ABERTO	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	LEGISLAÇÃO	
	LINKS	
	QUALIDADE DO GÁS NATURAL	
	AUDITORIAS TÉCNICAS	
	ESTUDOS E NOTAS TÉCNICAS	
	PROJETO MALHAS	
	ATOS DE CONCENTRAÇÃO	Preços e Tarifas do Gás Natural
		Consultorias Contratadas
		Autorizações
		Boletim Mensal
		Palestras
	PROCESSOS DE RECLASSIFICAÇÃO DE GASODUTOS	Processo de Reclassificação do Gasoduto Atalaia-FAFEN como Duto de Transporte
		Processo de Reclassificação do Gasoduto Aratu-Camaçari como Duto de Transporte
	PROJETO: "MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DO GÁS NATURAL DO BRASIL"	
LEGISLAÇÃO	LEI 9.478 (LEI DO PETRÓLEO - VERSÃO EM PORTUGUÊS)	
	LEI 9.478 (LEI DO PETRÓLEO - VERSÃO EM INGLÊS)	
	LEI 9.478 (LEI DO PETRÓLEO - VERSÃO EM ESPANHOL)	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	DECRETO 2455	
	DECRETO 2705	
	LEI 7990/89	
	DECRETO 01/91	
MEIO AMBIENTE	A ANP E O MEIO AMBIENTE	
	RESOLUÇÕES NORMATIVAS	
	PROJETOS DE SEGURANÇA OPERACIONAL	
	PROJETOS AMBIENTAIS	
	GUIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA A 6ª RODADA	Atividades de Sísmica Marítima
		Atividades de Perfuração de Óleo e Gás
	DIRETRIZES	
	LEGISLAÇÃO	
	GUIAS PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	
	LISTA DE LINKS AMBIENTAIS	
CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	USO RACIONAL DA ENERGIA	
	AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS	
	A ENERGIA E A COMUNIDADE	
	PROJETOS	
ESPAÇO DO CIDADÃO	CENTRO DE RELAÇÕES COM O CONSUMIDOR	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	ORIENTAÇÕES AO CONSUMIDOR	Qualidade e Adulteração de Combustíveis
		Como ser um fiscal-cidadão num posto revendedor?
	NOTÍCIAS AO CONSUMIDOR	Cartas ANP
		Eventos
		Pesquisas
	DÚVIDAS FREQUENTES	
	GUIA DO POSTO REVENDEDOR	
	LINKS IMPORTANTES	
	FALE COM A ANP	Enviar Mensagem
		Dúvidas Frequentes
		Envio de Denúncias
		Links Importantes
	SISTEMAS INTERATIVOS	
	GLOSSÁRIO	
	DÚVIDAS FREQUENTES	
	BUSCA	
	BRASIL ROUND 9	
	PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS	
	DCP	
	CONSULTAS PÚBLICAS	
	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	
	BDEP	
	DADOS ESTATÍSTICOS	



Presidência da República

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – ANAC

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
A ANAC	SUPERINTENDÊNCIAS	
	OUVIDORIA	
	CORREGEDORIA	
	ASSESSORIAS	
	GERÊNCIAS REGIONAIS	
	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	
TRANSPARÊNCIA	ATAS	
	CONSULTA PÚBLICA	
	AUDIÊNCIA PÚBLICA	
	LICITAÇÕES	
	CONCURSO PÚBLICO	
AERONAVES	REGISTRO AERONÁUTICO BRASILEIRO	
	IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	
	MANUTENÇÃO	
	VISTORIA DE AERONAVES	
HABILITAÇÃO	EXAMES	
	PILOTO	
	COMISSÁRIO	
	MECÂNICO DE MANUTENÇÃO	
	AERODESPORTO	
	INSPEÇÃO DE SAÚDE	
EMPRESAS	CARGA AÉREA	
	EMPRESAS AÉREAS	
	EMPRESAS DE MANUTENÇÃO	
	ESATA	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL	
ESTATÍSTICAS	ACIDENTES	
	AERONAVES	
	AEROPORTOS / AERÓDROMOS	
	ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO TRANSPORTE AÉREO	
	DADOS COMPARATIVOS AVANÇADOS	
	DADOS ECONÔMICOS	
	MULTAS	
	RECLAMAÇÃO DE PASSAGEIROS	
	RELATÓRIO SEMESTRAL DO TRANSPORTE AÉREO	
	REGULARIDADE, PONTUALIDADE E EFICIÊNCIA OPERACIONAL	
	TRÁFEGO	
INFRA-ESTRUTURA	AERÓDROMOS	
	HELIPONTOS	
	PROFAA	
	AVSEC SECURITY	
SEGURANÇA DE VÔO	PREVENÇÃO DE ACIDENTES	
	RELATÓRIO DE PERIGO	
	FOQA	
	RVSM	
	CRM	
SERVIÇOS	AVSEC SECURITY	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	CURSOS POR ALUNO – SEP	
	ESCOLAS DE AVIAÇÃO CIVIL	
	FALE CONOSCO	
	GRU	
	HABILITAÇÃO	
	PAC - PLANO DE AÇÕES CORRETIVAS	
	PISAC - PORTAL INSPEÇÕES	
	RAB ONLINE	
OUTRAS INFORMAÇÕES	LEGISLAÇÃO	
	CONSULTA RESULTADO DAS BANCAS	
	CONSULTA LICENÇAS E CERTIFICADOS	
	CONSULTA REGISTRO AERONÁUTICO BRASILEIRO	
	NADA CONSTA DE MULTAS DO CBAER	
	GRU	
	ORIENTAÇÕES PARA RECOLHIMENTO DE TAXAS	
	EVENTOS	
ESPAÇO CIDADÃO	DIREITOS E DEVERES DO PASSAGEIRO	
	ENDEREÇOS DA ANAC	
	FAÇA VOCÊ MESMO	



Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
AGÊNCIA	ORGANOGRAMA	
	ÁREAS DE ATUAÇÃO E COMPETÊNCIAS	
	LEGISLAÇÃO BÁSICA	
CONCESSÃO RODOVIÁRIAS	RESUMO DAS CONCESSÕES	
	CONCESSIONÁRIAS	
	TARIFAS	
	MAPA DE CONCESSÕES	
CONCESSÕES FERROVIÁRIAS	CONCESSIONÁRIAS	
	FORMULÁRIO ACIDENTES GRAVES	
TRANSPORTE DE CARGAS	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
	REGISTRO DO CAMINHONEIRO	
	VALE PEDÁGIO OBRIGATÓRIO	
	TRANSPORTE MULTIMODAL	
	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	
	TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS	
	TRANSPORTE DUTOVIÁRIO	
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	CONSULTA ÀS EMPRESAS E LINHAS	
	COLETA DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAL	
	ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS	
	FRETAMENTO CONTÍNUO	
	FRETAMENTO EVENTUAL	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	OU TURÍSTICO	
	AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM	
	CONSULTA ÀS EMPRESAS DE FRETAMENTO	
	DIREITOS E DEVERES DO PASSAGEIRO	
	CADASTRO DE ÔNIBUS	
TRANSPORTE INTERNACIONAL	HABILITAÇÃO TRANSPORTE DE CARGAS	
	HABILITAÇÃO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	
	CONSULTA EMPRESAS DE CARGAS	
	CONSULTA EMPRESAS DE PASSAGEIROS	
	MAPA DE POSTOS DE FRONTEIRAS	
LEGISLAÇÃO	LEGISLAÇÃO BÁSICA DA ANTT	Lei, Decreto e Resolução
	TRANSPORTE DE CARGAS	Ferroviário
		Rodoviário
		Multimodal
		Produtos Perigosos
		Nacional
		Internacional
	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	Permissionárias
		Autorizatárias
	CONCESSÕES	Rodoviárias
		Ferrovárias
	REGULAÇÃO	Regulação Econômica e Fiscalização Financeira



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Estudo de Mercado e Regulação Complementar
RESOLUÇÕES		Resoluções 2006
		Resoluções 2005
		Resoluções 2004
		Resoluções 2003
		Resoluções 2002
		Resoluções Regulatórias
	AUDIÊNCIAS/CONSULTAS PÚBLICAS	
	LICITAÇÕES	
	REUNIÕES BILATERAIS/MERCOSUL	
	NOTÍCIAS	
	PROCESSOS DE CONTAS ANUAIS	
	MAPAS	
	OUVIDORIA	
CONSULTAS E SERVIÇOS		GRU Simples
	MULTAS	SISMULTAS
	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EMPRESA DE ÔNIBUS	Linhas Regulares
		Fretamento
		Autorização de Viagem
		SCIP
		Fiscalização
	FROTA PERMISSONÁRIA	Cadastro de Ônibus
		Consulta de Veículos
	INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS	Formulários
	OTM	OTMs Habilitados
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO NACIONAL	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	DE CARGAS	
	RNTRC	RNTRC em Números
		Transportadores Habilitados
		Entidades Credenciadas
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL DE CARGAS	
	TRIC	TRIC em Números
		Postos de Fronteiras
		Transportadores
		Empresas
		Veículos Habilitados
	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	
	RODOVIAS CONCEDIDAS	Condições das Rodovias
		SICOR



Presidência da República

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
AGÊNCIA		Apresentação
		Agenda de Dirigentes
		Atas da Diretoria Colegiada
		Comissão de Ética
		Competências
		Contas Públicas
		Contrato de Gestão
		Estrutura Organizacional
		Recursos Humanos
		Regimento Interno
		Relatório de Atividades
		Quem é Quem
	AÇÕES DESCENTRALIZADAS	Conselho Consultivo
		Endereços Importantes
		Gestão do Conhecimento
		História da Vigilância Sanitária do Brasil
		Ouvidoria
		Participação da Sociedade
		Produção Editorial
		Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
		Fale Conosco
ANVISA PUBLICA	ARTIGOS, ENTREVISTAS, RELATÓRIOS	
	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	
	BOLETINS ELETRÔNICOS	
	CONSULTAS PÚBLICAS	
	CONVÊNIOS	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	CURSOS	
	EVENTOS	
	FÓRUNS DE DISCUSSÃO	
	INFORMES TÉCNICOS	
	LICITAÇÕES	
	NOTÍCIAS DA ANVISA	
	OPORTUNIDADES DE TRABALHO	
	PARECERES DA PROCURADORIA	
	PERGUNTAS FREQUENTES	
	PUBLICAÇÕES	
	SALA DE IMPRENSA	
SERVIÇOS	AGENDAMENTO ELETRÔNICO DE AUDIÊNCIAS	Atendimento e Arrecadação Eletrônicos
	CONSULTAS A BANCO DE DADOS	Agrotóxicos
		Alimentos
		Autorização de Funcionamento de Farmácias e Drogarias
		Bulas de Medicamentos
		Empresas Autorizadas a Funcionar
		Cadastro de Unidades Hemoterápicas
		Cosméticos
		Medicamentos e Hemoderivados
		Saneantes
		Produtos Controlados
		Produtos para Saúde
	CONSULTA À SITUAÇÃO DE	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	DOCUMENTOS	
	FORMULÁRIOS	
	LISTA DE DOCUMENTOS	
	ORIENTAÇÕES SOBRE PROTOCOLO	
	ORIENTAÇÕES PARA RECOLHIMENTO DE TAXA	
	RESULTADOS DE ANÁLISES TÉCNICAS	
	FALE COM O ATENDIMENTO	
	FARMÁCIAS E DROGARIAS	
LEGISLAÇÃO	SISTEMA DE LEGISLAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VISALEGIS)	
	DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE	
	BANNERS EM DESTAQUE NA LATERAL ESQUERDA DA SEÇÃO	Suplemento ANVISA - Diário Oficial
		Resultado de Análises Técnicas
ÁREAS DE ATUAÇÃO	AGROTÓXICOS E TOXICOLOGIA	Câmara Setorial
		Comitê Técnico para Agrotóxicos
		Legislação
		Monografias de Produtos Agrotóxicos
		Perguntas Frequentes sobre Chumbinho e Temik 150 (ALDICARBE)
		Programa de Análise de



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Resíduos
		Publicações
		Reavaliação de Produtos Agrotóxicos
		Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica (RENACIAT)
		Disque Intoxicação
		Intoxicação por Agrotóxico
		Sistema de Informações sobre Agrotóxicos (SIA) - Módulo de Pós Registro
		Biossegurança de Organismo Geneticamente Modificados
ALIMENTOS	AÇÕES FISCAIS	
	BOAS PRÁTICAS	
	BOLETIM DE ALIMENTOS E ALIMENTAÇÃO	
	CÂMARA SETORIAL	
	CERTIDÃO DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS	
	COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	
	CONFERÊNCIAS E AULAS	
	INFORMES TÉCNICOS	
	INSPEÇÃO	
	LEGISLAÇÃO	
	PROGRAMA DE ANÁLISES DE RESÍDUOS	
	REGISTRO DE PRODUTO	
	RÓTULOS DE ALIMENTOS	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	SEGURANÇA ALIMENTAR	Alimento - Orientação aos Consumidores
		Consultas Públicas - Consolidação das CP de nº 78 à 91
		Boletim de Alimentos e Alimentação
		Fortificação de Farinhas
		Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade Sanitária de Alimentos
		Palmito - Etiqueta de advertência para o consumo
COSMÉTICOS	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	
	CÂMARA SETORIAL	
	CÂMARA TÉCNICA - CATEC	
	COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS	
	INSPEÇÃO	
	LEGISLAÇÃO	
	NOTIFICAÇÃO DE PRODUTO	
	REGISTRO DE PRODUTO	Certificado de Livre Comercialização e Certidão de Registro/Notificação
		Dentes Sensíveis
		Formol / Escova Progressiva
		Guia de Controle Qualidade de Produtos Cosméticos
		Guia de Segurança de Produtos Cosméticos
		INCI - Nomenclatura de Cosméticos
		Informes e Notícias



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Material de Divulgação
		Proteção Solar
		Séries Temáticas - Guia de Estabilidade
DERIVADOS DO TABACO	EMBALAGENS	Legislação
		Marcas de Produtos Cadastrados
		Sistema para Cadastro de Produtos Derivados do Tabaco (SISTAB)
FARMACOVIGILÂNCIA	ALERTAS	
	ATOS REGULATÓRIOS (PROIBIÇÃO E RESTRIÇÃO DE MEDICAMENTOS)	
	CARTAS DAS INDÚSTRIAS AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	
	CURSOS E CAPACITAÇÕES	
	ERRO DE MEDICAÇÃO	
	EVENTOS	
	GLOSSÁRIO	
	HOSPITAIS SENTINELAS	
	FARMÁCIAS NOTIFICADORAS	
	INFORMES	
	LEGISLAÇÃO SOBRE OS RELATÓRIOS DE FARMACOVIGILÂNCIA	
	PUBLICAÇÕES	Boletim Informativo - OMS
		Bulas de Medicamentos
		Campanha Uso Racional de Medicamentos



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Notificação de Eventos Adversos
		Programa Internacional de Monitoramento - OMS
INSPEÇÃO	BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	
	CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
	CRONOGRAMA DE INSPEÇÕES INTERNACIONAIS	
	FARMÁCIAS E DROGARIAS	
	FISCALIZAÇÃO	
	GUIAS RELACIONADOS À GARANTIA DE QUALIDADE PARA A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	
	INSPEÇÃO DE ALIMENTOS	
	INSPEÇÃO DE COSMÉTICOS	
	INSPEÇÃO DE MEDICAMENTOS	
	INSPEÇÃO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE	
	INSPEÇÃO DE SANEANTES	
	INSUMOS FARMACÊUTICOS	
	PROPAGANDAS SUSPENSAS	
MEDICAMENTOS	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	
	BULAS DE MEDICAMENTOS	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	CÂMARA SETORIAL	
	CÂMARAS TÉCNICAS	
	CENTROS DE EQUIVALÊNCIA E BIOEQUIVALÊNCIA	
	COMISSÕES	
	CONCEITOS, GLOSSÁRIO E SIGLAS	
	ESPECÍFICOS	
	FITOTERÁPICOS	
	HOMEOPÁTICOS	
	INSPEÇÃO	
	LEGISLAÇÃO	
	LISTAS DE MEDICAMENTOS	
	NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA	
	PESQUISA CLÍNICA	
	PRODUTOS CONTROLADOS	
	PROPRIEDADE INTELECTUAL	
	REGISTRO DE PRODUTOS	Bioequivalência - Cadastro de Metodologias Validadas
		Bioequivalência - Relatório Mensal de Produtividade
		Como Fazer Contratos de Terceirização de Medicamentos
		DCB - Denominações Comuns Brasileiras
		Farmacopéia Brasileira (site externo)
		Informes Técnicos
		Medicamentos Fracionados
		Medicamentos Genéricos
		Medicamentos de Referência



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Monitoração de Propaganda
		Política para Regulamentação de Medicamentos no Brasil
		Recomendações sobre pós-registro de medicamentos
		Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME
		Seminário de Orientação Setor Regulado - Perguntas e Respostas
MONITORAÇÃO DE PROPAGANDA	CÂMARA SETORIAL	
	FOLHAS DE ROSTO	
	INFORMES TÉCNICOS	
	LEGISLAÇÃO	
	FISCALIZAÇÃO	
	MONITORAÇÃO EM NÚMEROS	
	PROPAGANDA NA MÍDIA	
	PRODUÇÃO ACADÊMICA	
	BANNER EM DESTAQUE NA LATERAL ESQUERDA DA SUBSEÇÃO	
	CP 83/05 - PROPAGANDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	
	EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE	
	EVENTOS E APRESENTAÇÕES	
	PROJETO DE MONITORAÇÃO	
	PROPAGANDAS	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	SUSPENSAS	
	PUBLICAÇÕES	
PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS	AEROPORTOS	
	CÂMARA SETORIAL	
	CONTROLE SANITÁRIO DE PRODUTOS	
	COORDENAÇÕES	
	EMPRESAS AUTORIZADAS	
	FRONTEIRAS	
	LEGISLAÇÃO	
	ORIENTAÇÃO E CONTROLE SANITÁRIO DE VIAJANTES	
	PORTOS	
	PUBLICAÇÕES	
	RESÍDUOS SÓLIDOS	Certificado Internacional de Vacinação contra a Febre Amarela
		Doenças e agravos de interesse de saúde pública internacional
		Influenza Aviária de Alta Patogenicidade
		Orientação ao Viajante
		Postos da ANVISA no Território Nacional
		Postos de Vacina
PRODUTOS PARA SAÚDE	ATRIBUIÇÕES LEGAIS	
	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	
	BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	
	CÂMARA SETORIAL	
	CÂMARA TÉCNICA - CATEPS	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	CONCEITOS	
	FAMÍLIAS DE PRODUTOS	
	INFRA-ESTRUTURA TÉCNICA	
	INSPEÇÃO DE PRODUTOS E EMPRESAS	
	LEGISLAÇÃO	
	PROCEDIMENTOS PARA REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA	
	REGISTRO DE PRODUTO	
	BANNERS EM DESTAQUE NA LATERAL ESQUERDA DA SUBSEÇÃO	Enquadramento Sanitário de Produtos para a Saúde
		Enquadramento de Produtos para uso In Vitro
REDE BRASILEIRA DE LABORATÓRIOS	AVALIADORES RESPONSÁVEIS PELA HABILITAÇÃO	
	CÂMARA TÉCNICA DA REBLAS	
	EVENTOS	
	INDICADORES DA REBLAS	
	INFORMES	
	LABORATÓRIOS CENTRAIS DE SAÚDE PÚBLICA/ ÁREAS DE ATUAÇÃO	
	LABORATÓRIOS E CENTROS HABILITADOS	
	PESQUISA SOBRE	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	SERVIÇOS LABORATORIAIS	
	PROGRAMAS INTERLABORATORIAIS	
	PROJETO KIT DIAGNÓSTICO DA DENGUE	
	PUBLICAÇÕES	
	SITES DE INTERESSE	Cadastro de Avaliadores
		Cooperações Técnicas Interinstitucionais
		Educação Permanente
		Formulário de Solicitação de Habilitação
		Guias Eurachem
		Hemodiálise - Laboratórios Habilitados
		Modelos - Certificados Analíticos
		Padronização - Nomenclatura de Ensaio
		Procedimentos Operacionais Revisados
		Procedimentos Operacionais em Análise
		PAMVet
		PARA
REGULAÇÃO DE MERCADO	ARTIGOS, ENTREVISTAS E PUBLICAÇÕES	
	CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS - CMED	
	EVENTOS	
	GUIA DE	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	COMPARAÇÃO DE PREÇO DE MEDICAMENTOS (SITE EXTERNO)	
	INFORMAÇÕES ECONÔMICAS DE PRODUTOS PARA A SAÚDE	
	LISTA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS	
	MERCADO DE GENÉRICOS NO BRASIL	
	PESQUISA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS NO VAREJO	
	SISTEMA DE MONITORAMENTO DE MERCADO	Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde
		Disque Medicamentos (0800 644 0644)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA ANVISA	
	A ANVISA E OS ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL	
	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	
	FOROS TÉCNICOS INTERNACIONAIS	
	PARECER JURÍDICO-INTERNACIONAL	
	PROPRIEDADE INTELECTUAL	
	MERCOSUL	
	BANNERS EM DESTAQUE NA	Portal de Comércio Exterior



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	LATERAL ESQUERDA DA SUBSEÇÃO	
SANEANTES	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	
	CÂMARA SETORIAL	
	CÂMARA TÉCNICA - CATES	
	CONCEITOS	
	INSPEÇÃO	
	LEGISLAÇÃO	
	NOTIFICAÇÃO DE PRODUTO	
	PUBLICAÇÕES	
	RECOMENDAÇÕES	
	REGISTRO DE PRODUTO	Álcool Gel
		Certificado de Livre Comercialização
		Denúncias
		Influenza Aviária - Produtos Saneantes para o Controle do Vírus
		Notificação de Eventos Adversos
		Produtos Ácidos e Alcalinos
		Produtos Apreendidos
		Saneantes - Orientações aos Consumidores
SANGUE E HEMODERIVADOS	APRESENTAÇÃO	
	CURSOS	
	EVENTOS	
	IMPORTAÇÃO DE CÉLULAS E TECIDOS	
	LEGISLAÇÃO	
	NOTAS TÉCNICAS	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	PUBLICAÇÕES	
	REDE DE SERVIÇOS	Avaliação Externa da Qualidade - AEQ
		Capacitações pela ANVISA
		Glossário
		Hemovigilância
		Manuais de Acreditação
		Missão
		Perfil do Doador de Sangue Brasileiro
		Sangue de Cordão Umbilical e Placentário
		Sistema Nacional de Hemovigilância
SERVIÇOS DE SAÚDE	ARQUITETURA E ENGENHARIA EM SAÚDE	
	AVALIAÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE	
	CÂMARA SETORIAL	
	CONTROLE DE INFECÇÃO	
	LEGISLAÇÃO	
	ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
	PUBLICAÇÕES	
	REDE SENTINELA	
	BANNER EM DESTAQUE NA LATERAL ESQUERDA DA SUBSEÇÃO	Manuais de Acreditação
		Notificação de Eventos Adversos
		Sistema Nacional de Controle de Infecções em Serviços de Saúde
TECNOVIGILÂNCIA	APRESENTAÇÃO	
	ALERTAS	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	CURSOS E EVENTOS	
	DADOS ESTATÍSTICOS	
	LEGISLAÇÃO	
	MATERIAIS DE APOIO	
	BANNER EM DESTAQUE NA LATERAL DIREITA DA SEÇÃO	Boletim Informativo de Tecnovigilância
		Notificação de Eventos Adversos
OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO	SISTEMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
	MEDICAMENTOS GENÉRICOS	
	GESTÃO DO CONHECIMENTO	
	CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS - CMED	
	NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS	
	ORIENTAÇÃO AO VIAJANTE	
	PLANO DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
	COMPROVANTE DE PORTE DE EMPRESAS	
SALA DE IMPRENSA	ESPAÇO DO CIDADÃO	
	ESPAÇO DO PROFISSIONAL DE SAÚDE	
	ESPAÇO DO SETOR REGULADO	
	SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	EDITORA ANVISA	
	FALE CONOSCO	
	BUSCA	
	OUVIDORIA	
	CONSELHO CONSULTIVO	
	PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	



AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
A ANS	MISSÃO	Lei de Criação da ANS
	REGIMENTO INTERNO	RN – 81 Regimento Interno da ANS
	DIRETORIA COLEGIADA	Perfis da Diretoria da ANS
	OUVIDORIA	Palavra da Ouvidoria Fale com a Ouvidoria Relatórios Base Legal
	REGIONAIS DE FISCALIZAÇÃO	Selecione um estado
	ATAS DA DIRETORIA COLEGIADA	Selecione um Ano
TRANSPARÊNCIA	CONTRATOS DE GESTÃO	Regulamentação Selecione o período Instrumentos contratuais
	RELATÓRIOS DE GESTÃO	
	CONTAS PÚBLICAS	Mês Ano
	PARCELAMENTOS DEFERIDOS	
	CONCURSOS PÚBLICOS	Links Editais e Portarias
	LICITAÇÕES	Licitações Abertas Licitações em Andamento
	CONSULTAS PÚBLICAS	Consultas anteriores
LEGISLAÇÃO	BUSCA EM LEGISLAÇÃO	
	REGULAMENTAÇÃO PRINCIPAL	
	REGULAMENTAÇÕES COMPLEMENTARES	
	OUTRAS NORMAS	
CÂMARA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	CALENDÁRIO DE REUNIÕES	
	ATAS DE REUNIÕES	
	COMPOSIÇÃO DA	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	CÂMARA	
EVENTOS	INSCRIÇÃO	Eventos da ANS
	CALENDÁRIO DE EVENTO DA ANA	
	MEMÓRIA DE EVENTOS	biblioteca
ENTENDA O SETOR		
CONSULTAS	OPERADORAS	
	DECISÕES DE PROCESSO	
	PLANOS DE SAÚDE	
	REAJUSTES AUTORIZADOS	
	PRESTADORES DE SERVIÇO DE SAÚDE	
	DADOS SOBRE RESSARCIMENTO AO SUS	
	ROL DE PROCEDIMENTOS COM COBERTURA OBRIGATÓRIA	
	INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO	Câmara de Saúde Suplementar Consultas Públicas
	TRANSPARÊNCIA	Contas Públicas Licitações Processos Seletivos
	PESQUISAS	Pesquisa d opinião
BIBLIOTECA	LIVROS	
	GUIAS	Guias Seriados
	TRABALHOS TÉCNICOS	
	MONOGRAFIAS	
	ARTIGOS E RELATÓRIOS DE PESQUISA	
	MEMÓRIA DE EVENTOS	
	TESES	
	DISSERTAÇÕES	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	LINKS DE INTERESSE	Links relacionados ao Setor Saúde
INFORMAÇÕES EM SAÚDE SUPLEMENTAR	ANS TABNET	
	PUBLICAÇÕES	
	PERFIL SETORIAL	Beneficiários Operadoras Planos de Saúde Utilização dos Serviços Prestadores Assistência
	ÍNDICE DE RECLAMAÇÕES	
	IDDS	IDSS - Qualificação da Saúde Suplementar
	SIEPI	
ESPAÇO MULTIMÍDIA	VÍDEOS DE ORIENTAÇÃO EVENTOS	
QUALIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	
	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS OPERADOAS	
	QUALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE	
	QUALIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA	
	QUALIDADE DE ESTRUTURA E OPERAÇÃO	
	SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE INSTITUCIONAL	
	METODOLOGIA	
	MONITORAMENTO	
	RESULTADOS	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	DOCUMENTOS	Fichas Técnicas por Dimensão e Fase
	REFERÊNCIAS	
TISS	APRESENTAÇÃO	
	HISTÓRICO	
	BENEFÍCIOS	
	NORMAS	Resoluções normativas
	CONCEITOS E DEFINIÇÕES	
	PADRÃO TISS	Guias Documentos Relacionados Guia de Consulta
	SEGURANÇA E PRIVACIDADE	
	COMO IMPLANTAR O TISS	
	COPISS	
	REFERÊNCIAS	
	DOWNLOAD	
	EVENTOS	Curso Internacional de Padrões – 2008
	PERGUNTAS MAIS FREQUENTES	
	NOTAS ESCLARECEDORAS	
	RADAR TISS	Acesse aqui o questionário da 3ª Campanha do RADAR TISS. Manual de Preenchimento. Resultados da Primeira Coleta
	FALE CONOSCO	
	IMPRIMIR CONTEÚDO	
PORTABILIDADE	OQUE É	Saiba mais Direito do consumidor Consulta ao reajuste Operadoras com Registro na ANS Decisões de processos Portabilidade



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Home do Perfil Tela inicial
	QUEM TEM DIREITO	
	PASSO -A- PASSO	
	GLOSSÁRIO	
	GUIA ANS DE PLANO DE SAÚDE	
	LEGISLAÇÃO RELACIONADA	Resolução Normativa RN nº 186/2009 Instrução Normativa IN nº 9/2009
	DÚVIDAS	
ESCOLHA O SEU PERFIL	CONSUMIDOR	
	OPERADORA	
	PRESTADORES	
	GESTORES	



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA – ANA

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
INSTITUCIONAL	CONHEÇA A AGÊNCIA	Organograma da ANA
LEGISLAÇÃO	LEGISLAÇÃO RELATIVA À ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	Lei nº 9.433, de 08/01/1997 Decreto nº 4.613, de 11/03/2003 Lei nº 9.984, de 17/07/2000 Decreto nº 3.692, de 19/12/2000 Lei nº 10.881, de 09/06/2004 Decreto nº 5.440, de 04/05/2005 Resolução nº 173, de 17/04/2006 Resolução nº 223, de 12/06/2006 Resolução nº 471, de 06/11/2006 Resolução nº 121, de 23/04/2007 Resolução nº 348, de 20/08/2007 Resolução nº 630, de 23/09/2008
	LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS RECURSOS HUMANOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS	Lei nº 8.112, de 11/12/1990 Lei nº 9.986, de 18/07/2000 Lei nº 10.768, de 19/11/2003 Lei nº 10.871, de 20/05/2004 Lei nº 11.094, de 13/01/2005 Lei nº 11.292, de 26/04/2006 MP nº 441, de 29/8/2008 Decreto nº 6.657 de 20/11/2008
RESOLUÇÕES	RESOLUÇÕES ANA - 2009	
BIBLIOTECA VIRTUAL	RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ANA ÁGUAS BRASIL NRº07 PROGRAMA DE	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRAFICAS - PRODES	
A ANA NA GESTÃO DAS AGUAS	APOIO A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce Comitê para a Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu
	ADMINISTRAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA	Projetos e programas Rede Hidrometeorológica sob Responsabilidade da ANA Rede Hidrológica Automática com Transmissão Remota sob responsabilidade da ANA Rede de Sedimentométrica Rede de Monitoramento de Qualidade de Águas Projeto HiBAm
	GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Topologia hídrica SNIRH
	IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS	Saiba mais sobre o PROAGUA Saiba mais sobre o PRODES Saiba mais sobre o GEF São Francisco PAE Pantanal (Português) - Síntese Pantanal (Português) Saiba mais sobre o GEF Pantanal/Alto Paraguai
	OUTORGAE FISCALIZAÇÃO	Gerência de Outorga Gerência de Fiscalização



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Gerências de Regulação e Cadastro Serviços Cadastro nacional de usuários de recursos hídricos CERTOH DUARH DRDH FRULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE OUTORGA
	PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	Produtos e Publicações Cadernos de Recursos Hídricos Projeto Caminho das Águas ATLAS NORDESTE Panorama da Qualidade das Águas Superficiais no Brasil, Mapas dos Recursos Hídricos no Brasil elaborados a partir dos Estudos de Abrangência Nacional, realizados pela ANA-SPR/SIH, Semana da Água, março 2005. Plano Decenal Ação Estratégica para o Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco Documento Base de Referência, Base de Dados do Plano Nacional de Recursos Hídricos
	USOS MÚLTIPLOS	Boletins Mensais de Monitoramento Prevenir ou minimizar os Usos Múltiplos das Águas e Mediação de Conflitos Conservação de Água e Solo Uso Racional e Reuso da Água
INFORMAÇÕES HIDROLÓGICAS	ALERTA HIDROLÓGICO DOS RIOS DOCE E	SIMGE Previsão do tempo



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	SAPUCAÍ	BACIAS SAPUCAÍ – VERDE BACIA RIO DOCE ANA ICAM CPRM CT BRASIL CPTEC FAPEMIG INMET CEMIG LPM UNIVERSITAS COPASA CEDEC-MG CBH – SAPUCAÍ UNIFEI
	BOLETINS DE MONITORAMENTO	Boletim de Monitoramento da Região Amazônica (ANA - SIPAM - CPRM) Boletim de Monitoramento dos Reservatórios do Rio São Francisco Boletim de Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul Boletim de Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Cantareira Boletim de Monitoramento dos Reservatórios do Nordeste Boletim de Monitoramento dos Reservatórios da Bacia do Rio Doce Boletim de Monitoramento



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		da Bacia do Alto Paraguai Acompanhamento da Situação Hidráulico-Hidrológica das Usinas Hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional
	DADOS TELEMÉTRICOS EM TEMPO REAL – HIDROWEB	Últimos dados Serie histórica Estações Supervisão Administração Mapa hidrográfico Dados numéricos
	EVOLUÇÃO DA REDE POR REGIÃO HIDROGRÁFICA - 2007	Evolução Brasil Evolução da Rede Hidrometeorológica Nacional Rede Hidrometeorológica Amazônia Rede Hidrometeorológica Atlântico Leste Rede Hidrometeorológica Atlântico Sul Rede Hidrometeorológica Atlântico Sudeste Rede Hidrometeorológica Atlântico Nordeste Ocidental Rede Hidrometeorológica Atlântico Nordeste Oriental Rede Hidrometeorológica Paraguai Rede Hidrometeorológica Paraná Rede Hidrometeorológica Parnaíba Rede Hidrometeorológica São Francisco Rede Hidrometeorológica Tocantins/Araguaia Rede Hidrometeorológica Uruguai



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	INVENTÁRIO DAS ESTAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS E FLUVIOMÉTRICAS	Inventário das Estações Fluviométricas Listagem Estações Fluviométricas Inventário das Estações Pluviométricas Listagem Estações Pluviométricas
	REDE HIDROMETEREOLÓGICA NACIONAL	
	SISTEMA DE INFORMAÇÃO HIDROLÓGICA - HIDROWEB	Bem-vindos Dados Hidrológico Mapas Documentos Glossário Software Publicações Links
IMPrensa	BUSCA AVANÇADA ACESSO AO SITE ANA	
PROGRAMAS	GEF PLANALTO / ALTO PARAGUAI	ANA GEF PNUMA OEA O PROJETO IMAGENS PARTES ENVOLVIDAS CONTATOS
	GEF SÃO FRANCISCO	ANA GEF PNUMA OEA O PROJETO IMAGENS PARTES ENVOLVIDAS CONTATOS Resumo Executivo Produtos Melhores Práticas



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Lições Aprendidas
	PROÁGUA NACIONAL	Pro Água – Página principal O que é Objetivos Área de Abrangência Competição por Recursos Descrição dos Componentes Esquema de Financiamento Focos e Estratégias Consulta de Documentos Licitações Coordenação – Contatos Mapas Temáticos
	PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	Empreendimentos Contratados Normativo Documentos Fale conosco Informações gerais sobre o PRODS
	PROGRAMA NACIONAL DE ACREDITAÇÃO DE LABORATÓRIOS EM ANÁLISES DA QUALIDADE DA ÁGUA- PROLAB	Página Inicial Objetivos Documentos – Base I Seminário Nacional I Seminário Regional II Seminário Regional III Seminário Regional IV Seminário Regional Senai/Cetind – Programas de Ensaio de Proficiência– PEP 2007 Perguntas e Respostas Rede de Laboratórios Noticias
SERVIÇOS	ANA NO D.O.U. – PUBLICAÇÕES ANTERIORES A 01/04/2005	
	ANA NO D.O.U. –	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	PUBLICAÇÕES DE HOJE	
	BIBLIOTECA VIRTUAL	Coleção Digital A ANA na Mídia Apresentações Base de Dados Georreferenciadas Cartazes Mapas Publicações Vídeos Pesquisas Simples Pesquisas Avançadas Política de Privacidade Política de Uso Serviços Links relacionados Programas para Dowloud Fale conosco Banco de Imagens Catálogo de Publicações Relatório de Atividades da ANA
	CADASTRO NACIONAL DE BARRAGENS	CNB – WEB MANUAL
	CADASTRO NACIONAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS	Manual CNARH Perguntas Frequentes Legislação Formulário específico Acesse o CNARH
	CERTIFICADO DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA OBRA HÍDRICA - CERTOH	Clique aqui para Baixar o manual do requerente com os formulários do pedido d CERTOH
	DECLARAÇÃO ANUAL DAURH	Anexo II da resolução nº 425 Lei 9433 de 1997 cnarh.ana.gov.br Formulário impresso
	FORMULÁRIOS DE	Inicie seu pedido de outorga –



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	OUTORGA	demais finalidades Inicie seu pedido de outorga – Irrigação Cartilha de Outorga
	PROTOCOLO GERAL PRÓTON	Tipo de Pesquisa Número Interessado Pesquisar
PORTAL DE ESTUDOS	ATLAS NORDESTE: ABASTECIMENTO URBANO DE ÁGUA	Pagina inicial O que é o Atlas? Objetivos Área de abrangência Navegação Avançada Referência bibliográfica Downlaod Créditos Fale conosco
	CADERNO DE RECURSOS HÍDRICOS	Política Nacional de Recursos Hídricos. Panorama da Qualidade das Águas Superficiais no Brasil. Disponibilidade e Demandas de Recursos Hídricos no Brasil. Navegação Interior e sua Interface com o Setor de Recursos Hídricos no Brasil. Diagnóstico da Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos. Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos no Brasil. Panorama do Enquadramento dos Corpos D'água do Brasil. Panorama da Qualidade das Águas Subterrâneas no Brasil.
	CAMINHO DAS ÁGUAS	Bacia Hidrográfica do Paraíba do sul . Bacia Hidrográfica do Rio Doce Bacia Hidrográfica do Rio São



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Francisco Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.
	CONTRIBUIÇÕES DA ANA AO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	
	GEO BRASIL RECURSOS HÍDRICOS	
	GEO BRASIL RECURSOS HÍDRICOS – RESUMO EXECUTIVO	
	PLANO DE AÇÕES E GESTÃO INTEGRADA DO COMPLEXO ESTUARINO – LANGUNAR MUNDAÚ - MANGUABA – (CELMM)	Descrição do Projeto Mais Sobre o CELMM
RELATÓRIOS	ACOMPANHAMENTO DA REDUÇÃO DA VAZÃO DEFLUENTE DO RIO SÃO FRANCISCO	Relatório 1 Relatório 2
	OUTROS RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES	
	PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DO SÃO FRANCISCO	O que é? Antecedentes Estudos Técnicos GTT Versão Proposta GBHSF Síntese do Resumo Executivo Deliberações GBHSF Fale conosco
	PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO	
	RELATÓRIO DE	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	ATIVIDADES DA ANA	
	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Exercício 2007 Exercício 2006 Exercício 2005
REDES DE INFORMAÇÃO	REDE AMBIENTAL DA CPLP	
	REDE DE INFORMAÇÕES DA BACIA DO PARAÍBA DO SUL	
	REDE DE INFORMAÇÕES DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	
	REDE LATINO-AMERICANA DE ORGANISMOS DE BACIAS	
ADMINISTRAÇÃO	CONCURSOS	3º concurso Público/2008 2º concurso Público/2006 1º concurso Público/2002
	CONTRATOS	Ano
	CONVÊNIOS	Ano
	EDITAIS E LICITAÇÕES	
	PRÊMIOS RECEBIDOS	
	RESOLUÇÕES	
CEDOC	PROTOCOLO ANA NO D.O.U. BIBLIOTECA ARQUIVO	
ASPAR	AGENDA DA SEMANA LEGISLAÇÃO INFORMATIVO LINKS ASPAR/ANA AGÊNCIAS REGULADORAS LEGISLAÇÃO ESTADUAL	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	EVENTOS PROJETOS DE LEI EXPOSIÇÕES NO CONGRESSO NACIONAL FALE CONOSCO	
LINKS	INSTITUCIONAIS	
	PROGRAMAS EM PARCERIA	Projeto Aquífero Guarani HIBAm Projeto Paraíba do Sul S.F. Verdadeiro Programa de Revitalização do Rio São Francisco
PORTAL DA ÁGUA E DA CULTURA		
DIVISÃO HIDROGRÁFICA NACIONAL	RESOLUÇÃO DO CNRH Nº32	
DESTAQUES	CAPACITAÇÃO PARA O SINGREH CONJUNTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL 2009 CBH – PIRANHAS – AÇU (PROCESSO ELEITORAL) PROÁGUA NACIONAL CONCURSO PÚBLICO AGILIZE SEU PEDIDO DE OUTORGA CADASTRE-SE NO CNARH SNIRH ATLAS NORDESTE COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA E BACIAS TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	



AGÊNCIA NACIONAL TRANSPORTE AQUAVIÁRIO - ANTAC

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
INSTITUCIONAL	LEI DE CRIAÇÃO	
	REGULAMENTO REGIMENTO INTERNO	
	ORGANOGRAMA	
	UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS – UAR' S	
	LISTA DE AUTORIDADES	
NAVEGAÇÃO INTERIOR	ESTRUTURA	Superintendência de Navegação Interior (SNI) Gerência de Outorga e Afretamento da Navegação Interior (GOI) Gerência de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior (GDI) Gerência de Fiscalização da Navegação Interior (GFI)
	EMPRESAS AUTORIZADAS	Nome da empresa Tipo de transporte Tipo de carga Bacia hidrográfica Travessia Rio Hidrovia Rota pesquisar
	TERMOS DE AUTORIZAÇÃO	
	COMO OBTER AUTORIZAÇÃO	Transporte Longitudinal de Carga Transporte Longitudinal de Passageiros Transporte de Travessia Afretamentode Embarcações



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Estrangeiras
	AFRETAMENTOS AUTORIZADOS	Ano 2007 Ano 2006
	FROTA	Frota Geral – Analítico Frota Geral por Empresa
NAVEGAÇÃO MARÍTIMA	ESTRUTURA	Superintendência de Navegação Marítima e de Apoio (SNM) Gerência de Outorga da Navegação Marítima e de Apoio (GOM) Gerência de Outorga da Navegação Marítima e de Apoio (GOM) Gerência de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Marítima e de Apoio (GDM) Gerência de Fiscalização da Navegação Marítima e de Apoio (GFM)
	EMPRESAS AUTORIZADAS	Nome da Empresa Tipo de navegação
	TERMO DE AUTORIZAÇÃO	
	LINHAS REGULARES MARITIMAS	
	AFRETAMENTO	Relações de Empresas Autorizações Registro
	FROTA	Frota Geral – Analítica Frota Geral – Sintética Frota por Empresa
	ATIVIDADES (COMCONTRAM)	
PORTOS	ESTRUTURA	Superintendência de Portos (SPO) Gerência de Portos Públicos (GPP)



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Gerência de Terminais de Uso Privativo (GTP) Gerência de Fiscalização Portuária (GFP) Gerência de Gestão e Desenvolvimento Portuário (GDP) Gerência de Desenvolvimento (GDE) Gerência de Regulação Portuária (GRP) Gerência de Meio Ambiente (GMA)
	TERMINAIS DE USO PRIVATIVO - TUP	Autorização Contrato de Adesão
	CONSELHO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS – CAP	Página inicial Indicação de Conselheiros Procedimento Presidente Legislação Manual Seminário Mapa CAP Fale Conosco
	OGOM- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA	Região Norte Região Nordeste Região Sudeste Região Sul
	PRINCIPAIS PORTOS BRASILEIROS	
	LOCALIZAÇÃO DOS PORTOS	
	GESTÃO AMBIENTAL	ANTAC/ Regulação Ambiental Gestão Ambiental Governança Ambiental Avaliação de gestão Ambiental Gripe Aviária Eventos- Palestra Publicações



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Grupo de Trabalho Legislação Mudanças Climáticas Sítios Relacionados
	DESEMPENHO PORTUÁRIO	Apresentação Sumário Abrangência Avaliação da Integração Cartilha estrutura Participantes Consulta de Indicadores Envio de Dados Relatório Glossário Fale Conosco Links Como participar
	GESTÃO PORTUÁRIA	Apresentação Introdução Área de Porto Organizado Programa de Arrendamento Arrendamentos
	TARIFAS DAS AUTORIDADES PORTUÁRIAS	Pagina inicial Competência Legal Procedimentos a adotar Formulação Tarifas Vigentes
	GISIS	Apresentações Formulários Publicações Links IOM Contatos
UAR' S	JURISDIÇÃO	
	ADMINISTRAÇÃO	
	COMPETÊNCIA	
	LEGISLAÇÃO	Resolução ANTAQ Nº 1020/2008



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Resolução ANTAQ Nº 1021/2008
	FINALIDADE	
ESTATÍSTICAS	ANUÁRIO	
	SERIE HISTÓRICA	
LEGISLAÇÃO	RESOLUÇÕES	Navegação Interior Navegação Marítima Portos Internas Diversas
	NORMAS	Portos Internas Navegação fiscalização
	LEIS E DECRETOS	Navegação Marítima Navegação Interior Portos Legislação Diversa
	ORDENS DE SERVIÇO	Ordem de Serviço 000001/SGE de 5 de Setembro de 2005 Ordem de Serviço 000001/SGE de 1 de Outubro de 2004
	INSTRUÇÕES NORMATIVAS	Instrução Normativa Fluxos de Processo
	PORTARIAS	
	SÚMULAS	Súmula Administrativa nº 001, 9 de agosto de 2004 Súmula Administrativa nº 001, 29 de julho de 2002
	PAUTAS	
NOTÍCIAS		
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM ANDAMENTO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	
LICITAÇÕES	PROCESSOS LICITATÓRIOS EM ANDAMENTO	



Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS	
PROCESSO DE CONTAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	
PALESTRA E EVENTOS	PALESTRA	Diretoria Portos Navegação Marítima Navegação Interior
	EVENTOS	
INTEGRAÇÃO NACIONAL	ACORDOS BILATERAIS	Alemanha Argélia Argentina - Empresas Credenciadas Bulgária Chile – Empresas Credenciadas China França Polônia Portugal – Empresas Credenciadas Romênia Rússia Uruguai – Empresas Credenciadas
	MERCOSUL	Reuniões Tratados Protocolos
	ALCA	Reuniões de Ministros e os Foros Empresariais Bandeiras no Tráfego Marítimo/ Américas Transporte Marítimo de Cargas Brasil/ Américas
	ISPS CODE	Código Internacional de Segurança para navios e instalações Portuárias (ISPS Code)
	CONVENÇÕES	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	INTERNACIONAIS	
OUVIDORIA	INSTITUCIONAL	
	RELATÓRIO	
	ACOMPANHAR	
BIBLIOTECA	A BIBLIOTECA	Missão Equipe
	ACERVO	Catálogo Material Cartográfico
	SERVIÇOS	Empréstimo Pesquisas Consultas
	NORMAS DE UTILIZAÇÃO	
SERVIÇOS ON-LINE	ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS	
	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	
	DESEMPENHO PORTUÁRIO	
LINKS	SETOR PORTUÁRIO	
	SETOR HIDROVIÁRIO INTERIOR	
	CONCESSIONÁRIAS DE PORTOS	
	SINDICATOS E FEDERAÇÕES	
	LINKS NACIONAIS	
	LINKS INTERNACIONAIS	



Presidência da República

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
HOME	O QUE É O IDEC	Leia o Estatuto do Idec
		Missão do Idec
		O que o Idec faz
		Idec: vinte anos construindo cidadania
		Relatórios de atividades do Idec
		Parceiros do Idec
		Apoios do Idec
	ASSOCIE-SE	
	VITÓRIAS	Água e saneamento
		Alimentos
		Direitos do consumidor
		Energia elétrica
		Medicamentos
		Planos de saúde
		Qualidade de produtos e serviços
		Saúde pública
		Serviços financeiros
		Telefonia e telecomunicações
	REPRODUÇÃO DE CONTEÚDO	
	FALE CONOSCO	
	ÁREAS DE ATUAÇÃO	Água e saneamento
		Alimentos
		Comércio Internacional e Acordos
		Consumo Sustentável



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Direitos do Consumidor
		Educação e Consumo
		Energia Elétrica
		Medicamentos
		Planos de Saúde
		Políticas e Governo
		Qualidade de produtos e serviços
		Responsabilidade Social e Empresarial
		Saúde Pública
		Serviços Financeiros
		Telefonia e Telecomunicações
		Transgênicos
		Outros
	NOTÍCIAS DO CONSUMIDOR	
	IDEC EM AÇÃO	
	REVISTA DO IDEC	
	LOJA VIRTUAL	
	CASOS REAIS	
	SALA DE IMPRENSA	
	BIBLIOTECA	
	ÍNTEGRA DO CDC	
	LINKS	
ÁREA DOS ASSOCIADOS	AÇÕES JUDICIAIS	
	CHATS	
	REVISTA DO IDEC VERSÃO IMPRESSA	



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	RESOLVA SEU PROBLEMA	Autoconsulta
		Idec responde
	RENOVAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO	



CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
Institucional	O Cade	O que é
		Funções
		Estrutura
	Composição do Plenário	
	Conceitos básicos	
	Cade em números	Números Gerais
		Atos de Concentração
		Processos Administrativos
		Averiguações Preliminares
	Programa de intercâmbio	
	Telefones e endereços	
	Quem é Quem	
	Agenda	
	Requerimento de Reuniões	
	Boletim de Serviço	
	Convênios	
	Internacional	Acordos internacionais em vigor
		Legislation and Resolutions
		Mercosul
		OCDE
		ICN
		Organismos Internacionais UNCTAD OCDE
		Outros documentos/Other Documents
		Peer Review
	Publicações	Revista de Direito da Concorrência



Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
		Relatório Anual
		Cartilha do Cade
		Revista de Direito Econômico
	Links	
Processual	Pesquisa processual	
	Sessões	
	Agenda	
	Sessões de julgamento	Pautas
		Pautas eletrônicas
		Atas
		Áudio
	Sessões de Distribuição	Atas Áudio
	TCC	
	TCD	
	Apro	
	Medidas cautelares	
	Medidas preventivas	
	Outros	
	Taxas	
Jurisprudência	Súmulas do Cade	
	Consulta de Jurisprudência	
	Consulta por partes	
	Consulta por conselheiros	
	Consulta por processos	
Legislação	Constituição	
	Leis	
	Decretos	
	Portarias	







Presidência da República

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis
	Resoluções	
	Instrução Normativa	
	Regimento Interno	
	Projeto de Lei	
Consultas Públicas	Em andamento	
	Concluídas	
Licitações	Em andamento	
	Concluídas	
Sala de Notícias	Cade informa	Edições
		Cadastrar
		Descadastrar
	Notícias	
	O Cade na mídia	
	Imprensa	Documentos disponíveis
		Cadastro de profissional
		Descadastrar profissional
	Fale Conosco	Informações de contato
		Perguntas Frequentes
		Denúncias
		Contato






Anexo 8. Pesquisa de Benchmark de sistemas/websites congêneres






Nº	Nome	Endereço	Objetivo	Interface de apresentação
1	Regulations.gov	http://www.regulations.gov/	Localizar, revisar e submeter propostas sobre regulações Federais abertas para consultas.	
2	RegInfo.gov	http://www.reginfo.gov/	Website do Governo dos Estados Unidos da América vinculado ao Office of Management and Budget (OMB) e ao General Services Administration (GSA). Disponibiliza o Plano Regulatório em vigor, a Agenda Regulatória Unificada e informa ações de desregulamentação dos EUA. Apresenta também um mapa sobre o processo regulatório no país.	
3	Business.gov	http://www.business.gov/	É um site oficial do Governo dos EUA que provê para empresas informações sobre regulação e conformidade. Business.gov auxilia pequenas empresas a compreender requisitos legais, e localizar serviços de governo que apóiam a comunidade de pequenas empresas.	
4	Thomas.gov	http://www.thomas.gov/	Biblioteca do Congresso que fornece gratuitamente ao público informações sobre a legislação Federal disponível. (permite buscar legislação por autor e atos em tramitação no Congresso).	



Presidência da República




Nº	Nome	Endereço	Objetivo	Interface de apresentação
5	GPO (Government Printing Office's) Access Services	http://www.gpoaccess.gov/	<p>É um Portal de registros Federais publicados no GPO Access inclui o diário de registros Federais, Agenda Unificada da Regulação e o Código Federal de Regulação (CFR).</p> <p>GPO Access é um serviço do Government Printing Office que promove o acesso eletrônico livre de um amplo e relevante volume de informações produzido pelo Governo Federal. As informações disponibilizadas neste site oficial podem ser utilizadas sem restrições, salvo se especificamente indicado. Abrange atos regulatórios em desenvolvimento e recentemente concluídos.</p>	 <p>O GPO Access is está em processo de migração para o GPO's Federal Digital System (FDsys).</p> 
6	Archives.gov/ The Federal Register	http://www.archives.gov/federal-register/	<p>Office of the Federal Register (OFR), provê acesso oficial aos textos de:</p> <ul style="list-style-type: none">Leis federais;Documentos presidenciais;Regulações administrativas e notícias;Descrições de Organizações Federais, seus programas e ações. <p>A missão do site é:</p> <ol style="list-style-type: none">1) informar aos cidadãos sobre seus direitos e obrigações; 2) Atos e documento sobre/das agências federais, e3) promover um fórum para ampliar a participação pública no processo democrático.	



Nº	Nome	Endereço	Objetivo	Interface de apresentação
7	e-CFR (Code of Federal Regulations (CFR))	http://ecfr.gpoaccess.gov/	Fornece acesso eletrônico aos códigos de regulação Federal.	
8	Forms.gov	http://www.forms.gov/	O site fornece aos cidadãos e empresas um ponto de acesso comum aos catálogos de formulários das agências federais.	
9	Justia.com	http://regulations.justia.com/	Busca e rastreamento de registros federais (leis, propostas de leis e notícias).	
10	Government of Canada Regulation Web Site	www.regulation.gc.ca	O Cabinet Directive on Streamlining Regulation, é um guia para o desenvolvimento de propostas regulatórias, orientações para o processo efetivo de consulta regulatória, e outros guias e modelos sobre a regulação.	
11	Department of Justice	www.justice.gc.ca	O site do Department of Justice disponibiliza a versão final de todas as leis e normas regulatórias federais.	



Presidência da República

Nº	Nome	Endereço	Objetivo	Interface de apresentação
12	Canada Gazette	www.canadagazette.gc.ca/	Canada Gazette é o jornal oficial do Governo do Canadá publicado desde 1841. Trata-se de um instrumento em que os canadenses utilizam para acessar a leis e atos regulatórios que regem/impactam suas vidas cotidianas.	
13	Australian Government Office of Best Practice Regulation	http://www.finance.gov.au/obpr/about/	O Office of Best Practice Regulation (OBPR) promove o objetivo do Governo de melhorar a efetividade e a eficiência regulatória.	
14	Better Regulation Executive	http://www.berr.gov.uk/whatwedo/bre/index.html	O Better Regulation Executive (BRE) faz parte do Department for Business, Enterprise and Regulatory Reform (BERR) e leva a cabo a agenda governamental de reforma regulatória.	



Presidência da República

Anexo 9. Slides da apresentação da Versão Final da Rede Governamental da Regulação

Programa de Fortalecimento da Capacidade
Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG

REDE DA REGULAÇÃO

VERSÃO FINAL

Humberto Falcão Martins

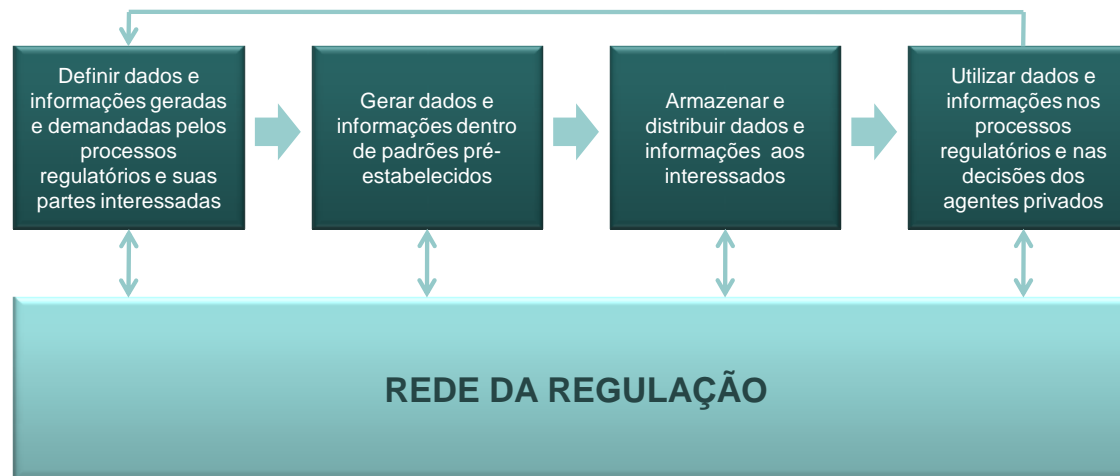


O que será a Rede da Regulação

- Uma solução baseada em TIC que permita a coleta, tratamento, armazenamento e disponibilização de dados e informações entre os agentes envolvidos na regulação
 - integrar todos os atores envolvidos nas políticas regulatórias;
 - utilizar linguagens e conceitos unificados;
 - flexível em seu aspecto funcional e tecnológico;
 - estrutura e facilita, mas não esgota a troca de informações entre as partes.



Parte de um processo maior de gestão do conhecimento





Marco estratégico da REDE

Missão	Promover um ambiente simples, colaborativo e integrado, assegurando a legitimidade, qualidade e transparência de informações do sistema regulatório e o aprendizado dos atores envolvidos
---------------	---

Objetivos Estratégicos	Planejamento	Dotar os atores de informações de qualidade e confiabilidade em todo o sistema regulatório, a fim de satisfazer as necessidades informacionais das partes interessadas.
	Avaliação	Permitir o acompanhamento e a avaliação do sistema regulatório e melhorar a qualidade e a efetividade de seus serviços.
	Otimização de Processos	Promover a melhoria dos processos da regulação, por meio da tecnologia, compartilhamento de conhecimento e acessibilidade à informação, suportando a tomada de decisão e o trabalho cooperativo.
	Accountability e Controle Social	Aprimorar a transparência, o atendimento e a comunicação com e entre os públicos, visando minimizar a assimetria de informações.
	Privacidade e segurança	Garantir a confiabilidade da informação, a privacidade dos dados e a segurança dos processos de interação/integração entre os agentes.



Atributos

- soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de qualidade a custos compatíveis com o mercado;
- tecnologias capazes de estabelecer interação com as diversas instituições envolvidas nos objetivos do PRO-REG e com a sociedade em geral;
- banco de dados e informações capazes de integrar autoridades dos ministérios, das agências reguladoras e da comunidade acadêmica;
- Sistemas modernos, integrados e interoperáveis;
- integridade, segurança e coerência com o setor público;
- convergência entre as respectivas tecnologias atualmente em uso pelos envolvidos de forma a minimizar custos operacionais e de treinamento;
- tecnologias livres e que permitam a convergência entre diferentes meios de acesso como celular, computador e TV digital;
- segurança da informação, do controle de acesso e de realização de auditoria e da emissão de relatório para análises técnicas do sistema.

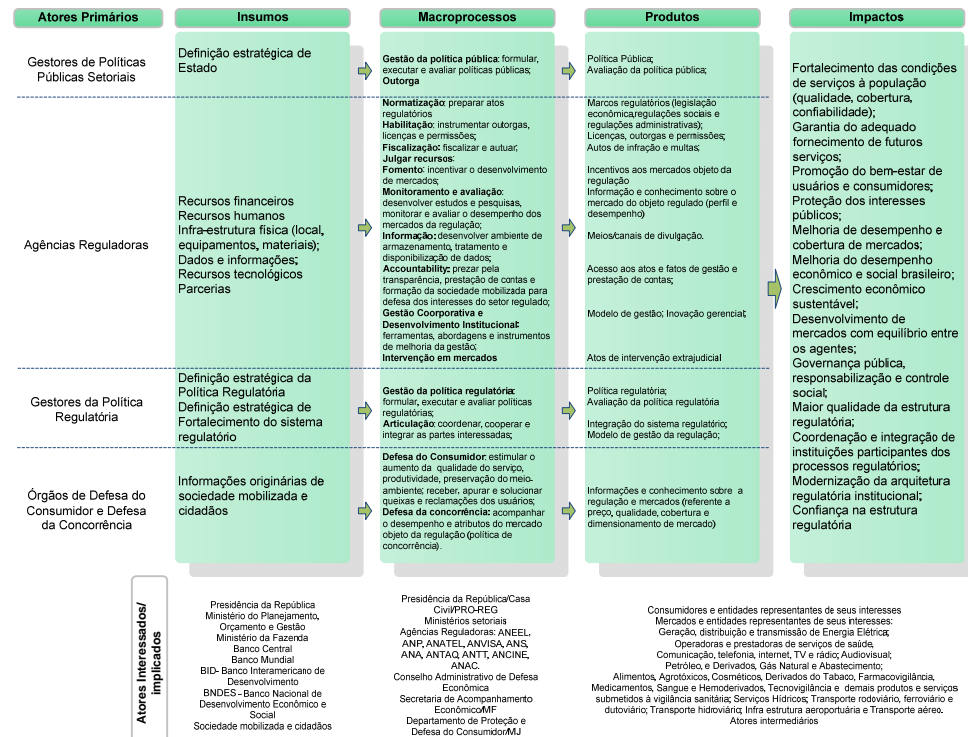


A construção da Rede da Regulação

Etapa	Sub-etapa
Desenho lógico: a concepção da rede	Definição da cadeia de valor de regulação contendo seus elementos básicos (entradas, macro-processos, produtos e impactos) e partes interessadas
	Mapa institucional das partes interessadas e respectivas informações geradas e demandadas (enviada e recebida, especificando-se objetos, temporalidade, meios de envio/recebimento, forma de codificação etc.)
	Definição da topografia da rede: partes interessadas, objetos e fluxos básicos de informação
Desenho Tecnológico: a solução de TI	Definição de requisitos funcionais (coleta e inserção da informação; a categorização e o armazenamento das informações; a compactação e formatação das informações; a disseminação das informações; o uso e a forma de apresentação das informações)
	Definição de requisitos tecnológicos (hardware, software, rede, humanware etc.)
	Identificação de soluções tecnológicas compatíveis com os requisitos funcionais e tecnológicos e com os atributos do TOR
	Indicação fundamentada de solução(ões) em ordem de atendimento às especificações e atributos



Cadeia de Valor da regulação e identificação de partes interessadas



Atores Interessados/ Implicados

Presidência da República
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério da Fazenda
Banco Central
Banco Mundial
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Sociedade mobilizada e cidadãos

Presidência da República/Casa Civil/PRO-REG
Ministérios setoriais
Agências Reguladoras: ANEEL, ANP, ANATEL, ANVISA, ANS, ANA, ANTAQ, ANTT, ANCINE, ANAC, ANAC.
Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Secretaria de Acompanhamento Econômico/MF
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor/MJ

Consumidores e entidades representantes de seus interesses
Mercados e entidades representantes de seus interesses:
Geração, distribuição e transmissão de Energia Elétrica;
Operadoras e prestadoras de serviços de saúde
Comunicação, telefonia, internet, TV e rádio; Audiovisual;
Petróleo e Derivados, Gás Natural e Abastecimento;
Alimentos, Agrotóxicos, Cosméticos, Derivados do Tabaco, Farmacovigilância, Medicamentos, Sangue e Hemoderivados, Tecnovigilância e demais produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária; Serviços Hidricos; Transporte rodoviário, ferroviário e dutoviário; Transporte hidroviário; Infra-estrutura aeroportuária e Transporte aéreo.
Atores intermediários

Atores transversais: Poder Judiciário, Congresso Nacional, Ministério Público, Mídia, Comunidades Científicas, Organismos Internacionais, Entidades de Classe

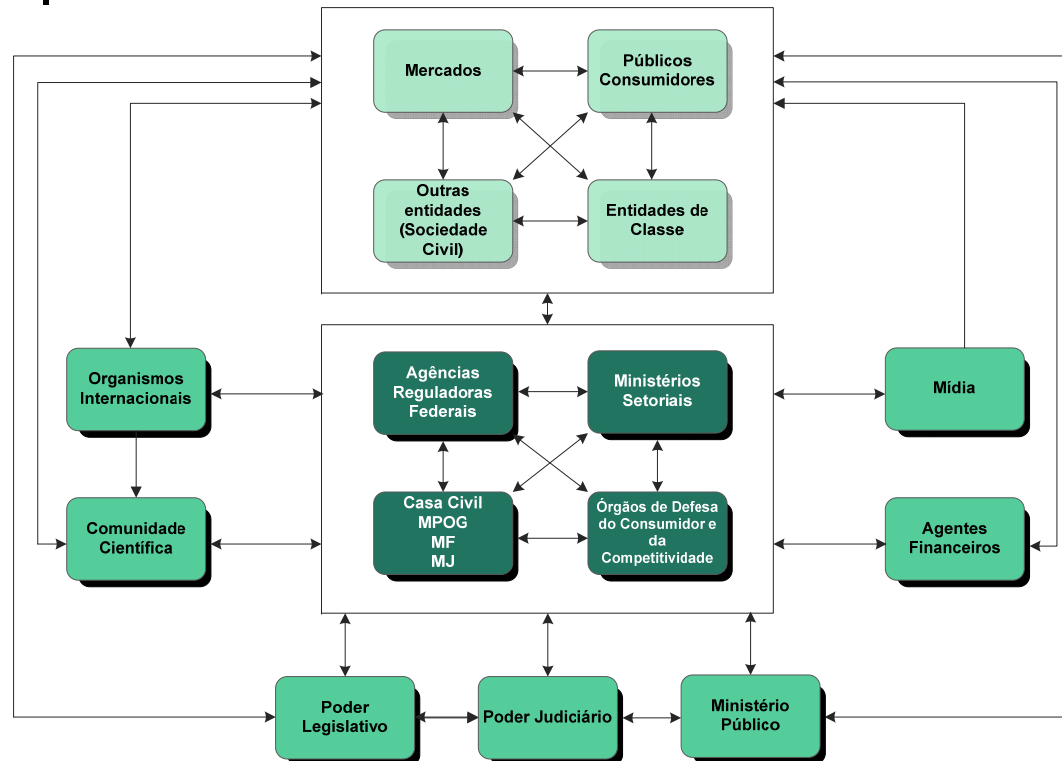


Banco de dados de partes interessadas

Nº	Instituições	Classificação	Observações	Relacionamento Institucional
1	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	Agência Reguladora	Setor de energia elétrica	Ministério de Minas e Energia
2	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP	Agência Reguladora	Setor de Petróleo	Ministério de Minas e Energia
3	Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	Agência Reguladora	Setor de Telecomunicações	Ministério das Comunicações
4	Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	Agência Reguladora	Setor de Segurança sanitária sobre alimentos e medicamentos	Ministério da Saúde
5	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS	Agência Reguladora	Setor de Assistência Suplementar à Saúde	Ministério da Saúde
6	Agência Nacional de Águas – ANA	Agência Reguladora	Setor de Água	Ministério do Meio Ambiente
7	Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ	Agência Reguladora	Setor de Portos	Ministério dos Transportes
8	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	Agência Reguladora	Setor de Transportes Terrestres	Ministério dos Transportes
9	Agência Nacional do Cinema – ANCINE	Agência Reguladora	Setor de Indústria Cinematográfica	Ministério da Cultura
10	Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC	Agência Reguladora	Setor de Aviação Civil	Ministério da Defesa
11	Presidência da República Federativa do Brasil / Casa Civil	Poder Executivo		
12	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Poder Executivo		
13	Ministério da Ciência e Tecnologia			
14				
				ANEEL
	Associações de Classe			ANEEL
532	Associação Iberoamericana de Entidades Reguladoras do Setor Elétrico	Associações de Classe		ANEEL
533	Comisión de Integración Energética Regional - CIER	Órgãos Internacionais		ANEEL
534	International Energy Agency - IEA	Órgãos Internacionais		ANEEL
535	Energy Information Administration - EIA	Órgãos Internacionais		ANEEL
536	Institute of Electrical and Electronics Engineers - IEEE	Órgãos Internacionais		ANEEL
537	Institution of Electrical Engineers - IEE	Órgãos Internacionais		ANEEL
538	International Electrotechnical Commission - IEC	Órgãos Internacionais		ANEEL
539	Organização Latino Americana de Energia - Olade	Órgãos Internacionais		ANEEL

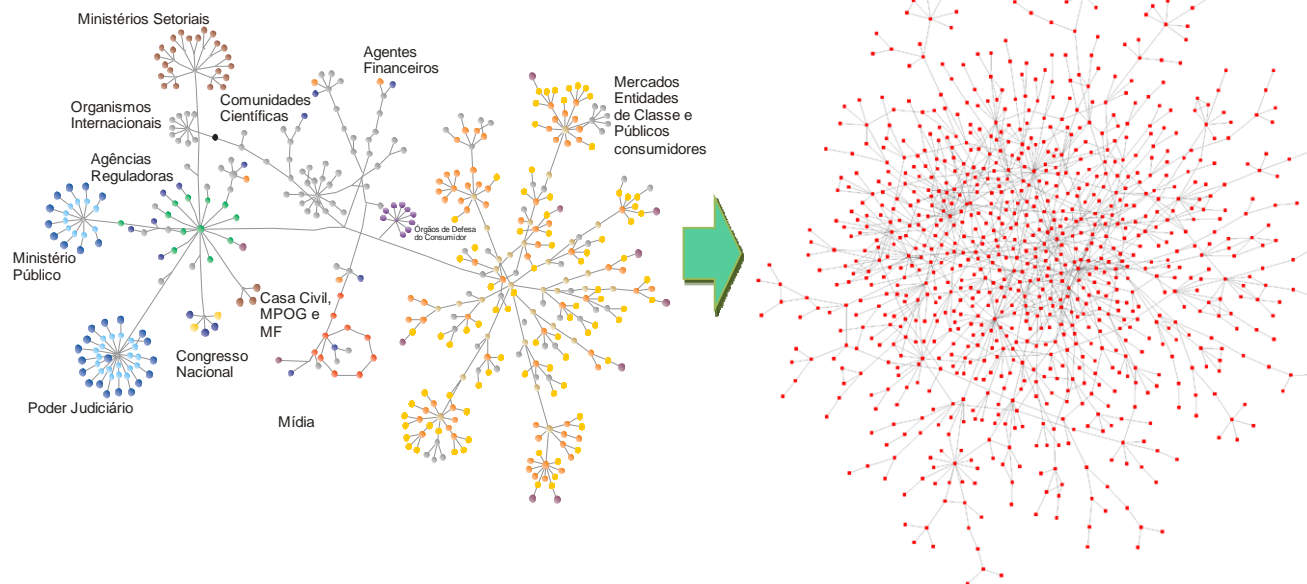


Mapa Institucional





Mapa Institucional (visão redes interinstitucionais e sociais)





Matriz de Informações (levantamento de dados)

Datas	Entrevistas e Oficinas
03/03/09	Entrevista com entidade de classe do setor de Energia: Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel)
04/03/09	Entrevista com entidade de classe do setor de Transportes: Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (Abrati)
04/03/09	Entrevista com entidade de classe do setor de Saúde: Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma)
04/03/09	Entrevista com instituição de defesa do consumidor: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)
05/03/09	Oficina com setorial de Energia (Aneel, ANP, MME e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)
05/03/09	Oficina com setorial de Cultura (Ancine, MinC e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)
06/03/09	Oficina com setorial de Transportes (Antt, Antaq, Anac, MT, MD e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)
06/03/09	Oficina com setorial de Comunicações (Anatel, MCom e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)
06/03/09	Oficina com setorial de Saúde (ANS, Anvisa, MS e órgãos de defesa do consumidor e concorrência do MJ)

- Análise da publicação de informações pelos websites de Atores;



Disponibilização de informações pelos websites dos atores

Nível Primário	Nível Secundário	Demais subníveis		
CONHEÇA A ANEEL	AUDIÊNCIAS / CONSULTAS / FÓRUM	Audiências públicas		
		Consultas públicas		
		Fórum forte integração		
		Contas públicas		
		Estrutura organizacional		
		Eventos		
		Gestão de documentos de arquivo		
		Gestão por processos		
		LEGISLAÇÃO	Legislação básica	
			Normas de organização	
			Pesquisa legislativa	
			Resoluções normativas	
			Lei de criação / regimento interno	
			Licitações administrativas	
			Memória	
		PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PCA	REUNIÕES PÚBLICAS DA DIRETORIA	Prêmios recebidos
				Prestação de contas - 1998 a 2007
		Atas		
		Calendário		
		Distribuição de processos		
		Memórias		



Matriz de Informação - dados e informações gerados e demandados

Tipo de Informação	Grupos de Partes Interessadas												
	Presidência da República/CC, MPOG, MF	Ministérios Setoriais	Agências Reguladoras	Órgãos de defesa do consumidor e da competitividade	Mercados Públicos	Consumidores e Entidades de Classe e Interesse	Congresso Nacional	Poder Judiciário	Ministério Público	Organismos Internacionais	Comunidade Científica	Agentes Financeiros	Mídia
1 Política Setorial (diretrizes, resultados e ações)	PPA (PAC) - SIGPLAN	Decretos, portarias (telecomunicações, radiodifusão) (Mcom) Atos do CONAC (MD) Plano Decenal Plano Nacional de Energia Plano de Desenvolvimento do Biodiesel Política de segurança energética (MME) Programas de Outorgas na área de infra-estrutura; Modelagem para as outorgas (MT) Regulamentos e atos sobre radiodifusão (MC)	Plano de Geologia e geofísica Programa de licitações de blocos e biodiesel (ANP) Programa Mais Saúde (PlamSus) (ANVISA E ANS) Política de Qualificação da Saúde Suplementar (ANS) Atos formais das Diretorias colegiadas (resoluções, deliberações, planos de trabalho, relatórios de atividades, acordãos) (ANAC, ANTAQ e ANTT)	Programa de Defesa do consumidor no âmbito do PPA; Ações e resultados dos regulamentos de defesa do consumidor									
2 Gestão regulatória (resultados, ações, atos de gestão etc.)	avaliação do impacto regulatório	Ações de transparência em radiodifusão (titulares das concessões, prazos, abrangência da concessão etc.) (MC) Indicadores de progresso (físico/financeiro) dos programas (SIGPLAN), no	Contratos de gestão; Relatórios de Gestão; Contas Públicas; Atas da Diretoria Colegiada; (ANS) Ações de transparência em telecomunicações (prestadores, prazos, abrangência da concessão etc.) (ANATEL) Relatórios consolidados do PAC e suas implicações no mercado de transportes. Medidas legislativas e resoluções regulatórias	Monitoramento dos regulamentos em defesa do consumidor									



Detalhamento do Levantamento Informacional, Funcional e Tecnológico

- 18 reuniões com os atores significativos da rede

Datas	Reuniões com Órgãos e Entidades
07/04/09	ANTAQ
08/04/09	DPDC/MJ
09/04/09	ANATEL
13/04/09	CADE
14/04/09	ANS
15/04/09	ANAC
15/04/09	ANTT
16/04/09	ANEEL
16/04/09	ANVISA
17/04/09	DPDC/MJ
17/04/09	ANTAQ
20/04/09	ANCINE
24/04/09	ANA
30/04/09	ANVISA
05/05/09	IDEC
07/05/09	ANP
08/05/09	ANATEL
11/05/09	IDEC



Detalhamento do Levantamento Informacional, Funcional e Tecnológico

Roteiro de Levantamento

1. Que informações a organização deseja receber da rede e qual (is) ator(es) poderiam provê-las? Há confidencialidade nessa informação?
2. Quais os sistemas existentes na instituição, seu propósito e informações armazenadas?
3. Que informações, existentes nos sistemas internos (intranets) e não disponibilizadas no website, poderiam ser disseminadas na rede? E qual o grau de confidencialidade dessa informação (nível de acesso)?
4. Há necessidade de adequações técnicas (em software) para permitir o fornecimento de tais informações?
5. A infra-estrutura de TI atual suporta um incremento no quantitativo de acessos? É necessário realizar investimentos? Caso necessite, descrever necessidades, características e estimativas de custos.



Detalhamento das informações - ênfase nas demandas

Órgão ou Entidade demandante	Informações demandadas	Órgãos provedores de informação	Nível de confidencialidade
Antaq	Legislação, normativos diversos e programas de fomento inerentes ao subssetor portuário	MT e SEP-PR; CONIT; BNDES	Não
Antaq	Deliberações/decisões/acórdãos de interesse para o subssetor portuário	ANTT, ANP, Anvisa, MT, SEP-PR, TCU, RFB, Marinha do Brasil, órgãos de defesa da concorrência (CADE, SDE/MJ e SEAE/MF); BACEN, SUSEP, CVM. Siscomex-MF	Não, exceto, em casos específicos, órgãos de defesa da concorrência, Siscomex, SUSEP, CVM.
Antaq	Produção realizada e produtividades auferidas; investimentos em obras civis e equipamentos realizados/projetados; estatísticas de movimentação realizada; tarifas e preços praticados, etc.	ABTP, ABRATEC, ABEPH, Comissão Portos	Não
Antaq	Deliberações/decisões/acórdãos/portarias de interesse para o subssetor portuário	ANTT, ANP, Anvisa, MT, SEP-PR, MMA, CONIT, CONAMA, Ibama, TCU, RFB, Marinha do Brasil, órgãos de defesa da concorrência (CADE, SDE/MJ e SEAE/MF)	Não

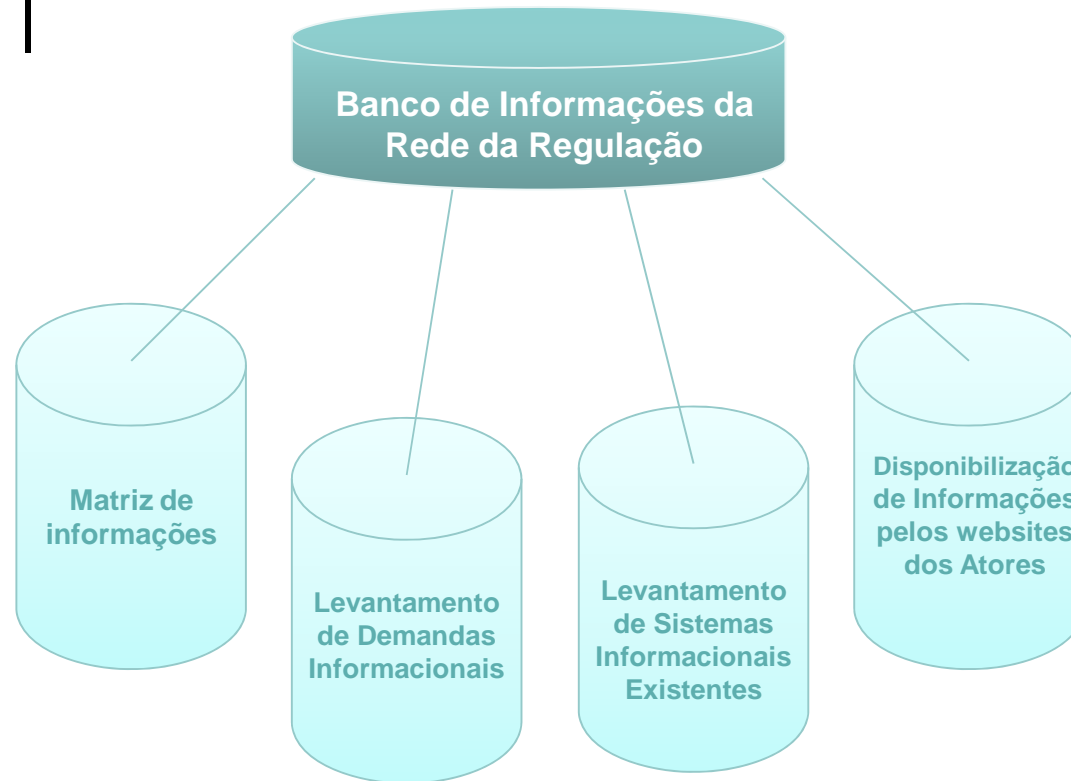


Detalhamento dos sistemas informacionais existentes - ênfase na oferta

Órgão ou Entidade	Sistemas internos existentes	Objetivos do Sistema	Informações armazenadas pelo sistema	informações, existentes nos sistemas internos (intranets) que poderiam ser disseminadas na rede	Nível de confidencialidade
Aneel	SISTEMA RESENHA TELEVISIVA	Este sistema permite a alimentação, a catalogação e a disponibilização de clippings televisivos do setor elétrico para os colaboradores da ANEEL.	Clippings televisivos.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA FAQ OUVIORIA	Este sistema permite a publicação dos textos padrões e arquivos, referentes a perguntas e respostas mais freqüentes sobre o setor elétrico, utilizados pela Central de Teleatendimento da ANEEL - CTA.	Perguntas e respostas mais freqüentes sobre o setor elétrico.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Não há necessidade de permissão para acesso.
Aneel	SISTEMA DE GESTÃO DE OUVIDORIA	Este sistema permite o registro das solicitações de informações, reclamações e denúncias de consumidores de forma a controlar e gerenciar procedimentos para avaliação, auditoria e intermediação entre usuários e concessionárias.	Ouvidoria; sistema de gestão da ouvidoria; fale conosco; ANEEL; concessionárias; Agências Reguladoras Estaduais; consumidores, reclamações, denúncias, solicitações de informações.	Não há informações que deveriam ser disponibilizadas e não estão.	Há necessidade de permissão para acesso.



Banco de Informações da Rede





Principais grupos de dados e informações regulatórias

- Política setorial (diretrizes, resultados e ações);
- Gestão regulatória (resultados, ações, atos de gestão etc.);
- Mercados regulados (características do setores, resultados, ações, atos de gestão etc.);
- Marcos regulatórios (legislação e normas em vigor e em andamento);
- Instituições outorgadas, licenciadas ou autorizadas por mercado;
- Recursos Humanos (dados sobre o corpo funcional - cargo, função, carreira, formação);



Principais grupos de dados e informações regulatórias

- Estrutura física (bens patrimoniais, localização);
- Ações em andamento sobre a defesa do consumidor: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e providências;
- Análises de Impacto Regulatório: estudos, pareceres técnicos etc.;
- Ações em andamento sobre a defesa da concorrência.

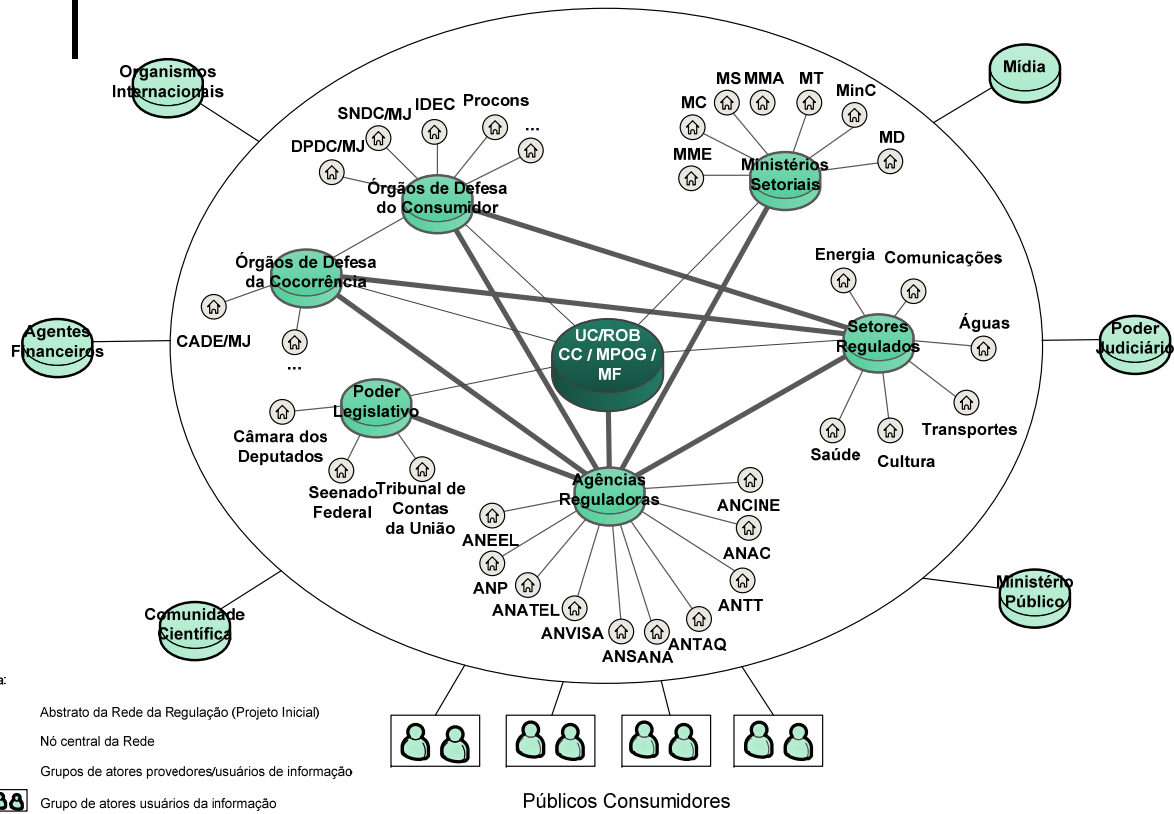


Análise do contexto

- Grande volume de dados e de sistemas internos às agências, constituindo um universo de elevada complexidade
- Distanciamento entre os atores da rede, mesmo tratando-se da atuação de agentes dentro da esfera governamental (cada ator possui seu ambiente informacional e baixo compartilhamento)
- Interlocução intersetorial reduzida; necessidade de criar/ampliar canais de comunicação
- Distintas estruturas/interfaces de disponibilização de informações congêneres pelos websites das agências
- destaque ao bloco composto pelos Atores Públicos; possuem envolvimento em primeiro plano com o processo regulatório



Topografia da Rede (desenho proposto)





Característica da proposição do desenho de TIC

- Modelagem em fases graduais de implementação:
 - **Modelagem de curto prazo** - atendimento às necessidades críticas e imediatas para a geração de resultados com prontidão;
 - **Modelagem de médio e longo prazo** – direcionamentos para o amplo atendimento às demandas informacionais/tecnológicas da rede da regulação.
- Princípios balizadores:
 - **Modularidade** (proposta tecnológica implantada em módulos concisos)
 - **Escalabilidade** (proposta tecnológica acompanha o crescimento /maturidade da rede governamental)



Estabelecimento de linhas de ação sobre os fluxos informacionais

- **padronização** de apresentações de dados entre os diversos participantes/atores – fornecedores de informação
- tratamento de **segurança do acesso** à informação dividindo-se o público entre interno e externo ao ambiente da regulação
- **controle de confidencialidade, integridade e disponibilidade** das informações trafegadas.
- definição de necessidades de replicações de dados importantes e das **políticas de armazenamento/backup**;



Proposição dos requisitos tecnológicos

- **1º. Fase: Plataforma de Busca**
 - Plataforma de busca avançada e eficiente entre a totalidade de atores que compõem a rede para integrar as informações sobre a temática da regulação.
 - **2ª. Fase: Padronização das Informações**
 - 1ª Etapa: Compatibilização dos sites das agências dentro de um modelo a ser definido pelos órgãos gestores para melhor adequá-los às especificidades.
 - 2ª Etapa: Harmonização da apresentação dos dados dos diferentes sistemas existentes dentro de um padrão único de exibição e em múltiplos idiomas.
- “Política de Gestão da Informação e do Conhecimento Regulatório”



Proposição preliminar dos requisitos tecnológicos

- **3º. Fase: Plataforma de Comunicação**

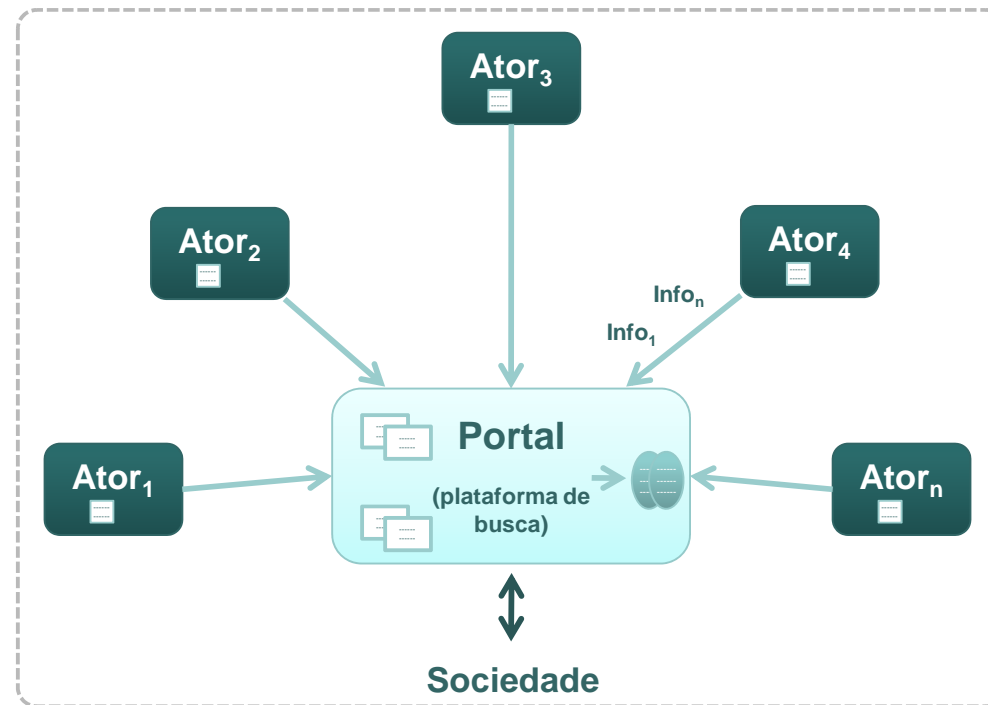
- Estabelecer canais de comunicação aberta inter e intraorganizacional sob acesso restrito/aberto, estabelecendo previamente os contatos de canais de comunicação de maneira eficiente.

- **4º. Fase: Monitoramento e Avaliação Regulatória**

- RIA (Análises de Impacto Regulatório) e Governança Corporativa: índices que forneçam análise de eficiência, eficácia e efetividade da ação regulatória.

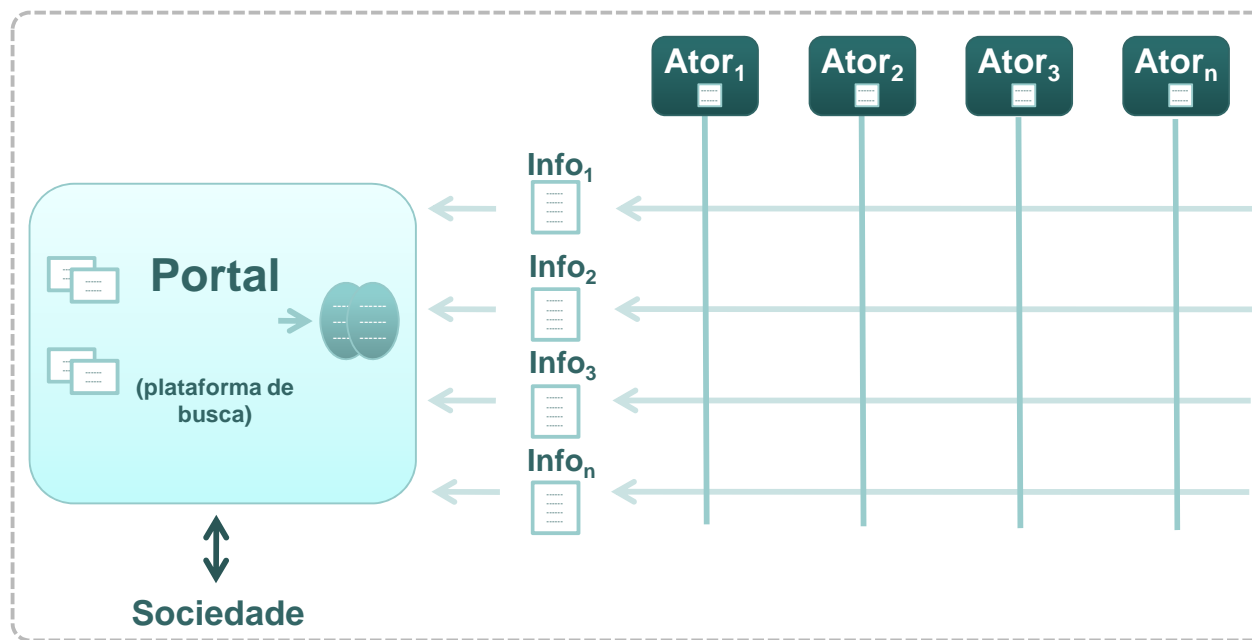


Proposta de implantação dos requisitos tecnológicos: 1ª Fase (Plataforma de busca)



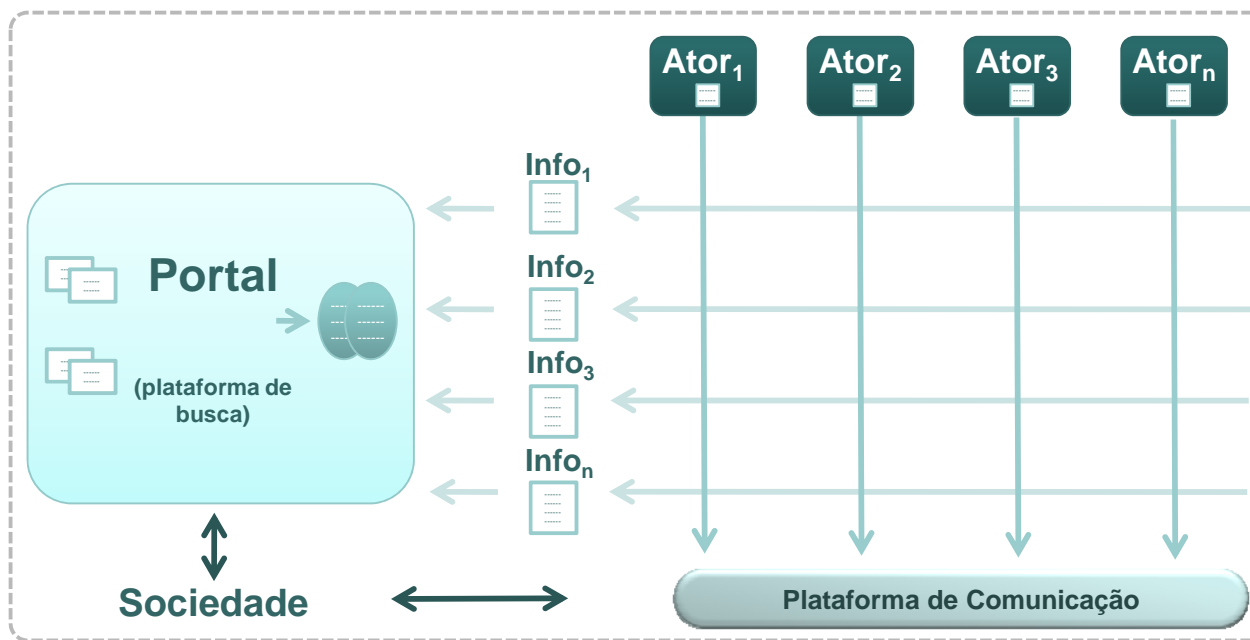


Proposta de implantação dos requisitos tecnológicos: 2ª Fase (Padronização da Informação)



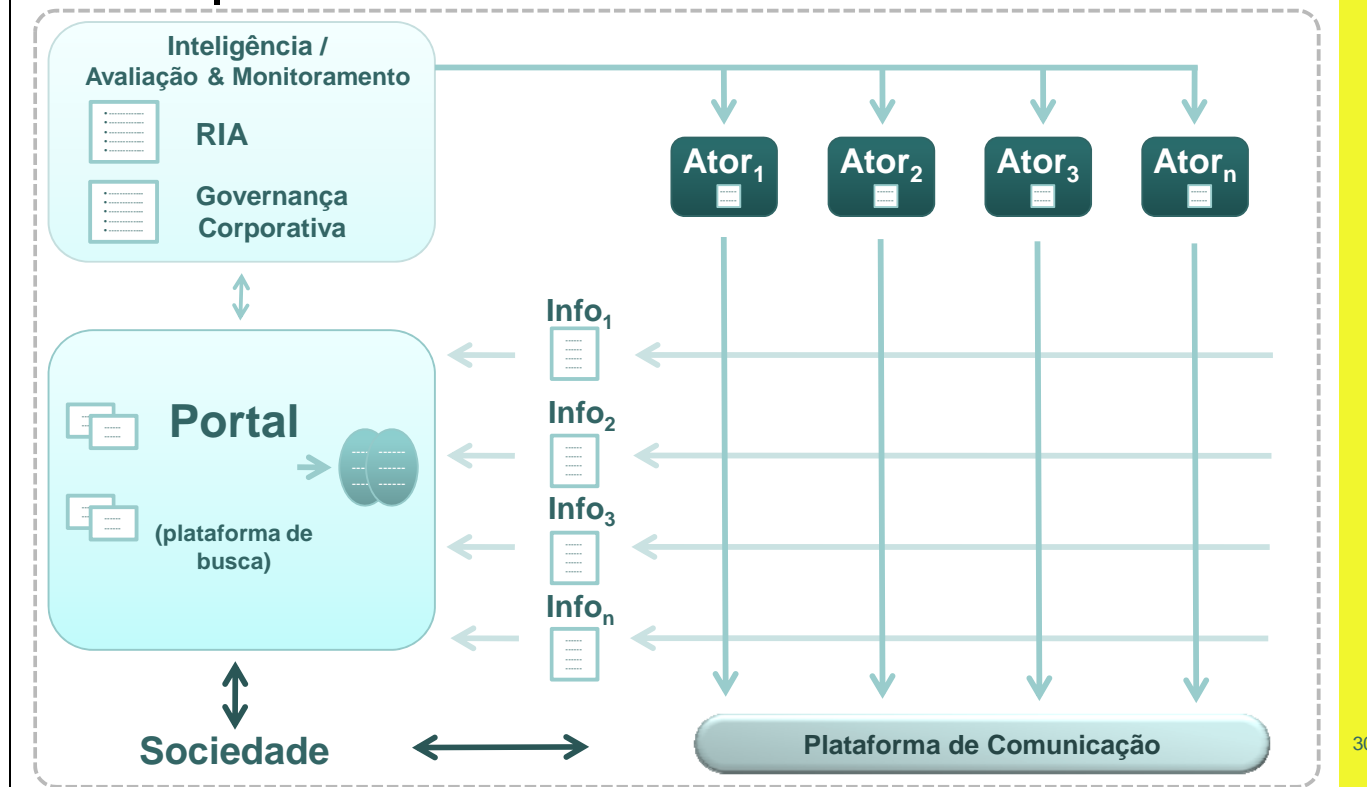


Proposta de implantação dos requisitos tecnológicos: 3ª Fase (Plataforma de comunicação)



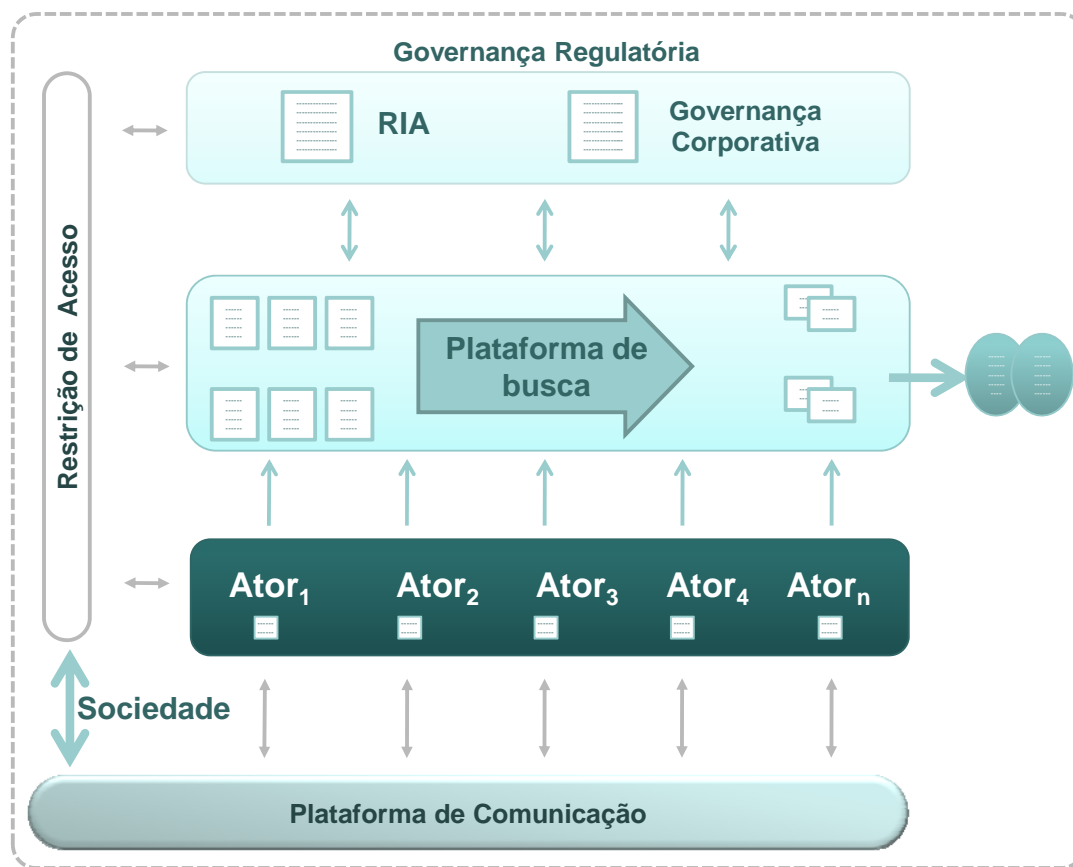


Proposta de implantação dos requisitos tecnológicos: 4ª Fase (Monitoramento e Avaliação)





Proposição integrada





Levantamento de soluções de mercado

- 8 reuniões com o instituições fornecedoras

Datas	Reuniões com Instituições
24/04	SERPRO
28/04	IBM
05/05	Optimidia
05/05	Google
06/05	Oracle
11/05	Consist
12/05	Microsoft
15/05	SERPRO



Quadro Resumo das Soluções

Sistema	Investimento total	Diferencial
Sistemas de Busca		
Omnifind Enterprise Edition (IBM)	R\$ 756.000,00	Atende aos requisitos com menor investimento
Google Search Appliance (Google)	R\$ 10.513.600,00	Necessidade de utilização de um sistema/hardware em cada ator da rede. Investimento elevado
Fast Enterprise Search Platform (Microsoft)	R\$ 1.431.200,00	Atende aos requisitos não possui front-end padrão
Secure Enterprise Search (Oracle)	R\$ 888.920,00	Atende aos requisitos
Sistemas de Comunicação		
Astor (Optmedia)	R\$ 32.500,00 para 500 usuários e R\$ 48.000,00 para 1000 usuários	Atende aos requisitos. Sistema desenvolvido em Brasília com facilidade de customização. Já em uso pelo governo federal
AT&T Connect (Consist)	R\$ 37.266,36 para 500 usuários e R\$ 72.652,72 para 1000 usuários	Atende aos requisitos. Permite edição colaborativa de documentos.

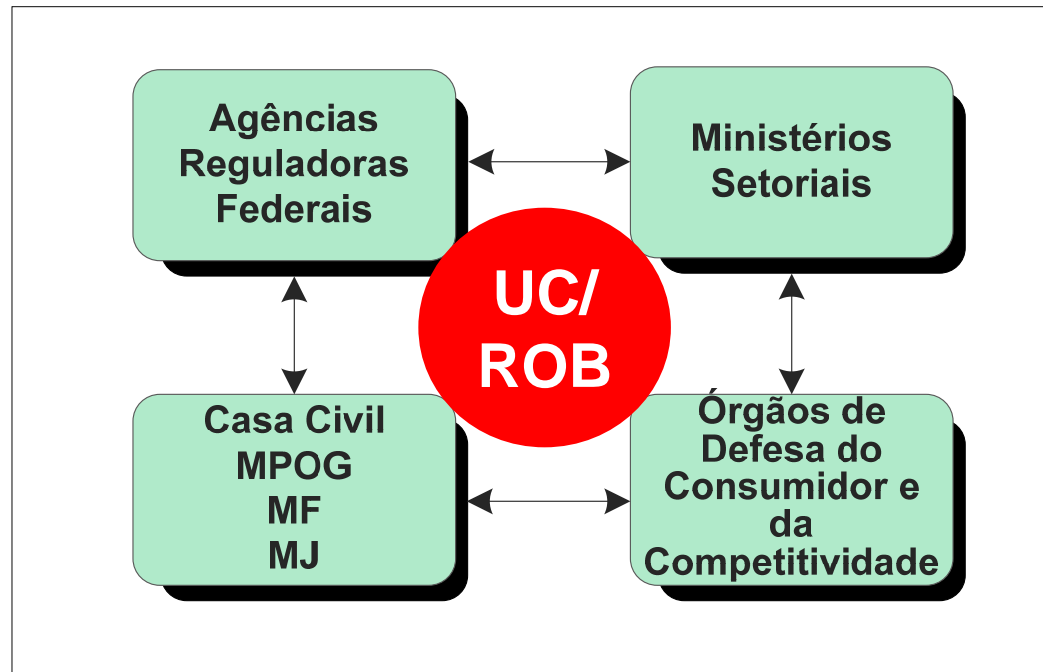


Necessidade de investimento em infraestrutura tecnológica

Órgão ou Entidade	Descrição da necessidade de investimento em infraestrutura de TI	Estimativa de valor da necessidade de investimento
Aneel	A expansão da infraestrutura está projetada para atender as necessidades atuais somadas ao aumento previsto para os próximos doze meses. A Infovia, link para a internet contratado junto ao SERPRO, atende à demanda atual e é possível, caso necessário, o aumento da velocidade hoje contratada. A expansão da capacidade de armazenamento está em fase de implantação e o aumento da capacidade de processamento (aquisição de novos servidores da tecnologia Blade), se encontra na fase de elaboração do edital.	--
Ancine	O aumento de 20% de acesso ao sítio da Ancine previsto com a implantação da Rede de Regulação irá requerer a ampliação do Link de acesso da Ancine à Internet em pelo menos 2 MB.	Esta ampliação da banda de acesso terá um custo adicional de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por ano.
Anvisa	A infra-estrutura de TI da ANVISA suportará um incremento em torno de 30% no quantitativo de acessos aos seus sistemas, até o final do ano quando sua rede estará recomposta.	--
Anatel	A infra-estrutura de TI atual da Anatel não suporta um incremento no quantitativo de acessos. É necessária a realização de investimentos para adequar o poder computacional da Anatel às necessidades atuais e futuras da Agência, o que está inclusive previsto no Plano Diretor de TI (PDTI) 2009-2010, encaminhado para aprovação pelo Conselho Diretor da Anatel e está em fase de elaboração de projeto básico. O problema poderá ser contornado com a aquisição de 57 novos equipamentos servidores, cujas características técnicas variam de 8 a 16 núcleos de processamento, acompanhados, em alguns casos, de licenças de softwares aplicativos. Estes equipamentos deverão ser instalados na sede da Anatel e também nos ERs e UOs em substituição aos atuais e defasados computadores. A estimativa da ordem de investimento necessário está em torno do valor de R\$ 3,5 milhões de reais. É importante destacar que o detalhamento acima não considera o incremento no quantitativo de acessos decorrente da criação de uma rede de regulação. Caso esta se concretize, certamente haverá a necessidade de se promover outros investimentos em equipamentos servidores de aplicação e de banco de dados, além de ampliar a capacidade de interconexão de dados com outros órgãos governamentais.	Como ainda não há informações mais detalhadas a respeito da ordem em que se daria o citado incremento, estima-se inicialmente que ele represente um aumento em torno de 20% em relação às necessidades de investimento detalhadas anteriormente, representando aproximadamente R\$ 700 mil reais.
ANS	A infra-estrutura atual de tecnologia de informação (TI) da ANS é considerada adequada à demanda de acessos. Não há necessidade imediata de novos investimentos, uma vez que desde 2005 vem sendo possível a implementação de muitas melhorias em termos tecnológicos.	--
DPDC	A infra-estrutura atual suporta 10.000 acessos/dia. Já houve aplicações que atingiram 300 usuários concorrentes. De outro lado, vale dizer que o ambiente é corporativo, sendo que o impacto no Portal de acesso às aplicações implicaria em redução de desempenho. Para evitar isso seria necessário a aquisição de mais servidores e hardware dedicados ao balanceamento de aplicações. Características: - servidores do tipo blade, com alto desempenho e disponibilidade - R\$ 300.000,00; - balanceamento de aplicações - R\$ 200.000,00	Estimativa Total: R\$ 500.000,00



Governança da Rede





Papel da Unidade Coordenadora da Rede

- Gere os recursos de TIC que sustentam o funcionamento da Rede
- Integra (“anima”) o conjunto de atores da rede
 - Promove fóruns e estímulos à cooperação
- Facilita a interlocução entre os atores
- Atende/antecipa demandas solicitadas e emergentes
- Unifica conceitos, processos e terminologias da rede
- Assegura a contínua disponibilização/atualização das informações;
- Garante a legitimidade/confiabilidade dos dados e informações;
- Promove o interesse público da rede



Proposta de implementação para operação da rede em tempo reduzido

Etapas e ações para implementação da rede	Mês															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1) Consolidar o desenho da Proposta de da Rede da Regulação																
2) Implantar a sistemática de busca avançada (Fase 1)																
3) Realizar ações de divulgação da Rede																
4) Desenvolver a compatibilização dos websites (Fase 2 – 1ª Parte)																
6) Harmonizar a apresentação de dados e informações na rede (Fase 2 – 2ª Parte)																
7) Implantar a sistemática de comunicação (Fase 3)																
8) Implantar a sistemática de monitoramento e avaliação regulatória (Fase 4)																
9) Monitorar e avaliar a estrutura de funcionamento da Rede da Regulação																



Considerações finais

- Proposta orientada à agregação de valor para as partes interessadas e dotada de pragmatismo
- Consideração das principais inovações no campo tecnológico, sem decair no risco da captura por evoluções e panacéias que compõe o universo de soluções de TI
- Recomendações precisas com base nas necessidades, na viabilidade de execução e na agregação de valor
- Foco na melhoria da qualidade das informações do ambiente regulatório e na busca da efetividade do acesso às informações
- Consiste, em sua totalidade, uma proposta integrada de soluções que apóie a melhoria do processo regulatório, seus mecanismos de prestação de contas, monitoramento por parte da sociedade e da qualidade da regulação como um todo.



Exemplos de Benchmarks

- **Regulations.gov**
 - Localiza, revisa e submete propostas sobre regulações Federais abertas para consultas.
- **RegInfo.gov**
 - Disponibiliza o Plano Regulatório em vigor, a Agenda Regulatória Unificada e informa ações de desregulamentação dos EUA. Apresenta também um mapa sobre o processo regulatório no país.
- **GPO (Government Printing Office's) Access Services**
 - Inclui o diário de registros Federais, Agenda Unificada da Regulação e o Código Federal de Regulação (CFR).
- **Government of Canada Regulation Web Site**
 - Direciona o desenvolvimento de propostas regulatórias, orientações para o processo efetivo de consulta regulatória,

